

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



Estudos de Arte e Património

Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade • 2011



Edições
Afrontamento

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

Estudos de Arte e Património



 Edições
Afrontamento

Título

População e Sociedade – n.º 20 / 2012

Edição

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade /
Edições Afrontamento
Rua do Campo Alegre, 1055 – 4169-004 PORTO
Telef.: 22 609 53 47
E-mail: cepese@cepese.pt

Edições Afrontamento

Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 PORTO
Telef.: 22 507 42 20
Fax: 22 507 42 29
E-mail: geral@edicoesafrontamento.pt
WWW.edicoesafrontamento.pt

Fundadores

Universidade do Porto
Fundação Eng. António de Almeida
Fernando de Sousa – Universidade do Porto
J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa
Jorge Arroiteia – Universidade de Aveiro

Antigo Diretor

Fernando de Sousa – 1995-2005

Diretora

Maria da Conceição Meireles Pereira

Comissão Editorial

Fernando de Sousa – Universidade do Porto, Universidade Lusíada
Natália Marinho Ferreira-Alves – Universidade do Porto
Teresa Rodrigues – Universidade Nova de Lisboa
Isilda Braga da Costa Monteiro – CEPESE
Paula Pinto Costa – Universidade do Porto
Carlos Amaral Dias – Instituto Superior Miguel Torga
Maria Luísa Maniscalco – Universidade “Roma Tre”
Sônia Gomes Pereira – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Izilda Matos – PUC / São Paulo
Manuel Rojas Gabriel – Universidade de Estremadura

Comissão Consultiva

Carlos Diogo Moreira – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Jorge Arroiteia – Universidade de Aveiro
Maria Helena Cruz Coelho – Universidade de Coimbra
Armando Luís Carvalho Homem – Universidade do Porto

Jaime Ferreira-Alves – Universidade do Porto
J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa
Maria Luís Rocha Pinto – Universidade de Aveiro
José Esteves Pereira – Universidade de Lisboa
Adriano Moreira – Academia das Ciências de Lisboa
Amadeu Carvalho Homem – Universidade de Coimbra
Ramon Villares – Universidade de Santiago de Compostela
Ismênia Martins – Universidade Federal Fluminense
Lorenzo Lopez Trígal – Universidade de León
Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Gladys Ribeiro – Universidade Federal Fluminense
Haluk Gunugur – Universidade Bilkent
Maria del Mar Lozano Bartolozzi – Universidade de Estremadura
David Reher – Universidade Complutense de Madrid
Philippe Poirrier – Universidade de Borgonha
Hipólito de la Torre Gómez – UNED – Universidade Nacional de
Educação à Distância
Patrícia Alejandra Fogelman – Instituto Ravingani, Universidade de
Buenos Aires
Angelo Trento – Universidade de Nápoles
Matteo Sanfilippo – Universidade de Tuscia – Viterbo
Jan Sundin – Universidade de Linköping
Jonathan Riley-Smith – Universidade de Cambridge
Manuel Gonzalez Jimenez – Universidade de Sevilha
Jean-Philippe Genet – Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3
Neil Gilbert – Universidade de Berkeley – California
James Newell – Universidade de Salford
Renato Flores – Fundação Getúlio Vargas

Coordenadora do Dossier Temático

Natália Marinho Ferreira-Alves

Design

João Machado

Execução Gráfica Rainho e Neves, Lda.

Tiragem 500 exemplares

Depósito Legal n.º 94 133/95

ISSN 0873-1861-19

Créditos

Capa – pormenor de gravura de Martin Engelbrecht (col. particular)
Fotografias dos autores e de Cláudia Guanais, Sergio Benutti e Mirna
C. Brito Dantas
Réunion des Musées Nationaux – Agence Photographique

ÍNDICE

- 5** NOTA DE ABERTURA
Maria da Conceição Meireles Pereira
- DOSSIER TEMÁTICO
- 11** *Breves apontamentos para a biografia do pintor João Eduardo Malheiro*
António Mourato
- 25** *A tratadística italiana e francesa: a confluência de influências na obra de um artista português do século XVIII*
Eva Sofia Trindade Dias
- 53** *Proprium sanctorum: o culto a suas relíquias e a seus relicários*
Francisco Portugal Guimarães
- 69** *Nossa Senhora de Monserrate: a arte de uma igreja, património beneditino em Salvador/Bahia – Brasil*
Maria Hermínia Olivera Hernandez
- 79** *As primeiras imagens do índio brasileiro no espaço europeu: a Adoração dos Magos de Ulrich Apt o Antigo do retábulo de Santa Cruz de Augsburg*
Maria José Goulão
- 93** *“Son unas puerkas las imágenes y unos pedazos de palo”: Manuel de Coito, escultor português, acusado por blasfémias ante el Santo Oficio de la Inquisición. Buenos Aires, siglo XVII*
Patricia Fogelman
- 111** *O reflexo da arte internacional nos azulejos policromos de Válega*
Sofia Nunes Vechina
- VARIA
- 131** *Rodrigo Froilaz, esposo de Chamôa Gomes de Touges. Los fundadores de Santa Clara de Entre-os-Rios*
Inés Calderón Medina
- 153** *Veiros, uma localidade da Mesa Mestral da Ordem de Avis, objeto de uma sentença de D. João III (1531)*
Paula Pinto Costa
Maria Cristina Pimenta
- 167** *Cultura popular em Portugal: de Almeida Garrett a António Ferro*
Carla Patrícia Silva Ribeiro
- 185** *A elite vista de dentro – uma análise à Nova Classe Dirigente de Milovan Djilas*
Patrícia Calca
- 203** *A União Europeia e a promoção da democracia nos Balcãs Ocidentais*
Teresa Cierco Gomes
- 211** SOBRE OS AUTORES
- 219** RESUMOS/ABSTRACTS
- 233** NOTÍCIAS
- 251** *POPULAÇÃO E SOCIEDADE – OBJETIVOS E PERFIL/AIMS AND SCOPE*
- 257** CATÁLOGO DAS EDIÇÕES DO CEPESE

The first part of the paper discusses the importance of understanding the local context in which a project is implemented. This involves a thorough analysis of the social, cultural, and economic factors that may influence the success or failure of the intervention. The second part of the paper describes the methodology used in the study, which includes a combination of qualitative and quantitative approaches. The third part of the paper presents the findings of the study, which show that the intervention had a positive impact on the target population. The final part of the paper discusses the implications of the findings for future research and practice.

Nota de Abertura

Maria da Conceição Meireles Pereira

A revista *População e Sociedade* atinge o seu 20.º número no presente ano de 2012, continuando a observar os parâmetros internacionais das publicações científicas que permitiram a sua indexação nas listas ERIH e Latindex. A par desta importante evolução da revista anual do CEPESE, outras se sucederam nos últimos tempos, como a renovação do seu grafismo e a manutenção da sua edição on-line.

O *dossier* temático do presente volume, coordenado pela professora Natália Marinho Ferreira-Alves, debruça-se sobre o tema *Estudos de Arte e Património*. É constituído por sete artigos da autoria de investigadores de Portugal, Brasil e Argentina e não só se reportam a estes diferentes espaços como se distribuem por diversas cronologias (séculos XVI a XX), além de apresentarem distintos objetos de estudo como pintura e tratadística da arte, arquitectura religiosa e iconografia, azulejaria e escultura colonial.

Sem dúvida, os diferentes temas em análise adotam metodologias e abordagens diversificadas, comprovando o vasto campo epistemológico da história da arte e dos estudos sobre património, num diálogo intercontinental, mais exatamente europeu-americano.

Quanto à secção *Varia* deste número, é constituída por cinco estudos que abarcam temporalidades bem diferenciadas (da Idade Média à Contemporaneidade), elegendo temáticas igualmente diversas modeladas pela investigação histórica e pela análise da ciência política.

Esta publicação tornou-se possível em virtude da conjugação de uma série de contributos. Destarte, agradecemos à professora coordenadora, aos autores e aos avaliadores científicos que, pelas diferentes tarefas que se disponibilizaram assumir, permitiram a divulgação e partilha do conhecimento na área das humanidades e ciências sociais, objetivo que preside a esta revista.

Foreword

Maria da Conceição Meireles Pereira

The journal *Population and Society* reaches its 20th number in the current year 2012, continuing to observe international standards of scientific publications that have allowed its indexation at Latindex and ERIH lists. Alongside this major change of the annual CEPSE journal, others have occurred in recent times as the renewal of their graphics and the maintenance of its online edition.

The thematic dossier of this volume, coordinated by Professor Natália Marinho Ferreira-Alves, focuses on the theme of *Art and Heritage Studies*. It consists of seven articles written by researchers from Portugal, Brazil and Argentina and are not only related to these different spaces and spread over various timelines (16th to 20th centuries), also having in addition distinct objects of study such as painting and art learned treatises, religious architecture and iconography, tile work and colonial sculpture.

Undoubtedly, the different themes under review adopt diverse methodologies and approaches, proving the broad epistemological field of art and heritage studies and conveying an intercontinental dialogue, more specifically the European-American.

As for the section *Varia*, consists of five studies covering very different temporalities (from Middle Ages to Contemporary times), also choosing different themes shaped by historical research and political science analysis.

This publication was made possible by the combination of a series of contributions. Thus, we thank the coordinator, the authors and the scientific reviewers, whose different tasks have enabled the diffusion and sharing of knowledge in the field of humanities and social sciences, aims that have always guided the purpose of our journal.

Dossier Temático

Matthei's



Breves apontamentos para a biografia do pintor João Eduardo Malheiro

António Mourato

Introdução

No dia 1 de outubro de 1821, a *Borboleta Constitucional* anunciava que estava de volta ao Porto “o nosso Patrício Joaquim Rodrigues Braga”, vindo de Roma, onde fora estudar pintura, já que em Portugal era difícil adquirir esse tipo de formação.

Nas escolas romanas completara os cursos de Anatomia (no qual obtivera o primeiro prémio), Geometria, Óptica, Perspectiva e “Desenho e Pintura do Belo Antigo”.

Era o bastante, para o jornal o qualificar de “Génio Português”¹.

Na cidade, dizia-se que um quadro seu tinha sido confundido, em Roma, com uma pintura original de Ticiano². Era o suficiente para o seu prestígio aumentar...

Na verdade, a obra de Rodrigues Braga era medíocre, mas isso não o impediu de ser nomeado professor proprietário da Aula de Pintura Histórica³ quando, em 1836, foi fundada a Academia Portuense de Belas-Artes⁴.

Análogo foi o percurso de Domingos Pereira de Carvalho. Também estudou em Roma, nos primeiros anos da década de 1830, juntamente com António Manuel da Fonseca⁵ e, quando regressou à Invicta, ascendeu naturalmente a professor substituto de Pintura Histórica na Academia⁶.

Estudar em Itália, pelos vistos, compensava e um jovem, chamado João Eduardo Malheiro também quis tentar a sua sorte. Deve ter abalado para além dos Alpes com estes exemplos a bailarem-lhe no espírito. Esqueceu-se, porém, que os tempos mudam. Mesmo no acanhado e provinciano meio artístico portuense. Quando regressou, em meados dos anos quarenta, as poucas alterações que a Academia sofrera bastaram para lhe ceifar as ambições.

1 ANÓNIMO, 1821: 4.

2 ASCANIO, 1851: 3.

3 LEMOS, 2005: 134.

4 GARRADAS, 2008: I, 21.

5 VITERBO, 1903: 131-132.

6 VITORINO, 1930: 63.

Uma Itália incompleta

Desde meados do século XVI que muitos pintores nacionais têm procurado aperfeiçoar ou concluir os seus estudos artísticos em Itália⁷. São variadíssimas as histórias desses homens e mulheres nos seus percursos, tipos de aprendizagem e duração da mesma, fontes de subsídios, apoios, etc. Ao regressarem a Portugal, muitos conheceram o triunfo, outros a indiferença e alguns o fracasso.

João Eduardo Malheiro foi um desses artistas que se aventurou por terras italianas, esperando ali ser tocado pela graça das musas dos novos tempos, numa época em que elas já se tinham transferido para Paris⁸. Mesmo assim, descobriu nas escolas romana⁹ e veneziana¹⁰ a fonte absoluta de inspiração.

Nasceu no Porto, freguesia de Santo Ildefonso, a 24 de junho de 1821¹¹. Frequentou o curso de Filosofia na Universidade de Coimbra, até ao quarto ano, e posteriormente rumou a Itália, onde efetuou estudos de pintura em Roma e Veneza¹². Na Cidade Eterna teve como companheiros de trabalho Luís de Meneses (o visconde de Meneses) e Francisco Metrass que também por ali andavam a completar a sua aprendizagem de pintura¹³.

Regressou ao Porto talvez em 1847 e, em outubro de 1848, apresentou alguns quadros na exposição da Academia de Belas-Artes, que a crítica acolheu, em geral, favoravelmente. O *Ecco Popular* enalteceu a “franqueza do seu estilo”¹⁴ e *O Nacional*, os lindos olhos da sua “vivandeira”¹⁵.

Eduardo Allen, futuro diretor do Museu Portuense, sublinhou que as imagens de Malheiro exibiam o estilo da escola romana contemporânea, que procurava “unir as graças do Albano e do Guido às grandes qualidades que herdou de Rafael e seus sucessores”¹⁶. Já *O Defensor* considerava que a opção pela escola romana não fora a melhor: se Malheiro tivesse escolhido a flamenga, então sim, os seus quadros “agradariam”¹⁷.

No entanto, Malheiro devia calcular que não era a participação naquele certame que lhe iria mudar a vida. O acontecimento que esperava era o concurso – que mais cedo ou mais tarde se teria de realizar – para o provimento da vaga de professor substituto de Pintura Histórica na Academia. Domingos Pereira de Carvalho, chamado “O Romano”, o antigo substituto da cadeira¹⁸, falecera em abril de 1848¹⁹, mas só em junho do ano seguinte teve lugar o mencionado concurso²⁰.

As circunstâncias pareciam favorecer Malheiro. Augusto Roquemont, primeiro pintor da cidade²¹, nunca revelou interesse em ocupar cargos públicos²². Por outro lado, João António Correia, que no concurso trienal

7 SERRÃO, 2009: 12.

8 CHAGAS, 1866: 1.

9 ALLEN, 1853: 69.

10 REZENDE, 1865b: 1.

11 ANTT – *Certificado*. Porto, 27 de abril de 1849

12 ANTT – *Requerimento*. Porto, 4 de maio de 1849.

13 Nas cartas que escreve à mãe, Meneses refere-se a Metrass e a Malheiro, como os seus “dois companheiros”, os seus “dois pilares”, porque o acompanhavam sempre um de cada lado. Salientava que ambos tinham “boas qualidades” e eram gratos (POSSOLLO, 1948).

14 ANÓNIMO, 1848b: 2.

15 ANÓNIMO, 1848c: 2.

16 ALLEN, 1853: 69-74.

17 ANÓNIMO, 1848d: 1022.

18 VITORINO, 1938: 177.

19 ANÓNIMO, 1848a: 409.

20 LISBOA, 2007: 219.

21 Augusto Roquemont, um pintor suíço que veio para o nosso país em 1828 (contanto então 24 anos), também estudou longamente em Itália. Chegou a Roma em 1818, demorando-se ali pouco mais de onze meses. Depois instalou-se em Veneza, onde alcançou, em 1820, o primeiro prémio na Academia de Belas Artes, copiando uma cabeça pela estampa. Frequentou também a Academia de Bolonha. No dia 3 de novembro de 1822 chegou a Florença e ali permaneceu quatro anos. Regressaria ainda a Roma, em 1826, mas no ano seguinte voltaria para Florença. Seria desta cidade que viria para Portugal (VITORINO, 1929: 65-66). Vários esboços seus, realizados em Itália, foram utilizados nas aulas da Academia Portuense, para “servirem de estudo” aos alunos (GARRADAS, 2008: II, Anexo 4).

22 BRANDÃO, 1929: 83.

de pintura das Belas Artes, em 1842, obtivera o primeiro prémio e que gozava de grande prestígio na cidade, abalara para Paris exactamente em finais de 1848²³.

Assim, Malheiro acabou por enfrentar apenas José de Sousa Neves Almeida Júnior, um agregado à Aula de Pintura da Academia que regia, como convidado, as cadeiras de Pintura e Escultura. Além disso, ocupava-se, desde há vários anos, com a conservação e restauro das pinturas do Museu Portuense²⁴.

Iniciou-se o concurso a 22 de junho de 1849, tendo os candidatos executado, em apenas oito horas, um estudo de nu²⁵. No dia seguinte, às nove da manhã, já Malheiro e Neves se apresentavam outra vez na Academia para enfrentarem um desafio ainda mais difícil. Os professores colocaram numa urna seis assuntos históricos diferentes, dos quais retiraram um à sorte. Quis o destino que saísse o tema da “Morte de D. João de Castro entre os braços de S. Francisco Xavier”. Foi dado a cada concorrente um volume da *História de Portugal*, por La Clède, onde se encontrava escrita a passagem que tinham de ilustrar. Os candidatos foram levados para locais separados, mesmo incomunicáveis, usufruindo apenas de cinco horas para realizar o exercício.

No dia 26, Malheiro e Neves voltaram à Academia. A última prova consistia num discurso de vinte minutos sobre tema previamente escolhido. Os académicos repetiram o processo de introduzir seis papéis numa urna, escrevendo em cada um deles um tema diferente. Malheiro retirou, à sorte, o difícil enunciado: “Análise sobre a diferença que se considera entre as duas Escolas mais modernas de Pintura – a Italiana, e a Francesa; imitando a sua opinião sobre a preferência entre as duas”.

Quarenta e oito horas mais tarde, diante dos professores, académicos honorários e académicos de mérito, João Eduardo Malheiro procedeu a uma introdução ao seu discurso que logo desenvolveu.

José de Sousa Neves Almeida Júnior trouxe o discurso escrito num papel. Preparava-se para o ler quando o informaram que tal não era permitido. Neves declarou então que não se encontrava “em estado” de concluir a prova.

Os candidatos retiraram-se e o júri começou a examinar as pinturas do nu e os esboços relativos ao tema histórico. Os trabalhos de Sousa Neves encontravam-se a meio; não conseguira concluí-los. Malheiro, ao menos, terminara as duas provas²⁶. Procedeu-se à votação, em mérito absoluto e relativo. No final, os dois concorrentes não “ficarão aprovados” para o “Magistério”²⁷.

Mesmo assim, as obras efetuadas durante o concurso foram expostas no gabinete do Museu Portuense, de 30 de junho a 9 de julho²⁸.

Quando soube do resultado, Malheiro protestou imediatamente: a culpa por não ter vencido cabia, por inteiro, ao programa do concurso! Como é que se conseguia pintar um nu que durante metade do tempo apanhava luz vinda de nascente e a outra metade vinda de poente? Como é que aquele exercício podia ser efectuado em oito horas se as tintas, nesse espaço de tempo, nem chegavam a secar, impedindo as segundas camadas e a harmonia do colorido?

E no que respeita à pintura histórica: alguém poderia imaginar tranquilamente uma composição, sabendo que a teria de elaborar em apenas cinco horas? De cada vez que tivesse uma ideia, logo constataria que era impraticável, devido à escassez de tempo...

Sugeriu assim um segundo concurso, onde a pintura do modelo vivo se realizasse em três sessões, de três horas seguidas, sempre no mesmo horário por causa da luz. Para o esboço propunha duas sessões de três horas²⁹.

23 VASCONCELOS, 2009: 18, 23, 41.

24 ANTT – *Requerimento*. Porto, 8 de setembro de 1849.

25 AFBAUP – *Processo do Concurso para a substituição da Cadeira de Pintura Histórica*. Livro 125, fol. 103.

26 AFBAUP – *Processo do Concurso para a substituição da Cadeira de Pintura Histórica*. Livro n.º 125, fol. 103-103v.

27 AFBAUP – *Acta da Conferência Geral de vinte e oito de junho de 1849*. Livro n.º 114, fol. 9v.

28 ANÓNIMO, 1849b: 617.

29 ANTT – *Requerimento dirigido à rainha D. Maria II*. Porto, 25 de julho de 1849.



Figura n.º 1 – *Morte de D. João de Castro entre os braços de S. Francisco Xavier*. Óleo sobre tela. Não datado [1849]. Assinado no verso – canto superior direito. Fonte: Museu Nacional de Soares dos Reis, Inv. n.º 866.

Joaquim Rodrigues Braga, diretor da Academia, não perdeu tempo a responder a Malheiro. Então não sabe esse jovem que os concursos nas Academias estrangeiras são ainda mais severos? Desconhece que além de provas de oito horas seguidas, existem até de doze? É exactamente nesses exercícios, executados “duma só vez que se pode julgar sem suspeita, do saber, habilidade, gosto no colorido e inteligência nos preceitos e regras da Arte!” Quem acha o programa assim tão difícil, então não deve atrever-se a “executá-lo”³⁰. Apesar de tudo, vaticinava a Malheiro um futuro risonho, uma vez que o jovem tinha efetuado os seus estudos no estrangeiro³¹.

Neste aspeto, Braga enganou-se redondamente.

O concurso para a substituição da cadeira de Pintura Histórica repetiu-se em outubro, nos mesmos moldes que o anterior³², mas João Eduardo Malheiro não participou nele; talvez por continuar em desacordo com o programa ou, talvez, por causa da qualidade dos oponentes que teria de enfrentar: Francisco José Resende³³ e José Alberto Nunes³⁴.

Optou por relançar a sua carreira, aproveitando um acontecimento que nesse ano de 1849 transtornou profundamente a cidade: a morte de Carlos Alberto, ex rei da Sardenha³⁵.

30 ANTT – *Ofício dirigido ao Conselheiro, Vice-Reitor e Vice-Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública*. Porto, 13 de setembro de 1849.

31 ANTT – *Ofício dirigido ao Conselheiro, Vice-Reitor e Vice-Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública*. Porto, 30 de junho de 1849.

32 MOURATO, 2000: I, 41.

33 PIMENTEL, 1902: 143.

34 AFBAUP – *Ofício dirigido ao vice-reitor e vice-presidente do Conselho Superior de Instrução Pública*. Porto, 16 de outubro de 1849. Livro 125, fol. 110v-111v.

35 BASTO, 1932: 145-162.

O monarca que vira o seu sonho de libertação e unificação da Itália lançado por terra no campo de batalha escolheu o Porto como destino de exílio³⁶. Mas quando chegou, o seu estado de saúde era de tal forma grave³⁷ e os desgostos que lhe torturavam a alma tão exasperantes, que pouco tempo durou.

A cidade esperou-o em alvoroço, acolheu-o com ternura, partilhou, comovida, a evolução rápida da sua doença e despediu-se dele coberta de luto e de lágrimas³⁸. O italiano expirou a 28 de julho³⁹, pouco mais de três meses após a sua chegada.

Muitos foram os que se deslocaram à residência de Entrequintas, que ele ocupava no Porto⁴⁰, desfilando perante o cadáver do infortunado estrangeiro⁴¹. Incluído nessa multidão, poderá ter estado João Eduardo Malheiro.

Pintou um quadro representando o cadáver de Carlos Alberto na “capella ardente”⁴², rodeado pelo encarregado dos negócios da Sardenha “Mr. De Launay, o oficial da guarda, os sacerdotes, etc.” A obra foi elogiada pelo “grandioso da concepção” e pela “excelência da execução”⁴³. Malheiro ofereceu o quadro ao tal De Launay⁴⁴. Este “Ministro da Sardenha” devia ser um apreciador de arte já que enquanto esteve no Porto aproveitou para visitar o Museu Allen e a coleção de pintura de Amorim Braga⁴⁵.

Entretanto, Malheiro abria na rua do Almada, n.º 172, um *atelier* de retratista⁴⁶ que mudou, em 1850, para a rua do Sol, n.º 112⁴⁷, e no ano seguinte para a rua das Oliveiras⁴⁸. Em 1852, voltou à Rua do Almada⁴⁹. Estas mudanças sucessivas podem indicar que o artista não estava a encontrar clientela para o seu trabalho.

Em abril de 1852, a família real visitou o Porto⁵⁰. No dia 29 desse mês, desembarcou no cais da Ribeira, provocando a mais delirante alegria na cidade. Os vivas entusiásticos à rainha, as salvas de artilharia, as girândolas de foguetes e repiques de sinos criavam um ambiente festivo⁵¹, completado com multidões sufocando nas ruas. Todos esperavam o cortejo formado pela família real, os Duques de Saldanha e da Terceira, o Estado-Maior, generais, autoridades e muitas famílias em carruagens. Ao avistá-lo, as senhoras, das janelas, lançavam flores às mãos cheias⁵².

A família real instalou-se no palácio dos Carrancas até ao dia 5 de maio⁵³.

Os artistas portuenses estavam muito entusiasmados com a presença na cidade de D. Fernando, o culto monarca que protegia, apoiava e incentivava aqueles que se dedicavam às artes⁵⁴. Procuraram-no para lhe oferecerem as suas produções⁵⁵ e o rei-artista recebeu-os com a sua eterna afabilidade, conversando com cada um deles, elogiando os seus méritos e agradecendo os presentes.

36 T., 1849: 1.

37 CABEÇAS; ARA, 2001: 151.

38 ANÓNIMO, 1849c: 1.

39 SILVA, 2002: 36.

40 ANTUNES, 2003: 545.

41 ANÓNIMO, 1849c: 1-2.

42 ANÓNIMO, 1849e: 886.

43 ANÓNIMO, 1849d: 2.

44 ANÓNIMO, 1849d: 2.

45 ANÓNIMO, 1849a: 548.

46 *Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya*, 1848, p. 95.

47 *Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya*, 1849, p. 111-112.

48 *Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya*, 1850, p. 156.

49 *Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya*, 1852, p. 109.

50 BONIFÁCIO, 2005: 245.

51 ANDRADE; FERREIRA, 2002: 31.

52 T., J. A. S., 1852: 28-29.

53 ANÓNIMO, 1852b: 1.

54 TEIXEIRA, 1986: 253-263.

55 António Marques da Silva Figueiredo ofereceu a D. Fernando “um quadro histórico de sua composição em desenho” (ANÓNIMO, 1852e: 3); José Alberto Nunes, uma “Lavradeira de S. Cosme” (ANÓNIMO, 1852f: 3); João Baptista Ribeiro, “um floreiro pintado a óleo” (CARNEIRO, 1856: 361) e Francisco José Resende “algumas pinturas” da sua autoria (ANÓNIMO, 1852a: 462).



Figura n.º 2 – *Paisagem*. Óleo sobre tela, 1867. Assinado no canto inferior esquerdo. Fonte: Museu Nacional de Soares dos Reis, Inv. n.º 254.

Malheiro não foi exceção. Eis como *O Jornal do Povo*, de 22 de maio de 1852, descreveu o encontro do pintor com o rei:

O snr. João Eduardo Malheiro obteve a honra de ser apresentado a S. M. El-Rei, para lhe oferecer as seguintes obras do seu pincel e curiosidade. Dois quadros de costumes do Minho em ricos caixilhos, e uma figura de três palmos de altura – verdadeiro modelo duma vareira, tanto nas formas do corpo como no vestuário, que era todo de fazendas próprias do costume. S. M. vocalmente lhe dirigiu muitos elogios, e ontem lhe mandou em testemunho do seu Real apreço uma rica abotoadura de ouro para colete pelo seu ajudante e exm.º barão da Foz. O snr. Malheiro é nosso patricio, e como tal faz honra à cidade invicta⁵⁶.

No entanto, este incentivo real não chegou para Malheiro dar um novo impulso à sua carreira. Pelo contrário, decidiu acabar com ela, provavelmente já farto dos inevitáveis dissabores que ia experimentando. Fechou o *atelier* de retratos e empregou-se na Alfândega como aspirante de 2.ª classe⁵⁷. A partir de então, a pintura constituiu apenas uma forma de ir matando os tempos livres⁵⁸. A sua produção começou a ser escassa e esporádica. Este desânimo de Malheiro face à vida artística, nada tinha de inesperado ou invulgar. Num texto publicado pelo *Braz Tisana*, nesse mesmo ano de 1852, podia ler-se:

56 ANÔNIMO, 1852d: 2342.

57 ANÔNIMO, 1852c: 465.

58 ANÔNIMO, 1861b: 1.

Em Portugal as belas-artistas vegetam, geralmente, entre a ignorância e o desleixo [...]. As pessoas mais abastadas, não sendo sempre as mais instruídas, olham muitas vezes para tudo, que a arte apresenta de grande e elevado, se não com desprezo [...], pelo menos com indiferença. É esta indiferença, votada pelos que mais a deviam honrar, que faz vacilar muita vontade, paralisar muita vocação, enfraquecer muita inteligência, e apagar muito génio; *é esta indiferença a causa de Portugal ter tão pouco quem cultive proveitosamente o belo*⁵⁹.

Também nesse mesmo ano, o periódico *A Península*, publicava um artigo de Arnaldo Gama, onde este, a propósito da visita a um *atelier* de jovens pintores, escrevia:

Desgraçadamente neste nosso Portugal os homens de talento e de génio morrem por aí desaproveitados e desconhecidos à míngua de quem os aprecie – porque não há gosto, porque tudo aqui é grosseiro e atrasado. Aqui – e nisto reclamo para o Porto o diploma da superioridade, tudo que não é letras de câmbio e política não tem valia alguma⁶⁰.

Antes de falecer, Roquemont tinha dito que nunca fariam do Porto uma terra de Belas-Artes⁶¹ e o seu discípulo predileto, Francisco José Resende, dava-lhe razão, ao perguntar em 1859: “quem acreditaria que numa terra tão rica de fortunas particulares se vê muitas vezes um Pintor de história, géneros ou paisagem em crises apuradíssimas por não ter que fazer?! Quem acreditaria isto?”⁶²

Malheiro reapareceu publicamente em 1861, por ocasião da Exposição Industrial Portuense⁶³. Realizado no Palácio da Bolsa, entre agosto⁶⁴ e setembro⁶⁵, este evento foi muito importante para a vida da cidade, atraindo pessoas de todos os pontos do reino e até do estrangeiro⁶⁶. Uma enorme máquina a vapor da Fundição de Massarelos e uma outra hidráulica produzida na fundição do Bicalho eram as estrelas do certame⁶⁷. Mas também se podiam encontrar produtos químicos e farmacêuticos, fazendas, sabonetes, móveis, vestuário, ourivesaria, cristais, cerâmica, etc., além de esculturas, pinturas e fotografias.

Na secção de Belas Artes brilhavam as telas do visconde de Meneses, José Rodrigues, Francisco José Resende, entre outros. Mesmo assim, *O Nacional* considerou “que os quadros de frutas e de flores de Malheiro eram pintados com muito arrojo e com belas tintas”. Malheiro era, na opinião do jornal, “depois do sr. Rezen-de, um dos melhores coloristas da exposição”⁶⁸.

O Diário Mercantil afirmava que os frutos expostos por Malheiro eram os melhores “deste género” que se encontravam na exposição. Ao que acrescentava: “os pêssegos, as laranjas, as uvas, os limões, as peras e as cerejas estão inimitáveis, imitando tão bem os naturais. Os toques são delicados, e esparzem frescor e seiva por estas delícias das nossas sobremesas”⁶⁹.

A comissão que examinou os objetos de Belas Artes, formada por João Baptista Ribeiro, Raimundo Joaquim da Costa, Manuel da Fonseca Pinto, Horácio Aranha, Francisco Pinto da Costa e Manuel José

59 CALDEIRA, 1852: 3.

60 GAMA, 1852: 408.

61 MOURATO, 2000: II, 176.

62 MOURATO, 2000: I, 82.

63 *Catálogo dos Productos Exibidos na Exposição Industrial no Porto em 1861*, p. 71.

64 PINTO, 1869: 152.

65 ANÓNIMO, 1861d: 1.

66 ANÓNIMO, 1861a: 3.

67 SERÉN, 2001: 35.

68 ANÓNIMO, 1861c: 1.

69 LUCIANO, 1861: 1.

Carneiro, também apreciou os “três bons fruteiros” de João Eduardo Malheiro, atribuindo-lhe uma medalha de 2.^a classe⁷⁰.

No dia 18 de setembro de 1865, foi inaugurada no Palácio de Cristal a primeira exposição internacional⁷¹ realizada na Península⁷². O certame era de envergadura, albergando mais de 4300 expositores⁷³, representando cerca de trinta países. Os visitantes passeavam entre coleções de vidros e cristais⁷⁴, madeiras, mármore e pedras litográficas⁷⁵, Sévres e Gobelins⁷⁶, máquinas agrícolas⁷⁷, serviços de mesa em prata, chapéus de sol de diferentes qualidades⁷⁸ e muitíssimos outros produtos.

No caso particular da pintura, admiravam obras de grandes nomes do nosso Romantismo: Tomás da Anunciação, Cristino da Silva, Miguel Ângelo Lupi, Marciano Henriques da Silva, Maria Guilhermina de Albuquerque da Silva Reis, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, Joaquim Prieto, Alfredo de Andrade, José Ferreira Chaves, Prosper Lasserre, Luís Ascêncio Tomasini, Francisco José Resende, João António Correia, João Baptista Ribeiro⁷⁹.

Malheiro enviou um número significativo de telas para este certame. A doze quadros a óleo, cujo título não especificou, juntou as seguintes pinturas: *A fonte*, *Um retrato*, *Um cão* (raça *hingcharles*), *Flores*, *Uma catraia*, *Vista de Leça*, *Vista de Leça da costa do sul* e *Vista de mar*, além de dois Fruteiros⁸⁰.

Diante destas obras, Francisco José Resende escreveu:

O snr. Malheiro tendo deixado de ser artista de profissão há muitos anos, ainda consagra à arte o mesmo amor e dedicação dos tempos passados: só uma bela alma como possui, alma de verdadeiro artista, lhe daria coragem para aproveitar os curtos instantes que lhe restam dos seus trabalhos quotidianos, empregando-os na pintura. É digno de verdadeira estima um cavalheiro tão inteligente e modesto.

No que respeita à cor dos seus quadros, Resende afirmava que lhe fazia lembrar a escola veneziana “tantas vezes estudada e admirada com paixão pelo snr. Malheiro durante o tempo que esteve em várias cidades de Itália”⁸¹.

Alguns anos mais tarde, também *O Comércio do Porto*, ao contemplar um quadro de frutos de Malheiro, sublinharia que o seu tom suave recordava a escola veneziana⁸².

Voltando à exposição internacional de 1865, torna-se necessário referir que “pelas pinturas expostas”⁸³, Malheiro foi galardoado pelo júri com uma Menção Honrosa.

Em 1867, numa outra exposição realizada no Palácio de Cristal, o artista apresentou “seis pequenas paisagens”⁸⁴. Uma década depois, a cidade apreciava ainda três quadros da sua autoria⁸⁵, na Exposição Horticola

70 COSTA *et al*, 1861: 1.

71 QUARESMA, 1995: 76.

72 CARDOSO, 1994: 46.

73 SANTOS, 1989: 41.

74 ANÓNIMO, 1865e: 2.

75 ANÓNIMO, 1865c: 1.

76 ANÓNIMO, 1865a: 2.

77 ANÓNIMO, 1865d: 2.

78 ANÓNIMO, 1865a: 2.

79 *Catalogo Official da Exposição Internacional do Porto em 1865*, p. 91-97.

80 *Catalogo Official da Exposição Internacional do Porto em 1865*, p. 93.

81 REZENDE, 1865b: 1.

82 REZENDE, 1877: 1.

83 SILVEIRA, 1866: 299.

84 *Catalogo Official da Exposição de Archeologia e de Objectos Raros Naturaes, Artísticos e Industriaes, realisada no Palacio de Cristal Portuense em 1867*, p. 40.

85 OLIVEIRA JÚNIOR, 1877: 174.



Figura n.º 3 – [João Eduardo Malheiro desenhado por Francisco José Resende]. Lápis sobre papel, 230 x 140 mm. Não datado [c. 1849]. Não assinado. Fonte: Museu da Quinta de Santiago.

Internacional. Integravam o “Concurso n.º 154”, significativamente designado por “Quadros pintados a óleo (amadores)”⁸⁶. Mas dessa vez, Malheiro não conseguiu obter distinção alguma, sendo inclusivamente ultrapassado por um jovem de 18 anos, de seu nome Henrique César de Araújo Pousão⁸⁷.

A partir de então, ocupa-se unicamente com o trabalho da alfândega. Entre 1882⁸⁸ e 1883⁸⁹, reedifica a sua casa, situada na Rua de Santa Catarina, introduzindo várias modificações na configuração do edifício. As obras ficam prontas em 1884, coincidindo com a data da sua aposentação⁹⁰. Ignoramos absolutamente como decorreu o resto da vida deste homem, inclusive a data da sua morte, mas tudo leva a crer que se afastou definitivamente da vida artística.

Dois quadros de João Eduardo Malheiro

Hoje conhecem-se apenas duas pinturas de João Eduardo Malheiro. A composição histórica que realizou no âmbito do concurso para substituto da cadeira de Pintura Histórica da Academia Portuense de Belas Artes e uma paisagem.

Começemos pela composição histórica.

Como já vimos, no dia 23 de julho de 1849, às nove horas da manhã, aberta a Conferência na Academia, realizou-se o segundo exercício do concurso.

Foram colocados numa urna “seis assumptos de motivos diferentes”⁹¹, sendo um deles tirado à sorte. Quis o destino que Malheiro ilustrasse um episódio triste da nossa história: a morte de D. João de Castro entre os braços de S. Francisco Xavier.

Vimos que Malheiro experimentou grandes dificuldades na execução da prova.

86 *Catalogo Official da Exposição Horticola Internacional Realisada nos dias 29 de Junho a 8 de Julho de 1877 no Palacio de Crystal do Porto*, p. 43-44.

87 RODRIGUES, 1998: 15.

88 AHMP – *Pedido de licença para construção dirigido à Câmara Municipal do Porto*. Porto, 23 de novembro de 1882, fol. 63-63v.

89 AHMP – *Pedido de licença para construção dirigido à Câmara Municipal do Porto*. Porto, 7 de março de 1883, fol. 242.

90 *Almanach Historico, Commercial, Administrativo e Industrial da Cidade do Porto*, 1884, p. 427-429.

91 AFBAUP – *Processo do Concurso Para a Substituição da Cadeira de Pintura Histórica, enviada ao Vice-Reitor e Vice-Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública*. Porto, 17 de julho de 1849. Livro n.º 125, fol. 103.

A Figura n.º 1 apresenta o resultado final do esforço do artista. As formas não são definidas com rigor (procedimento aceitável num esboço), mas o claro-escuro é quase inexistente e a aplicação precipitada da tinta, sem respeitar tempos de secagem, conduz os fundos a cinzentos desagradáveis, além de impedir o estudo das expressões fisionómicas.

D. João de Castro ocupa o centro do campo visual, erguendo-se num derradeiro esforço do leito. Apoia-se num oficial da fazenda do rei, enquanto do lado oposto, S. Francisco Xavier consola-o com um robusto crucifixo.

Imaginamo-lo proferindo as suas últimas palavras:

Não terei, senhores, pejo de vos dizer, que ao Vice-Rei da Índia faltam nesta doença as comodidades, que acha nos hospitais o mais pobre soldado. Vim a servir, não vim comerciar ao Oriente [...]. Hoje não houve nesta casa dinheiro, com que se me comprasse uma galinha; porque nas armadas que fiz, primeiro comiam os soldados os salários do Governador, que os soldos de seu Rei⁹².

Na verdade, D. João de Castro foi uma das figuras mais extraordinárias da nossa História. No primeiro plano da tela surgem quatro personagens. Duas ocupam a extremidade direita do campo visual e as restantes preenchem a extremidade oposta. Tal esquema introduz uma simetria desinteressante na composição. A cama de D. João, assim como o lençol que a cobre, ostenta uma ligeira exploração dos efeitos de luz destinados a evidenciar o herói.

Anatomia e perspetiva revelam certo escrúpulo e a pincelada anima-se sobretudo nas cortinas, por cima da cama e na colcha. Todavia, o colorido monótono impede que estas qualidades se manifestem convenientemente.

O ambiente da paisagem é bastante diferente. Uma árvore frondosa ocupa a metade esquerda do quadro, derramando sombras no primeiro plano, onde um ribeiro acolhe uma vaca que ali vem matar a sede.

Algumas ovelhas e uma vaca descansam em relvados estendidos ao sol de fim de tarde. A vegetação fresca prolonga-se até um horizonte elevado e esbatido que rouba protagonismo ao céu, ornado de nuvens finas e brilhantes. Sugestões de edifícios longínquos animam a composição. Um pincel fino e delicado ergue suavemente as formas, esmera-se nas transições entre zonas de luz e sombra e esbate contornos. Percebe-se a intenção de Malheiro em explorar os magníficos efeitos da luz ao entardecer. A Natureza aparece aqui investida duma imponência tranquila, inundando a atmosfera de frescura, paz e conforto.

Esta maneira de estruturar formas, luz e espaços deriva claramente da vertente paisagística veneziana, iniciada no século XVII com o pintor Marco Ricci e desenvolvida pelos seus seguidores, Francesco Zuccarelli, Giuseppe Zais, Antonio Marini, Pietro Brancalone, Bartolomeo Pedon ou Francesco Albotto.

Ricci não entendia a natureza como a visão da Arcádia. Procurava antes estudar o espetáculo das montanhas, dos efeitos da luz transitória, do silêncio dos rios, vales e árvores de folhagem opulenta que tornavam a paisagem ao mesmo tempo perfeita e familiar. Alicerçava a sua linguagem no equilíbrio formal, na serenidade cromática e na renúncia a qualquer ficção.

É claro que Malheiro não possuía o virtuosismo técnico destes mestres venezianos, mas o seu quadro introduz no paisagismo romântico português um sentimento de paz e quietude, alheio aos registos de essência documental praticados por Joseph James Forrester e António José da Costa e aos que emanam certa aridez melancólica efectuados por Francisco José Resende.

Atendendo à data em que foi executada – 1867 – esta paisagem deve ter sido exposta pelo autor na Exposição de Arqueologia e de Objectos Raros, Naturais Artísticos e Industriais, realizada no Palácio de Cristal, nesse mesmo ano. Malheiro exibiu, na altura, seis obras deste género.

Conclusão

Os dados conhecidos sobre a vida e obra de João Eduardo Malheiro são hoje muito escassos, mas, simultaneamente, bastante significativos. O estudo deste homem transporta-nos ao mundo dos pintores amadores dos meados do século XIX, universo muito peculiar, já que não se limitava a autores de segundo plano, mas envolvia nomes sonantes do nosso Romantismo.

Por exemplo, Leonel Marques Pereira era militar de carreira⁹³, Isaías Newton trabalhava nos caminhos de ferro⁹⁴, Luís Ascêncio Tomasini comandava navios⁹⁵ e Manuel Maria Bordalo Pinheiro era oficial na Secretaria da Câmara dos Pares do Reino⁹⁶.

Malheiro nunca chegou a ter a visibilidade destes artistas, porque a sua produção foi diminuta. Talvez sem vocação para o retrato (único género capaz de lhe garantir alguns proventos), é natural que o desânimo lhe afastasse a vontade de lutar por uma qualquer notoriedade, num meio artístico quase insensível à paisagem e à natureza-morta.

As críticas que recebia eram boas, mas isso não significa que vendesse os seus quadros. Assim, o desenlace da história de Malheiro foi o mais natural e o mais óbvio que se possa imaginar; um belo dia despediu-se da pintura como quem se despede de um sonho de infância, belo mas irreal, evitando assim mais lutas amargas, frustrações e tristezas. Quanto às recordações de Itália deve ter feito o mesmo: arrumou-as a um canto inacessível da memória e nunca mais as visitou.

Fontes Manuscritas

Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (AFBAUP) – *Acta da Conferência Geral de 28 de junho de 1849*. Luís Albano Pinto Fonseca. Livro n.º 114, fol. 9 v.

AFBAUP – *Processo do Concurso para a substituição da Cadeira de Pintura Histórica, enviada ao Vice-Reitor e Vice-Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública*. Joaquim Rodrigues Braga. Porto, 17 de julho de 1849. Livro n.º 125, vol. 1, fol. 103-103v.

AFBAUP – *Ofício dirigido ao Vice-Reitor e Vice-Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública*. Joaquim Rodrigues Braga. Porto, 16 de outubro de 1849. Livro n.º 125, vol. I, fol. 110v-111v.

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Pedido de licença para construção dirigido à Câmara Municipal do Porto*. João Eduardo Malheiro. Porto, 23 de novembro de 1882. D-CMP-07-085-063, fol. 63-63v.

AHMP – *Pedido de licença para construção dirigido à Câmara Municipal do Porto*. João Eduardo Malheiro. Porto, 7 de março de 1883. D-CMP-07-086-242, fol. 242.

ANTT – *Certificado*. António Joaquim Teixeira Caneca. Porto, 27 de abril de 1849. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mç. 3714.

ANTT – *Requerimento*. João Eduardo Malheiro. Porto, 4 de maio de 1849. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mç. 3714.

ANTT – *Ofício dirigido ao Conselheiro, Vice-Reitor e Vice-Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública*. Joaquim Rodrigues Braga. Porto, 30 de junho de 1849, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mç. 3714.

ANTT – *Requerimento dirigido à rainha D. Maria II*. Porto, João Eduardo Malheiro. 25 de julho de 1849. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mç. 3714.

ANTT – *Requerimento*. Porto, 8 de setembro de 1849. José de Sousa Neves Almeida Júnior, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mç. 3714.

ANTT – *Ofício dirigido ao Conselheiro, Vice-Reitor e Vice-Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública*. Joaquim Rodrigues Braga. Porto, 13 de setembro de 1849. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mç. 3714.

93 ANACLETO, 1993: 156.

94 MOURATO, 2000: II, 215.

95 FRANÇA, 1990: 268.

96 LAPA, 2007: 11-12.

Fontes Impressas

- ALLEN, Eduardo – *Catalogo provisório da Galeria de Pinturas do Novo Museo Portuense – O Museo Allen*. Porto: Typographia Commercial, 1853.
- Almanach Historico, Commercial, Administrativo e Industrial da Cidade do Porto para 1885, publicado por José Antonio Castanheira*. 3.º Anno. Porto: Empreza Editora, 1884.
- Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o Anno de 1849*. Porto: Typographia de Faria Guimarães, 1848.
- Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o Anno de 1850*. Porto: Typographia de Faria Guimarães, 1849.
- Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o Anno de 1851*. Porto: Typographia de Faria Guimarães, 1850.
- Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o Anno de 1852*. Porto: Typographia de Faria Guimarães, 1851.
- ANDRADE, Jacinto Freire, 1835 – *Vida de D. João de Castro, Quarto Viso-Rey da India*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias.
- ANÓNIMO, 1821 – [Sem título]. *Borboleta Constitucional*. Porto, n.º 119, p. 4.
- ANÓNIMO, 1848a – “Fallecimento”. *Periódico dos Pobres no Porto*. Porto, n.º 95, p. 409.
- ANÓNIMO, 1848b – [Sem título]. *O Eco Popular*. Porto, n.º 229, p. 2.
- ANÓNIMO, 1848c – “Academia das Bellas-Artes”. *O Nacional*. Porto, n.º 241, p. 2.
- ANÓNIMO, 1848d – [Sem título]. *O Defensor*. Porto, n.º 256, p. 1022.
- ANÓNIMO, 1849a – “Museu Allen”. *Periódico dos Pobres no Porto*. Porto, n.º 138, p. 548.
- ANÓNIMO, 1849b – “Concurso para a Academia das Bellas Artes”. *Periódico dos Pobres no Porto*. Porto, n.º 154, p. 617.
- ANÓNIMO, 1849c – [Sem título]. *O Nacional*. Porto, n.º 174, p. 1-2.
- ANÓNIMO, 1849d – [Sem título]. *O Nacional*. Porto, n.º 213, p. 2.
- ANÓNIMO, 1849e – “Um rico quadro”. *Periódico dos Pobres no Porto*. Porto, n.º 221, p. 886.
- ANÓNIMO, 1852a – [Sem título]. *Periódico dos Pobres no Porto*. Porto, n.º 105, p. 462.
- ANÓNIMO, 1852b – “Viagem de Suas Magestades”. *O Nacional*. Porto, n.º 102, p. 1.
- ANÓNIMO, 1852c – “Posse d’emprego”. *Periódico dos Pobres no Porto*. Porto, n.º 106, p. 465.
- ANÓNIMO, 1852d – [Sem título]. *O Jornal do Povo*. Porto, n.º 585, p. 2342.
- ANÓNIMO, 1852e – “Antonio Marques da Silva Figueiredo”. *O Eco Popular*. Porto, n.º 122, p. 3.
- ANÓNIMO, 1852f – “Offerta Artistica”. *O Nacional*. Porto, n.º 206, p. 3.
- ANÓNIMO, 1861a – “Affluencia de visitantes”. *O Braz Tisana*. Porto, n.º 192, p. 3.
- ANÓNIMO, 1861b – “A Exposição Industrial Portuense em 1861”. *O Jornal do Porto*. Porto, n.º 203, p. 1.
- ANÓNIMO, 1861c – “Visita á exposição industrial”. *O Nacional*. Porto, n.º 205, p. 1
- ANÓNIMO, 1861d – “Exposição Industrial”. *O Nacional*. Porto, n.º 211, p. 1.
- ANÓNIMO, 1865a – “Productos exhibidos na Exposição Portuguesa”. *O Jornal do Porto*. Porto, n.º 214, p. 2.
- ANÓNIMO, 1865b – “Productos exhibidos na Exposição Portuguesa”. *O Jornal do Porto*. Porto, n.º 214, p. 2.
- ANÓNIMO, 1865c – “Revista da Exposição Internacional do Porto, Introdução, III”. *Diário Mercantil*. Porto, n.º 1705, p. 1.
- ANÓNIMO, 1865d – “Exposição portuguesa”. *O Jornal do Porto*. Porto, n.º 217, p. 2.
- ANÓNIMO, 1865e – “Fabrica da Marinha Grande”. *O Diário Mercantil*. Porto, n.º 1716, p. 2.
- ASCANIO, 1851 – “Folhetim, Exposição das Bellas Artes, 4.ª”. *O Nacional*. Porto, n.º 234, p. 3.
- CALDEIRA, L. da Silva, 1852 – “Honra ao Merito”. *O Braz Tisana*. Porto, n.º 159, p. 3.
- CARNEIRO, Manuel José, 1856 – “Apontamentos para a Biographia de Pintores, Escultores e Architectos”. *Periódico dos Pobres no Porto*. Porto, n.º 79, p. 361.
- Catalogo Official da Exposição de Archeologia e de Objectos Raros Naturaes, Artisticos e Industriaes, realisada no Palacio de Cristal Portuense em 1867*. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1867.
- Catalogo Official da Exposição Horticola Internacional, Realisada nos dias 29 de Junho a 8 de Julho de 1877 no Palacio de Crystal do Porto*. Porto: Typographia Occidental, 1877.
- Catalogo Official da Exposição Internacional do Porto em 1865*. Porto: Typographia do Commercio, 1865.
- Cathalogo dos Productos Exhibidos na Exposição Industrial no Porto em 1861*. Porto: Typographia do Diario Mercantil, 1861.
- CHAGAS, M. Pinheiro, 1866 – “O Folhetim na Exposição, V”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 21, p. 1.
- COSTA, Raimundo Joaquim da; et al, 1861 – “Exposição Industrial Portuense”. *O Comércio do Porto*, Porto, n.º 264, p. 1.
- GAMA, A. S. D., 1852 – “Os quadros do Sr. Rezende e do Sr. Pinto”. *A Peninsula*. Porto, n.º 34, p. 408.
- LUCIANO, A., 1861 – “Folhetim, A Exposição Industrial Portuense, em 1861, XVIII (Continuação)”. *Diário Mercantil*. Porto, n.º 514, p. 1.
- OLIVEIRA JUNIOR, Duarte de, 1877 – “Revista da Exposição Horticola Internacional”. *Jornal de Horticultura Prática*. Porto, n.º 9, p. 174.
- PINTO, J. M. P., 1869 – *Apontamentos para a Historia da Cidade do Porto*. Porto: Typographia Commercial.
- REZENDE, Francisco José, 1865a – “Bellas-Artes, Portugal, II”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 259, p. 1.
- REZENDE, Francisco José, 1865b – “Bellas-Artes, Portugal, III”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 264, p. 1.

- REZENDE, Francisco José, 1877 – “Bellas-Artes”. *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 209, p. 1.
- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da, 1866 – *Visitas á Exposição de 1865*, 2.ª ed. Lisboa: Editor François Lallemand.
- T., 1849 – “Carlos Alberto”. *O Nacional*. Porto, n.º 172, p. 1.
- T, J. A. S., 1852 – *Descrição da Viagem de Suas Magestades ás Provincias do Norte, Com as Felicitações das Camaras e Respostas da Soberana*. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira.
- VITERBO, Sousa, 1903 – *Notícia de Alguns Pintores Portuguezes e de outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte em Portugal. Memoria apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

Bibliografia

- ANACLETO, Regina, 1993 – “Neoclassicismo e romantismo” in *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. 10.
- ANDRADE, Ângela Raquel Queirós; FERREIRA, Victor Manuel Ribeiro, 2002 – *Festa – Espectáculo – Arte Efêmera no Porto em Honra de D. Maria II*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- ANTUNES, Manuel Engrácia, 2003 – “Elementos para o estudo da estadia no Porto de Carlos Alberto, Rei da Sardenha”. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*. Porto: FLUP, I Série., vol. 2.
- BASTO, Artur de Magalhães, 1932 – *O Pôrto do Romantismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2005 – *D. Maria II*. Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- BRANDÃO, Júlio, 1929 – *O Pintor Roquemont, subsídios para o estudo do artista: vida, épocas e obras*. Lisboa: Livraria Moraes.
- CABEÇAS, Maria da Conceição; ARA, Concha d', 2001 – *Porto Monumental e Artístico – Património da Humanidade*. Porto: Porto Editora.
- CARDOSO, António, [1994] – “A Arquitectura do Ferro no Porto Oitocentista” in *Porto, 1865, Uma Exposição*. Lisboa: Expo 98.
- FRANÇA, José-Augusto, 1990 – *A Arte em Portugal no Século XIX*. 3.ª ed. Lisboa: Bertrand Editora.
- GARRADAS, Cláudia, 2008 – *A Coleção de Arte da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Génese e História de uma Coleção Universitária*. Porto: Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (dissertação de mestrado em Estudos Artísticos, Especialização em Estudos Museológicos e Curadoriais).
- LAPA, Pedro, 2007 – “Columbano Bordalo Pinheiro, Uma Arqueologia da Modernidade” in LAPA, Pedro (org.) – *Columbano Bordalo Pinheiro, 1874-1900*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Museu do Chiado-Museu Nacional de Arte Contemporânea.
- LEMONS, Maria da Assunção Oliveira Costa, 2005 – *Marques de Oliveira (1853-1927) e a Pintura do seu Tempo. Subsídios para a História da Cultura Artística Portuense*. Porto: Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (dissertação de doutoramento em Ciências das Artes).
- LISBOA, Maria Helena, 2007 – *As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)*. Lisboa: Edições Colibri; IHA/Estudos de Arte Contemporânea, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- MOURATO, António Manuel Vilarinho, 2000 – *Cor e Melancolia (Uma biografia do pintor Francisco José Resende)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal).
- PIMENTEL, Alberto, 1902 – *Santo Thyrsos de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Club Thyrsense.
- POSSOLLO, Guilherme, 1948 – “4 cartas do Visconde de Menezes” in *Arte de Ontem e de Hoje*. Lisboa: Edições R.E.S.M.
- QUARESMA, Maria Clementina de Carvalho, 1995 – *Inventário Artístico de Portugal, Cidade do Porto, XIII*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.
- RODRIGUES, António, 1998 – *Henrique Pousão*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SANTOS, José Coelho dos, 1989 – *O Palácio de Cristal e a Arquitectura do Ferro no Porto em meados do séc. XIX*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.
- SERÉN, Maria do Carmo, 2001 – *O Porto e os seus Fotógrafos*. Porto: Porto Editora.
- SERRÃO, Vítor, 2009 – “A Pintura Maneirista e Proto-Barroca” in RODRIGUES, Dalila (coord.) – *Arte Portuguesa, da Pré-História ao Século XX*. S.l.: Fubu Editores.
- SILVA, Germano, 2002 – *Á descoberta do Porto*, 2.ª ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- TEIXEIRA, José, 1986 – *D. Fernando II, Rei-Artista, Artista-Rei*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- VASCONCELOS, Artur Duarte Ornelas, 2009 – *Mestre João António Correia (1822-1896): entre a construção académica e a expressão romântica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado em História da Arte Portuguesa).
- VITORINO, Pedro, 1930 – *Os Museus de Arte no Pôrto (Notas Históricas). Subsídios para a História da Arte Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VITORINO, Pedro, 1938 – “Artistas Portuenses” in *Nova Monografia do Pôrto*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- VITORINO, Pedro, 1929 – *O Pintor Augusto Roquemont (no centenário da sua vinda para Portugal)*. Porto: Edição de Maranus.



A tratadística italiana e francesa: a confluência de influências na obra de um artista português do século XVIII

Eva Sofia Trindade Dias

Introdução

A Época Moderna ficou marcada por uma invenção técnica que viria a transformar profundamente a reprodução de textos e a produção do livro na Europa e no mundo. Esta nova invenção, atribuída a Gutenberg e caracterizada pelos caracteres móveis e pela prensa de impressão¹, permitiu a circulação do livro como recurso complementar à cópia manuscrita². Esta verdadeira revolução³ correspondeu a uma “necessidade de difusão da cultura escrita, portanto de instrução, bem como de aceleração das trocas intelectuais”⁴ a qual, com o tempo, o manuscrito tornou-se incapaz de satisfazer. Progressivamente, o livro impresso deixou de ser a reprodução do seu modelo e difundiu-se com enorme rapidez, a ponto de, no início do século XVI, a imprensa ter já conquistado a Europa e ter-se lançado à conquista do mundo⁵. Até ao século XVII, os grandes impressores-livreiros publicaram essencialmente obras de saber, destinadas às bibliotecas da aristocracia letrada e dos eclesiásticos. No entanto, em meados do mesmo século, assistiu-se a uma recessão na edição que conduziu à fragmentação do mercado do livro. Ao volume erudito sucedeu o livro de vulgarização, destinado a um público alargado. A segunda metade do século XVIII mostrou ser um momento decisivo na história do livro impresso, com a invenção e o desenvolvimento de diversos aspetos técnicos⁶, que permitiram um aumento do material impresso. A produção do livro cresceu consideravelmente, o seu preço diminuiu, multiplicaram-se os jornais, os pequenos formatos difundiram-se,

1 Sobre Gutenberg, a invenção da imprensa, os seus aspectos técnicos, dificuldades e soluções, ver FEBVRE; MARTIN, 2000: 61-111; McMURTRIE, 1997: 159-202.

2 Roger Chartier refere que o livro não sofreu alterações nas suas estruturas essenciais com a invenção de Gutenberg. Até pelo menos 1530, o livro impresso continuou, em grande parte, dependente do manuscrito ao imitar a sua paginação, a escrita, o seu aspecto formal, uma vez que, antes e depois do aparecimento da imprensa, o livro manteve-se como um objecto constituído por folhas reunidas em cadernos ligados entre si (CHARTIER, 1995: 272; FEBVRE; MARTIN, 2000: 118).

3 Elizabeth Eisenstein refere-se a esta invenção como a “revolução da imprensa”, uma revolução não reconhecida como tal inicialmente (EISENSTEIN, 1994: 15-17). McMurtie, por sua vez, afirma que na “história da cultura humana não há acontecimento que tenha a importância da impressão com tipos móveis” (McMURTRIE, 1997: 159). Para Lucien Febvre trata-se de “um dos instrumentos mais poderosos de que a civilização do Ocidente alguma vez dispôs”, com “um poder incomparável de penetração e irradiação” (FEBVRE; MARTIN, 2000: 7).

4 MARTIN, 1987: 52.

5 FURTADO, 1995: 49-50.

6 Entre eles, podem-se contar a invenção da máquina do papel, a transformação das máquinas de impressão, o aparecimento do linótipo, a evolução das técnicas de gravura e o aparecimento das técnicas fotomecânicas (FURTADO, 1995: 53-54).

multiplicaram-se as sociedades de leitura e as bibliotecas de empréstimo⁷. De facto, a imprensa permitiu a circulação de textos a uma escala inédita, assim como a redução do tempo da sua produção e do seu custo, permitindo o alargamento do número de leitores e o acesso a um maior número de livros⁸. A arte tipográfica respondeu, assim, a esta finalidade, a que se juntaram as necessidades sociais de informação, de administração e de cultura⁹.

D. Domingos de Pinho Brandão aponta “o livro e o mestre” como “veículos, a um tempo, manifestativos e transmissores do pensamento e da cultura”¹⁰. Já Artur Anselmo define o livro como receptáculo e veículo do saber¹¹, ideia partilhada por José Afonso Furtado, que o aponta “como depositário das leis, das memórias, dos acontecimentos, tradições e costumes, e veículo de todas as ciências”¹². Por sua vez, Pina Marques apresenta o livro “como meio de comunicação de um conhecimento superior, verdadeiramente científico, transformador, com a capacidade de fazer levar a história do pensamento vivo”¹³. O livro revolve a cultura, transporta-a e irradia-a onde quer que este aporte. São estas ideias de transmissão de pensamento, conhecimento, cultura e linguagens que estão subjacentes ao livro, em geral, e ao tratado, em particular. A informação veiculada através das páginas de texto e gravuras dos tratados concorreu fortemente para a construção da cultura artística dos diversos países, em diferentes épocas, associando-se a outras fontes impressas, nomeadamente às gravuras de ornamentos avulsas, elementos que começaram a circular a uma escala muito mais alargada e com uma rapidez nunca antes vista, permitindo a difusão de estilos, formas e gostos entre os países europeus e, mais tarde, entre diferentes partes do mundo. Os artistas passaram, assim, a dispor de material teórico e visual mais acessível, suporte fundamental à conceção das suas obras.

A partir do século XVI, Portugal foi um dos países que absorveu uma quantidade significativa da produção dos principais centros de edição europeus. Algumas bibliotecas portuguesas eram ricas em tratados da Renascença italiana, onde surgiram obras de autores como Vitruvius, Alberti e Serlio¹⁴. Na segunda metade do século, o país abriu portas à informação artística de origem nórdica, onde se destacou o editor e impressor Christophe Platin, que manteve uma relação estreita com os livreiros lisboetas através do seu intermediário, Pierre Moerentorf, entre 1570 e 1577¹⁵. O facto de Portugal se encontrar sob o domínio filipino entre 1580 e 1640, fez com que a produção artística nacional fosse influenciada pelo comércio e arte flamengos. É neste contexto que, por volta de 1590, instalou-se em Lisboa Pierre Van Craesbeck, fundador de uma importante dinastia de editores e livreiros, cuja presença mantém-se em território nacional até ao século XVII¹⁶.

7 FURTADO, 1995: 55-56.

8 CHARTIER, 1988:139; CHARTIER, 1998: 9.

9 FURTADO, 1995: 49.

10 BRANDÃO, 1960: 288; LOUREIRO, 1994: 37.

11 ANSELMO, 1991: I, 7.

12 FURTADO, 1995: 17-18.

13 FURTADO, 1995: 26.

14 Foi sobretudo o tratado de Serlio que conheceu mais vasta difusão. As diversas reedições do tratado presentes em território português justificam a prevalência da influência até finais do século XVII (MANDROUX-FRANÇA, 1983:148-149).

15 Plantin era essencialmente um editor e impressor de livros ilustrados, sobretudo livros de emblemas e de coleções de retratos ou medalhas antigas presentes em cartelas. Todavia, a sua importância no campo artístico deveu-se sobretudo à comercialização internacional dos livros e estampas editadas pelos seus compatriotas, como Jacques Androuet de Cerceau, os irmãos Floris, Jean Vredeman de Vries, entre outros (MANDROUX-FRANÇA, 1983:150-155).

16 MANDROUX-FRANÇA, 1983: 155.

O panorama artístico começou a alterar-se progressivamente com o fim da dominação filipina. O mercado do livro e da estampa viu surgir duas novas famílias de editores, cujas publicações concorreram para o conhecimento da Roma barroca e do classicismo francês: os De Rossi e os Mariette¹⁷. Giovanni de Rossi reuniu e reeditou, a partir da segunda metade do século XVII, os fundos dos editores António Salamanca e Lafréry, onde constavam gravuras com motivos que se contrapunham ao estilo Maneirista, de que as coleções portuguesas possuem inúmeros exemplares¹⁸. Por volta de 1645, reuniu ornamentos do mesmo tipo publicados por Agostinho Mitelli, em Bolonha. As renovações do vocabulário decorativo em Portugal ficaram igualmente marcadas pela ação da família Mariette. Pierre II Mariette foi o principal editor de Jean Lepautre¹⁹, um dos ornamentistas mais presentes nas coleções nacionais. Jean Mariette, filho de Pierre, explorou as estampas herdadas do pai e fê-las circular até princípios do século XVIII²⁰.

Ainda em finais do século XVII, surgiu a obra que introduziu as alterações mais significativas na arte e arquitetura barroca portuguesas: o tratado *Perspectiva Pictorum et Architectorum*, de Andrea Pozzo, que conheceu grande divulgação em território português, nas suas diferentes edições²¹.

O século XVIII correspondeu a um período de grande enriquecimento das coleções de livros e estampas em Portugal. No reinado de D. João V (1706-1750) assistiu-se a um interesse crescente pela informação veiculada pelo livro e pela estampa, decorrente da internacionalização do gosto da Corte, da circulação de diversos artistas estrangeiros e da multiplicação de encomendas nos diferentes centros de criação europeia²². D. João V encomendou a Jean Mariette livros e gravuras para as coleções reais, concorrendo para a constituição da maior iconoteca europeia. Simultaneamente, observou-se a comercialização de diversas estampas saídas do meio editorial parisiense²³ e a conquista do mercado de publicações pelos editores de Augsburg²⁴, que invadiram o mercado português com gravuras, a partir de 1720. Surgiram publicações de autores como Jeremias Wolf, Jean-George Hertel, Martin Engelbrecht, François-Xavier Habermann, Johann-Isaias Nilson, entre outros²⁵. Pela mesma altura, apareceram os *Registos de Santos*, imagens de culto à Virgem e aos Santos vendidas durante as romarias e peregrinações, que atestavam a participação dos fiéis no culto. Estes *Registos* constituíam, simultaneamente, uma fonte de rendimento para as abadias e confrarias que as mandavam imprimir. As imagens encontravam-se inseridas em enquadramentos decorativos, simbolizando o retábulo em que a devoção estava materializada, onde predominavam os ornamentos *rocaille*. A juntar à sua função primordial, devemos acrescentar o papel que tiveram na divulgação da nova linguagem decorativa junto da população. O impacto desta iconografia religiosa é atestado por numerosas imitações executadas em Portugal, salientando-se os *Registos de Santos* concebidos pelos irmãos Klauber²⁶.

17 MANDROUX-FRANÇA, 1983: 156-157.

18 De Rossi reeditou estampas de artistas como Poliphilo Giancarli, Ludovico Scalzi, Petrus Antonius Priscus, Piere Biard, Bartholomeo d'Agnelli, Jean-Baptiste Montano (MANDROUX-FRANÇA, 1983: 157-158).

19 A obra de Jean Lepautre refere-se inicialmente aos ornamentos decorativos de Simon Vouet que, regressado de Roma em 1627, mostra uma obra inspirada pelos ornamentistas antiquizantes italianos (MANDROUX-FRANÇA, 1983: 158-159).

20 MANDROUX-FRANÇA, 1983: 160.

21 O primeiro tomo foi editado em 1693, surgindo o segundo, em 1700, o mais expandido. Foi reeditado em 1717 e traduzido para alemão em 1719, em Augsburg (MANDROUX-FRANÇA, 1983: 159).

22 MANDROUX-FRANÇA, 1983: 161-162; DIAS, 2010c: 71.

23 É o caso das séries saídas das diferentes edições do *Cours d'Architecture*, de Aviler, e de *Architecture à la Mode*, publicadas por Nicolas Langlois, reeditadas por Jean Mariette, que se encontram dispersas nas coleções juntamente com estampas de Bernard Toro ou Jean Bérain (MANDROUX-FRANÇA, 1983: 161).

24 Marie-Thérèse Mandroux-França considera Augsburg um centro de tal forma produtivo que o encara como uma verdadeira indústria da estampa rococó (MANDROUX-FRANÇA, 1974: 6; ARAÚJO, 1996: 48).

25 Serão sobretudo os cadernos de ornamentos Rococó difundidos pelos *ateliers* de Hertel e Engelbrecht, que começaram a circular em Portugal por volta de 1750, que deram um novo impulso ao tardo barroco nacional, sobretudo no norte de Portugal (MANDROUX-FRANÇA, 1983: 162-164; ARAÚJO, 1996: 47-48; DIAS, 2010b: 160).

26 MANDROUX-FRANÇA, 1974: 11-15; MANDROUX-FRANÇA, 1983: 165; ARAÚJO, 1996: 48; DIAS, 2010b: 161.

O segundo quartel do século XVIII assistiu à edição de tratados de arquitetura e decoração parisienses. Estes tratados foram largamente divulgados em Lisboa, graças às reedições tardias de Charles-Antoine Jombert, que comprou a célebre livreria *Colunas de Hércules* a Pierre-Jean Mariette, em 1750. O seu fundo secular começou a ser construído pela família Mariette, desde 1634, que representava a tendência conservadora da arquitetura francesa. Era constituído essencialmente por estampas de arquitetura e decoração do final do século XVII, representativo de um academismo clássico que estava de acordo com o gosto instaurado na Lisboa Pombalina²⁷.

Alguns destes tratados e gravuras ornamentais aportaram aos núcleos monásticos do Entre Douro e Minho, de modo particular ao Mosteiro de São Martinho de Tibães, que possuía uma livreria²⁸ bastante completa²⁹. A par das bibliotecas monásticas concorriam as bibliotecas particulares, em menor número, com alguns exemplares das melhores obras técnicas que circulavam pela Europa. Entre essas bibliotecas destaque para o acervo bibliográfico de um artista beneditino, figura marcante do Rococó bracarense: frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Deteremos a nossa atenção sobre os tratados que o monge possuía e o peso que estes tiveram na formação e informação do artista, com a análise das repercussões na obra de talha produzida, nomeadamente nos retábulos de *Terceiro Estilo*.

1. O acervo bibliográfico de frei José de Santo António Ferreira Vilaça

Uma das bibliotecas particulares do século XVIII melhor conhecidas³⁰ pertenceu a frei José de Santo António Ferreira Vilaça, monge donato da Congregação de S. Bento de Portugal. José António Ferreira Vilaça era filho de Custódio Ferreira, carpinteiro de profissão³¹. Com ele terá efectuado a sua aprendizagem no ofício, desconhecendo-se, no entanto, quando esta iniciou e qual o seu teor. Provavelmente recebeu do pai os ensinamentos da arte da talha³², área em que assumiu a sua dimensão artística³³.

A primeira obra executada pelo então jovem José Vilaça, conhecida até ao momento, data de novembro de 1757, quando assinou o contrato para a execução do retábulo-mor da igreja do convento de Santa Clara de Amarante – entretanto desaparecido – realização que indicia que a sua obra era sobejamente conhecida em Braga, fama que se estendeu rapidamente a outras localidades do Norte do território nacional. Este constituiu o único trabalho realizado antes de acompanhar o pai na execução da campanha de talha da nova capela-mor da igreja do Mosteiro de São Martinho de Tibães. A estadia prolongou-se até julho de 1764 e revelou-se fulcral para o jovem José, uma vez que trabalhou com o entalhador José Álvares de Araújo, executante de toda a obra de talha riscada por outro prodigioso mestre, André Ribeiro Soares da

27 MANDROUX-FRANÇA, 1974: 17; MANDROUX-FRANÇA, 1983: 166.

28 Segundo D. Domingos de Pinho Brandão, as livrarias são um “elemento importantíssimo para o conhecimento do ambiente cultural dum determinado período [...]”. Podem considerar-se um índice do movimento intelectual da época, pela tradição que representam e que se vai sedimentando, pelas correntes de pensamento que manifestam, pelo interesse, paixão e cultura que supõem nas pessoas ou instituições que as formam, conservam e aumentam, e, além disso, como elemento de estudo, de ensino e de formação” (BRANDÃO, 1960: 288; LOUREIRO, 1994: 37).

29 Sobre a biblioteca do Mosteiro veja-se RAMOS, 2007 e 1981: 5-15. Outros estudos associados: RAMOS, 1984: 159-186; DIAS, 1992: 151-196.

30 A biblioteca de frei Vilaça foi descoberta em 1963, aquando das investigações de Robert Chester Smith para a realização da monografia sobre o artista beneditino. O conhecimento do seu conteúdo constitui um testemunho excecional sobre os artistas portugueses na segunda metade do século XVIII (MANDROUX, 1974: 16).

31 “chamavase o meu pay Costodio Ferreyra mestre carpinteiro daquele tempo dos millores” (ADB – *Livro de Rezam do Irmão Fr. Jozé de Santo Antonio Villaça*, n.º 728, fol. 52v; SMITH, 1972: I, 152).

32 SMITH, 1972: I, 43; DIAS, 2010a: 176; DIAS, 2010b: 91; DIAS, 2010c: 71.

33 Frei Vilaça fez igualmente incursões por outras áreas como a arquitetura, escultura em pedra, estuques, ferro forjado e pintura (SMITH, 1972: II; DIAS, 2010a: 176; DIAS, 2010b: 91).

Silva, de quem José Vilaça foi discípulo³⁴. Este acabou por ingressar na Congregação beneditina, onde professou a 2 de abril de 1759³⁵.

Entre 1764 e 1796, frei Vilaça iniciou uma série de deslocações pelos diversos mosteiros da Congregação³⁶, onde foi disseminando o *gosto moderno* bracarense através das suas obras, parcialmente arroladas no seu diário pessoal, o *Livro de Rezam*³⁷. Em 1774, frei Vilaça deslocou-se a Lisboa, uma viagem de elevada importância para a carreira artística do monge beneditino. Porém, deixou-a passar em branco no seu diário pessoal, uma vez que não lhe fez qualquer referência. A 20 de maio de 1796 regressou definitivamente a Tibaães³⁸, onde veio a falecer a 31 de agosto de 1809³⁹.

O *Livro de Rezam* constitui uma fonte fundamental para a História da Arte, um testemunho excepcional para o conhecimento do percurso deste artista marcante da segunda metade do século XVIII. A análise atenta do seu conteúdo permitiu o levantamento de aproximadamente trinta livros que fariam parte da biblioteca pessoal de frei José Vilaça (ver Quadro).

Além das obras de carácter devocional, filosófico e doutrinal, é de salientar a presença de livros técnicos, como tratados de arquitetura, pintura, decoração e de perspetiva aplicada à pintura e arquitetura, encontrando-se parte deles no fundo geral da Biblioteca Pública Municipal do Porto. A inscrição nos fólios iniciais dos tratados atesta a posse dos mesmos por parte de frei Vilaça e permite compreender a sua aquisição entre 1768 e 1782. Importa, pois, conhecer o conteúdo destas obras e perceber qual o seu papel na formação artística de frei José Ferreira Vilaça.

34 SMITH, 1972: I, 43-45; ALVES, 1989: 528; DIAS, 2010a: 177; DIAS, 2010c: 71.

35 ADB – *Livro de Rezam* ... fol. 1; SMITH, 1972: I, 100; ALVES, 1989: 528; DIAS, 2010a: 188; DIAS, 2010b: 154.

36 Frei Vilaça fez a sua passagem pelos mosteiros de Tibaães, Santo Tirso, Arnóia, Refojos de Basto, Paço de Sousa, Pombeiro, Alpendurada e Couto de Cucujães. O monge artista deixou ainda marca noutros espaços religiosos, como as igrejas de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego, de Santa Cruz e de São Frutuoso, em Braga, e da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães (DIAS, 2010a: 177; DIAS, 2010b: 92).

37 O monge artista iniciou a redação do diário em 1759. Nele surgem indicadas algumas obras executadas para os mosteiros beneditinos, embora tenha realizado trabalhos para instituições laicas, como o próprio refere: "Dipois das obras que tenho feito e riscado na minha religião fis outras muitas em diversas partes do Reino que para as referir seria prezoso excrever muito a este respeito" (ADB – *Livro de Rezam*... fol. 52; SMITH, 1972: I, 152; DIAS, 2010a: 177; DIAS, 2010b: 92).

38 "do ano de 1796 chigui a Tibaens a - 20 de Mayo do ano de 1796 – a."; "vim de la para Tibaens a 20 de mayo de 1796" (ADB – *Livro de Rezam*... fols. 35, 52; SMITH, 1972: I, 136, 152).

39 SMITH, 1972: I, 81.

Quadro – Livros pertencentes à biblioteca pessoal de frei José de Santo António Ferreira Vilaça

	Designação	Tipo de Obra	Inscrição	Observações
Livros mencionados no Livro de Rezam	AVILER, C.A. de – <i>Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des commentaires</i> . Paris, 1760.	Tratado de arquitetura	“Este libro de Architectura he do uso do irmão fr. José de Santo António monge de S. Bento mestre de obras de Architectura da sua religião. Custou quatro mil e oito centos reis; ano de 1771 ano Pombeiro a -28- do mes de Março do dito ano.”	
	ALMEIDA, Teodoro – <i>Recreação Filosófica, ou Dialogo sobre a Filosofia Natural para Instrucção de Pessoas Curiosas, que não Frequentarão as Aulas</i> . Lisboa, 1786-1805. 10 volumes.			
	<i>Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa Composta, e Offerecida ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal</i> , pelo Bacharel António José dos Reis Lobato. Lisboa, 1761.	Gramática		Possivelmente será esta a obra mencionada por frei Vilaça no seu diário
	BERNARDES, Manuel (padre) – <i>Meditações sobre os Principaes Misterios da Virgem Santissima Senhora Nossa</i> . Lisboa, 1706.			
	BLONDEL, Jacques-François – <i>Architecture française, ou recueil des plans, élévations, maisons royales, palais, hôtels, édifices les plus considérables de Paris</i> . Paris: 1752-1756. 4 volumes.	Tratado de arquitetura	“Estes quatro volumes da Architectura franceza custarão a fr. José de Santo António Villaça – 33600 em Lisboa na logea dos bureis as portas de Santa Catarina”.	
	BLONDEL, Jacques-François – <i>Livre nouveau ou Règles des cinq ordres d'Architecture</i> par Jacques Barozzi de Vignole. Nouvellement revu, corrigé et augmenté par Monsier B... architecte du roy. Paris, 1757.	Tratado de arquitetura	“Do uso de fr. José de Santo António Villaça ano e 1782 monge de Sam Bento e mestre de obras de Arquetetura. Custou este livro – 4800 foi do abade de Ermeriz”.	
	BRISEUX, Charles-Étienne – <i>L'art de bâtir des maisons de campagne</i> . Paris, 1743. 2 volumes.	Tratado de arquitetura		
	<i>Cartas Interessantes do Papa Clemente XIV</i> Traduzidas da Língua Franceza... Lisboa, 1785-1786. 4 volumes.	Cartas		
	CUNHA, Rodrigo (D.) – <i>Catálogo dos Bispos do Porto</i> . 2.ª ed. Porto, 1623.	Livro de História		

DIDEROT; D'ALAMBERT – <i>Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers</i> . Paris, 1751-1765. (Receitas retiradas de...)			Seriam manuscritos retirados da obra
FOURNIER, Georges – <i>Arquitectura militar ó Fortificación moderna, compuesta, traduzida y aumentada</i> por el capitán Manuel Frz. De Villa Real. Paris, 1649.	Tratado de arquitetura militar		
<i>Guimarães Agradecida Aplauzo Métrico ao R. D. Jozé Arcebispo de Braga</i> . Coimbra, 1747-1749. 2 volumes.	Livro da Poesia		
<i>Instruçãoens Geraes em Forma de Catecismo...</i> Impressas por Ordem do Senhor Carlos Joaquim Colbert, Bispo de Montpellier... Porto, 1769.	Catecismo		Possivelmente será esta a obra mencionada por frei Vilaça no seu diário
Livro designado <i>Agarido</i>			Obra não identificada e de conteúdo desconhecido
LE ROUX, Jean Baptiste – <i>Architecture Moderne ou l'art de bien bâtir pour toutes sortes de personnes</i> . Paris, 1764. 2 volumes.	Tratado de arquitetura	“Por meu falecimento pertence à livraria de Tibães que assi esta no nosso livro de Rezam. Pombeiro Mayo de 1768 – ano”	
<i>Norte Espiritual da Vida Cristã</i>			Obra não identificada e de conteúdo desconhecido
<i>Novo Curso de Mathematica para Uso dos Officiaes, Engenheiros e Artilheiros</i> , Traduzido pelo Cap. Manuel de Sousa. Lisboa, 1760-1765. 4 volumes.	Manual de matemática, álgebra e geometria		
POZZO, Andrea S. J. – <i>Perspectiva pictorum et architectorum</i> , Roma, 1717. 2 volumes.	Tratado de perspetiva e arquitetura	“Do uso do padre fr. Estêvão do Loreto monge benedictino. Este livro hé do uso do irmão fr. Jozé de Santo António Villaga e por seu falecimento pertence a libreria de Lisboa Sam Bento da Saúde. Licença que lhe facultou Capítulo Geral no Capítulo de Maio de 1780 ano”. “Do uso do padre fr. Estêvão do Loreto digo do uso do padre fr. Manuel de S. Gertrudes.”	

	REBELO, João (padre) – <i>História dos Milagres do Rosário de Nossa Senhora</i> . Lisboa, 1610.			
	RICHARDSON, Jonathan; JÚNIOR, Jonathan – <i>Traité de la peinture et de la sculpture</i> par Mrs. Richardson père fils, divisé en trois tomes. Amsterdão, 1728.	Tratado de pintura e escultura		
	SARMENTO, Francisco de Jesus Maria (frei) – <i>Cartilha Doutrinal, ou Compendio da Doutrina e Principaes Verdades da Nossa Sancta Fé Catholica</i> . Lisboa, 1780 e 1786.			
	SARMENTO, Francisco de Jesus Maria (frei) – <i>Historia Biblica e Doutrina Moral da Religião Catholica, Extrahida dos Livros Santos do Antigo Testamento com Frequentes Parafrases</i> . Lisboa, 1778-1788. 4 volumes.			
	SARMENTO, Francisco de Jesus Maria (frei) – <i>Horas Mariannas, ou Officio Menor da Sanctissima Virgem...</i> Lisboa, 1776.			
	SOUSA, Manuel – <i>Dictionnaire français-portugais</i> . Lisboa, 1784.	Dicionário		
	VERLOYS, M.-C. F. Roland de – <i>Dictionnaire d'architecture civile, militaire et navale</i> . Paris, 1770. 3 volumes.	Dicionário de arquitetura civil, militar e naval		
	VIEIRA, António Soares – <i>Ley Universal da Arithmetica</i> . Lisboa, 1763.	Manual de aritmética		
Livros não mencionados no <i>Livro de Rezam</i>	BLONDEL, Jacques François – <i>De la distribution des maisons de plaisance et de la décoration des edifices en general</i> . Paris, 1738. 2 volumes.	Tratado sobre distribuição e decoração de edifícios e respetivos jardins	"Do uso do irmão fr. Jozé de Santo António Vilaça mestre de obras de sua congregação lhe custarão em Lisboa 5500 – reis primeira e segunda parte em o anno – de 1774".	
	BOSSE, Abraham – <i>Traité des manières de dessiner les ordres de l'architecture antique en toutes leurs parties</i> . Paris, 1664.	Tratado de arquitectura	"Este livro comprei o em Lisboa para o uso do irmão Jozé de S. António Villaça no ano de 1774 – em caza do João Jozé de Bois (Bas) no Largo de Calheiros"	

1.1. A tratadística

Um primeiro olhar sobre os livros técnicos outrora pertencentes à biblioteca de frei Vilaça permite constatar que estes são maioritariamente tratados de origem francesa (ver Quadro). A presença de um dicionário de Francês – Português no acervo bibliográfico do artista beneditino poderá indiciar o seu domínio da língua. Do conjunto, a excepção vai para o único tratado italiano que frei Vilaça dispunha: *Perspectiva pictorum et architectorum*, de Andrea Pozzo, na sua edição de 1717.

A obra do padre jesuíta constitui um exemplar dividido em dois tomos, onde o autor comenta as gravuras relativas a desenhos de diversos elementos arquitetónicos e decorativos (elementos segundo a ordem arquitetónica, arcos triunfais, cúpulas, fachadas, portas e janelas decoradas, entre outros), assim como retábulos. Inicialmente, frei Vilaça disporia apenas do tratado que se encontrava na biblioteca do Mosteiro de Tibães. O desconhecimento das línguas em que foi redigido o tratado (italiano e latim), e o facto deste ser uma fonte de suma importância para sua informação, levaram-no a solicitar o auxílio do padre pregador frei Francisco de S. José, que o traduziu para português, em 1768. O manuscrito traduzido⁴⁰ permitiria ao artista fazer-se acompanhar desta fonte quando se ausentava da casa-mãe da Congregação para executar as suas encomendas. Todavia, a tradução não possuía a totalidade das gravuras, fundamentais para a rápida apreensão da informação presente no texto. Este facto poderá ter constituído uma das razões que levaram frei José Vilaça a solicitar o uso pessoal do exemplar da biblioteca de Tibães, petição que foi aceite no Capítulo Geral de Maio de 1780⁴¹. Todas estas diligências em torno do tratado de Andrea Pozzo revelam que o monge artista não dispunha inicialmente do livro na sua biblioteca pessoal e apontam no sentido da consulta regular da obra. Ao contrário de outros tratados, desconhece-se quando frei Vilaça iniciou o contacto e o uso do tratado italiano. No entanto, parece-nos verosímil que tenha sido aquando da sua formação junto de André Soares.

A partir de 1768, frei Vilaça iniciou uma série de aquisições de tratados franceses que iriam enriquecer consideravelmente a sua biblioteca pessoal. A primeira foi o tratado de arquitetura de Charles-Antoine Jombert, *Architecture moderne ou l'art de bien bâtir pour toutes sortes de personnes*⁴², constituído por dois volumes com informações relativas à construção de edifícios: o primeiro volume apresenta essencialmente texto, com algumas gravuras, enquanto o segundo volume é predominantemente constituído por gravuras de plantas, alçados e fachadas. Na página 16 do primeiro volume encontra-se uma nota ao texto adicionada na margem esquerda da página, em francês, cuja grafia se aproxima à de frei Vilaça. Este elemento concorre para provar o conhecimento do artista beneditino da língua, que referimos anteriormente.

No mesmo ano, adquiriu o tratado de Charles-Etienne Briseaux, que apresenta a particularidade de ser o único onde não surge qualquer inscrição do monge. A sua inclusão nesta data prende-se com a informação presente no seu diário pessoal, onde indica:

40 BNP – *Este livro de Perspectiva...*

41 "Por hũa petição me concedeo Capítulo Geral na Junta licença para em minha vida usar de hum livro chamado Ande Poso" (ADB – *Livro de Rezam...* fol. 36; SMITH, 1972: I, 145). A inscrição no tratado confirma o facto: "Este livro hé do uso do irmão fr. Joze de Santo António Villaça e por seu falecimento pertence a livreria de Lisboa Sam Bento da Saúde. Licença que lhe facultou Capítulo Geral no Capítulo de Maio de 1780 ano" (POZZO, 1717: vol. I).

42 "Por meu falecimento pertence à livreria de Tibães que assi esta no noso livro de Rezam. Pombeiro Mayo de 1768 ano" (JOMBERT, 1764: vol. II).

O nosso reverendíssimo padre mestre doutor frei Manoel Caetano do Loreto fesme a caridade de me mandar vir sete libros da minha Arte, e sam os seguintes; Arte de Batir dous volumes, que custarão.....	9600
Arquetetura Moderna dous velumes.....	9000
Arte de Pintura e Escultura tres velumes.....	2400
de Carreto do Mureira de Travanca.....	1480

22480⁴³

Além do arrolamento das obras, o pequeno trecho do diário revela a ação mecénática do abade geral da Congregação, que deu um forte impulso para a constituição de uma biblioteca atualizada e completa do artista beneditino.

O tratado de Briseaux encontra-se dividido em dois volumes: o primeiro volume é composto por texto, acompanhado de plantas, alçados e fachadas dos edifícios abordados; o segundo volume apresenta-se dividido em sete partes, sendo as cinco primeiras dedicadas a questões relativas à construção (projetos arquitetónicos, materiais, fundações, etc.) pontuadas por algumas gravuras, enquanto a sexta e sétima partes estão voltadas para a abordagem à decoração exterior e interior das construções, respetivamente.

O *Livro de Rezam* faz ainda referência, como vimos anteriormente, a um tratado de pintura e escultura. Robert Smith aponta como sendo o *Traité de la peinture et de la sculpture par Mrs. Richardson père fils*, a tradução francesa de um tratado de Jonathan Richardson e Jonathan Júnior que abordaria as obras de arte das galerias de Roma. Ao contrário dos restantes tratados, este não se encontra na Biblioteca Pública Municipal do Porto, desconhecendo-se a sua localização⁴⁴.

Em 1771, surge uma nova compra: o tratado *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des commentaires*, de Charles-Augustin Aviler, adquirido pelo preço de “quatro mil e oito centos reis”⁴⁵. O tratado aborda diversos assuntos relacionados com arquitetura, como ordens arquitetónicas, disposição das plantas, materiais e construção de edifícios, decoração de jardins, fachadas, escadas, nichos, janelas, portas, lareiras, entre outros elementos, um riquíssimo manancial de informação gráfica que se estende até aos pormenores, como os pequenos motivos ornamentais no final dos capítulos.

A viagem realizada a Lisboa, em 1774, revelou-se bastante profícua, dela resultando um aumento significativo da biblioteca de frei Vilaça⁴⁶. Das novas aquisições constam o *Architecture françoise, ou recueil des plans, élévations, maisons royales, palais, hôtels, édifices les plus considerables de Paris*⁴⁷ e *De la distribution des maisons de plaisance et de la distribution des édifices en genera*⁴⁸, de Jacques François Blondel, e o *Traité des manières de dessiner les ordres de l'architecture antique en toutes leurs parties*⁴⁹, de Abraham Bosse. O primeiro tratado, de Blondel, apresenta-se como um manual de arquitetura, constituído por quatro volumes, todos eles com inscrição que atestam a posse do exemplar pelo artista beneditino. O primeiro

43 ADB – *Livro de Rezam*... fol. 36v; SMITH, 1972: I, 146.

44 SMITH, 1972: I, 311, nota 246.

45 “Este libro de Architectura he do uso do irmão fr. José de Santo António monge de S. Bento mestre de obras de Architectura da sua religião. Custou quatro mil e oito centos reis; ano de 1771 ano Pombeiro a -28- do mes de Março do dito ano.” (AVILER, 1760).

46 A viagem revelou-se proveitosa não só pelas novas aquisições bibliográficas, mas igualmente por frei Vilaça ter tomado contacto com a cidade que vivia em pleno período Pombalino e uma linguagem artística renovada, que o monge beneditino transportou, em parte, para o norte de Portugal.

47 “Estes quatro volumes da architettura franceza custarão a fr. José de Santo António Villaça – 33600- em Lisboa na logea dos bureis as portas de Santa Catarina” (BLONDEL, 1752-1756).

48 “Do uso de fr. José de Santo António Villaça ano e 1782 monge de Sam Bento e mestre de obras de Arquetetura. Custou este livro – 4800 foi do abade de Ermeriz” (BLONDEL, 1757).

49 “Este livro comprei o em Lisboa para o uso do irmão Jozé de S. António Villaça no ano de 1774 – em caza do João Jozé de Bois (Bas) no Largo de Calheires” (BOSSE, 1664).

livro do primeiro volume debruça-se sobre a História da Arquitectura e alguns temas fundamentais que lhe estão associados, enquanto o segundo livro do primeiro volume e os restantes volumes estão voltados para a abordagem aos edifícios franceses mais importantes à época. Apresenta inúmeras gravuras, referentes aos edifícios que descreve, mas sobretudo plantas, alçados e fachadas.

O segundo tratado adquirido, do mesmo autor, encontra-se dividido em dois volumes: o primeiro volume, dividido em cinco partes, é constituído quase exclusivamente por texto. Possui informações relativas à distribuição e decoração dos edifícios e dos seus jardins, com as respetivas plantas. As poucas gravuras existentes correspondem aos pequenos motivos decorativos que surgem no final de cada parte. O segundo volume, com duas partes, encontra-se repleto de desenhos para decoração exterior e interior dos edifícios, respetivamente.

Por sua vez, a obra de Abraham Bosse constitui um manual sobre desenho e construção de diversos elementos arquitetónicos consoante a ordem a que se reporta, assim como outros elementos como escadas, e portadas. A ausência de índice dificulta a consulta, agravada pela organização, resultando numa obra deveras confusa. À semelhança do tratado anterior, não aparece mencionado no *Livro de Rezam*, embora ambos conservem inscrições nas folhas de rosto que provam o seu usufruto por frei Vilaça.

A última compra efetuada data de 1782. Trata-se de um novo tratado de Jacques François Blondel: *Livre nouveau ou Règles des cinq ordres d'Architecture par Jacques Barozzi de Vignole*⁵⁰, exemplar composto exclusivamente por gravuras, um conjunto de informação visual que muito influenciou a talha vilaciana. As gravuras referentes a elementos arquitetónicos (colunas, bases, pedestais, entablamentos, frontões, entre outros) são complementadas por vinhetas, na parte inferior da página, onde surgem pequenas gravuras de ornamentistas franceses, um verdadeiro manancial iconográfico para frei Vilaça, a que se juntam pequenos comentários do autor. Nas gravuras finais do tratado surgem igualmente representados alguns dos edifícios mais significativos na época, de Paris, Londres e Roma, assim como ruínas da Antiguidade Clássica.

Nas representações dos edifícios da época surgem alguns coches decorados com motivos Rococó, cujos elementos poderão ter influenciado frei Vilaça. Blondel representou ainda alguns retábulos de igrejas e catedrais de Paris. As gravuras 55 a 106 estão voltadas para a decoração de espaços interiores (galerias, quartos, gabinetes) e equipamentos (portas, *buffetes*, órgãos, púlpitos, caixilhos de vãos de iluminação, portões e grades, lampadários, balaústres, entre outros).

Pelo anteriormente exposto, depreende-se que frei José Vilaça foi adquirindo alguns dos melhores tratados de arquitetura francesa, editados na primeira metade do século XVIII. Estes tratados difundiram pela Europa o gosto francês da decoração *rocaille*, contraposto ao carácter plástico do *rocaille* alemão, que circulava largamente através das estampas decorativas avulsas⁵¹, muitas delas importadas de Augsburg pela congregação beneditina⁵², com as quais frei Vilaça certamente contactou e que influenciaram largamente a sua obra⁵³. O monge artista não excluiu o recurso a outras fontes iconográficas, nomeadamente os *Registos de Santos*⁵⁴, também conhecidas como imagens devocionais. Apesar de ter adoptado todo este repertório decorativo, o artista beneditino reinterpretou esses mesmos motivos e insuflou-lhes o seu toque pessoal, residindo aqui a originalidade da sua obra.

50 "Do uso de fr. José de Santo António Villaga ano e 1782 monge de Sam Bento e mestre de obras de arquitetura. Custou este livro – 4800 foi do abade de Ermeriz" (BLONDEL, 1757).

51 Apesar do peso que as produções augsburguianas tiveram na introdução das formas *rocaille* no território português, não deve ser descurada a difusão das estampas dos ornamentistas franceses. Neste plano, destaca-se a ação da família Mariette, que dominou o mercado de edição parisiense, com a publicação de estampas de Jacques Lepautre (MANDROUX-FRANÇA, 1974: 6-8 ; ARAÚJO, 1996: 78-80; DIAS, 2010b: 160-161).

52 ARAÚJO, 1996: 47.

53 ARAÚJO, 1996: 46-47; DIAS, 2010a: 178; DIAS, 2010b: 161.

54 Frei Vilaça dispunha de uma série de dezoito gravuras da vida de S. Bento realizadas pelos irmãos Klauber, de Augsburg, como atesta a inscrição no seu diário pessoal: "Tem o padre frei António de Nossa Senhora do Carmo a 3.ª estampa da vida de S. Bento a terceira de S. Bento no Subelaco" (ADB - *Livro de Rezam*... fol. 34v; SMITH, 1972: I, 135).

2. Influências da tratadística na obra produzida: os retábulos de *Terceiro Estilo*

A viagem a Lisboa e a compra de publicações artísticas francesas foram fundamentais para a formação artística de frei Vilaça e para a transformação profunda na sua obra: da turgidez e plasticismo das formas e motivos totalmente dourados, característicos do *Primeiro Estilo*, passou para a elegância e fluidez das linhas no *Segundo Estilo*, a que se associaram a policromia e os marmoreados fingidos, tendências que se acentuaram nas duas últimas décadas do seu percurso artístico, designado *Terceiro Estilo*, com as obras realizadas a adquirirem um carácter classicizante, marcadas pela sobrevalorização da estrutura arquitetónica em detrimento dos motivos decorativos, que se apresentam contidos. O douramento passou a estar reservado para elementos pontuais, como os elementos decorativos e alguns estruturais⁵⁵.

Atentemos de seguida nas obras de talha realizadas nas duas últimas décadas do século XVIII, com especial enfoque nos retábulos executados para os núcleos monásticos. Apesar de não dispormos dos riscos executados por frei José Vilaça, irremediavelmente perdidos, é possível estabelecer pontos de contacto entre a sua obra em talha e os tratados existentes na sua biblioteca particular. Sem fazermos desta abordagem um catálogo exaustivo de todos os elementos estruturais e decorativos que influenciaram os retábulos de *Terceiro Estilo* executados pelo monge artista, apresentaremos aqueles que denunciam uma maior proximidade com a tratadística do seu acervo bibliográfico.

Pelo *Livro de Rezam* temos conhecimento que frei José Ferreira Vilaça deixou obra realizada no mosteiro de São João de Alpendurada⁵⁶. O *Estado* de 1780-1783 aponta a realização de uma tribuna em talha⁵⁷ e dos quatro retábulos laterais⁵⁸, obras que ficaram concluídas no triénio seguinte, com o douramento⁵⁹. A referência à tribuna em talha poderá indicar a conclusão do retábulo-mor, para o qual os *Estados* anteriores não apontam o início. Fica a dúvida se o monge redator confundiu uma parte do retábulo com toda a estrutura, ou se será omissão dos *Estados* anteriores relativamente ao início das obras. A estrutura retabular constitui um exemplar em talha de grande sumptuosidade que domina toda a capela-mor (Figura n.º 1).

O sotobanco é constituído por um embasamento sobre o qual assentam pedestais salientes e reentrantes, definidos por molduras retangulares, surgindo nas que se encontram sob os pedestais do banco do retábulo folhas de acanto com pequenos cachos de flores e folhas. O sotobanco completa-se, na parte central, com uma porta, enquadrada por moldura dupla, encimada pelo nicho com a imagem de São João Baptista, a que se sobrepõe um crucifixo. O remate do nicho aproxima-se do remate do vão do lado esquerdo da gravura 99 do tratado de Pozzo⁶⁰. A passagem entre o nicho e a predela do banco do retábulo é marcada por uma estrutura decorada com vigorosas folhas esvoaçantes onde se entrelaça uma fita e de onde pende um cacho de folhas. As folhas esvoaçantes conjugadas com fitas aproximam-se das da página de rosto do *Livre Nouveau*, de Jacques-François Blondel e da página de dedicatória do tratado de Abraham Bosse⁶¹. De ambos os lados da estrutura surge um pequeno ramo de folhas. Os lados do banco do retábulo são definidos por pedestais com molduras, dentro das quais se dispõem pequenos ramos de folhas e flores semelhantes aos que se encontram em algumas gravuras de ornamentistas franceses presentes na parte inferior das páginas do *Livre Nouveau*, de Jacques-François Blondel, ou no motivo da página 359 do tratado de Aviler. O painel entre os pedestais apresenta uma moldura, onde surge o cruzamento entre uma fina folha esvoaçante com um ramo com folhas e bagas, amarrados por uma fita, próximo ao motivo da

55 SMITH, 1972: I, 259-282; ALVES, 1989: 529-530; DIAS, 2010a: 189; DIAS, 2010b: 156.

56 "No Mosteiro de Pendorada todo o ornato da igreja exceto os dous coletrais e o orgam" (ADB – *Livro de Rezam*... fol. 51v; SMITH, 1972: I, 152).

57 "Fece hua tribuna (sic) de talha" (ADB – *Estados do Mosteiro de Pendorada*, 1780-1783, n.º 102, fol. 15).

58 "Fezerãose quatro altares coleteraes do corpo da igreja com seos frontais e subpedaneos, e em hum deles se pos o sacrario, e por sima delle hum bom cuadro do Senaclo" (ADB – *Estados do Mosteiro de Pendorada*... fol. 15v).

59 "Completoouse o douramento da igreja" (ADB – *Estados do Mosteiro de Pendorada*... fol. 16v).

60 POZZO, 1700-1717: vol. II.

61 BOSSE, 1664.



Figura n.º 1 – Retábulo-mor da igreja do Mosteiro de São João de Alpendurada.

página LII do tratado de Aviler, elemento que se repete igualmente no tratado de Jombert⁶². O corpo do retábulo apresenta dois nichos laterais, enquadrados por duas colunas compósitas de fuste estriado, cujo primeiro terço se encontra separado dos restantes dois terços por pequenos enrolamentos interligados com elementos vegetalistas. O nicho do lado da Epístola acolhe a imagem de São Bento, enquanto o do lado do Evangelho acolhe a imagem de Santa Escolástica, apresentando ambos uma mísula decorada por linhas ondulantes e por folha de acanto, rematados por enrolamentos de folhas de acanto encimados por folha tripartida. O recorte dos nichos laterais apresenta similitude com o recorte central dos retábulos das figuras 62 a 65 do segundo tomo do tratado de Andrea Pozzo e com o recorte de um nicho com escultura para a fonte de um parque presente na gravura 45 do *Livre Nouveau*, de Blondel. A folha tripartida tem paralelo com o mesmo motivo figurado na gravura 98d do tratado de Aviler e a gravura com a representação de uma cartela do tratado de Blondel⁶³. Ao centro surge a tribuna escalonada, a que se sobrepõe o trono eucarístico, ladeado por dois anjos com folhas de palma na mão. O recorte da boca da tribuna lembra o desenho de alguns quartos e gabinetes presentes na parte final do tratado de Aviler⁶⁴. O coroamento do retábulo arranca do entablamento sustentado pelas colunas, onde assenta um frontão curvo interrompido e dois anjos, nas extremidades. A colocação dos anjos no alinhamento das colunas do retábulo, sobre o entablamento, surge na gravura 71 do tratado do padre jesuíta, na representação do retábulo da igreja de Jèsu de Roma⁶⁵. O remate completa-se com um outro frontão, de empenas de linhas curvas, semelhante ao do coroamento do vão do lado direito de estampa 103 do tratado de Andrea Pozzo, aproximando-se igualmente do remate do retábulo da gravura 62 do mesmo tratado⁶⁶. No tímpano, de forma irregular, surge um alto-relevo com a representação da cabeça de São João Baptista numa bandeja, inserida numa moldura irregular enquadrada por elementos chamejantes e cachos de flores, encimada por uma cabeça de anjo. Os cachos de folhas têm motivos semelhantes, dispostos, por exemplo, no estilóbato da gravura 24, na decoração dos vãos de entrada e iluminação das gravuras 99, 103 e 105, nos modilhões da gravura 108 do tratado de Pozzo⁶⁷, no coroamento de portas para galerias e salões da estampa 99M do tratado de Aviler. As empenas do frontão apresentam o mesmo tipo de folhas finas esvoaçantes entrelaçadas com fitas vistas nos painéis do banco e a enquadrar o nicho de São João Baptista. A preceder o frontão encontra-se um arco de volta perfeita, que acompanha a abóbada de berço de cobertura da capela-mor, definido por aduelas decoradas com molduras rectangulares com uma flor ao centro, motivo presente na decoração da página XII⁶⁸ e na gravura da página 101 do tratado de Aviler, relativa à decoração de abóbadas e pendentis de cúpulas. A estrutura retabular encontra-se revestida com marmoreado fingido policromado, em tons que variam entre os beges, ocre, rosas, verdes, brancos e negros, apresentando douramento nos elementos decorativos e em alguns elementos estruturais.

Ainda no mosteiro de Alpendurada, os quatro retábulos do corpo da igreja concebidos por frei Vilaça, de linguagem extremamente depurada, apresentam estrutura semelhante entre si, com alguns pormenores distintivos. O retábulo dedicado ao Imaculado Coração de Maria (Figura n.º 2), do lado do Evangelho, e o retábulo dedicado ao *Ecce Homo*, do lado da Epístola, ambos situados próximos da entrada da igreja do mosteiro, apresentam um sotobanco com mesa de altar, não original, a que se sobrepõe o banco, definido por uma série de molduras que se dispõem nos painéis e friso sob os nichos laterais e central.

62 JOMBERT, 1764 : vol. I, XIV; vol. II, VI.

63 BLONDEL, 1738: vol. II, gravura 37.

64 Por exemplo, a gravura 99 (AVILER, 1760).

65 POZZO, 1700-1717: vol. II.

66 POZZO, 1700-1717: vol. II.

67 POZZO, 1700-1717: vol. II.

68 O mesmo motivo surge ainda nas páginas 39, 314 e 378 do mesmo tratado (AVILER, 1760).



Figura n.º 2 – Retábulo lateral do Imaculado Coração de Maria (lado do Evangelho).

A moldura central encontra-se interrompida por um elemento decorativo definido por 'C' afrontados, interligados com linhas curvas⁶⁹, que enquadra elementos em forma de pequenos amendoins. As formas de amendoins surgem na gravura 68 do tratado de Blondel, na representação de um motivo Rococó, na parte

69 A interligação de linhas curvas em forma de 'C' surge, por exemplo, na gravura 66 do *Livre Nouveau*, de Blondel.

inferior da gravura, onde surge uma sucessão de amendoins, assim como na gravura 80, nas portas inferiores de um *buffet*, que apresentam uma sucessão de pequenos amendoins enquadrados por folhas de acanto em forma de 'C' voltadas para dentro⁷⁰. Também o tratado de Briseaux apresenta algumas gravuras com a mesma forma⁷¹. Os pedestais das colunas apresentam enrolamentos de folhas de acanto nas faces laterais, sendo a face frontal decorada por moldura definida por volutas rematadas em folhas de acanto, sobrepujada por flor. A parte inferior da moldura apresenta um motivo vegetalista retorcido. As formas das molduras do banco do retábulo poderão ter sido inspiradas nas diversas formas das molduras e recortes de nichos e chaminés para quartos, salões, gabinetes, etc., que surgem na parte final dos tratados de Aviler⁷², Blondel⁷³ e Briseaux⁷⁴. O corpo dos retábulos apresenta dois pequenos nichos laterais, mais recuados e pequenos em relação ao nicho central. O recorte dos nichos reproduz o recorte de um nicho com escultura para a fonte de um parque presente na gravura 45 do *Livre Nouveau*, de Blondel, na gravura 17 do segundo tomo do *De la Distribution des maisons*, do mesmo autor⁷⁵, e é próximo do recorte central dos retábulos das figuras 62 a 65 do tratado de Andrea Pozzo⁷⁶. Na parte inferior dos nichos surgem mísulas de onde pendem folhas tripartidas, decoradas com volutas e a parte superior decorada com elementos chamejantes. O nicho central, de recorte em arco de volta perfeita ligeiramente apontado, surge enquadrado por moldura rectangular e encimado por pequenas molduras de forma triangular interligados através de elementos curvos em forma de 'C'. Encontra-se ladeado por duas colunas compósitas, de fuste liso. Os capitéis das colunas apresentam o dardo em forma de flor semelhante aos capitéis da figura 24 do primeiro tomo do tratado de Pozzo⁷⁷ e das figuras 29 e 30 do segundo tomo. O remate dos retábulos é definido por um frontão triangular, com rebaixamentos nas empenas e base, pontuado por uma cabeça de anjo e elementos vegetalistas no tímpano. Sobre o frontão sobrepõe-se uma estrutura constituída por linhas curvas, enrolamentos e elementos vegetalistas, destacando-se a folha polilobada de remate, próxima à do remate decorativo do hemiciclo da figura 15 do segundo tomo do tratado de Pozzo⁷⁸, e o motivo das finas folhas esvoaçantes entrelaçadas com fitas, próximo ao motivo da página 198 do tratado *De la distribution des maisons*, de Blondel. O coroamento é antecedido por uma cobertura da parede murária com elementos em talha, pertencentes à estrutura retabular, constituída por aduelas que descrevem um arco de volta perfeita, semelhantes às do retábulo-mor, definidas por molduras rectangulares com os cantos cortados com túrgidas folhas de acanto ao centro. A estrutura destes dois retábulos encontra paralelo com algumas estruturas presentes no segundo tomo do tratado de Andrea Pozzo, nomeadamente os nichos entre os arcos de volta perfeita do Museu Teatro da figura 41, a varanda sobre uma porta do desenho da figura 71 e ainda o vão que se ergue na cúpula do edifício representado na figura 85.

Os retábulos laterais que se encontram junto aos púlpitos apresentam algumas variantes em relação ao anteriormente descrito. O retábulo de Cristo Crucificado, do lado da Epístola, apresenta como variante o recorte do nicho central, em arco abatido, que abre até ao friso da mesa de altar, cuja abertura lembra o recorte de abertura

70 BLONDEL, 1757. No tratado *De la Distribution des maisons de plaisance*, do mesmo autor, os motivos em forma são igualmente recorrentes (BLONDEL, 1738: vol. II, gravuras 39 e 92).

71 Na sexta parte do tratado, no fecho do arco inferior da gravura 177, surge o motivo dos amendoins inserido numa forma rocaille chamejante ao centro. Os amendoins repetem-se na gravura seguinte, assim como nas gravuras 181 a 183 e na gravura 185. Surge novamente na sétima parte do tratado, nas gravuras 223 a 226 (BRISEAUX, 1743: vol. II).

72 AVILER, 1760, gravuras 57 a 65.

73 BLONDEL, 1757, gravuras 55 a 106; BLONDEL, 1738: vol. II.

74 BRISEAUX, 1743: vol. II, sobretudo a sétima parte.

75 BLONDEL, 1738: vol. II.

76 POZZO, 1700-1717: vol. II.

77 POZZO, 1700-1717.

78 POZZO, 1700-1717: vol. II.

de algumas divisões como quartos, gabinetes, salões do tratado de Aviler⁷⁹, Blondel⁸⁰ e Briseaux⁸¹. O retábulo do Sagrado Coração de Jesus, do lado do Evangelho, apresenta como variantes aos retábulos anteriores o recorte do nicho central, em arco de volta perfeita, e o sacrário, elemento inexistente nos restantes. Este encontra-se ao centro do banco do retábulo e é definido por uma estrutura de linhas ondulantes rematadas em enrolamentos, por cachos de folhas, com uma porta onde surge representada uma custódia. As linhas laterais do sacrário apresentam similitude com a consola A da gravura 46 do tratado de Blondel⁸². O sacrário é rematado por uma conjugação de linhas curvas e rectas terminadas em enrolamentos, encimadas por folhas de parra e cachos de uva. Este motivo, alusivo à Eucaristia, é semelhante aos motivos que ladeiam a decoração do fecho de um arco, constantes da gravura 177 do tratado de Briseaux⁸³, ou presentes na taça central de um troféu representando o Outono, do tratado de Blondel⁸⁴. Os quatro retábulos apresentam marmoreado policromado em tonalidades de verde, rosa, ocre, bege, azul, branco, cingindo-se o douramento aos elementos decorativos e alguns pormenores da estrutura retabular.

O triénio de 1783-1786 revelou-se abundante em termos de produção de retabulística vilaciana, com obras dispersas pelos núcleos monásticos de Paço de Sousa, Tibães e Couto de Cucujães. Em Paço de Sousa, o *Estado* informa-nos sobre a conclusão da capela-mor⁸⁵, obra iniciada no triénio anterior⁸⁶, e a colocação do retábulo-mor⁸⁷, factos corroborados pelo diário do artista beneditino: “No Mosteiro de Paço de Souza a capela mor de pedra e de pau”⁸⁸. O retábulo-mor (Figura n.º 3) é definido por um sotobanco muito depurado em termos decorativos, apresentando apenas finas linhas rectas que se conjugam formando diversas formas rectangulares. Ao centro, por trás da banquetta, surge uma porta de acesso ao tardo do retábulo, encimada por uma mísula ladeada por linhas curvas em forma de ‘C’. O recorte da porta reproduz o recorte do nicho presente nos tratados de Blondel⁸⁹ e o recorte central dos retábulos das gravuras 62 a 65 do tratado de Andrea Pozzo⁹⁰. O banco do retábulo é constituído por predela decorada por elementos como cachos de folhas e flores – inseridos nos pedestais das colunas e em espaços pontuais – e por folhas esvoaçantes entrecruzadas com ramos de folhas com pequenas bagas e flores, de onde pende uma fita – no friso sob os nichos laterais. O motivo da folha esvoaçante tem paralelo num motivo de remate da página LII do tratado de Aviler, que se repete no tratado de Jombert⁹¹, numa grade de coro constante da página 135 do tratado de Aviler, na gravura 31 do tratado de Blondel, a enquadrar o retrato de Vignola, assim como a sair de uma paleta que se encontra junto de material de desenho de arquitectura⁹².

79 AVILER, 1760: gravuras números 57 a 65d.

80 BLONDEL, 1738: vol. II, gravuras 55 a 86; BLONDEL, 1757: vol. II, gravuras números 55 a 106.

81 BRISEAU, 1743: vol. II, gravuras da sétima parte do tratado.

82 BLONDEL, 1738: vol. II.

83 BRISEAU, 1743: vol. II.

84 BLONDEL, 1738: vol. II, gravura 42. No mesmo tratado, a gravura 44 representa o mesmo motivo na parte inferior de um troféu representativo da Terra.

85 “Conclui-se de pedra a capella mor conforme o seu risco, estando so principiada” (ADB – *Estados do Mosteiro de Paço de Sousa*, 1783-1786, n.º 100, fol. 8v).

86 “Fesse de novo um lado da capella mor, continuasse na factura do outro lado, e abobada de pedra” (ADB – *Estados do Mosteiro de Paço de Sousa*... fol. 12v).

87 “Poce o magestoso retabulo que nela seve [sic]; Douroce a sua respeitável martineta, e todo o camarim matizando-o de cores não vulgares, e o mesmo se fes o sagrado altar e suas banquetas. Poce na tribuna hũa cor dirão incarnada que com a luz da janella faz respeitar o mesmo camarim para o que taobem inspira os castiçaes de perspetiva com que ele se orna para a exposição do Santíssimo” (ADB – *Estados do Mosteiro de Paço de Sousa*... fols. 8v-9).

88 ADB – *Livro de Rezam* ... fol. 51v; SMITH, 1972: I, 152.

89 BLONDEL, 1757, gravura 45; BLONDEL, 1738: vol. II, gravura 17.

90 POZZO, 1700-1717, vol. II.

91 Motivos presentes na página XIV do primeiro tomo e VI do segundo tomo (JOMBERT, 1764).

92 A gravura 51 do mesmo tratado apresenta um frontão com um baixo-relevo alegórico, rematado lateralmente por duas personagens masculinas amarradas a folhas finas e ondulantes (BLONDEL, 1757).



Figura n.º 3 – Retábulo-mor da igreja do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa.

Por sua vez, a fita aproxima-se das fitas representadas nas gravuras de Aviler⁹³, que se repetem nos mesmos motivos do tratado de Jombert⁹⁴. Em motivos decorativos distintos, a fita surge ainda no tratado de Blondel⁹⁵ e de Bosse⁹⁶. No centro encontra-se o sacrário, definido por uma pequena estrutura constituída por uma sucessão de linhas curvas e rectas, de onde arrancam, na parte superior, pequenos ramos de folhas e rosas; da parte inferior arrancam pequenas folhas de acanto. Ao centro surge a porta do sacrário decorada por uma representação muito fruste de dois ramos de espigas cruzados sobre o que será um ramo de videira com parras e pequenos cachos de uvas⁹⁷, ligados por uma fita ondulada. O sacrário encontra-se rematado por empenas que descrevem movimentação curva, de onde pende uma folha tripartida alongada nas extremidades, sob a qual está outra folha, igualmente tripartida, mas mais movimentada. O sacrário surge enquadrado numa estrutura maior, que reproduz lateralmente as suas formas e elementos, rematada por uma conjugação decorativa de linhas curvas, rectas e folhas, sendo a de remate do conjunto a folha tripartida, característica na obra de frei Vilaça⁹⁸. Sobre esta estrutura ergue-se um crucifixo. O espaço entre o sacrário e os frisos laterais do banco do retábulo, de forma ligeiramente côncava, apresenta-se decorado por linhas e formas ovais, que se conjugam com folhas ondulantes e fitas, criando uma ligação com a parte central do corpo do retábulo. O recorte da boca da tribuna aproxima-se do recorte do nicho para uma cama presente na gravura 229 (nicho inferior) do segundo volume do tratado de Briseaux. O corpo do retábulo encontra-se dividido em duas partes: a parte central, onde se encontra a tribuna, encerrada por uma tela com a representação da *Transfiguração de Cristo*, as duas partes laterais, de movimentação côncava, onde se inserem os nichos de São Bento (lado do Evangelho) e Santa Escolástica (lado da Epístola), enquadrados por colunas compósitas de fuste decorado por ramos de folhas e bagas⁹⁹ enroladas em movimento helicoidal. Este motivo decorativo, com movimentação semelhante, surge representado na decoração de uma chaminé com espelho da gravura 64 do tratado de Blondel¹⁰⁰ e na decoração das paredes laterais do coroamento de uma chaminé presente no tratado de Briseaux¹⁰¹. A parte inferior dos nichos apresenta enrolamentos de linhas curvas, folhas tripartidas e cascas enrugadas, enquanto a parte superior do nicho encontra-se decorada por formas e folhas ondulantes. Assente sobre as quatro colunas surge o coroamento do retábulo definido, como os restantes elementos da estrutura, por uma conjugação de linhas rectas e curvas, com folhas e enrolamentos, a que se juntam cabeças de anjos. A parte central do coroamento encontra-se decorada com folhas e rosas¹⁰², por trás de dois anjos, envergando amplas vestes, sentados sobre a moldura do recorte da boca da tribuna, que seguram folhas de palma e apontam para a representação de Deus Pai, um pequeno triângulo equilátero rodeado de raios de luz, com um olho ao centro. Esta representação encontra-se enquadrada por uma sucessão de 'C' ligados entre si

93 AVILER, 1760: LVI, 16 e 195.

94 Folhas de rosto de ambos os volumes apresentam o mesmo motivo decorativo na parte inferior da página, constituído por fitas e folhas com bagas, igual ao que consta do tratado de Aviler (JOMBERT, 1764).

95 Na gravura 12, a gravura inferior apresenta fitas esvoaçantes nas laterais do motivo, enroladas em ramos de árvores. Por sua vez, a parte inferior da gravura 24 mostra, do lado esquerdo, uma fita amarrada a uma gaita-de-foles e, do lado direito, uma fita por baixo de um chapéu (BLONDEL, 1757). Surge ainda no motivo com folhas esvoaçantes e fitas da página 198 do primeiro volume de *De la distribution* e na decoração do frontão da gravura 31 do segundo volume do mesmo tratado (BLONDEL, 1738).

96 As fitas são um elemento recorrente nas diversas portadas existentes na parte final do tratado, datado de 1659: gravuras 5, 8, 9 a 11 (BOSSE, 1664).

97 Este motivo, alusivo à Eucaristia, é semelhante aos motivos que ladeiam a decoração do fecho de um arco, constantes da gravura 177 do tratado de Briseaux, ou presentes na taça central de um troféu representando o outono, do tratado de Blondel (BLONDEL, 1738: vol. II, gravura 42).

98 BLONDEL, 1738: vol. II, gravura 37; AVILER, 1760: 372, gravura 98d).

99 O motivo dos ramos de folhas com bagas, muito recorrente na obra de frei Vilaça, surge representado com diversas variantes em diferentes estampas e tratados: AVILER, 1760: LII, 85, 103, 119, 221, 303, 308, 359 e 370; BLONDEL, 1757: folha de rosto, gravuras 2, 4, 27, 64; BRISEUX, 1743: vol. II, 1, 55, 153, gravura 197; BLONDEL, 1752-1756: vol. IV, V; JOMBERT, 1764: vol. I, folha de rosto, XIV; vol. II, folha de rosto, VI; BLONDEL, 1738: vol. I, 198.

100 BLONDEL, 1757.

101 BRISEUX, 1743: vol. II, gravura 197.

102 Este elemento decorativo aproxima-se dos cachos de flores e folhas presentes em algumas representações de ornamentistas franceses que contam da parte inferior das gravuras do tratado *Livre Nouveau*, de Jacques-François Blondel.



Figura n.º 4 – Retábulo da Capela de Santo Amaro da igreja do Mosteiro de São Martinho de Tibães (lado do Evangelho).

criando uma moldura, ladeada por folhas de acanto. O fecho do recorte da boca da tribuna é definido por uma forma túrgida, com enrolamentos nas pontas.

Pela descrição que consta do *Estado* de 1783-1786, o retábulo seria policromado, com marmoreado fingido, facto que não se verifica actualmente, uma vez que o retábulo se encontra totalmente pintado de branco, mantendo o douramento nos elementos que originalmente seriam dourados.

Em Tibães, frei Vilaça executou para a igreja do mosteiro o retábulo da capela de Santo Amaro (Figura n.º 4), situada do lado do Evangelho, obra policromada e dourada no mesmo triénio¹⁰³. Contudo, não se referiu ao mesmo no *Livro de Rezam*.

Trata-se de uma estrutura retabular de linguagem classicizante, com sotobanco definido por sucessivas saliências da estrutura, rematadas na parte central pela mesa de altar, cujo frontal apresenta forma trapezoidal e uma ondulação côncava e convexa da sua superfície, onde surgem elementos decorativos concheados e ondulantes. A ladear o retábulo, encontram-se duas formas de linhas ondulantes, que sustentam mísulas com as imagens do Sagrado Coração de Jesus, do lado direito, e o Arcanjo S. Miguel, do lado esquerdo. O corpo do retábulo desenha o mesmo tipo de saliências que o sotobanco e o banco, conjugando as saliências linhas retas e curvas, conferidas estas pelo par de colunas compósitas com fuste decorado com ramos de folhas e pequenas bagas dispostos em movimento helicoidal, semelhante ao dos fustes das colunas do retábulo-mor do Mosteiro de Paço de Sousa. As colunas enquadram o nicho central, que acolhe a imagem de Santo Amaro. O recorte do nicho reproduz o recorte do nicho para um parque, presente nos tratados de Blondel¹⁰⁴, assim como o recorte central dos retábulos das gravuras 62 a 65 do segundo volume do tratado de Andrea Pozzo. O coroamento do retábulo apresenta um entablamento que acompanha toda a movimentação da estrutura, onde assenta uma base de frontão, que se define na parte central como um frontão curvo interrompido. Os elementos definidos pela coluna, entablamento e frontão curvo interrompido apresentam semelhanças com os mesmos elementos do arco triunfal representado nas figuras 21 e 22 do tratado de Andrea Pozzo, com a representação perspéctica do nicho da figura 55 e com os retábulos das figuras 60, 62 e 67¹⁰⁵. Reclinados sobre as empenas encontram-se dois pequenos anjos, com palmas na mão, enquadrados, na sua retaguarda, por uma estrutura rematada pelas empenas de um frontão triangular, muito próxima ao remate do retábulo da figura 65 do tratado de Pozzo¹⁰⁶. Ao centro da estrutura surgem três cabeças de anjos rodeadas por raios de luz, ladeadas por folhas ondulantes, que se estendem igualmente na parte superior, partindo de um motivo decorativo, do qual pende uma pequena folha tripartida. No seguimento destas folhas encontram-se outras, semelhantes às dos fustes das colunas. O mesmo tipo de folhas ondulantes encontra-se sobre as empenas da estrutura. Este motivo, muito recorrente na obra de frei Vilaça, apresenta proximidade com as folhas ondulantes representadas nos tratados de Aviler¹⁰⁷, Blondel¹⁰⁸ e Jombert¹⁰⁹. Em termos de policromia predominam os tons de branco, negro, os marmoreados de rosa e azul, estando o douramento reservado para elementos decorativos, sendo pontualmente usado em alguns elementos estruturais.

Ainda no triénio de 1783-1783, frei Vilaça terá contactado com o Mosteiro do Couto de Cucujães, apesar da sua presença neste cenóbio estar documentada apenas para o período compreendido entre 1792 e 20

103 "Na capela de Santo Amaro se pôs retabolo novo e se forrou, pintou, e dourou" (ADB – *Estados do Mosteiro de Tibães*, 1783-1786, n.º 100, fol. 14).

104 BLONDEL, 1738: vol. II, gravura 17; BLONDEL, 1757: gravura 45.

105 POZZO, 1700-1717: vol. II.

106 POZZO, 1700-1717: vol. II.

107 AVILER, 1760: LII, 135.

108 BLONDEL, 1757: folha de rosto, gravura 31, a enquadrar o retrato de Vignola, assim como a sair de uma paleta que se encontra junto de material de desenho de arquitectura, gravuras 51 e 53, num frontão com relevo alegórico (BLONDEL, 1738: vol. I: 198; vol. II, gravuras 30 e 31).

109 JOMBERT, 1764: vol. I: XIV; vol. II: VI.

de maio de 1796¹¹⁰. Este contacto antecipado, ainda não totalmente esclarecido¹¹¹, terá sido motivado pela encomenda de frei Pantaleão de São Tomás, abade do mosteiro, dos dois retábulos colaterais¹¹², obras que frei Vilaça apontou no seu diário pessoal antes e separadas das restantes obras que executou nos quatro anos em que permaneceu no cenóbio¹¹³. Os retábulos foram concluídos no triénio de 1792-1795, com a sua policromia e douramento¹¹⁴, estando já presente o monge artista neste núcleo monástico.

Os retábulos encontram-se a ladear o arco cruzeiro, sendo o do lado do Evangelho dedicado a Cristo Crucificado (Figura n.º 5), e o do lado da Epístola dedicado a Nossa Senhora do Rosário, atualmente dedicado ao Sagrado Coração de Jesus.

À semelhança dos retábulos anteriores, apresentam uma linguagem classicizante. A sua estrutura e decoração são semelhantes, embora se verifiquem algumas variantes. Ambos possuem uma pequena mesa de altar, com frontal guarnecido com elementos decorativos da linguagem Rococó¹¹⁵, ladeada por dois pedestais que constituem o sotobanco, encimado por um banco com predela, decorado com volutas que terminam em folhagem¹¹⁶, por linhas ondulantes, assim como por motivos decorativos constituídos por três folhas pendentes. Este pequeno ornamento aproxima-se de um idêntico disposto no motivo decorativo de remate da página 359 do tratado de Aviler, que surge igualmente no remate de uma página do tratado *Architecture Française*, de Blondel¹¹⁷. Entre a mesa de altar e o sacrário, surge um pequeno friso com um ramo de trigo preso por fita, ao centro, e a representação de cachos de uva com folhas de parra dos lados, motivos próximos aos que constam da porta do sacrário do retábulo-mor do Mosteiro de Paço de Sousa. Este motivo, alusivo à Eucaristia, apresenta similitude com os motivos que ladeiam a decoração do fecho de um arco, constantes da gravura 177 do tratado de Briseaux, igualmente presentes na taça central da gravura 42 do tratado de Blondel, com a representação de um troféu alusivo ao outono, ou na gravura 44 do tratado do mesmo autor, com um troféu alusivo à Terra¹¹⁸. O sacrário encontra-se enquadrado lateralmente por pequenas volutas rematadas em folhagem, e por linhas ondulantes; na porta surge a representação de uma custódia em relevo, semelhante à da porta do sacrário do retábulo do Sagrado Coração de Jesus, da igreja do Mosteiro de Alpendurada. Apresenta um remate com elemento contracurvado, onde sobressaem dois motivos decorativos constituídos por folha tripartida, muito recorrente na obra do monge artista¹¹⁹. O remate superior do sacrário lembra a

110 "No mesmo Mosteiro do Couto risquei a obra do fronte espisio e aestisi a fagtura dele e mais obras donde estive quatro anos fazendo varias obras [...] e vim de la para Tibaens e 20 de Mayo de 1796" (ADB – *Livro de Rezam...* fol. 52; SMITH, 1972: I: 152).

111 Frei Vilaça poderá ter encetado contactos com a casa beneditina antes de 1786, no sentido de averiguar as condições de implantação dos retábulos colaterais, para proceder posteriormente à elaboração dos riscos, que seriam executados por mão de colaboradores, ou terá enviado apenas os riscos para os mesmos sem se ter deslocado ao mosteiro. Fica igualmente por determinar se frei Vilaça efectuou alguma visita de supervisão à execução dos retábulos, ou se o fez apenas quando chegou ao mosteiro (DIAS, 2010a: 182; DIAS, 2010b: 94).

112 "Fesce de novo o altar colateral do Santo Christo de talha moderna e risco agradável; o outro altar colateral, que lhe corresponde ja esta feito e em vespas de se apintar; estes dous altares são obras da devoção do N. M. Pe. P. P. Fr. Pantaleão de Santo Thomas dom abade deste mosteiro que os mandou fazer" (ADB – *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1783-1786, n.º 115, fol. 15).

113 ADB – *Livro de Rezam...* fol. 52; SMITH, 1972: I, 152. A informação exposta contradiz os dados apresentados por Robert Smith, que aponta o triénio de 1792-1795 como período de realização da obra (SMITH, 1972: II, 492), a que o *Estado* faz corresponder a policromia e douramento da obra realizada (ADB – *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães...* fol. 14), descurando o autor a informação contida no *Estado* de 1783-1786 (DIAS, 2010a: 181-182; DIAS, 2010b: 94).

114 "Pintarão-se e douraram-se os dois altares colatraes e os quatro castiças que lhes dizem respeito" (ADB – *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães...* fol. 14).

115 As rosas e flores presentes no frontal são semelhantes às de alguns cachos de flores e folhas presentes em algumas representações de ornamentistas franceses que constam da parte inferior das gravuras do tratado *Livre Nouveau*, de Jacques-François Blondel.

116 Estas movimentadas folhas de acanto que se desenvolvem nas arestas dos pedestais apresentam similitudes com um remate de pé de página do tratado de Aviler (AVILER, 1760: 359) que se repete no tratado de Blondel (BLONDEL, 1752-1756: vol. II, V).

117 BLONDEL, 1752-1756: vol. IV, V.

118 BLONDEL, 1738: vol. II.

119 A folha tripartida apresenta paralelo com o mesmo motivo figurado na gravura 98d do tratado de Aviler e na gravura com a representação de uma cartela do tratado de Blondel (BLONDEL, 1738, vol. II, gravura 37).



Figura n.º 5 – Retábulo Colateral de Cristo Crucificado da igreja do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães (lado do Evangelho).

mesma estrutura presente na representação do altar da gravura 64 do tratado de Pozzo¹²⁰. Do banco arrancam colunas compósitas, que definem o corpo dos retábulos, de registo único, com fustes ornados de ramos com folhagem e pequenas bagas, colocados em movimento helicoidal ao longo destes, próximos aos fustes do retábulo-mor do Mosteiro de Paço de Sousa e do retábulo da capela de Santo Amaro, do Mosteiro de Tibães¹²¹. Entre as colunas encontra-se o nicho com fecho decorado, onde se insere a imagem a que o retábulo está dedicado, ladeado por dois pequenos nichos. O recorte do nicho central aproxima-se do recorte central dos retábulos das figuras 62 a 65 do segundo tomo do tratado de Andrea Pozzo, assim como com o recorte do vão de entrada e iluminação do lado direito da figura 99 do mesmo tratado. Apresenta paralelo igualmente com o recorte de um nicho para uma escultura de um parque das gravuras 17 e 45 dos tratados de Blondel¹²². Sobre as colunas compósitas surge o coroamento dos retábulos, constituído pelo entablamento de onde arrancam a base e empenas de um frontão curvo interrompido¹²³, rematado com pequena estrutura triangular ligeiramente abaulada¹²⁴, definida por saliência e reentrâncias, onde se encontram anjos ladeados por ramos de folhas semelhantes aos das colunas. Há um evidente predomínio da policromia, com recurso ao branco, castanho e verde, e à técnica do marmoreado fingido, enquanto o dourado está reservado quase exclusivamente para os elementos decorativos.

Relativamente às diferenças entre os retábulos, estas principiam na iconografia dos mesmos. De salientar que o retábulo do lado da Epístola passou a ser dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, em 1874, estando inicialmente dedicado a Nossa Senhora do Rosário, como atestam as *Memórias Paroquiais*¹²⁵ e a iconografia dos elementos: presença de dois *putti* que sustentam a palma numa das mãos e coroa na outra, símbolos atribuídos à Virgem Maria. Além deste aspeto, frei Vilaça fez distinguir a iconografia dos dois retábulos no próprio dardo dos capitéis, sendo o do retábulo de Nossa Senhora do Rosário constituído por uma rosa, clara alusão à Virgem Maria como sendo a “rosa mística”, uma das invocações presente na Ladainha de Nossa Senhora. A rosa é idêntica à que consta do motivo decorativo de remate da página 13 do tratado de Aviler. Outra diferença prende-se com o facto de, no retábulo do Cristo Crucificado, a escultura ser original, semelhante à imagem de Cristo Crucificado do retábulo lateral do Mosteiro de Pombeiro, e de surgirem, no seu remate, dois anjos envergando amplas vestes que seguram as Tábuas da Lei.

120 POZZO, 1700-1717: vol. I.

121 Este motivo decorativo, com movimentação semelhante, surge representado na decoração de uma chaminé com espelho da gravura 64 do tratado de Blondel (BLONDEL, 1757) e na decoração das paredes laterais do coroamento de uma chaminé do tratado de Briseaux (BRISEAUX, 1743: vol. II, gravura 197).

122 BLONDEL, 1738, vol. II, gravura 17; BLONDEL, 1757: gravura 45.

123 O conjunto constituído por coluna, entablamento e frontão curvo interrompido apresenta-se próximo aos mesmos elementos do arco triunfal representado nas figuras 21 e 22 do tratado de Andrea Pozzo, com a representação perspetiva do nicho da figura 55 e com os retábulos das figuras 60, 62 e 67 (POZZO, 1700-1717: vol. II).

124 Este pequeno frontão é semelhante ao do coroamento do vão do lado direito de estampa 103 do tratado de Andrea Pozzo, aproximando-se igualmente do remate do retábulo da gravura 62 do mesmo tratado (POZZO, 1700-1717: vol. II).

125 “O orago ou padroeiro desta freguesia e mosteiro he Sam Martinho bispo. A igreja tem tres altares: o maior he dedicado [...] S. Martinho, hum dos collatraes a hua imagem do Santo Christo, e o outro a Nossa Senhora do Rozario” (ANTT – *Memórias Paroquiais. Cucujães*, 1758, vol. 12, n.º 475: 3312).

Conclusão

O conhecimento do acervo bibliográfico de frei José de Santo António Ferreira Vilaça constitui uma situação rara, possível graças à existência do seu diário pessoal. As obras técnicas que dele fizeram parte, conservando a sua maioria as inscrições que atestam a posse por parte do monge, revelam um artista que procurava constantemente a atualização dos seus conhecimentos e da sua linguagem artística. Grande parte dos tratados são exemplares editados na segunda metade do século XVIII, embora também surjam obras editadas na segunda metade do século XVII e princípios do século XVIII.

A análise das estruturas retabulares revela o cruzamento, bem conseguido, de influências do tratado de Andrea Pozzo, o único tratado italiano que frei Vilaça dispunha, com a tratadística francesa. Apesar do estilo de Pozzo ser considerado fora de moda por aquela altura em território nacional, a verdade é que a obra do padre jesuíta está presente sobretudo nos elementos da estrutura dos retábulos e em alguns motivos decorativos. A tratadística francesa, consideravelmente mais numerosa, em parte devido ao domínio da língua pelo artista beneditino, influenciou as obras realizadas em termos decorativos que estruturais, sendo de destacar a influência marcante dos tratados de Aviler, o *Livre Nouveau* e o segundo volume do tratado do tratado *De la distribution des maisons*, de Jacques-François Blondel, assim como o tratado de Briseaux, sobretudo a parte final. Menos significativa foi a influência do tratado de Abraham Bosse e praticamente nula a influência do tratado *Architecture Française*, de Blondel. Por constituir essencialmente um manual de arquitetura, terá fornecido pouca informação visual às obras em talha analisadas.

Desta forma, verificou-se a persistência no uso do tratado de Andrea Pozzo que, embora transmitisse uma linguagem considerada por alguns como ultrapassada, foi uma fonte imprescindível para frei Vilaça, que influenciou largamente a sua obra. Uma fonte extremamente cara ao monge artista que, para uso frequente, solicitou a sua tradução para português. No entanto, o monge beneditino, atento à mudança dos gostos, fez confluir na sua obra a linguagem do Barroco italiano com a do Rococó francês. A aquisição dos tratados franceses, alguns deles na viagem a Lisboa, responderam a essa necessidade de actualização, mas também de formação e informação, e revelam um artista conhecedor do que melhor e mais atualizado circulava em termos de tratadística europeia. Assim sendo, frei Vilaça soube interpretar linguagens artísticas distintas, cruzá-las e plasmá-las de forma magistral nas obras criadas, evidenciando a excelência do seu génio artístico e criativo.

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Braga (ADB) – Congregação de São Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro de Paço de Sousa*, 1780-1783, n.º 100.

ADB – Congregação de São Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro de Paço de Sousa*, 1783-1786, n.º 100.

ADB – Congregação de São Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro de Pendorada*, 1780-1783, n.º 102.

ADB – Congregação de São Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro de Tibães*, 1783-1786, n.º 113.

ADB – Congregação de São Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1783-1786, n.º 115.

ADB – Congregação de São Bento de Portugal. *Estados do Mosteiro do Couto de Cucujães*, 1792-1795, n.º 115.

ADB – Tibães. *Livro de Rezam do Irmão Fr. Jozé de Santo Antonio Villaça natural de Braga do Terreiro de S. Lazaro, pera nele assentar os defuntos que falecem e tudo o que devo, ou me devem, da mesma sorte o que inprestou, ou me inprestam, e onde estiver pg. – hé que está satisfeito ou do que inprestou, ou do que me inprestam*, n.º 728.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Memórias Paroquiais. Cucujães*, 1758, vol. 12, n.º 475: 3312. Disponível em: <<http://tonline.iantt.pt>> [consult. 22 de Fev. 2008].

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – Miscelânea. Fundo Geral. *Este livro de Perspectiva, e he tambem de Architectura de André Poso Religioso da Companhia de Jezus e sam dous velumes de folio grande feito em Latim e Italiano; agora vertido, ou traduzido; em Portuges pelo P. P. Frei Francisco de Sam Jozé, de Pibidens. Pera me aproveitar da Sua Lição, me vali do dito Padre asima mencionado ano de 1768. Do uso de Frei Jozé de Santo António Villaça. Tibaens, Agosto do dito anno*, n.º 4414.

Fontes Impressas

AVILER, C. A. de, 1760 – *Cours d'architecture qui comprend les ordres de Vignole, avec des comentaires*. Paris: Charles-Antoine Jombert.

BLONDEL, Jacques-François, 1752-1756 – *Architectue française, ou recueil des plans, élévations, maisons royales, palais, hôtels, édifices les plus considérables de Paris*. Paris, 4 volumes.

BLONDEL, Jacques-François, 1738 – *De la distribution des maisons de plaisance et de la décoration des edifies en general*. Paris, 2 volumes.

BLONDEL, Jacques-François, 1757 – *Livre nouveau ou Règles des cinq ordres d'Architecture par Jacques Barozzi de Vignole. Nouvellement revu, corrige et augmenté par Monsier B...architecte du roy*. Paris.

BOSSE, Abraham, 1664 – *Traité des manières de dessiner les ordres de l'architecture antique en toutes leurs parties*. Paris.

BRISEUX, Charles-Étienne, 1743 – *L'art de bâtir des maisons de campagne*. Paris.

JOMBERT, Charles-Antoine, 1764 – *Architectue moderne ou l'art de bien bâtir pour toutes sortes de personnes*. Paris: Charles-Antoine Jombert, 2 volumes.

POZZO, Andrea S. J., 1700-1717 – *Prospettiva de Pittori, et Architetti*. Roma: Nella Stamparia di António de Rossi, 2 volumes.

Bibliografia

ANSELMO, Artur, 1991 – *História da Edição em Portugal*. Porto: Lello & Irmão, 3 volumes.

ARAÚJO, Teresa Alves, 1996 – *A tipologia do órgão na obra de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado em História da Arte).

BRANDÃO, D. Domingos de Pinho, 1960 – “Teologia, Filosofia e Direito na Diocese do Porto nos Séculos XIV e XV. Alguns subsídios para o seu estudo”. *Stvdivm Generale*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, vol. VI, p. 242-355.

CHARTIER, Roger, 1988 – *História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel.

CHARTIER, Roger, 1995 – “Lecteurs dans la longue durée: du codex à l'écran” in CHARTIER, Roger (dir.) – *Histoires de la lecture. Un bilan de recherches*. Paris: IMEC Éditions; Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

CHARTIER, Roger, 1998 – “Introdução” in CHARTIER, Roger (dir.) – *As Utilizações do Objecto Impresso*. Alagés: Difel.

DIAS, Eva Sofia Trindade, 2010a – “A obra de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça na igreja do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães”. *IV Seminário Internacional Luso-Brasileiro – A Encomenda. O Artista. A Obra*. Porto: CEPESE, p. 175-194.

DIAS, Eva Sofia Trindade, 2010b – *Memórias do Antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (séculos XVII a XIX)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de mestrado em História da Arte).

DIAS, Eva Sofia Trindade, 2010c – “Treaties and detached decorative prints: the formation of an artist in the 18th century”. *IJUP'10 – 3rd meeting of young researchers at UP. Abstract Book*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, p. 71.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho, 1992 – “Os Beneditinos Portugueses e as Sequelas da Revolução Francesa na «Arcádia

- Tibanense»" in *A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil. Actas do Colóquio*. Porto: Universidade do Porto, vol. II, p. 151-196.
- EISENSTEIN, Elizabeth, 1994 – *La Revolución de la Imprenta en la Edad Moderna Europea*. Madrid : Ediciones Akal.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean, 2000 – *O Aparecimento do Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, 1989 – "VILAÇA, Frei José de Santo António Ferreira" in PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, p. 527-539.
- FURTADO, José Afonso, 1995 – *O Livro*. Lisboa: Difusão Cultural.
- LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha, 1994 – *O Livro e a leitura no Porto no Século XVIII*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida; Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse, 1974 – "Information artistique et 'mass-media' au XVIIIe siècle: la diffusion de l'ornement grave rococo au Portugal". *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga, vol. XXVII, n.º 64 (76), p. 3-23.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse, 1983 – "L'image ornementale et la littérature artistique importées du XVIe au XVIIIe siècle: un patrimoine méconnu des bibliothèques et musées portugais". *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, vol. I, 2.ª série, p. 143-205.
- MARTIN, Henri-Jean, 1987 – *Le Livre français sous l'Ancien Régime*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie.
- McMURTRIE, Douglas C., 1997 – *O Livro*. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, 1981 – "Os monges e os livros no século XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães". *Bracara Augusta*. Vol. XXXV, fasc.79 (92), p. 5-15.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, 1984 – "Os Beneditinos e a cultura: ressonâncias da Ilustração". *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II série, vol. I, p. 159-186.
- RAMOS, Maria Teresa C. F. de Oliveira, 2007 – "A Biblioteca de S. Martinho de Tibães no século XVIII". *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga, vol. LV, n.º 110 (123).
- SMITH, Robert C., 1972 – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2 volumes.



Proprium sanctorum: o culto a suas relíquias e a seus relicários

Francisco Portugal Guimarães

Introdução

A importância do culto aos santos e a fé em suas relíquias e seus relicários remontam aos primórdios do cristianismo, que precisou, naquele momento, de uma representação que identificasse o modelo de santidade cristã. Essa representação caracterizou-se pela veneração dos corpos dos mártires dessa religião emergente, através dos quais o Todo-Poderoso permitia que se operassem “graças extraordinárias”, consolidando-se como um dos sustentáculos mais poderosos da igreja cristã durante séculos.

A temática é instigante não só pela força que ainda representa no imaginário coletivo, mas, sobretudo, pela riqueza e densidade de sua representação e reelaboração. Também o frequente contato com o grandioso patrimônio sacro da igreja católica reforçou e contribuiu para direcionar-se o estudo para a devoção aos santos, às suas relíquias e aos seus relicários. Essa devoção, idealizando a santidade cristã, sugere questões que se procura explicar neste trabalho: Como a igreja cristã conceituou o santo? Qual o perfil de santo que caracterizou o cristianismo em seus primórdios? Que classes de santos personificaram o ideal da perfeição cristã primitiva? O que são relíquias e como se classificam? Como entendia e orientava a Igreja acerca do culto das relíquias? O que são relicários?

O objetivo deste trabalho, portanto, é compreender o “ideal da perfeição cristã”, por meio dos santos e santas martirizados e da devoção a suas relíquias e seus relicários, proposto pelo cristianismo primitivo.

A exposição do assunto nas diversas seções e subseções envolverá os seguintes conteúdos: a conceituação de santo na perspectiva da santidade cristã; o culto dos santos; o ideal da perfeição cristã primitiva incorporado nos mártires e nas virgens; o culto das relíquias; os relicários; o culto das relíquias no contexto da reforma tridentina em Portugal, relíquias e bustos-relicários em Salvador, Bahia, no Convento de São Francisco, no Mosteiro de São Bento e na Catedral Basílica.

Santidade cristã: santo

A devoção aos santos obriga-nos a detalhar o significado do vocábulo “santo”. “A palavra *santo*, em latim *sanctus*, vem de *sangrigne unctus*, ou seja, purificado pelo sangue”¹.

1 GUILLOIS, 1903: 100. “Sanctum ab ethnicis honnisi a sanguine hostiae numcupatom narrat Isidorus in suo etymologiarum libro” (tradução do autor).

Entre os pagãos, só se considerava santo o que havia sido respingado com o sangue das vítimas. Na lei moisaica, santificavam-se as pessoas e as coisas aspergindo-as com o sangue das novilhas e dos carneiros oferecidos em sacrifício. A Epístola aos Hebreus 9, 22, enuncia: “segundo a lei, se purifica quase tudo, e sem efusão de sangue, não há remissão”².

Segundo essa etimologia, a igreja cristã denomina santos os chamados bem-aventurados que reinam no céu, porque foram purificados de todos os seus pecados no sangue do Cordeiro Imaculado, ou seja, de Jesus Cristo “que nos amou e nos lavou em seu sangue”³.

O que os latinos chamam santo (*sanctus*), chamam-lhe os gregos âgios, isto é, sem terra, *quasi sine terra*; nome que convém aos bem-aventurados “porque já não pertencem à terra nem por suas ações, nem por seus desejos”⁴. O santo era, portanto, um ser humano que intermediava a ligação do terrestre com o sobrenatural como define André Vauchez: “O santo é um ser humano através do qual se estabelece um contato entre o céu e a terra”⁵. Também para Le Goff, santo significa “acima de tudo um morto excepcional, testemunho da ‘carne impassível’ e cujo culto se desenvolve em torno do seu corpo, do seu túmulo e das suas relíquias”⁶. Para a doutrina eclesiástica, santos “são aqueles que seguiram fielmente o exemplo de Cristo, oferecendo um glorioso testemunho do Reino dos Céus com o derramamento de seu sangue ou com o exercício heróico de virtudes”⁷.

Entende-se que santo representa, conforme definições apresentadas, o elo entre os mortais e o mundo celestial, por meio do qual a divindade suprema consentia que realizasse graças, sendo assim venerado após sua morte. Devido aos infortúnios da vida, as pessoas buscam seu auxílio e proteção não só para a cura das enfermidades do corpo, mas também soluções para seus problemas existenciais e do cotidiano.

No decorrer dos tempos, sabe-se que, na história da Igreja, o conceito de santo variou conforme a necessidade. Entretanto, a partir dos primeiros séculos, o cristianismo preocupou-se em estabelecer gradativamente uma distinção entre o perfil de santo que caracterizasse a identidade da religião emergente e aqueles cultos denominados pagãos. Este perfil é definido pela Igreja, de forma inédita até então, ressaltando a condição que, necessariamente, o pretendente a santo tenha morrido como ser humano, seguindo o exemplo de Cristo e determinado na fidelidade à sua palavra. O santo, assim, alcança o privilégio de ser conduzido à glória do paraíso e à suprema graça da vida eterna. Este entendimento é bem diferenciado da perspectiva das religiões pagãs, para as quais a morte era considerada barreira intransponível entre os seres humanos e os deuses.

Para Vauchez:

longe de constituir a moeda de troca da nova religião ou uma concessão da elite cristã às massas pagãs para fomentar a sua conversão, o culto dos mártires enraizou-se naquilo que o cristianismo tinha de mais autêntico e original em relação às outras religiões com as quais entrava em concorrência [...] o significado da morte, como um nascimento ao lado de Deus e a renovação do sacrifício salutar do único medianeiro [Cristo]⁸.

Neste trabalho, o que interessa é o período em que a Igreja primitiva utilizou, para caracterizar o perfil santoral, os indivíduos reconhecidos como santos, e o relaciona com os modelos de santidade dos primeiros séculos do cristianismo, por meio do martirólogo, ou seja, do *mártir*.

2 A BIBLIA TEB, 1995: 1482.

3 A BIBLIA TEB, 1995: 1515.

4 “Quod latini appellant sanctum, graeci âgios dicunt, quae sine terra; propterea beati in coelo vero nuncupantur santi, quia tam operis quam desiderii terreni omnino sunt expertes” (GUILLLOIS, 1903: 100).

5 VAUCHEZ, 1989: 212.

6 LE GOFF, 2000: 31.

7 SANTOS, 2000: 30.

8 VAUCHEZ, 1989: 212.

Do culto dos santos

Na doutrina da igreja católica, aos santos não se adoram, pois eles nada mais são do que criaturas excepcionais. A adoração propriamente, segundo Guillois, é um ato de humildade, de aniquilação da criatura na presença do Criador, a fim de reconhecer sua grandeza, sua excelência e o absoluto domínio que exerce sobre tudo o que existe⁹. É, pois, evidente que não se pode adorar aos santos. Adorá-los seria reconhecer neles o que pertence só a Deus. Seria render-lhes o culto supremo que a Igreja chama de culto de *latría* e, por consequência, seria praticar um ato de *idolatria*. Nem mesmo à Virgem, a Igreja recomenda esse culto, que é devido só a Deus.

Aos santos, portanto, por seus méritos e virtudes, é dado o direito de serem honrados e invocados como filhos dignos de Deus e como mediadores dos seres humanos junto a ele, que os elevou à relevância da glória, para recompensá-los por sua fidelidade “de terem procurado em vida senão identificar-se com a pessoa de Cristo, pelo menos aproximar-se ao máximo dessa norma absoluta”¹⁰. É por isso que a Igreja deu-lhes, desde os tempos apostólicos – e ensina os fiéis a dar – um culto religioso, instituiu festas em sua honra, celebrou suas virtudes em hinos, edificou templos e consagrou altares com sua invocação.

Embora o tenha desenvolvido de uma forma notável, quem inventou o culto dos santos não foi a Idade Média e arriscar-nos-íamos a não compreender nada deste aspecto essencial do cristianismo posterior ao ano mil, senão se tivesse em conta a herança dos primeiros séculos¹¹.

No culto que se rende aos santos, que se chama *dulia*¹², honra-se ao próprio Deus na invocação desses santos porque reconhecemos que foi Deus quem os fez o que são; que sua santidade é uma emanção, uma expansão, um reflexo da santidade do Criador; que as virtudes que praticaram foram obras sua e que premiando seus méritos, premiou seus próprios dons.

Pela estreita relação dos santos com o Todo-Poderoso, a Igreja recomenda que se deve invocar e recorrer a eles, pedindo sua proteção, seu auxílio, para se obter benefícios de Deus “por seu Filho Nosso Senhor Jesus Cristo, que é o nosso único Redentor e Salvador”. conforme postula o Concílio Tridentino, seção 25, citado por Guillois¹³. É o que se tem praticado na Igreja desde os primeiros séculos.

Guillois refere também o “Sermão do Martírio”, de S. Ephraim:

Gloriosos mártires [...] ajudade-me [sic] com as vossas orações, a fim de que eu ache misericórdia [sic] no dia de juízo. Compadecidos da minha miséria [sic], protegei-me ante o throno [sic] da majestade divina, para que por vossas orações eu obtenha salvar-me e participe convosco [sic] da bemaventurança [sic] eterna¹⁴.

O autor cita ainda trecho de uma das obras de Santo Agostinho: “Nós não oramos pelos santos martyres [sic], mas recommendamo-nos [sic] às suas orações”¹⁵.

Observa-se, todavia, uma grande diferença entre as orações que se dirige a Deus e as que se dirige aos santos: pede-se a Deus que seja propício, que livre, que salve; pede-se aos santos que orem, que intercedam. Portanto, o ser humano dirige-se a Deus como ao autor da graça, para que ele mesmo dê o que reclamam as

9 GUILLOIS, 1903.

10 VAUCHEZ, 1989: 211.

11 VAUCHEZ, 1989: 212.

12 “Dulia - que venera anjos e santos. ETIM gr. Douleios, a, on ‘de escravo, servil’” (HOUAISS; VILAR, 2001: 1089).

13 GUILLOIS, 1903: 102.

14 GUILLOIS, 1903: 102.

15 GUILLOIS, 1903: 102.

necessidades humanas. Dirige-se aos santos como a amigos bem-aventurados, para que obtenham, por seus méritos, junto a Deus, o que só Deus pode conceder.

Conforme entendimento da igreja católica, a invocação dos santos, longe de desagradar a Deus lhe é muito agradável. O que o prova, segundo ela, são as graças extraordinárias e as curas milagrosas que milhares de vezes têm concedido por sua intercessão. Nada agrada tanto a Deus como a humildade, virtude que os seres humanos praticam quando recorrem às orações dos santos. Temerosos de que não sejam atendidos em oração direta ao Todo-Poderoso, valem-se dos santos como mediadores, para que lhes peçam o socorro de que precisam.

A Igreja tem honrado o culto dos santos de diversas maneiras, sobretudo na celebração das missas, por ocasião de suas festas. Estas têm a função de lembrar que, pela morte de Cristo e fidelidade a seu exemplo, recebem a verdadeira vida e junto graças extraordinárias para praticarem as virtudes. São louvados no ofício religioso: “Oh! Como é preciosa a morte dos santos! Estão agora diante do trono de Deus e dele jamais serão afastados”¹⁶.

Para a Igreja, a missa celebrada por ocasião das festas dos santos é o melhor modo de agradecer a Deus por sua misericórdia, ao mesmo tempo um meio poderoso para os fiéis alcançarem, pela intercessão desses santos, as graças necessárias para enfrentarem os perigos do mundo e seguir-lhes os passos.

Ideal da perfeição cristã primitiva: mártires e virgens

Na perspectiva cristã, além dos apóstolos, que gozavam de uma veneração particular, a igreja primitiva distinguia duas classes de santos que personificavam a perfeição cristã: os mártires e as virgens. Os primeiros, lutadores vitoriosos e heróis da milícia do Senhor, não hesitaram em sacrificar sua própria vida, sabendo que os que matam o corpo só servem de instrumento para abrir à alma, portas para uma vida melhor. A segunda classe, a das virgens, duplamente dignas de veneração quando unem a virgindade ao martírio.

Tomando mártires e virgens como exemplos de vida dedicada à fé, a Igreja coloca ao alcance da admiração e da imitação dos fiéis um modelo de santidade que afirma e confirma o ideal da perfeição cristã. O Missal Cotidiano ilustra esse ideal em várias passagens:

Veneram-se as relíquias dessas Testemunhas da Divindade de Nosso Senhor, que confessaram a sua fé, ‘não em palavras, mas sofrendo a morte’. [...] Vós que operais coisas maravilhosas pelas Relíquias de vossos Santos e fazei-nos participar daquela imortal glória, cujo penhor veneramos em suas cinzas.

Ó Deus, que nos alegras com a festividade anual de vossos santos Mártires, concede, benigno, que exultando com os seus méritos nos afervoremos com os seus exemplos.

Se eles [Santas Virgens e Mártires] sofreram tormentos diante dos homens, foi porque Deus os provou; provou-os como ouro na fornalha e recebeu-os como holocaustos¹⁷.

Do ponto de vista cristão, esse modelo de santidade de fato iniciou-se com o culto dos santos e santas martirizados, que durante longo período foram os únicos venerados pelos cristãos e mantiveram-se prestigiados mesmo mais tarde, quando começaram a surgir outros modelos.

16 KECKEISEN, 1958: 695.

17 KECKEISEN, 1958.

Relíquias

Conforme a doutrina cristã, o corpo deixado na terra pela alma quando dele se separa e que são chamados de restos mortais, adquire a denominação de *reliquia*, do latim *reliquiae*, depois que a Igreja inclui seu nome na lista dos santos. Portanto, relíquia de um santo é o que dele resta depois de sua morte.

todos estavam convencidos de que os santos continuavam presentes na terra e poderosos naquilo que subsiste de seus corpos. Todos consideravam esses restos como os agentes mais eficazes da ligação muito necessária entre os vivos e a corte celeste, onde o Todo-Poderoso domina¹⁸.

A designação de relíquias não só define todo o corpo de um santo, como a todas as partes desse corpo por menores que sejam, contanto que possam ser vistas. Assim, a cabeça, os membros superiores e inferiores, os ossos, a carne, os dentes, as unhas, os cabelos, as cinzas e ainda o pó proveniente do que se reduziu parte de seu corpo, são também relíquias.

Em sentido menos estrito, ainda são denominados de relíquias, os objetos que pertenceram aos santos, tais como: calçados, vestidos, lenços e móveis que usaram, inclusive seu cilício e os instrumentos de seu martírio, entre outros.

Em sentido mais lato, chamam-se relíquias os diversos objetos que tocaram os restos mortais de um santo ou às suas relíquias e que foram colocadas em seu túmulo, como flores, velas, inclusive o caixão e a mortalha que envolveram seu corpo.

Relíquias são, pois, objetos preciosos por seu valor afetivo e material. Segundo Ferreira: “Parte do corpo de um santo, ou de qualquer objeto que a ele pertenceu ou, mesmo, que tenha tocado em seu cadáver [...] Coisa preciosa por ter valor material ou por ser objeto de estima e apreço”¹⁹.

A doutrina eclesiástica católica dividiu em três classes as relíquias dos santos, a saber: insígnies, notáveis e mínimas. As relíquias insígnies, conforme definição da Sagrada Congregação dos Ritos, de 8 de abril de 1623, são o corpo ou um membro de um santo, como por exemplo, a cabeça, um braço, uma perna, contanto que seja *inteira* e aprovada pela autoridade eclesiástica. As relíquias notáveis são definidas como um *fragmento* considerável de uma parte importante de seu corpo, como por exemplo, da cabeça, de um braço, de uma perna. Esses fragmentos só serão considerados novamente relíquias insígnies, caso se consigam unir as partes retiradas à parte principal, de modo que formem novamente uma unidade completa, conforme determinou mais uma vez a Sagrada Congregação dos Ritos, em 3 de dezembro de 1672. As relíquias chamadas mínimas são aquelas caracterizadas por *partículas* do corpo de um santo, como um dente, uma unha, um fio de cabelo ou então partículas de relíquias insígnies ou notáveis, como, por exemplo, as que se encontram encerradas em pequenos relicários e medalhas que as pessoas trazem pendurados no pescoço. Dizem os postulados do Concílio Tridentino que os fiéis devem respeitar e honrar as relíquias dos corpos dos mártires e de outros santos, porque eles são os *membros vivos de Jesus Cristo*, operando Deus graças extraordinárias por meio deles, que devem, um dia, ressuscitar para a vida eterna.

O exposto remete-nos a considerar a importância e o poder sobrenatural que exerciam as relíquias dos santos e santas sobre os seres humanos – representados de forma concreta pelos restos mortais e/ou acessórios que estiveram em contato com seus corpos – que possuindo horror às legiões de demônios que habitavam seu imaginário e aos deuses pagãos rejeitados, necessitavam de proteção contra seus malefícios. Buscavam, no seu culto, um anteparo divino, uma espécie de campo de energia poderoso que os protegesse das investidas do mal.

18 DUBY, 1995: 40.

19 FERREIRA, 1975: 1223.

Do culto das relíquias

O culto às relíquias, tão antigo quanto a própria humanidade, é encontrado em quase todas as civilizações. Sempre foi praticado como forma de manter viva a lembrança de entes queridos ou cuja memória merece ser venerada.

Foi o cristianismo primitivo quem deu uma nova dimensão, aumentando e espiritualizando essas manifestações do ser humano, lembrando e cultuando o sacrifício dos santos e santas martirizados e torturados até a morte, por professarem a fé cristã.

O culto cristão das relíquias não representava apenas a continuidade dos antigos cultos pagãos em homenagem a seus heróis, mas nasceu de motivos sobrenaturais, sendo os corpos dos santos “templos do Espírito Santo” (São Paulo, *Primeira Epístola aos Coríntios*, 3,17) e destinados à glorificação eterna, tendo, por isso, às vezes, a propriedade de servirem de instrumentos de milagres.

Nos bellos [sic] dias da Igreja primitiva applicavam [sic] os fiéis aos enfermos os lenços e vestidos que haviam tocado o corpo de S. Paulo, e logo os enfermos saravam. Se Deus pôde dar a lenços e outros objectos [sic] que tinham tocado o corpo de um santo, a virtude de produzir efeitos [sic] sobrenaturaes [sic] não pôde elle [sic] dar a mesma efficácia [sic] aos mesmos corpos dos martyres [sic] e dos outros santos?²⁰

Afirma Paul Johnson que foi santo Ambrósio, no século IV, em sua luta contra o arianismo, quem primeiro desenvolveu um obstinado interesse pelos assuntos que diziam respeito e detalhavam o martirológico²¹. Esta propaganda do culto das relíquias feita por ele foi fator determinante na história cristã. Consolidou-se com rapidez, permanecendo com tal força por cerca de oitocentos anos. Constituiu-se no fator isolado mais representativo da devoção cristã e na única defesa concreta dos cristãos contra as adversidades inexplicáveis da vida e as atividades obstinadas dos “enxames de demônios”.

Comenta ainda Paul Johnson que, com a vitória do cristianismo, passaram os imperadores a permitir a construção de igrejas sobre os túmulos dos santos, fundamentando assim toda a teoria e prática do culto às relíquias e na fé absoluta nos milagres realizados pelos santos e santas, através dos restos de seus corpos santificados²².

Consoante Guillois, a igreja católica entende que não é permitido expor à veneração dos fiéis senão as relíquias dos santos cuja autenticidade a autoridade competente reconhece como tal²³.

Ainda conforme o autor citado, para a doutrina eclesiástica católica, não é permitido prestar um culto público às relíquias de pessoas falecidas em aura de santidade, mas que a Igreja não tenha canonizado, nem beatificado, podendo-se, quando muito, honrá-las com um culto privado. Não se deve expor ao culto dos fiéis nenhuma relíquia cuja autenticidade não tenha sido reconhecida pela autoridade religiosa. É ao bispo que compete verificar os títulos de autenticidade, que devem acompanhar as relíquias a que se quer render um culto público e de fechar e selar os relicários que as encerra. A fratura do selo, a perda dos títulos e a falta de qualquer prova de autenticidade não permitiriam ao bispo autorizar a exposição e o culto das relíquias. Do mesmo modo, não devem ser expostas à veneração pública, ainda que revestidas de todos os sinais de autenticidade, sem o *visto* e a permissão da autoridade eclesiástica.

Entendeu a Sagrada Congregação dos Ritos que eram necessárias todas essas precauções para evitar que os fiéis se enganassem no culto religioso que prestavam às relíquias. Nenhuma relíquia exposta à veneração

20 GUILLOIS, 1903: 108.

21 JOHNSON, 1976.

22 JOHNSON, 1976.

23 GUILLOIS, 1903.

pública deve ser colocada sobre o santuário em que reside o Santíssimo Sacramento, nem no altar onde ele está exposto. Donde se deduz que se estivessem relíquias expostas em um altar, onde se fosse fazer a exposição do Santíssimo Sacramento, deveriam dali ser retiradas. Todavia, se os relicários contendo as relíquias estivessem fixados em um altar, não seria necessário retirá-los, ainda que ali se devesse expor o Santíssimo Sacramento. Deste modo, aquele que não tivesse nenhuma dúvida acerca da autenticidade de uma relíquia, mesmo que a pessoa de quem a tivesse adquirido fosse de total confiança, não poderia, antes da aprovação do bispo, honrá-la com um culto privado.

De acordo com Guillois: "Nas procissões e em certas solenidades, a presença das relíquias era condicionada à permissão do bispo, cuja autenticidade reconheceu. Não seria permitido, entretanto, levá-las sob o pálio"²⁴. Assim o decidiu a Sagrada Congregação dos Ritos, em 23 de março de 1686, a fim de que os fiéis percebessem a grande diferença que existe entre as relíquias e o Santíssimo Sacramento. A 27 de maio de 1826, a Congregação, publicou um decreto sobre o mesmo assunto, aprovado e confirmado pelo papa Leão XII, segundo o qual se podia tolerar e permitir levar debaixo do palio as relíquias da Vera Cruz e os outros instrumentos da Paixão de Cristo, mas sendo absolutamente proibido prestar a mesma honraria às relíquias dos santos.

Quanto ao ofício de dizer missa de um santo, diz o Concílio de Tours, convocado pelo papa Nicolau I, que se celebre a festa dos santos, cujos corpos se possuem, e que seja praticada a veneração que lhes é devida nas igrejas onde se conservam. Não autoriza a Igreja que se reze o ofício e a missa de um santo, de que se possui uma relíquia, senão quando esse santo é canonizado. Esta autorização cabe ao bispo conceder. Se a relíquia fosse de um bem-aventurado, não se poderia rezar o ofício nem a missa dele sem uma concessão especial do sumo pontífice, o que só concedido quando a relíquia é insigne. Procede assim a Igreja como estratégia para tornar mais solene o culto do santo cuja festa se celebra e concorrer a ela maior número de fiéis; o que não sucederia se fosse celebrado o mesmo ofício em todas as igrejas que possuem algumas partículas das relíquias desse mesmo santo.

Quando o bispo tem de consagrar algum altar fixo, cantam-se, na véspera da cerimônia, matinas e *laudes* diante das relíquias dos santos, as quais se devem colocar nesse altar, ainda que nem sempre sejam insignes, como recomenda a Sagrada Congregação dos Ritos, de 14 de janeiro de 1845.

Diante do exposto, deve-se ressaltar o domínio e a autoridade absoluta que a Igreja exerceu sobre os fiéis, tomando para si e legitimando, com firmeza, o poder de proibir, confirmar, decidir, autorizar e legalizar qualquer ação ou atitude referente ao culto dos santos e a veneração a suas relíquias.

Relicários

Considerando a importância dada às relíquias e a seu caráter indiscutivelmente divino e consequentemente sagrado, para que pudessem ser reverenciadas pelos fiéis e vistas pela comunidade em geral, era indispensável que fossem guardadas e expostas em objetos preciosos e especiais: os sagrados relicários.

Relicários são lugares próprios para se guardar relíquias, geralmente em forma de caixa, cofre, bolsinha, medalha, etc.

A Figura n.º 1 exhibe caixas relicários dos séculos XVII e XIX.

²⁴ GUILLOIS, 1903: 110. "Reliquiae sanctorum quae deferuntur in processionibus per civitates et oppida, non debent deferri sub baldachino".



Figura n.º 1 – Caixas relicários, séculos XVII e XIX. Catedral Basílica do Salvador. Fotografia: Cláudia Guanais.

Os primeiros relicários da era cristã foram os próprios túmulos dos santos e santas mártires, nas catacumbas. Em seguida, passou-se a valorizar o altar como referência de relicário, sobretudo por conter a pedra d'ara²⁵, colocada sobre a mesa do altar-mor, para a celebração da missa.

No decorrer do tempo, com a consolidação do culto às relíquias, o cristianismo esmerou-se na produção de valiosos e artísticos relicários que, segundo Paul Johnson: “eram com efeito [os relicários] o foco central da mais elevada arte em metal da alta Idade Média”²⁶.

25 “pedaço de mármore contendo orifício interno onde são depositadas relíquias de santos mártires, sobre qual os sacerdotes consagram a hóstia e o vinho” (SAMPAIO, 2003: 423).

26 JOHNSON, 1976: 196.



Figura n.º 2 – Palma-relicário, século XVIII. Arquidiocese de Salvador, Bahia. Fotografia: Sergio Benutti.

Figura n.º 3 – Relicários: Perna, Mão e Braço, século XVII. Mosteiro de São Bento, Bahia. Fonte: BAHIA, 2000: 52.

Elaboraram-se esquifes de grande valor artístico e preciosos relicários de diversas formas como cápsulas, caixinhas, ampolas, cruzes, medalhões e anéis, utilizando, para isso, o que se tinha de mais precioso em diversos metais e outros materiais, a exemplo de ouro, prata, esmalte, bronze, vidro etc.

Na Figura n.º 2 vê-se palma-relicário do século XVIII.

Em 1095, no Concílio de Clermont, o Papa Urbano II proclamava a “peregrinação armada”, dando início às Cruzadas que trouxeram do Oriente para o Ocidente uma grande quantidade de relíquias que necessariamente deveriam ser guardadas e expostas em preciosos relicários. Esses relicários passaram a ser concebidos em formas diversas. Foi então que se produziram, segundo D. Clemente Maria da Silva-Nigra:

os famosos relicários em forma de grande urna (o dos Reis Magos em Colônia, 1190-1225); de igreja gótica (o de Nossa Senhora, em Aquisgrana, 1237; o de Santa Isabel, em Marburgo, 1236-49); de igreja com cúpula (Welfenschatz, em Colônia, 1175); de corpo inteiro (o de Nossa Senhora no Musée Cluny, em Paris); e finalmente, em forma de braço, dedo, perna, pé, cabeça, e muitas vezes, meio corpo ou busto, vendo-se então a relíquia por trás de uma gradezinha ou de um vidro encerrada numa cápsula no meio do peito²⁷.

O século X foi prodigioso na confecção e produção de um grande número desses relicários de luxo, como, por exemplo, o relicário em ouro, em forma de pé, que guardava a sandália de Santo André, como também a imagem feita em Essen, de 60 cm de altura, da Virgem Maria, confeccionada em madeira e folheada a ouro,

27 SILVA-NIGRA, 1971: 23.

para a neta de Oto I. Infelizmente, a maioria destes relicários desapareceu em virtude dos saques e por terem sido derretidos nos primórdios do século XVI, quando as relíquias estavam bastante desacreditadas devido à corrupção da Igreja, que se iniciara a partir do século XII.

A Figura n.º 3 permite a visualização de Relicários (perna, mão e braço) do século XVII.

Culto das relíquias no contexto da reforma tridentina em Portugal

A parte da Europa que mais absorveu a prática do Concílio de Trento foi a Península Ibérica.

Nos séculos XVI e XVII, o culto às relíquias foi reavivado em Portugal e os “bustos-relicários” tiveram uma grande aceitação nas suas igrejas e mosteiros, onde o expoente maior encontrava-se no Mosteiro de Alcobaça, possuidor de um belíssimo santuário das relíquias. Segundo José Queiroz: “É o mais suntuoso que conhecemos no país [Portugal]. As esculturas, bustos e imagens de corpo inteiro aninham-se por todo o santuário, até a cornija, cuja policromia e ouro mais engrandece a suntuosidade do recinto”²⁸.

Em 1620, o abade do Mosteiro de São Bento em Lisboa, frei Clemente das Chagas, segundo frei Leão de Santo Thomas:

comprou em seu triênio um formoso Santuário de muitos braços e meios corpos de Santos com suas Relíquias, que orná toda a altura e largura do Altar-mor e alegam os olhos dos que as vêem, quando se descobrem, correndo as portas dobradiças com que estão fechadas nos dias ordinários²⁹.

Consta na mesma obra uma descrição de 1651 do Mosteiro de São Bento, no Porto, que se encerra com a seguinte narrativa:

há uma imagem no Altar maior, muito perfeita, grande e devota e nele mesmo um Santuário de Relíquias de Santos, em trinta e dois meios corpos, em quatorze braços, em dois pés, em quatro pirâmides e em seis Anjos que ficam junto ao Sacrário tendo também nas mãos castiçais para alumiar o Santíssimo. E todas essas peças que são 58, estão cobertas de prata moída com óleo, invenção nova, que veio de Roma, da sorte que ficam tão lustrosas e o Santuário todo de tanta majestade que todo parece de prata³⁰.

É dentro dessa influência de Portugal e sob o espírito norteador do Concílio de Trento, ocorrido no século XVI, estrutura-se o “espírito” da formação religiosa da nação brasileira, também com o reavivamento do culto às relíquias e seus relicários. Naquele momento, a Bahia era o ponto de referência da colônia portuguesa, como “cabeça do Brasil”, onde os missionários do século XVI e dos princípios do século XVII, sobretudo os jesuítas, levaram para o Novo Mundo as práticas tridentinas. Em Salvador, essas diretrizes foram praticadas em particular no que concerne ao culto às relíquias, através prioritariamente da representação dos bustos-relicários.

Relíquias e bustos-relicários – Salvador (BA)

Os santos relicários, representados sob a forma de imagem de corpo inteiro ou busto, são esculturas que se destacam por exibir uma cavidade no tórax, geralmente de formato redondo ou oval, contornada por uma moldura onde é guardada e exposta a relíquia, prova da existência do santo na forma de fragmento.

28 QUEIROZ, 1907: 282.

29 THOMÁS, 1974: II, 429.

30 THOMÁS, 1974: II, 429.

A Figura que serve de separador deste artigo, apresenta um exemplar de imagem-relicário (Imagem-relicário de Santa Mônica, século XVII. IPHAN – 7ª. SR/BA).

O culto às relíquias foi introduzido no Brasil no início da colonização. Para o Colégio dos Jesuítas na Bahia, vieram as primeiras relíquias, como informa o padre Fernão Cardim:

Trouxe o padre visitador Cristóvão de Gouveia em 1583, uma cabeça das Onze mil virgens, com outras relíquias engastadas em um meio corpo de prata, peça rica e bem acabada. A cidade e os estudantes lhe fizeram um grave e alegre recebimento: trouxeram as santas relíquias da Sé ao Colégio em procissão solene, com flautas, boa música de vozes e danças – Tinha o padre visitador dado ordem para se fazer um relicário para todas as relíquias que estavam mal acomodadas. Estava já neste tempo acabado. É grande, tem 16 armários com suas portas de vidraças, e no meio um grande, para a imagem de Nossa Senhora de São Lucas; os armários são todos forrados dentro de cetim carmesim, as portas da banda de dentro são forradas de sedas de várias cores, sc. damasco, veludo, cetim, etc., a madeira é de pau de cheiro de jacarandá e outras madeiras de preço, de várias cores, de tal obra que se avaliou somente das mãos, em cem cruzados. Fê-lo um irmão da casa, insigne oficial. Está assentado na capela dos irmãos que é uma casa grande³¹.

Bustos-relicários – Convento de São Francisco, Salvador (BA)

Frei Antonio de Santa Maria de Jabotam³² dedica um capítulo de seu livro às relíquias de santos do Convento de São Francisco de Salvador. Relata que o padre Domingos Coelho, reitor do Colégio dos Jesuítas, trouxe oito relíquias que pedira em Roma, diretamente ao Santíssimo Padre Urbano VIII, no ano de 1627. Segundo o autor, ao entregar as relíquias o Santo Padre lhe respondera: “eram pequenas, mas verdadeiras, e estavam autenticadas por tais com os seus selos pendentes.” Estas oito relíquias foram postas, segundo frei Jabotam, em imagens de meio corpo – bustos-relicários – de dois a três palmos, e expostas nas banquetas no novo altar-mor da Igreja de São Francisco, em 1649. Relata frei Jabotam:

Tinham estas [as relíquias] o seu lugar no primeiro corpo, que logo, conforme a Arquitetura se seguia sobre a banqueta do altar, em que assentava o Retábulo, a modo de Santuário, com mais de dez palmos de alto, ficando no meio dele o sacrário, e pelos lados vários Nichos em duas, ou três ordens por cada lado, dentro dos quais como em oratórios particulares estavam colocados os meios corpos [bustos-relicários] destas Relíquias, e faziam todos um vistoso, e devoto Santuário³³.

Infelizmente, esses bustos-relicários não mais existem na citada igreja e não foi localizada documentação que faça referência a seu destino.

Bustos-relicários – Mosteiro de São Bento, Salvador (BA)

Outra imponente casa religiosa, o Convento de São Bento da Bahia, acolheu um grande número de relíquias e seus respectivos relicários, na pessoa do excepcional ceramista frei Agostinho da Piedade, monge beneditino que ali, durante boa parte de sua vida, dedicou-se à confecção de preciosas imagens-relicários e bustos-relicários em terracota, sendo por isso considerado o iniciador da imaginária feita com a terra brasileira no século XVII.

31 CARDIM, 1936: 254, 286.

32 JABOTAM, 1980.

33 JABOTAM, 1980: 97.



Figura n.º 4 – Busto-relicário de Santa Luzia, século XVII. Mosteiro de São Bento, Bahia. Fotografia: Mirna C. Brito Dantas.

A Figura n.º 4 exhibe busto-relicário do século XVII de autoria de frei Agostinho da Piedade.

De sua produção de relicários foram encontrados e identificados por Silva-Nigra apenas uma imagem-relicário, a de Santa Mônica, e onze bustos-relicários, a saber: Santa Luzia, Santa Cecília, Santa Águeda, Santa Bárbara, Santa Escolástica, Santa Margarida, Santa Catarina, São Gregório Magno Papa, Santo Papa não identificado, Santo Anselmo, Santo Bispo não identificado.

Bustos-relicários – Catedral Basílica, Salvador (BA)

A antiga igreja dos Jesuítas, atual Catedral Basílica do Salvador, possui, além do busto-relicário revestido em prata de São Francisco Xavier, uma preciosa coleção de trinta bustos-relicários, atualmente exposta no Museu de Arte Sacra (MAS) da Universidade Federal da Bahia, composta de vinte e dois santos e santas



Figura n.º 5 – Bustos-relicários de Santos Mártires, século XVII. Catedral Basílica do Salvador, Bahia. Fonte: BAHIA, 2000: 194.

mártires moldados em barro-cozido, bem como oito santos e santas mártires talhados em madeira, todos dourados e policromados, do início do século XVII, com características ainda maneiristas.

A Figura n.º 5 permite a visualização parcial do conjunto dos bustos-relicários da Catedral Basílica do Salvador.

Os trinta bustos-relicários que integram esta coleção apresentam algumas peculiaridades. Nenhum deles possui relíquias, nem foram encontrados até então registros escritos que revelassem a sua história. No interior dos relicários, entretanto, manchas escuras indicam que algo ali esteve colocado em época anterior. A maioria dos bustos-relicários não possui os atributos que identificam os santos, geralmente colocados nas mãos.

Quanto às quinze santas mártires, dez usam vestes similares às de princesas bizantinas, possuem as cabeças descobertas, símbolo da virgindade, e nelas carregam diademas, enquanto as cinco outras usam túnicas e mantos cobrindo-lhes as cabeças à semelhança das monjas.

Dos trabalhos resultantes da pesquisa iconográfica realizada pelo MAS, alguns foram identificados pelos atributos que ostentam e outros por inscrições existentes sob as bases, a saber: Santa Águeda, Santo Eustáquio, Santa Inês, São Jorge, São Sebastião, Santo Estevão, Santa Dorotéia, Santa Irene, Santa Catarina de Siena, Santa Isabel de Portugal, Santa Teresa D'Ávila, São Lourenço e São Vicente.

Conclusão

O estudo do culto aos santos e às suas sagradas relíquias é importante para a compreensão dos vínculos estabelecidos pela Igreja entre os universos material e espiritual. Para tal, entre outros recursos, utiliza, eficientemente, as relíquias como um aparato de devoção e veneração, definindo e determinando o domínio sobre o inconsciente dos fiéis, impondo-lhes seu controle absoluto, sem alternativa de escolha, consolidando e determinando uma influência tamanha, durante séculos, que era quase impossível contestá-la e/ou desalojá-la.

O culto às relíquias e seus relicários como objetos sagrados consolidou-se devido à atuação das ordens religiosas, que estimulavam entre os fiéis sua veneração. Através da propaganda, esse culto funcionou como mola propulsora da política da Igreja, aumentando seu poder no império romano cristão. A percepção da importância das coleções de relíquias, não somente como armas poderosas contra as legiões de demônios, mas também como elementos de poder, prestígio e riqueza, prestou-se não apenas a uma série de objetivos na vida social, política e econômica das regiões, como também levou à rivalização entre o clero e a nobreza, cada um com suas coleções "autênticas", servindo de fontes de receita para seus detentores. Com isso, a Igreja encaminhou-se a um estágio de decadência moral, que desencadeou as primeiras reações que conduziram posteriormente à Reforma protestante.

Bibliografia

- A BIBLIA TEB, 1995 – *Epístola aos Hebreus*. Nova edição revista e corrigida. São Paulo: Paulinas; Loyola.
- BAHIA: *Tesouros da Fé*, 2000. Salvador: Bustamante Editores, Barcelona, Esc. Coelba.
- BRÉZILBAROQUE: *entre ciel et terre*, 1999. Paris: Union Latine.
- CARDIM, Padre Fernão, 1936 – *Tratado da terra e gente do Brasil*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- DUBY, George, 1995 – *Heloisa Isolda e outras damas do século XII*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de H., 1975 – *Novo Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GUILLOIS, Ambrosio, abade, 1903 – *Catecismo – explicação histórica, dogmática, moral, litúrgica e canônica – com a resposta às objeções extrahidas das sciencias contra a religião*. Traduzida da 12.^a ed. de Pariz. Porto: Livraria Chardron.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles, 2001 – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- JABOATAM, Antonio de Santa Maria, frei, [1859] 1980 – *Novo orbe seráfico brasílico ou chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Nota prévia de Antonio Corrêa de Oliveira, Parte segunda. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. vols. I, II, III.
- JOHNSON, Paul, 1976 – *História do Cristianismo*. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago.
- KECKEISEN, D. Beda O.S.B., 1958 – *Missal Quotidiano. Completo/em latim e português; com o próprio do Brasil*. 19.^a ed. Salvador: Tipografia Beneditina.
- LE GOFF, J., 1989 – *O homem medieval*. Lisboa: Presença.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis, 2003 – “Tenebrosos mistérios – Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial” in CHALHOUN, Sidney et al. (org.) – *Artes e ofícios de curar no Brasil – capítulos de História Social*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, p. 387-426.
- SANTOS, Maria de Lourdes dos, 2000 – “As múltiplas faces de uma santidade: reflexões sobre a trajetória do conceito de ‘ser santo’”. *Estudos de História*. São Paulo: Franca, n.º 1, p. 27-39.
- SILVA-NIGRA, Clemente Maria da, dom, 1971 – *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade – Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Salvador: UFBA.
- THOMÁS, Leão de Santo, frei, 1974 – *Beneditina Lusitana*. Notas críticas de José Mattoso. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Tomo II.
- O UNIVERSO mágico do barroco brasileiro*, 1998. São Paulo: Sesi.
- VAUCHEZ, André, 1989 – “O Santo” in LE GOFF, Jacques (dir.) – *O homem medieval*. Lisboa: Presença, p. 211-230.



Nossa Senhora de Monserrate: a arte de uma igreja, patrimônio beneditino em Salvador / Bahia – Brasil

Maria Hermínia Olivera Hernandez

1. Patrimônio dos beneditinos na Bahia

O Mosteiro de São Bento da Bahia, assim como as outras fundações que aconteceram em território brasileiro, desfrutava de todos os privilégios e isenções semelhantes aos da Ordem de São Bento de Portugal¹. O processo de formação de seu patrimônio móvel e imóvel teve grandes motivações de ordem espiritual e temporal. No caso das doações de caráter temporal, destacam-se aquelas promovidas pelo governo geral e câmara, sempre com a finalidade de obter, através da colaboração dos religiosos, algum benefício no sentido de promover o povoamento, desenvolvimento econômico ou de infra-estrutura em determinada zona. Outras doações eram feitas de forma mais explícita. Os doadores deixavam os bens para os monges em troca do recebimento *temporário* de orações e outros benefícios, tais como proteção, sustento ou a satisfação de determinadas necessidades materiais específicas, podendo ser uma pensão por vida ou, simplesmente, roupas, calçados e alimentos.

Do mesmo modo, contribuíram para o aumento dos bens, a parte do patrimônio denominado de terça, isto é, o terço dos bens, consistente na parte da qual o testador dispunha, após satisfeitas as obrigações familiares e que geralmente era destinada a favorecer algum parente ou às instituições religiosas, dentre outros. Igualmente as heranças pertencentes aos próprios padres, sobretudo daqueles que optaram por se dedicar à vida monástica, cujos pertences passavam a ser do mosteiro, e as compras de imóveis ou terras que constituíram mais um mecanismo usado pelos monges no intuito de fortalecer seu patrimônio. A grande maioria das doações e legados tinham motivação espiritual. A salvação da alma, o perdão pelos pecados, eram as petições mais comuns. O culto devido a Deus, à Virgem Maria ou a algum santo em particular fazia-se presente em sinal de gratidão².

Como parte do patrimônio artístico cultural, adquirido e construído ao longo dos séculos pelo Mosteiro de São Bento da Bahia, destaca-se o conjunto arquitetônico, sede da Ordem em Salvador, integrado por espaços que servem de suporte à vida monástica, e que se encontram agrupados em três áreas principais³: a cerca, o Mosteiro e a igreja, com sacristia e adro. Além dos bens móveis e imóveis de uso próprio, o Mosteiro ainda detinha propriedades,

1 *LIVRO velho do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*, 1945: 404-406.

2 HERNÁNDEZ, 2009: 63.

3 LINS, 2002: 276.

dentro e fora da cidade, constituindo as denominadas *igrejas anexas*, casas, terrenos, engenhos, fazendas e sítios. Os três últimos citados, na sua maioria, possuíam capelas com todos os seus paramentos, alfaia e mobiliário.

2. Monserrate, uma Igreja Anexa (agregada) ao Mosteiro de São Bento da Bahia

Uma das definições provenientes do Capítulo Geral celebrado na sede do Mosteiro de São Martinho de Tibães, em Portugal, em 12 de novembro de 1599, referia-se às igrejas que, em número de duas, deviam estar anexadas a cada um dos mosteiros fundados no Brasil,

mais propôs Nosso Reverendíssimo Padre Geral na mesma sessão da tarde que importava para a conservação dos nossos Mosteiros da Congregação do Brasil impetrasse de sua Santidade queira unir e anexar das Igrejas do padroado de Nossa Congregação duas a cada Mosteiro dos nossos que lá estão fundados, para que de qual sejam providos de farinhas, de azeite e vinhos, e doutras coisas de que lá tem necessidade e todos os Padres os definidores pareceu isto ser coisa santa e pediram a Nosso Reverendíssimo Padre que o quisesse fazer e impetrar de sua Santidade como coisa tão necessária e de que resultara tanto bem e aumento a nossa Província do Brasil⁴.

Para os mosteiros portugueses, aquelas propriedades constituíam unidades que possibilitavam a sua extensão e atuação em outras áreas do território luso. As igrejas anexas possuíam grandes extensões de terras e eram submetidas, geralmente, a um tipo especial de arrendamento, caso não estivessem arrendadas passavam a ser administradas diretamente pelos mosteiros à qual se subordinavam. Constituíam centros econômicos relevantes, revertendo rendas expressivas em dinheiro e gêneros diversos a favor dos mosteiros. Algumas casas, como o Mosteiro de Tibães, tiveram sob o seu domínio várias igrejas anexas.

Contudo, a existência desses tipos de igrejas anexas aos mosteiros beneditinos do Brasil, não tiveram o mesmo significado e importância econômica, sendo tratadas em determinadas ocasiões, como residências. Dependendo integralmente da administração do mosteiro ao qual estavam vinculadas. No caso do Mosteiro de São Sebastião da Bahia estavam vinculadas as Igrejas Anexas de Monserrate (Figura n.º 1), localizada na península de Itapagipe, e a de São Gonçalo, localizada nas imediações do Rio Vermelho.

A Ermida de Nossa Senhora de Monserrate foi construída sobre uma rocha, nas imediações onde se encontra o forte que leva o mesmo nome. Ambas as edificações estão localizadas na península de Itapagipe, no sítio denominado da Boa Viagem. A fundação⁵ do santuário é atribuída aos senhores da Torre de Garcia D'Ávila na segunda metade do século XVI, tendo como projetista ao arquiteto italiano Baccio de Filicaya⁶. E conforme dados do arquivo beneditino foi doada⁷ à Ordem de São Bento em 13 de fevereiro de 1598 pelo governador geral do Brasil, D. Francisco de Sousa.

Faço saber aos que esta minha doação virem, e o conhecimento de ela com direito pertencer, que eu faço de hoje para sempre doação ao Mosteiro do Bem aventurado do Patriarca São Bento da Cidade do Salvador, e aos Padres de ele, da minha Ermida de Nossa Senhora do Monserrate que edifiquei na ponta de Itapagipe, e bem assim todas as mais coisas, que lhe pertencerem para que fique unida, e

4 AMS – *Bezerra* I, fol. 193.

5 O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (1999) aponta o ano de 1580 como sendo o da possível fundação.

6 O arquiteto e engenheiro Baccio di Philicaia ou Filicaia, italiano da Toscana, passou por Lisboa antes da sua vinda ao Brasil, aqui esteve a serviço do rei de Portugal no fim do século XVI, durante a administração de D. Francisco de Souza (1591-1602). Recebeu o título de engenheiro-mor e o cargo de capitão de artilharia. Trabalhou também em projetos de restauração e execução de fortificações militares (OLIVEIRA, 2004:92).

7 Segundo frei Agostinho de Santa Maria, a doação do santuário aos beneditinos foi realizada pelos senhores da Torre de Garcia d'Ávila, alegando a devoção dos monges pela *Senhora de Monserrate Protetora da Catalunha* (1949:58).



Figura n.º 1 – Igreja e Mosteiro de Monserrate, fachada principal, inícios do século XX. Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia.

incorporada ao dito Mosteiro, e de ela poderão tomar os ditos Padres posse quando lhes bem parecer, e usar de ela como coisa sua própria, que para tudo lhes dou licença e poder, renunciando neles, e no dito seu Mosteiro todo o domínio e senhorio, que na dita Ermida até agora tive; e isto pelo melhor modo e forma, que em direito se permite, em confirmação do qual lhe mandei passar a presente dada nesta Cidade do Salvador sob meu sinal e selo: Francisco de Magalhães a fez por Domingos de Almeida, Escrivão da minha Câmara a treze de fevereiro de noventa e oito anos: eu Domingos de Almeida a fiz escrever e subscrevi. O Governador D. Francisco de Souza⁸.

A capela remete à planta típica de muitas capelas rurais baianas, sendo uma transição entre o tipo mais antigo e singelo formado pela nave e capela-mor e o partido em “T”, surgido com a justaposição da sacristia e consistório à capela-mor. Sua torre piramidal, revestida de azulejos, retoma o partido das igrejas locais nos finais do século XVII e inícios do XVIII. Se distingue pelo complemento do mosteirinho anexado, cujas informações mais precisas referentes a ele e ao edifício como tal, datam dos Setecentos, quando, os Relatórios dos Estados, a partir do século XVIII, triênio 1707-1710, falam da realização de obras tanto na Igreja como nas casas que abrigavam aos romeiros. Na década de 1720, citam-se obras, especificamente as relativas aos períodos de 1720-1723, em que a igreja foi alteada e foi executado, pintado e dourado o forro novo, tendo sido também dotada da prata, ornamentos, alfaia e peças de ouro para a realização da liturgia. No período de 1726-1729:

Fez-se nesta capela a porta da Igreja de almofadas ao moderno, e se assentou com toda a ferragem necessária para a segurança da porta = Mandou-se fundir o sino que tinha 21 arrobas de 15@ e

6 libras = Há uma garrida com 51 libras que se pusera na torre com porcas e suas ferragens = Fizeram-se umas casas de sobrado místicas a Igreja com 3 celas, e duas salas e seu corredor; e no baixo o mesmo com uma escada para cima, e outra para a cozinha = por fora das casas se fez uma grande cozinha, e chaminé = Fizeram-se as necessárias = mais se fez um muro em que fica toda a obra enclausurada, e tudo caiado, e rebocado = Embosou-se o telhado da casa, e da Igreja = Fez-se uma mesa grande com seus bancos de encosto para jantar = Deu um devoto um coração de ouro a ..., outro um olho de ouro = Deram-se umas cortinas de [...] e 2 laços de fita de ouro para o altar da gloriosa Santa Anna = Deu-se ou deram dois mantos, para Nossa Sr^a dos Remedios, e Conceição = Deu uma devota uma alva rica bordada = Deu-se uma ... renda para três toalhas dos altares =⁹.

A citação refere a colocação de elementos novos e o acréscimo relativo à formação do chamado *Mosteirinho*, com escadas, celas, salas, corredor e cozinha. Fala também sobre as doações feitas por devotos para o ornamento e cerimonial da igreja.

O documento de 1723 registra:

esta capela não tem mais terra que as vinte braças em que esta sita: sem outro algum rendimento mais que o das esmolos dos fieis, que a ela com freqüência proporcionada acodem: com elas se orna ajudando-se para isso com as que pede o Ermitão que serve na dita Capela, onde assiste para isso a Muito um Monge ancião que administra aquela fabrica¹⁰.

Assim como aquele documento de 1723, um outro de 1765, que traz as notícias dos mosteiros do Brasil, trata das rendas mínimas obtidas pela capela. Confirmando a notícia anterior, deixa assentado que as esmolos oferecidas pelos devotos eram empregadas no culto e ornato da igreja. Informa ainda que o sustento do monge residente provinha do Mosteiro.

Finalizando o Setecentos, há notícias nos Estados sobre a compra de um escravo para os serviços da capela e sobre a próxima aquisição de outro. Há referências sobre os consertos realizados na capela, quando foram colocadas grades na janela da sacristia e, posteriormente, vidraça “evitando-se com ela o revestirem-se os sacerdotes às escuras, ou com vela acesa no inverno”¹¹. Os forros das celas receberam manutenção e, em alguns casos, foram substituídos por novos. No interior da igreja, foram realizados múltiplos trabalhos e ainda “uma coroa de prata para Nossa Senhora, e resplendor para o S. Menino”¹².

Em meados do século XIX, novos trabalhos foram realizados com recursos do Mosteiro que, desta vez, precisou fazer e consertar as muralhas dos lados norte e sul, bem como reedificar parte do conjunto arquitetônico. Nos anos oitenta, o Esboço do triênio de 1881-1884, chamava a atenção sobre o perigo, a que estava exposto o então hospício de Monserrate “porque tendo caído as muralhas, que sustentam a força das mares nos fortes invernos, estão elas quase a penetrar nas paredes”¹³.

No século XX, diversas intervenções foram feitas no conjunto arquitetônico. A partir dos anos quarenta, e considerando o tombamento¹⁴ feito pelo SPHAN desde 1938, as obras passaram a ser realizadas pelo citado órgão, sucedendo-se os trabalhos em 1946, 1962, e 1973/74. Na década de 1990, o Mosteiro foi obrigado a ser fechado, devido às condições de degradação em que se encontrava e, paralelamente, acelerou-se o pro-

9 AMSB – *Estados Ba*, v. 3: 205.

10 BPAPD – *Documento de 1723*, fol. 193.

11 AMSB – *Estados Ba*, v. 4: 218.

12 AMSB – *Estados Ba*, v. 4: 218.

13 AMSB – *Códice 107*, 1851-1893, fol. 35.

14 Carta de Rodrigo M. F. de Andrade, de 23 de maio de 1938, ratificando o tombamento pelo decreto lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937 (AMSB – *Carta...*, Pasta n.º 90, 1938).

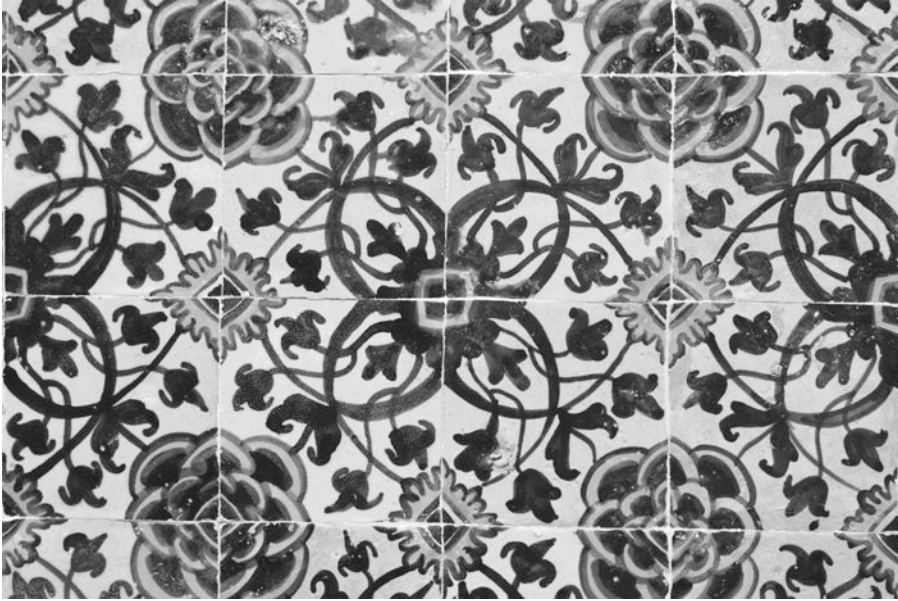


Figura n.º 2 – Pormenor do padrão de azulejos. Fonte: Péricles Mendes.

cesso de um plano para captação de recursos financeiros para a restauração, não só do imóvel como também dos bens móveis existentes. A execução do plano iniciou sua materialização no limiar do século XXI.

3. Bens artísticos integrados na Igreja de Monserrate

O conjunto edificado, ainda conserva entre seus bens artísticos integrados e incorporados, os painéis de azulejos e o altar-mor exemplar de talha do século XVIII. Ambos componentes, privilegiados neste estudo, possuem forte presença no vocabulário plástico arquitetônico da igreja e formam parte de uma pesquisa mais extensa que compreende aspectos históricos, arquitetônicos e artísticos das propriedades da Ordem Beneditina na Bahia.

A época do século XVII, o azulejo como revestimento decorativo tornou-se elemento de abundante uso nas igrejas e conventos do Brasil. Influência direta da sua utilização generalizada em Portugal, onde se desenvolveu uma produção de peças com capacidade de adaptabilidade a qualquer edificação, inicialmente recobrindo até paredes inteiras dos interiores ou formando parte do conjunto ornamental e mais tarde, no século XVIII, sai do interior e passa ao exterior revestindo as superfícies das fachadas integrando-se a sua decoração e proteção eficaz contra as intempéries.

Na Bahia, os azulejos trazidos foram chamados de *tapetes*, com decoração simétrica ordenada e três cores básicas no acabamento das formas: amarelo, azul e branco, configurando ornamentações com motivos florais estilizados, produzidos na técnica majólica. Com esse padrão identificam-se os painéis integrados à Capela de Monserrate, que segundo fontes documentais nas origens aqueles revestiam totalmente as paredes interiores do templo, e no começo do século XX foram parcialmente retirados. Hoje restam acompanhando a parte inferior da altura das paredes os do tipo tapete, padrão camélia de Lisboa (1650/60).

Na Figura n.º 2, aparecem os detalhes dos tapetes que mostram a configuração geométrica e a combinação de motivos fitomorfos, em representação de ramos e flores, com o fundo na cor branca e a ornamentação nas cores azul e amarela.



Figura n.º 3 – Vista da capela-mor desde a entrada principal. Fonte: Péricles Mendes.

Na cercadura do púlpito aparece disposta uma barra de peças, rematada com friso que acompanha a versão do padrão de azulejos, com a mesma cartela de cores utilizada na maioria do revestimento parietal. Motivos semelhantes que combinam as formas das cercaduras, os frisos e os das paredes aparecem integrados ao vocabulário decorativo da arquitetura da capela-mor, localizados nas paredes laterais até meia altura e nos triângulos esféricos ou “pechinas”, acompanhando sua configuração geométrica.

Outro dos bens integrados referenciados no presente trabalho, é o retábulo da capela-mor da Igreja (Figura n.º 3), que conforme alguns autores seria aquele que teria pertencido ao altar da capela-mor, antiga, da Igreja de São Sebastião do Mosteiro de São Bento da Bahia, feito provavelmente no triênio de 1783-1786¹⁵. E que para sua inserção na escala reduzida do espaço da capela-mor de Monserrate haveria sido modificado.

Nesse sentido e a procura de indícios referentes às possíveis alterações, foram encontrados, no arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, desenhos inéditos realizados, pelo irmão beneditino frei Paulo Lachenmayer¹⁶, nos quais traçou a planta baixa e vistas frontal e lateral do retábulo, nas suas origens. Permitindo observar que uma das principais mudanças consistiu na alteração de parte da disposição espacial da planta cujo formato elíptico, provavelmente primitivo, foi diminuído até o limite final (fundo) do trono sobre o qual fica assentada a imagem de Nossa Senhora de Monserrate.

Na vista principal do altar (Figura n.º 4), desenhada pelo referido frei aparecem no plano posterior umas cariátides, dispostas equidistantes umas das outras e conformando, supostamente, o que seria parte do sistema estrutural da base do dossel, hoje sujeito com ferros a parede do fundo.

Evidências que referem à existência das citadas cariátides foram curiosamente achadas em um dos salões da clausura do mosteiro da Bahia, onde aquelas foram colocadas, formando parte da decoração, uma vez que se encontravam no acervo do mosteiro sem notícias exatas da sua procedência. Após verificação acurada das peças pode ser aventada a hipótese de serem aquelas elementos componentes do conjunto retabulístico original, retirados no momento da adaptação ao novo espaço da Igreja de Monserrate.

A mudança de local do retábulo deve ter acontecido em função da construção da capela-mor do cenóbio beneditino baiano, iniciada no século XVIII e materializada no século XIX, coincidindo com o processo de reformas que, ao longo de Oitocentos as irmandades, ordens terceiras e algumas ordens de religiosos regulares empreenderam no interior de seus edifícios “que consistiram no desmonte e destruição da antiga ornamentação em madeira entalhada, policromada e dourada erigida no século XVIII, e na substituição por outra ornamentação que fosse mais adequada à concepção estética e cultural daqueles novos tempos”¹⁷.

Dessa forma, e segundo dados documentais, em 25 de outubro de 1848 o abade geral frei Arsênio da Natividade Moura comunicava ao Conselho do Mosteiro que ante o estado em que se encontrava a velha capela-mor, fazia-se necessária sua demolição pelo perigo iminente que ameaçava todas as funções nela reali-

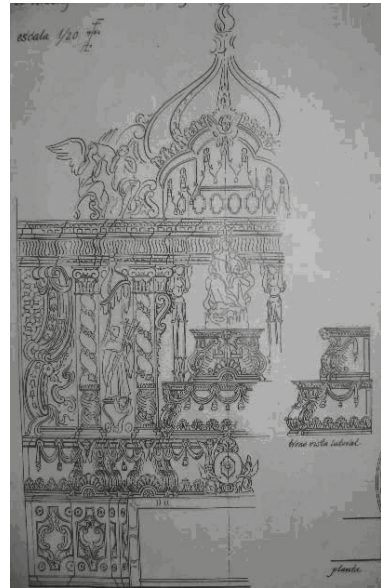


Figura n.º 4 — Desenho de ir. Paulo Lachenmayer. OSB. Fonte: AMSB.

15 ROCHA, 1997: 715

16 Monge beneditino de origem alemã destacou-se como artista, arquiteto e heraldista, participando de numerosos trabalhos em diversas instituições religiosas e civis.

17 FREIRE, 2006: 20.

zadas¹⁸. Sendo possível então deduzir que se trata do período quando o retábulo foi deslocado para Monserrate e colocado no lugar em que se encontra até os dias de hoje. E os beneditinos substituíram aquele, na *nova Capela*, por outro encomendado, com todos seus componentes, acabamentos e complementos decorativos a Gênova, Itália, feito em mármore de Carrara.

O retábulo em madeira, da segunda metade do século XVIII, constitui um dos exemplos da talha do período, principalmente, pelo significado do seu arremate (Figura n.º 5), apelidado como “dossel piriforme”¹⁹, que segundo observou o historiador Luiz Freire²⁰, o dito arremate pode ter um sentido simbólico procedente da coroa, contudo suas origens podem estar vinculadas a outras soluções italianas independentes também encontradas.

O partido ornamental do retábulo obedece efetivamente à lógica simbólica e funcional advinda do século XVI, resultante da cultura artístico-religiosa promulgada após o Concílio Tridentino (1545-1563). Apresenta, ao centro, no sentido de baixo para cima e em primeiro plano a mesa de altar, em madeira dourada e o fundo com policromia em azul e rosa, em tonalidades pastéis. Um pouco mais acima da mesa estaria o sacrário, hoje ausente uma vez que foi retirado e guardado no acervo do mosteiro. Atrás o trono²¹, cuja configuração seguia o formato piramidal, encimado por imagem dourada e policromada, correspondente à padroeira da igreja: Nossa Senhora de Monserrate.

A composição estilística do conjunto parte do embasamento onde se destacam em posição avantajada os plintos, de duas das colunas, que se integram especialmente à requintada composição do retábulo. No nível intermediário ou corpo central, aparece faixa contínua decorada por faces de anjos que se interceptam com festões e outros ornatos. Sobre aquela, quatro colunas salomônicas com terço inferior de ornamentação baseada em elementos fitomorfos, sutilmente diferenciada à do fuste, que aparecem encimadas por capitéis coríntios.

Nessa mesma altura, dois nichos coroados por dosséis, dispostos entre os pares de colunas trazem as imagens de São Bernardo e São Bento. Fecham lateralmente, este nível, volutas ordenadas verticalmente em harmonia visceral com o programa barroco-rococó característico do retábulo.

A seguir, o entablamento com ornatos filiados plenamente ao vocabulário decorativo do conjunto. E como arremates do retábulo aparecem anjos que situados no sentido das colunas aparentam garantir o dossel central, como antes colocado, em formato piriforme. Culminância que conjuga a grandeza e particularidade de este representante dos retábulos oitocentistas, especificamente de meados a fins do século XVIII.

Apesar das modificações acontecidas ao longo do tempo, o retábulo hoje localizado em outro contexto espacial de diferentes proporções aos da concepção original, ainda constitui uma unidade potencial, ornamento necessário, cenário do cerimonial sagrado, com a qualidade e capacidade de envolver os ritos do cristianismo num ambiente de esplendor e de plena integração com o restante dos componentes que formam parte do interior da Igreja de Monserrate.

Ao mesmo tempo, a obra de arte ali representada simboliza sacrifício, consagração, criação, oferenda, mostrasse como requinte de uma época que traz consigo a máxima de que o mais precioso deveria servir em primeiro lugar à celebração da santa eucaristia.

18 AMSB – *Códice 165*, 1801-1851, fol.113.

19 BAZIN, 1956: 304.

20 FREIRE, 2006: 366.

21 Informações relacionadas com a temática dos tronos dos retábulos podem ser encontradas no acurado estudo de SANCHES, 1991.



Figura n.º 5 – Retábulo mor. Fonte: Péricles Mendes.

Fontes

- Arquivo do Mosteiro de São Bento (AMSB) – *Carta de Rodrigo M. F. de Andrade, 23 de maio de 1938*. Salvador, Pasta 90.
- AMSB – *Códice 165 – Livro dos Conselhos 1801 – 1851*. Salvador.
- AMSB – *Doação do Governador D. Francisco de Sousa da Hermida de N.S. de Montserrat 13-02-1598*. Salvador, Cx. 5, Pacote 1.
- AMSB – *Estados Ba, v. 3 – Estados do Mosteiro de São Bento da Bahia 1652 – 1740*. Salvador; *Estados Ba, v. 4 – Estados do Mosteiro de São Bento da Bahia 1764-1800*. Salvador.
- AMSB – *Códice 107 – Estados do Mosteiro de São Bento da Bahia 1851 – 1893*. Salvador.
- Arquivo do Mosteiro de Singeverga (AMS) – *A - Bezerra I, Capítulos Gerais 1570-1611*. Tibães.
- Biblioteca Pública – Arquivo de Ponta Delgada (BPAPD) – *Documento de 1723. Açores, Coleção de José do Canto*. Miscelânea, Livro I.

Bibliografia

- BAZIN, Germain. 1956 – *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro, 2006 – *A talha neoclássica na Bahia*. Rio de Janeiro: Versal.
- HERNÁNDEZ, Maria Hermínia Olivera, 2009 – *A administração dos bens temporais do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador: Edufba.
- INVENTÁRIO de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPACB, 1999 – Salvador (CD-ROM)*
- LINS, Eugênio, 2002 – *Arquitetura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil. Séculos XVI a XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 3 volumes (tese de doutorado).
- LIVRO velho do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia, 1945*. Salvador: Beneditina.
- OLIVEIRA, Mario Mendonça de, 2004 – *As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil*. Salvador: Omar G.
- ROCHA, Matheus R., 1997 – *Igreja do Mosteiro de São Bento da Bahia: história da sua construção*. Rio de Janeiro: Mosteiro de São Bento.
- SANCHES, Martins Fausto, 1991 – “Trono eucarístico do retábulo barroco português: origem, função, forma simbolismo” in *Atas I Congresso Internacional do Barroco*. Porto, vol. II, p. 1-43.
- SANTA MARIA, Agostinho, 1949 – *Santuário Mariano e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora...* Bahia: Imprensa Oficial.



As primeiras imagens do índio brasileiro no espaço europeu: a *Adoração dos Reis Magos* de Ulrich Apt o Antigo do retábulo de Santa Cruz de Augsburg

Maria José Goulão

1. A invenção da imagem do índio brasileiro

Até à descoberta dos novos territórios, o mundo para lá das fronteiras da Cristandade era visto como o reino da confusão e do caos, da natureza ameaçadora e desordenada, dos monstros e dos seres fantásticos. A passagem do fantástico ao real, da “bestialidade” ao humano, fez-se através dos Descobrimentos, que implicaram o colapso de um mundo essencialmente hermético e eurocêntrico, o recuo do maravilhoso e a construção de uma nova imagem da humanidade, onde se insere o desenvolvimento de novas concepções e atitudes em relação aos habitantes do Novo Mundo. Denunciada como ilusão, a antropologia monstruosa entrou em descrédito. Em sua substituição, e fruto do confronto com as novas realidades, que vieram revolucionar as concepções pré-existentes acerca do homem e da sua natureza, surgiram as figuras do negro e do índio.

Até meados do século XV, o discurso sobre o Outro era com frequência elaborado no registo do fantástico. A imagem mental do índio situa-se necessariamente na confluência entre o relato e a representação, nem sempre claramente independentes, e parecendo por vezes ignorar a realidade. Na Idade Média, não existia uma divisão clara entre o que hoje se entende por literatura científica e literatura de ficção. A arte traduzia os textos em imagens, sendo as lendas frequentemente tomadas por verdades. Assistimos assim à criação de formas de visão que são sobretudo formas de “não visão”, ou de visão distorcida.

Torna-se perceptível um conflito permanente, baseado na irredutibilidade do Outro às imagens do passado e às ideias feitas. O relato, no qual se fundamentavam até aí as representações, revela-se incompatível com a experiência. A realidade encontrada era muitas vezes interpretada em função da expectativa criada pelas narrativas de viagens medievais. Cristóvão Colombo, na sua *De insulis inventis Epistola*, texto datado de 1493 e repetidamente impresso em numerosas traduções, que permitiu aos europeus saber da viagem do navegador pelas suas próprias palavras, descreve as ilhas que visitou, afirmando que não encontrou as monstruosidades humanas que muitos esperavam que habitassem essas regiões longínquas. No entanto, refere que encontrou canibais e que ouviu relatos de uma ilha habitada só por mulheres.

Quando cai por terra a crença numa pluralidade de espécies antrópicas e se amplia a noção da unidade do género humano, a curiosidade despertada pelos novos homens é quase ilimitada, quer no que diz respeito às suas particularidades somáticas (cor, feições), quer, ainda, quanto às discussões acerca do seu posicionamento numa escala que vai da bestialidade pura à humanidade civilizada. A conceção eurocêntrica serve mais uma vez de base ao estabelecimento de uma “hierarquia de raças”, apoiada em diferenças somáticas, que coloca os brancos no topo e os guineenses ou etíopes, negros de cor muito escura e cabelo crespo e curto, como modelo negativo absoluto¹, situando-se os índios brasileiros num espaço intermédio².

O índio não é uma realidade objetiva e permanente, mas uma construção mental, uma pura *imagem* criada pelos europeus. Os europeus *inventaram* o índio, mais do que o descobriram, da mesma forma que a América não foi descoberta, mas *inventada* pelos europeus do século XVI³. O desafio intelectual colocado aos cronistas consistia em descrever e classificar os fenómenos, instituições e comportamentos dos índios através dos modelos europeus tradicionais. Não dispondo de utensílios conceptuais adaptados, procuram a sujeição das novidades encontradas a modelos culturais e critérios taxonómicos europeus. Tudo o que é estranho e exótico capta primeiro a atenção dos autores dos relatos iniciais, da mesma forma que nas artes plásticas é valorizado o diferente, o insólito.

É ainda de salientar que a visão do Outro transmitida pela literatura da época é globalizante, não contemplando o retrato, já que o encontro se realiza no plano coletivo e nunca no plano individual. Tal facto terá igualmente as suas consequências na representação plástica do índio, que surge quase sempre como um “tipo”, desprovido de aspetos fisionómicos particulares.

A iconografia do índio brasileiro do início do século XVI remete muitas vezes para uma visão contraditória, ao situar os indígenas do Novo Mundo nos extremos da escala ontológica, o que está relacionado com a forma como estes novos homens são classificados nas crónicas de viagens da época. Algumas das representações do índio revelam um discurso evangelizador, que crê na realização de utopias religiosas e na reconstrução da Igreja primitiva, apresentando-o como um ser primitivo, inocente e puro, não contaminado pelos vícios da civilização ocidental, e como tal particularmente apto a receber o dom da palavra divina. Na literatura europeia deste período distinguem-se os homens que estão em circunstâncias que os tornam capazes de conhecer a Verdade e que apesar disso a negam – os “infiéis”, muçulmanos ou judeus –, e os outros, que nunca tiveram a oportunidade de serem “iluminados” pela Verdade, e portanto não são culpados. Estes correspondem ao mito do “bom selvagem”, ao homem no seu estado inicial de pureza, desconhecedor de Deus e da fé cristã, mas com as capacidades necessárias para se juntar aos crentes, desde que receba instrução⁴.

Por outro lado, ao descreverem os indígenas brasileiros segundo os seus comportamentos sociais, alguns autores classificam-nos como bárbaros e selvagens, o que ajudava a legitimar o imperialismo civilizador europeu. Com efeito, aspetos como a antropofagia, a nudez, a falta de crenças religiosas, a inexistência de uma organização social e política estável, a poligamia, a sexualidade desbragada, os sacrifícios humanos ou a idolatria, repugnavam particularmente aos europeus e contribuíram para criar uma imagem negativa⁵.

A descoberta dos Tupinambás não provocou em Portugal grandes discussões metafísicas sobre a sua natureza. Os habitantes do Brasil eram homens, sem sombra de dúvida, e portanto deviam ser convertidos. A

1 MARGARIDO, 1984: 516-518.

2 Seria interessante verificar que muitas das características outrora atribuídas ao *homem selvagem* (primitivismo, sensualidade exacerbada, desconhecimento de Deus) são as mesmas que encontramos agora a classificar os índios do Brasil, nos textos portugueses que se referem aos primeiros contactos com os indígenas.

3 Basta recordar como exemplo as palavras do humanista espanhol Hernán Pérez de Oliva, que em 1528 escreve que Cristóvão Colombo organizou a sua segunda expedição para “misturar o mundo e dar àquelas terras estranhas a forma das nossas” (SEBASTIÁN, 1990: 433-434).

4 ALBUQUERQUE, 1990: 40-41.

5 PEREIRA IGLESIAS, 1993.

Coroa considerou-os como pessoas livres desde 1570, e proibiu os colonos de os tornarem escravos, o que nem sempre foi cumprido.

Nota-se ainda nas primeiras descrições da Terra de Vera Cruz aquilo que certos historiadores contemporâneos referem como uma “nostalgia do Paraíso”. Os cronistas pretendem ver na realidade encontrada a fantasia utópica do paraíso terrestre. Na *Carta* de Pero Vaz de Caminha surgem todos os tópicos da visão edénica: a natureza é exuberante, a fauna e flora exóticas, o clima ameno, há profusão de água doce, possibilidades de existência de riqueza mineral, as terras são férteis, o ar é puro. Os seus habitantes são dotados de inocência, simplicidade, bondade, e têm um estilo de vida de acordo com as leis da natureza.

Nos primeiros textos acerca dos índios brasileiros (na *Relação do Piloto Anónimo*, na *Carta de achamento do Brasil*, de Pero Vaz de Caminha, e no *Auto Notarial* de Valentim Fernandes), é notório o fascínio dos autores com a aparência física dos indígenas. Os aspetos exóticos vão ao encontro da predileção pelo insólito, vindo a ser integrados na figuração-tipo do índio brasileiro, que reflete o aproveitamento das suas potencialidades simbólicas e decorativas.

Deixemos de lado a iluminura portuguesa, forma de expressão artística mais conservadora, onde o aparecimento da figura do índio se insere genericamente na inclusão de temas exóticos: como exemplo, no fólio 87 verso do *Livro de Horas dito de D. Manuel*, obra talvez iniciada em 1517, a iluminura da *Adoração dos Reis Magos*, já do reinado de D. João III, figura, na comitiva dos Reis Magos, um índio de pele escura e cabelos corredijs, adornado com manilhas de ouro. Igualmente e na cartografia portuguesa do século XVI surgem figurações de índios brasileiros com toucados e saiotes de plumas, de pele parda e cabelos lisos, ocupando-se da apanha do pau-brasil, ou acompanhados pela fauna e flora daquelas paragens.

Quanto à pintura do período manuelino, ficaram-nos duas obras portuguesas de inegável interesse em que surge representado o índio brasileiro: no primeiro caso, mais antigo, temos a representação do índio que, pela evangelização levada a cabo pelos portugueses, se torna recetáculo da mensagem da salvação trazida por Cristo à terra, significado ligado à festa litúrgica da Epifania, para a qual a cena remete. Trata-se do painel da *Adoração dos Reis Magos*⁶, pertencente ao antigo retábulo-mor da Sé de Viseu, obra encomendada após 1500 pelo bispo D. Fernando Gonçalves de Miranda, e cuja pintura, talha e douramento se encontravam concluídos em 1506. Este magnífico retábulo foi realizado por uma parceria de vários artistas de possível origem flamenga, com a participação provável do pintor português Vasco Fernandes. No painel em questão, o rei Baltasar, tradicionalmente negro, aparece como um índio do Brasil, um Tupinambá (sub-grupo dos povos Tupi, pertencente à grande família linguística dos Tupi-Guarani), situado no centro da composição, em cujo traje se misturam influências europeias convencionais – os calções de brocado e o gibão de seda – com a novidade exótica de um toucado de penas, ao qual não falta sequer a *copazinha pequena de penas vermelhas e pardas como as dos papagaios*, a que se refere Pero Vaz de Caminha na sua *Carta*, bem como inúmeros colares de contas coloridas, grossas manilhas de ouro nos pulsos e tornozelos, brincos de coral branco, um remate de penas idênticas às do toucado, no decote e na franja do corpete, e uma flecha tipicamente Tupinambá, com o seu longo cabo. Segura igualmente uma taça feita de noz de coco montada em prata, o que reforça o carácter exótico do conjunto. Tal como o índio do painel de Augsburg, sobre o qual nos debruçaremos mais à frente, figura no centro da composição, o que denota o destaque que o pintor lhe quis dar.

A substituição do tradicional rei negro, representante da África, por uma figura mais fascinante e exótica, que lembra o continente recém-descoberto, foi certamente influenciada pelos primeiros relatos trazidos pela armada de Pedro Álvares Cabral, nos quais o índio é visto como o “bom selvagem”, numa perspectiva idílica em que a nudez e a inocência testemunham a sua bondade e o relacionam com o Paraíso perdido. Associa-se

igualmente a esta figuração a ideia de que os índios eram passíveis de conversão ao catolicismo, que perpassa em muitos dos primeiros textos relacionados com o achamento do Brasil⁷.

Com efeito, na fonte mais importante para a definição do episódio da Epifania, o *Evangelho Armênio da Infância*, os três Reis Magos são relacionados com as três partes da terra: Melchior é o rei dos Persas, Gaspar o dos Árabes, e Baltasar o senhor dos Índios. Sendo descendentes dos três filhos de Noé, que depois do Dilúvio tiveram a tarefa de repartir a raça humana pelos continentes, a eles se encontra associada a ideia da conversão de todos os povos da terra⁸.

Não podemos esquecer que o desejo de espalhar o Evangelho foi uma importante força norteadora da empresa dos Descobrimentos, desde o tempo do Infante D. Henrique. A inclusão do Rei índio simbolizará, assim, a confiança na possibilidade de conversão dos habitantes do novo continente, para além de um simples apontamento exótico, tão ao gosto deste período. Não há dúvida que o artista procurou também mostrar o conhecimento crescente acerca dos novos mundos e povos relacionado com as viagens dos marinheiros portugueses.

Na *Crucifixão* da capela do Santíssimo Sacramento da Sé de Viseu, obra de cerca de 1535-40, também de Vasco Fernandes, há quem queira ver a representação de um índio na figura do Bom Ladrão, que, a ser verdade, pode ser entendida como uma interpretação humanística dos povos recém-descobertos⁹. A proximidade de Vasco Fernandes à cultura alemã, defendida por Dagoberto Markl, é posta em causa por Dalila Rodrigues. É certo que os pintores da “oficina de Viseu” viram e utilizaram gravuras alemãs, mas a relação entre gravura e pintura reduz-se apenas a elementos iconográficos. Nota-se sobretudo a influência da obra gravada de Martin Schöngauer e de Albrecht Dürer, mas é preciso notar que estes mestres tiveram um grande impacto por toda a Europa¹⁰.

Numa outra obra, a associação índio-diabo assenta no hibridismo da aparência monstruosa dessas figuras estranhas cobertas de penas e nos aspetos negativos e diabólicos, que já circulavam quanto à sua caracterização; trata-se do painel do *Inferno*, obra de oficina portuguesa cosmopolita, possivelmente do primeiro quartel de Quinhentos, onde o índio, ou pelo menos os seus atributos distintivos, são representados com um significado completamente diferente. Nesta pintura, de vincado sentido moralizador, Lucifer, o símbolo do Mal, que preside ao desenrolar da cena, bem como outro diabo coxo colocado à direita do caldeirão central, e que transporta às costas um frade sodomita acorrentado ao seu jovem amante, surgem vestidos de penas coloridas. Sublimadas nestas duas figuras espantosas, encontram-se as características negativas normalmente atribuídas ao índio, ser próximo da pura bestialidade, herético e incapaz de dominar os seus instintos mais primários. É significativo que esta visão do índio como pecador e ser demoníaco seja aparentada com a simbologia do *homem selvagem*. Numa gravura alemã de Melchior Lorsch, datada de 1545, que acompanha um texto de Lutero promovendo a Reforma, o próprio Papa é representado como um *homem selvagem*, numa clara alusão ao diabo, o mesmo acontecendo com os índios deste painel português. Esta diabolização da imagem do índio brasileiro terá certamente que ver com os relatos chegados à Europa ainda no primeiro decénio de Quinhentos, que se referem aos habitantes do Novo Mundo como seres bestiais, libidinosos, praticando a poligamia e a antropofagia.

7 DIAS, 1999: 312-321.

8 “Evangelho Armênio da Infância” in SANTOS OTERO, 1985: 359-365 (CAETANO, 1994: 21).

9 RODRIGUES, 2002: 170.

10 RODRIGUES, 2002: 62-66.

2. A *Adoração dos Reis Magos* da igreja de Santa Cruz de Augsburg

Ao contrário do que afirmam os autores que se debruçaram sobre esta questão, os relatos acerca do índio brasileiro tiveram repercussão no espaço europeu. No Museu do Louvre, em Paris, conserva-se uma obra até agora nunca referida neste contexto, onde julgamos descortinar claramente a figuração de um índio brasileiro. Trata-se de um painel representando a *Adoração dos Reis Magos*, datado de 1510¹¹, atribuído ao pintor alemão Ulrich Apt o Antigo. Esta pintura fazia parte de um retábulo do altar dedicado à Assunção da Virgem, na igreja de Santa Cruz de Augsburg. A parte central do retábulo não se conserva e desconhece-se se foi repintada ou destruída. Como o altar que o retábulo adornava era consagrado à Assunção da Virgem, é possível que o painel central representasse a Assunção, ou o tema da Coroação da Virgem¹².

A composição retabular completa apresentava, para além do painel central, que era possivelmente de madeira entalhada, dois painéis laterais pintados a óleo. Um deles, o do lado esquerdo do altar, representava a *Adoração do Menino*, e o do lado direito seria a *Adoração dos Reis Magos* que agora se encontra no Museu do Louvre.

As vicissitudes por que passaram estes dois volantes do retábulo de Santa Cruz de Augsburg foram variadas, nem sempre sendo fácil seguir o fio da história e acompanhar o seu percurso. Em 1603, o padre Gregor Aberzhauser, cronista da Colegiada da igreja de Santa Cruz de Augsburg, refere que o tríptico consagrado à Assunção da Virgem fora encomendado pelo tecelão Martin Weiss, em 1510, para a igreja recém-construída.

Em 1609-10, os dois volantes pintados foram comprados pelo duque Guilherme V da Baviera e transportados para Munique. No lugar deixado vago pelos originais, o duque mandou pintar e colocar cópias de dimensões um pouco mais reduzidas e que foram conservadas: a cópia da *Adoração dos Reis Magos* integra uma coleção privada e foi objeto de um empréstimo temporário ao Museu de Augsburg, onde se encontra atualmente; a cópia da *Adoração do Menino* encontra-se no castelo de Windsor, tendo sido adquirida pela Casa Real inglesa, juntamente com a coleção Oettingen-Wallerstein, por volta de 1838¹³.

No século XVII, era frequente que os colecionadores nobres, como o duque, pressionassem as igrejas, a administração da cidade e os cidadãos individuais a venderem-lhes as obras cobiçadas para as suas coleções¹⁴. Os originais constam no inventário de 1626 da galeria do Príncipe Eleitor Maximiliano I da Baviera, em Munique, como atribuídos a Hans Holbein o Antigo. A atribuição errónea a este conhecido pintor é a razão pela qual a aquisição destas obras se tornara tão importante para o Duque Guilherme.

Aquando das invasões suecas, em 1632, as duas tábuas foram levadas de Munique para a Suécia, e em 1652 integravam o inventário das coleções da rainha Cristina da Suécia, em Estocolmo. Podemos supor que deviam encontrar-se entre as pinturas que a rainha levou algum tempo depois para Roma, e que possivelmente daí terão seguido para França, juntamente com outras obras que sabemos que tiveram esse destino¹⁵.

O painel da *Adoração do Menino* deverá ter sido encaminhado para Inglaterra no início do século XIX. A única coisa que se sabe sobre o seu destino é que nesse século se encontrava na abadia de Newstead, a residência de juventude de Lord Byron; integrou mais tarde a coleção da família Chermiside, e o seu possuidor seguinte, Sir Richard Gatty, levou-o para a sua propriedade de Pepper Arden Hall, no Yorkshire. Encontra-se

11 O painel da *Adoração do Menino*, que fazia parte do mesmo retábulo, conserva a data de 1510 pintada na parte da frente da pedra que se encontra pintada à esquerda, em primeiro plano. A data não é facilmente legível, não apresentando contudo quaisquer dúvidas (veja-se LAUTS, 1966: 31-32, e carta de Jan Lauts para o Departamento das Pinturas do Museu do Louvre, datada de 6 de novembro de 1959, conservada no dossier monográfico da obra, no Service d'étude et de documentation du Département des Peintures du Museu do Louvre).

12 DRESEL; LÜDKE; VEY, 1992: 129.

13 Conhece-se, ainda, uma cópia parcial antiga com os retratos que figuram na *Adoração dos Reis Magos*, aos quais se juntou o rosto do S. José da *Adoração do Menino*, e que se encontra nos Uffizi, em Florença (LAUTS, 1966: 32).

14 DRESEL; LÜDKE; VEY, 1992: 129.

15 FEUCHTMAYR, 1928: 97.



Ulrich Apt o Antigo, *Adoração dos Magos*, c. 1510, óleo s/ madeira, 125x71 cm. Museu do Louvre, Paris. Fotografia: Réunion des Musées Nationaux – Agence Photographique

atualmente na Staatliche Kunsthalle, em Karlsruhe, tendo sido adquirido pelo Museu em 1958, a uma galeria de arte londrina¹⁶. Em 1960 a obra foi sujeita a um restauro, antes de ser exposta na Staatliche Kunsthalle Karlsruhe, e descobriram-se no reverso da *Adoração do Menino*, por baixo de pintura em castanho e cinzento, duas pinturas representando a Anunciação, na zona superior, e a Ascensão de Cristo, em baixo¹⁷.

Quanto ao painel do lado direito, a *Adoração dos Reis Magos* do retábulo original, só voltamos a encontrar notícia dele em Paris em 1807, quando foi adquirido pelo então diretor do Museu Napoleónico, Dominique-Vivant Denon, ao *marchand* Desmarets, que por sua vez o comprara um ano antes, numa venda anónima¹⁸. A aquisição da obra para o Museu Napoleónico, de onde transitou em 1815 para o Museu do Louvre, aquando da sua criação, deve-se ao facto de nessa altura estar atribuída erradamente a Hans Holbein o Antigo¹⁹.

Na *Adoração dos Reis Magos* do Louvre, podemos ver a Virgem e o Menino, sendo que S. José se encontra ausente, como acontece frequentemente²⁰, e os três Reis Magos, dois deles de feições europeias, acompanhados de numerosa comitiva.

No papel do Rei Mago mais jovem, Gaspar, que se encontra bem no centro da composição, em lugar de particular destaque, o pintor retratou com admirável realismo um índio sul-americano, de cor parda, olhos rasgados, rosto anguloso e negros cabelos longos e corrediços, cortados numa franja a direito sobre a testa.

16 LAUTS, 1966: 31; LAUTS, 1960: 57.

17 LAUTS, 1960: 60.

18 PERRONET, 2001: 755 e 765.

19 Esta obra chegou também a ser erradamente atribuída a Gumpolt Giltinger. A atribuição a Ulrich Apt, foi feita por Karl Feuchtmayr, em 1928, com base na assinatura "apt" que descobriu no cálice de ouro com tampa situado em baixo à direita, aos pés da Virgem, na *Adoração dos Reis Magos*. Esta mesma assinatura "apt", embora o T tenha praticamente desaparecido, aparece também num retrato de um homem idoso da coleção da Galeria do Principado do Lichtenstein, em Vaduz, que apresenta similitudes estilísticas muito estreitas com a *Adoração dos Reis Magos* que reforçam esta atribuição. No entanto, Feuchtmayr atribuiu a composição a Ulrich Apt com base na cópia do Castelo de Windsor, a única que conhecia na altura, e que julgava ser o original (LAUTS, 1960: 57, 59; FEUCHTMAYR, 1928: 102).

20 A ausência de S. José, igualmente muito comum na pintura portuguesa deste período, revela a influência de um passo do Evangelho segundo S. Mateus: "Ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim; estando Maria, sua mãe, desposada com José, sem que tivessem antes coabitado, achou-se grávida pelo Espírito Santo. Mas José, seu esposo, sendo justo e não a querendo difamar, resolveu deixá-la secretamente" (I, 18-19) (MARKL, 1995: 254).

Não encontramos aqui a presença de nenhuns elementos exóticos para além deste rosto belíssimo: o índio traça ricamente à europeia, e não apresenta toucado ou saiote de plumas, manilhas, armas ou quaisquer outros objetos de particular interesse etnológico²¹.

Enquanto as fisionomias da Virgem e do Menino são claramente idealizadas, quer os Reis Magos quer as suas comitivas apresentam-se representados com muito realismo, como se se tratasse de verdadeiros retratos de personagens reais. Quem são estes homens aqui retratados? A documentação coeva e a comparação com outras obras permitem-nos chegar a algumas conclusões interessantes.

O pintor Ulrich Apt era muito apreciado na época pelo realismo dos seus retratos, e fazia parte de uma família de pintores que nos deixaram uma série de obras deste género pictórico. O seu pai foi muito provavelmente o pintor Peter Apt, referenciado em 1460 no *Livro dos Ofícios Manuais de Augsburg*. Quando Ulrich Apt realizou as obras para a igreja de Santa Cruz de Augsburg em 1510, estava já na casa dos sessenta, e era um artista ilustre, a quem já teriam sido entregues outras encomendas importantes, que infelizmente não chegaram até aos nossos dias. A sua obra indicia uma formação sob a influência dos pintores dos Países Baixos, ou através dos pintores de Augsburg, por sua vez influenciados pela pintura da Flandres. Como Ulrich Apt já em 1481 aparece referido como Mestre no *Livro dos Impostos de Augsburg*, deve ter nascido por volta de 1455-1460. Estranhamente, não estão identificadas quaisquer outras obras a ele atribuídas nos trinta anos anteriores ao retábulo da igreja de Santa Cruz. Desde 1490, residiu numa casa nas proximidades da Ulrichskirche, em Augsburg. Em 1517, surge documentado como um dos Doze do Grémio dos Pintores, e entre 1520 e 1531 aparece como juiz da câmara da cidade; deve ter ocupado um lugar de relevo entre o círculo de burgueses seus concidadãos, vindo a falecer em 1532. Já em 1498 é mencionado um filho do pintor com o mesmo nome do pai, seu ajudante, que se torna mestre em 1512. Também é conhecido um filho chamado Jacob, que surge na documentação como mestre entre 1510 e 1518. Pai e filhos trabalharam em estreita colaboração, numa estrutura familiar²².

O painel da *Adoração dos Reis Magos* do Louvre é um bom exemplo do génio retratista do seu autor; com efeito, podemos aqui identificar onze retratos²³, incluída a figura do índio, ou seja, os três Reis Magos e as oito personagens da sua comitiva, aos quais há a juntar o S. José do painel da *Adoração do Menino*, num total de doze figuras masculinas no conjunto retabular. Não há dúvida de que são a representação de uma classe burguesa aqui personificada, determinante na condução dos destinos das cidades alemãs daquele tempo²⁴.

Uma crónica de 1623 refere que o tríptico do qual este painel fazia parte foi encomendado pelo rico burguês de Augsburg, Weber Martin Weiss, e pela sua mulher Elisabeth, em 1510. Foi muito provavelmente o próprio Martin Weiss quem serviu de modelo para o Rei Mago que se encontra de pé, em primeiro plano, à esquerda, na *Adoração dos Reis Magos*. Esta afirmação é reforçada pelo facto de o retratado aparecer igualmente representado numa pintura votiva da autoria de Leonhard Beck, conservada no Augsburger Maximilian-museum, e que apresenta traços fisionómicos idênticos²⁵.

O burguês Martin Weiss era tecelão de profissão, de origens humildes; enriqueceu e ocupou uma posição destacada na sua cidade, contribuindo para numerosas obras pias, manifestação do seu espírito devoto, de que

21 É interessante verificar que, embora esta obra tenha sido várias vezes exposta e estudada, nunca nenhum autor descortinou a figuração do índio. Apenas Karl Feuchtmayr (FEUCHTMAYR, 1928: 110) se refere a esta figura como *Mohrenkonig*, isto é, o rei mouro. Também no Ficheiro Demonts do Museu do Louvre, na descrição da obra, se menciona um "roi maure Gaspar".

22 LAUTS, 1960: 59, e LAUTS, 1966: 31-32. Sobre a importância do retrato na obra da família Apt, veja-se BALDASS, 1926: 393-401.

23 Karl Feuchtmayr coloca a hipótese de o rapaz que se encontra representado no painel do Louvre do lado esquerdo do Rei Mago índio, com a mão levantada, ter as feições do jovem Ulrich Fugger (FEUCHTMAYR, 1928: 107). Este é o único retrato, para além do de Martin Weiss, que foi objeto de uma tentativa de identificação.

24 LAUTS, 1960: 60.

25 FEUCHTMAYR, 1928: 97.

beneficiou a Colegiada de Santa Cruz, onde um irmão da sua mulher exercia funções como prior²⁶. Dado que era uma pessoa rica e influente, Martin Weiss teve certamente um lugar de destaque na encomenda do retábulo, mas pode não ter sido o único comitente, como se depreende da presença dos restantes onze retratos. Sabemos que Weiss foi um dos fundadores de dois importantes grêmios de Augsburg, os Doze do Grémio dos Tecelões e o Grémio dos Comerciantes de Sal, estando documentado como tendo pertencido a ambos por volta de 1510. Podemos assim supor que o tríptico de Santa Cruz foi encomendado por um destes dois grêmios²⁷, cujos membros se fizeram representar nos dois volantes pintados.

Há outro pormenor na *Adoração dos Reis Magos* que ajuda a reforçar esta ideia: em último plano, surge representado um imponente edifício, fantasioso na sua arquitetura de fusão, inspirada em vários modelos, com uma base gótica na qual se integram harmoniosamente elementos decorativos inovadores, como a palmeta que preenche o coroamento²⁸. Embora se perceba que se trata de uma composição bastante livre, simboliza muito provavelmente a câmara municipal (*Rathaus*) da cidade de Augsburg, que assim se associa, reforçando-a e sublinhando-a, à imagem de conjunto dos doze orgulhosos e ativos burgueses.

3. A figuração do índio brasileiro no painel de Augsburg

Resta explicar como é que o pintor e os burgueses de Augsburg tiveram contacto com a exótica figura do índio logo no primeiro decénio do século XVI. Atentemos aqui a duas ordens de razões que nos podem ajudar a compreender tão inesperada situação: as relações estreitas entre Augsburg e Portugal, sobretudo pela via comercial e financeira, e as redes de transmissão dos saberes e das novidades, através das novas estratégias e circuitos editoriais, do livro impresso e das gravuras.

Na primeira metade do século XVI, Augsburg era uma metrópole de projeção mundial, uma cidade moderna e cheia de vida, muito cosmopolita. Sendo sede de bispado, possuía muitas igrejas, palácios esplêndidos e cidadãos viajados, com um nível de vida opulento. A cidade era cenário de numerosas festas, tendo uma vida cultural ativa e uma população que se orgulhava particularmente dos seus pintores, músicos, ourives, joalheiros, gravadores e escultores, cuja fama se espalhou por toda a Europa. Aqui se encontravam radicados os Welser e dos Fugger, bem como outras das mais importantes casas comerciais da Alemanha do Sul.

Os Welser dedicavam-se ao comércio de têxteis e de especiarias e à exploração das minas de prata no Tirol e na Saxónia. Juntamente com outras famílias, formaram uma companhia, com sede em Augsburg desde 1498, que se tornou a maior empresa alemã daquela época. Os Welser estabeleceram acordos de comércio vantajosos com o monarca português, e participaram com três navios na navegação à Índia, na frota do vice-rei Francisco de Almeida em 1505. Tiveram vários representantes em Portugal, chegando a ter seis funcionários em Lisboa, e enviavam regularmente navios à ilha da Madeira, onde tinham uma feitoria. Em Augsburg, vários representantes portugueses negociaram com os Welser, sobretudo no que diz respeito à importação de pimenta²⁹. Não deixa de ser notável a semelhança física entre o jovem de barrete vermelho exuberantemente rematado com plumas brancas que integra a comitiva dos Reis Magos no painel da *Adoração dos Reis Magos* de Augsburg e o *Retrato de Anton Welser o Jovem*, realizado em 1527 na mesma cidade alemã pelo pintor Christoph Amberger, pintura que integra a coleção da família Welser³⁰. Em 1510, data da execução do painel de Augsburg, o filho de Anton Welser o Velho, nascido em 1486, tinha 24 anos, uma idade perfeitamente

26 LAUTS, 1960: 59.

27 DRESEL; LÜDKE; VEY, 1992: 134.

28 GRISEBACH, 1912: 272. Embora este autor se refira ao painel do Louvre da autoria de Ulrich Apt, dá-o como sendo obra de Gumpolt Giltinger.

29 KELLENBENZ, 1979b: 348-349.

30 Veja-se a reprodução deste quadro em ÁLVAREZ NOGAL, 1999: 618.

plausível para o jovem retratado na *Adoração dos Reis Magos* de Apt. Foi ele o representante máximo da sociedade comercial desta família de banqueiros alemães, primeiro em Lyon e depois em Antuérpia, a partir de 1503, onde dirigia as atividades comerciais relativas ao espaço atlântico com Lisboa, Sevilha e as colónias espanholas das Índias Ocidentais.

Quanto aos Fugger, mercadores e banqueiros de Augsburg, contactaram com o mundo português pela via de Antuérpia. Jacob Fugger foi um dos primeiros a despertar para a importância do comércio com Lisboa, quando Vasco da Gama regressou da sua primeira viagem à Índia com um carregamento de especiarias. Fez parceria com os Welser no negócio com o rei D. Manuel I para armar os três navios para a viagem às Índias Orientais, e manteve uma feitoria em Lisboa, para onde exportava cobre, prata e outros produtos alemães³¹. A moeda de prata era indispensável às Índias Orientais, e o cobre era usado no fabrico das *manilhas* ou braceletes usadas para a permuta de escravos africanos. A biblioteca dos Fugger continha a maior coleção de livros sobre a história da expansão ibérica, com mais de 20 mil volumes magníficos, reunidos por Hans Jacob e pelo seu irmão Ulrich³².

Ao abandonarem o mercado veneziano e ao voltarem-se resolutamente para os mercadores portugueses, estabelecendo alianças financeiras e comerciais, as grandes firmas de Augsburg, como os Fugger, os Welser ou os Hochstatter, contribuíram para divulgar os nossos progressos no mundo ultramarino e ajudaram a despertar o interesse dos humanistas, cosmógrafos, cartógrafos e impressores alemães pelos Descobrimentos portugueses.

Para além de Dürer, que viveu em estreito contacto com a feitoria portuguesa da Flandres durante a sua estada em Antuérpia, em 1520-21, outros artistas alemães foram influenciados pelo exotismo resultante da expansão portuguesa. A feitoria portuguesa em Antuérpia era famosa entre as elites europeias, não só como centro comercial, mas também como fonte de raridades orientais e artigos de coleção³³. A feitoria foi criada em 1499, quando a colónia de mercadores portugueses em Bruges se mudou para Antuérpia devido aos privilégios concedidos por Maximiliano da Áustria em 1488 às “nações” estrangeiras que abandonassem aquela cidade. Por volta de 1510, toda a colónia estava aí radicada.

Antuérpia tinha um papel fundamental como observador da realidade europeia; aí chegavam em primeira mão as notícias comerciais e militares, sem as quais o monopólio régio não tiraria o devido proveito. As ligações de Antuérpia com a Alemanha eram muito estreitas, permitindo a ligação ao *hinterland* alemão, e as primeiras firmas da Alta Alemanha, que tiveram ligações tão importantes à Coroa portuguesa no comércio ultramarino, lá estabeleceram os seus primeiros escritórios permanentes para venda de metais. A atividade económica dos portugueses em Antuérpia centrava-se no comércio dos produtos coloniais ultramarinos, sobretudo açúcar, especiarias e corantes. Realizavam ainda, no comércio da moeda, operações de crédito e operações especulativas, nas quais se associavam muitas vezes a grandes mercadores de diversas nacionalidades, entre as quais os alemães³⁴.

Assim, as ligações entre Augsburg e Portugal, pela via de Antuérpia, foram significativas durante o reinado de D. Manuel I. Os portugueses abasteciam os alemães meridionais de açúcar madeirense e de outros produtos coloniais, sendo o principal as especiarias, e obtinham em troca o cobre, indispensável ao trato da Guiné, e a prata, estanho e chumbo da Alemanha, Boémia e Escandinávia.

Os feitores portugueses eram também diplomatas de ocasião, representantes junto do Imperador da Alemanha e dos príncipes, e a sua presença em Augsburg está documentada. A situação na Alemanha, local de

31 KELLENBENZ, 1979a: 84-85.

32 CHAUDURI, 1998: 526.

33 CHAUDURI, 1998: 524.

34 POHL, 1991: 70.

escoamento e simultaneamente parceiro nos negócios, foi acompanhada de perto. Sabemos que em 1519, o secretário da feitoria portuguesa em Antuérpia, Rui Fernandes de Almada, empreendeu uma viagem à Alemanha meridional, com objetivos diplomáticos e de negócios, e negociou contratos relativos à pimenta e ao cobre, em Augsburg. De igual modo, o antigo feitor Tomé Lopes foi embaixador junto do Imperador Maximiliano da Áustria entre 1509 e 1511.

Para além da via comercial e diplomática, também as redes de transmissão dos novos saberes e das notícias, através dos circuitos editoriais, poderão ajudar a compreender a presença em Augsburg da imagem do índio no painel da igreja de Santa Cruz. Em Portugal, no início do século XVI, era rara a tipografia, em qualquer núcleo urbano de província, que não contasse com a presença de um alemão³⁵. O caso do impressor Valentim Fernandes, natural da Morávia, na Alemanha, que se fixou em Portugal antes de 1490, onde publicou várias obras até 1518, é sobejamente conhecido. Valentim Fernandes manteve ligações epistolares com o humanista Conrad Peutinger, que era casado com uma filha do grande financeiro Anton Welser o Velho, de Augsburg, e como tal irmão de Anton Welser o Jovem, já mencionado acima como um dos possíveis retratados no painel de Ulrich Apt. Valentim teve um importante papel como tradutor, agente e informador das viagens de Lisboa para a Índia junto dos Welsers³⁶, e nos manuscritos ou cartas por ele enviados para Augsburg ou Nuremberga deverá ter seguido também informação relativa aos índios brasileiros.

Um outro possível divulgador de notícias ou imagens do índio é o impressor Johan Weissenburger, de Nuremberga, que começa em 1505 a publicar pequenos textos e notícias sob a forma de panfletos. Quatro de entre sete relações saídas da sua oficina nos anos seguintes, cujo teor é conhecido, tratam de assuntos relacionados com Portugal. Este interesse por matérias relativas ao nosso país é compreensível se atendermos às redes comerciais entre Nuremberga e Augsburg e os homens de negócios de Lisboa e que atuavam na rota do Cabo. Algumas dessas publicações são baseadas em cartas enviadas da capital portuguesa por mercadores alemães, e na sua maioria dizem respeito às Índias Orientais. Um desses panfletos alemães, com duas edições provavelmente de 1506, inclui duas xilogravuras; numa delas, surgem um guerreiro português e um índio guerreiro, acompanhadas por um navio que sugere a viagem de Lisboa a Calecute. Um outro panfleto de Weissenburger, a *Gesta proxime per Portugalenses...*, de 1507, terá interessado também os Welsers e os Fuggers de Nuremberga e os Imhoffs e os Hirschvogels de Augsburg, que financiaram o programa português de estabelecimento de fortificações no Índico, liderado por D. Francisco de Almeida, cujos feitos são aí relatados. A folha de rosto inclui uma xilogravura com as armas de Portugal, ladeadas por dois índios, um homem armado de arco e flechas e uma mulher nua, inovação esta destinada a chamar atenção dos possíveis compradores³⁷.

Sabemos que na zona de Augsburg se produziram e circularam inúmeras gravuras, e que a carta de Américo Vespúcio a Pier Francesco de Médicis, onde se fala dos índios americanos, embora de autenticidade duvidosa, foi publicada primeiro em Paris em 1503, e um ano depois em Augsburg, sendo depois traduzida para alemão e neerlandês em 1505. Conhece-se uma xilogravura alemã, colorida nos dois exemplares conservados, feita em Augsburg ou Nuremberga em 1505 para a edição deste texto da carta *Mundus Novus*, em que surgem os índios brasileiros praticando canibalismo e representados com os toucados e saiotos de plumas, os adornos e o arco e outros utensílios usados pelos Tupinambás. No entanto, para além do apontamento etnológico, os rostos não têm qualquer feição distintiva, e não terão certamente inspirado o pintor do retábulo de Santa Cruz de Augsburg.

35 DIAS, 1992: 187.

36 CURTO, 1998: 443.

37 CURTO, 1998: 445.

Segundo o *Auto Notarial* de Valentim Fernandes, já em 1503 havia em Bruges uma representação plástica dos índios do Brasil, mandada, juntamente com uma pele de crocodilo, para a capela do Sangue de Cristo, naquela cidade da Flandres, por João Drabe³⁸. Outras tentativas de representar o índio americano encontram-se na arte europeia de inícios de Quinhentos. É sabido que em 1519 Dürer pôde apreciar, no palácio real de Bruxelas, os tesouros trazidos por Hernán Cortés, juntamente com seis Astecas, que foram mostrados aquando da coroação de Carlos V em Aachen. Para além do testemunho que Dürer nos deixou do seu deslumbramento face a tais riquezas, estas curiosidades americanas influenciaram igualmente as figuras de índios armados de arcos e flechas e toucados de plumas, que surgem no túmulo do cardeal Amboise, arcebispo de Rouen, em S. Jacques de Dieppe. Estas figurações têm por base as máscaras de ouro que o corsário Jean Ango de Dieppe apressou no ataque a três caravelas espanholas que transportavam o tesouro mencionado por Dürer³⁹.

No *Livro de Horas* do Imperador Maximiliano, Dürer desenhou à margem do fólio 41 um nativo brasileiro, como ilustração do Salmo 24.1 (Bayerische Staatsbibliothek, Munique). Este texto foi impresso por Johannes Schonsperger em Augsburg em 1513, e a decoração de um dos exemplares, acrescentada por Dürer a tinta violeta, data de 1515. O índio brasileiro é representado minuciosamente, acompanhado de ramagens, onde se veem pássaros exóticos e um caracol, e assenta sobre o desenho de uma enorme colher de madeira, voltada ao contrário, artefacto provavelmente alemão. Ao colocar o índio sobre a colher, talvez Dürer pretendesse assinalar, de acordo com o texto do próprio Salmo 24, que o índio receberia a benção do Senhor, dado que na época de Dürer era costume os padrinhos oferecerem ao que vai receber o dom do Espírito Santo a chamada “colher-apóstolo”; sendo um ser *de mãos inocentes e puro coração*, pertenceria ao *genus angelicum*, juntamente com o turco, que figura, acompanhado do seu camelo, no fólio 42 verso da mesma obra⁴⁰. O bastão de guerra decorado com penas que empunha esta figura do índio, bem como o seu toucado de plumas, são tipicamente Tupinambás, embora Dürer, desconhecendo a função do bastão, o alongue excessivamente, como se de uma lança se tratasse. Se bem que os nativos brasileiros andassem descalços e praticamente nus, Dürer representa o índio coberto com um saiote de plumas, e calçado com sandálias de tipo africano. Este saiote de plumas, que nunca fez parte da indumentária Tupinambá, é claramente uma fantasia europeia, decalcada do saiote de folhagem que acompanha inúmeras figurações do *homem silvestre*; a sua função é a de cobrir a genitália dos índios, e de permitir uma rápida identificação destas figuras com o mundo exótico e selvagem recém-descoberto. Os colares e pulseiras de penas e contas são típicos dos nativos brasileiros, mas as feições do personagem nada têm em comum com os indígenas da terra de Vera Cruz, sendo claramente europeizadas⁴¹.

No *Triunfo de Maximiliano*, Hans Burgkmair elaborou uma série de xilogravuras com o cortejo triunfal, onde figuram igualmente, entre outros povos, os indígenas do Brasil. Estes encontram-se representados entre os habitantes de Calecute, termo que não se restringia à Índia, mas designava todos os povos das terras recém-descobertas, incluindo a América, que ainda era considerada parte do continente asiático. Aqui, à semelhança do que acontece na anterior miniatura de Dürer, também se misturam aspetos etnográficos distintos na figuração dos índios, que incluem toucados e saiotos de penas e bastões de guerra Tupinambá, juntamente com machados de metal e outras armas inexistentes entre os indígenas brasileiros⁴².

38 ANDRADE, 1972: 545.

39 BONNET CORREA, 1968: 179-180.

40 KROPFINGER, 1990: 457-487.

41 MASSING, 1991: 515-520.

42 Os temas do Novo Mundo estarão igualmente na origem de uma revitalização da figura do *homem selvagem* em Espanha, onde estes personagens passam a aparecer por vezes armados de flechas, aljava e rede, talvez em alusão ao índio americano, como sucede nas figuras de selvagens da escadaria da Universidade de Salamanca (AZCARATE, 1948: 98).

Neste contexto de exotismo, a figura do índio surge por vezes em festas da corte com um significado idêntico ao do *homem selvagem*, isto é, como uma criatura digna de espanto e fascínio, selvagem, barulhenta e primitiva, mas desprovida de uma carga moralizadora, funcionando como mero divertimento palaciano, numa visão exótica e folclórica. Assim sucedeu na *fête brésilienne* celebrada em Rouen em 1550, na receção de Henrique II e Catarina de Médicis.

Nestas várias imagens da arte europeia de Quinhentos revela-se assim a construção de uma nova visão do mundo e o estabelecimento de um discurso sobre o Outro no qual a figura do índio vai ocupando paulatinamente o imaginário outrora dominado pelas representações do *homem selvagem*, contribuindo para a ampliação da noção da unidade do género humano. Estas figurações inovadoras, pelo seu hibridismo, pela mistura de realidade e fantasia, mostram como a passagem de uma antropologia monstruosa para o confronto direto com o real não foi um processo rápido e linear, mas antes uma viagem lenta, cheia de perplexidades e ajustamentos. Foi necessário passar bastante tempo até a imagem do índio deixar de ser uma construção mental europeia, uma abstração, um recetáculo de significados antitéticos.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Luís de, 1990 – “Pero Vaz de Caminha and the Brazilian American indian” in *La imagen del índio en la Europa moderna*. S.l.: CSIC, p. 33-41.
- ÁLVAREZ NOGAL, Carlos, 1999 – “Las remesas americanas y los banqueros de la Monarquía” in *El oro y la plata de las Indias en la época de los Austrias*. Madrid: Fundación ICO, p. 607-623.
- ANDRADE, António Alberto Banha de, 1972 – “O Auto Notarial de Valentim Fernandes (1503) e o seu significado como fonte histórica”. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. V, p. 521-545.
- AZCARATE, José Maria de, 1948 – “El tema iconografico del salvaje”. *Archivo español de Arte*. Madrid: CSIC – Centro de Estudios Historicos, XXXI, p. 81-99.
- BALDASS, Ludwig, 1929 – “Studien zur Augsburger Porträtmalerei des 16. Jahrhunderts, I, Bildnisse aus der Künstlerfamilie Apt”. *Pantheon: Monatsschrift für Freunde und Sammler der Kunst*. Munique: F. Bruckmann A.G., Band IV, p. 393-401.
- BONET CORREA, Antonio, 1968 – “Integración de la cultura indígena en el arte hispanoamericano” in *España en las crisis del arte europeo*. Madrid: Instituto Diego Velázquez, p. 179-188.
- CAETANO, Joaquim de Oliveira, 1994 – “Ao redor do Presépio: fontes e imagens do ciclo da Natividade” in *Natividade em S. Roque* (catálogo da exposição). S.l.: Museu de S. Roque; Livros Horizonte, p. 10-25.
- CHAUDURI, Kirti, 1998 – “A recepção europeia da expansão” in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (org.) – *História da expansão portuguesa. A formação do Império (1415-1570)*. S.l.: Circulo de Leitores, vol. I, p. 512-533.
- CURTO, Diogo Ramada, 1998 – “A literatura e o Império: entre o espírito cavaleiroso, as trocas de corte e o Humanismo cívico” in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (org.) – *História da expansão portuguesa. A formação do Império (1415-1570)*. S.l.: Circulo de Leitores, vol. I, p. 434-454.
- DIAS, Pedro, 1992 – “Portugal e a arte alemã na época dos descobrimentos” in *No tempo das feitorias: a arte portuguesa na época dos Descobrimentos*. S.l.: Instituto Português de Museus, vol. I, p. 186-188.
- DIAS, Pedro, 1999 – *História da Arte portuguesa no Mundo (1415-1822) – O espaço do Atlântico*. S.l.: Circulo de Leitores.
- DRESEL, Ines; LÜDKE, Dietmar; VEY, Horst, 1992 – *Christus und Maria: Ausstellungen christlicher Gemälde der Spätgotik und Frührenaissance aus der Karlsruher Kunsthalle*. Karlsruhe: Staatliche Kunsthalle Karlsruhe.
- FEUCHTMAYR, Karl, 1928 – “Apt-Studien” in BUCHNER, Ernst; FEUCHTMAYR, Karl – *Augsburger Kunst der Spätgotik und Renaissance*. Augsburg: Dr. Benno Filser Verlag G.M.B.H., p. 97-132.
- GRISEBACH, August, 1912 – “Architekturen auf Niederländischen und Französischen Gemälden des 15. Jahrhunderts”, *Monatshefte für Kunstwissenschaft*. Leipzig, n.º 5.
- KELLENBENZ, Hermann, 1979a – “Fuggers em Portugal” in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. S.l.: Iniciativas Editoriais; Livraria Figueirinhas, vol. I, p. 84-86.
- KELLENBENZ, Hermann, 1979b – “Welser, os” in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. S.l.: Iniciativas Editoriais; Livraria Figueirinhas, vol. IV, p. 348-350.
- KROPFINGER, Helga von Kugelgen, 1990 – “El índio: bárbaro y/o buen salvaje?” in *La imagen del índio en la Europa moderna*. S.l.: CSIC, p. 457-487.

- LAUTS, Jan, 1960 – “Ein wiedergefundenes Gemälde von Ulrich Apt”. *Pantheon: Monatsschrift für Freunde und Sammler der Kunst*. Munique: F. Bruckmann A.G., XVIII, Heft 2, p. 57-60.
- LAUTS, Jan, 1966 – *Karlsruhe Alte Meister bis 1800*. Karlsruhe.
- MARGARIDO, Alfredo, 1984 – “La vision de l'Autre (Africain et Indien d'Amérique) dans la Renaissance portugaise” in *L'Humanisme portugais et l'Europe: Actes du XXIème colloque international d'études humanistes*. Paris: Fund. C. Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, p. 507-555.
- MARKL, Dagoberto, 1995 – “Os ciclos: das oficinas à iconografia” in PEREIRA, Paulo (org.) – *História da Arte portuguesa*. S.l.: Círculo de Leitores, vol. II, p. 240-277.
- MASSING, Jean Michel, 1991 – “Early European images of America: the ethnographic approach” in *Circa 1492: Art in the age of exploration*. Washington/ New Haven and London: National Gallery of Art/ Yale University Press, p. 515-520.
- PEREIRA IGLESIAS, José Luis, 1993 – “La imagen del índio en el viejo mundo” in MUÑIZ MUÑIZ, María de las Nieves (org.) – *Espacio geografico, espacio imaginário: el descubrimiento del Nuevo Mundo en las culturas italiana y española*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 175-185.
- PERRONET, Benjamin, 2001 – “Denon, collectionneur typique ou atypique ?” in *Les vies de Dominique-Vivant Denon (Colloque, Musée du Louvre, 1999)*. Paris: La Documentation Française/Musée du Louvre.
- POHL, Hans, 1991 – “Os portugueses em Antuérpia (1550-1650)” in EVERAERT, J.; STOLS, E. (org.) – *Flandres e Portugal: na confluência de duas culturas*. S.l.: Edições Inapa, p. 53-79.
- RODRIGUES, Dalila (org.), 1992 – *Grão Vasco e a pintura europeia do Renascimento*. S.l.: CNCDP
- RODRIGUES, Dalila, 1995 – “A produção provincial” in PEREIRA, Paulo (org.) - *História da Arte portuguesa*. S.l.: Círculo de Leitores, vol. II, p. 227-240.
- RODRIGUES, Dalila, 2002 – *Grão Vasco-Pintura portuguesa del Renacimiento: c. 1500-1540*. S.l.: Consorcio Salamanca 2002.
- SANTOS OTERO, Aurelio de (org.), 1985 - *Los Evangelios apócrifos*. 5.ª ed. Madrid: La Editorial Catolica, S.A., Biblioteca de Autores Cristianos, p. 359-365.
- SEBASTIÁN, Santiago, 1990 – “El índio desde la iconografía” in *La imagen del índio en la Europa moderna*. S.l.: CSIC, p. 433-455.



“Son unas puercas todas las imágenes y unos pedazos de palo”: Manuel de Coito, escultor portugués acusado por blasfemias ante el Santo Oficio de la Inquisición. Buenos Aires, siglo XVII

Patricia Fogelman

Decia assi mismo que no auia en Dios misericordia, ni podia tenerla, ni dar salud porque era un pedazo de Palo, que el labraba con sus manos y que no creia en el, que los Santos eran unos pedazos de palo, y el Santisimo Sacramento del Altar un pedazo de Masa de Arina, y cogiendo un pedazo de pan en las manos lo desmenuaba diciendo esto es lo qe. esta en el Altar, y lo que adoran estos Cornudos, escupiendo y pisando las miajas en el suelo.

*Manuel de Coito. Escultor portugués. Buenos Aires, 1675.
AHNM – Inquisición. Relaciones de causas de fe, Lima,
libro 1032, fols. 196-198.*

La Inquisición contra herejes y blasfemos

Los vientos de la Contrarreforma soplaron también para los habitantes de las tierras más o menos recientemente conquistadas para la Corona española, quien ejercía el patronato sobre la religión en sus dominios. Allí, el Tribunal de la Inquisición se ocupó de ejercer cierto control sobre aquellos elementos disruptivos de un orden de creencias establecido que engarzaba con los principios fundamentales de la política civil imperial. Los funcionarios del Santo Oficio, muchas veces comisarios civiles vinculados al poder político y económico local, ejercieron su influencia de policía para que el Santo Oficio a eliminara “errores” y “corrigiera prácticas y opiniones” que se alejaban de los preceptos católicos o reñían con ellos. Por su parte, los sacerdotes y frailes delegados por la Iglesia que representaban al Tribunal, ejercían sus facultades sobre la población no indígena (éstos sólo debían ser sujetos de las campañas de extirpación de idolatrías), es decir, sobre españoles peninsulares y americanos, tanto como sobre los portugueses y gentes de sangre africana.

La principal preocupación de la Inquisición era luchar contra la herejía. Según el Manual de los inquisidores, redactado en el siglo XIV por el dominico Nicolau Eimeric y ampliado posteriormente por Peña, la herejía era el ejercicio de un poder de decisión que debía ser interdicto, es decir, que el individuo no debía elegir entre una proposición de la Iglesia y una posible objeción a la misma. No había lugar, siquiera, para la duda; tampoco

para el ejercicio de la razón. Los dogmas de la fe deberían ser respetados sin cuestionamiento y la adhesión a las prácticas prescritas por la Iglesia, debería ser inquebrantable.

el hereje, al decidir entre una doctrina verdadera y una falsa, rechaza la verdadera doctrina y 'elige' por verdadera una doctrina falsa y perversa. [...] Hereje es el que se adhiere con firmeza y tenacidad a una doctrina falsa que él considera verdadera [...] se aleja y se cercena, espiritualmente, de su comunidad [...] separado por la excomunión que sobre él recae¹.

Así, “la noción de herejía abarca los tres conceptos de elección, adhesión y división”². Entendiendo por división, el alejamiento de la comunidad católica y la respuesta dada por ésta, a través de la excomunión.

La palabra era considerada el vehículo privilegiado para la herejía o la blasfemia: la lengua sería el órgano del cuerpo que ejecuta la ofensa y violenta los artículos de fe, transmitiendo una idea “deformante de la verdadera religión”. El carácter fuertemente oral de la religiosidad católica ya ha sido señalado por Cabantous al estudiar las blasfemias realizadas, especialmente por los hombres de mar, durante el Antiguo Régimen³.

Un dato para tener presente es el enorme peso que da la tradición cristiana a la idea de la Encarnación del Verbo divino, momento crucial de la historia de la Redención; allí se instalaría la aceptación de esa comunicación traída por el Arcángel Gabriel y que se sellaría en labios de María con su respuesta “Hágase en mí según su voluntad”, dando lugar a la concepción virginal que escaparía a principios físicos y materiales muy concretos pero se inscribiría dentro de las operaciones del discurso.

La sanción de no tomar el nombre de Dios en vano refiere, otra vez, a la importancia y al peligro de la palabra: la lengua humana tiene la capacidad de loar y de servir mediante la evangelización, pero también es capaz de lesionar los privilegios reconocidos a la divinidad planteando falsedades, deformando su naturaleza, agrediéndola mediante las ofensas.

Estas ofensas a Dios, la Virgen, los santos y la Iglesia han sido consideradas como proposiciones y artículos heréticos: fue el Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición el encargado de definirlos y corregir el error en que se hallasen los sujetos que las emitieran. Toda herejía era considerada como *error* ante el cual era preciso iniciar un proceso judicial que interesaba tanto a la Iglesia, como a la justicia civil.

Esos procesos y sus relaciones de causas han quedado registrados en información que obra, en su mayor parte, en el Archivo Histórico Nacional de Madrid (bajo el rubro Inquisición). Durante mucho tiempo estuvieron en el Cubo de la Inquisición (Archivo de Simancas) donde fueron consultados por diversos investigadores, algunos de ellos interesados tempranamente en la historia del Río de la Plata, como José Toribio Medina o Boleslao Lewin. Las causas que estuvieron relacionadas con las operaciones del Comisario del Santo Oficio en las Provincias del Plata, pertenecían a la jurisdicción del Tribunal cuya sede estaba en Lima. En el Archivo de la Inquisición, en Madrid, hemos recuperado aquellas relaciones de procesos para revisar la cuestión de las proposiciones y blasfemias que atentaron especialmente contra el culto a la Virgen⁴, aspecto no estudiado por los investigadores precedentes a nosotros y del cual – para este artículo – extraeremos el caso del escultor portugués Manuel de Coito (o de Coyo, como también suele aparecer en la bibliografía)⁵.

1 EIMERIC; PEÑA, 1376 / 1578: 57-58.

2 EIMERIC; PEÑA, 1376 / 1578: 57-58.

3 CABANTOUS, 1998.

4 FOGELMAN, en prensa.

5 Cabe aclarar que elegimos la grafía *Coito*, con i latina (a contrapelo de Couto o Coyo, como suele ser mencionado en la bibliografía editada) pues así aparece permanentemente en la relación de la causa ante el Tribunal del Santo Oficio que revisamos en el Archivo Histórico Nacional, en Madrid (en adelante, AHNM) y es la principal fuente documental en la que se basa el presente artículo.

Los registros de esos procesos se iniciaban con una denuncia o delación, por la cual un comisario del Santo Oficio debía intervenir, detener al sospechoso de herejía o de blasfemia, trasladarlo a las cárceles y secuestrar de sus bienes. También se convocaba a los testigos, se labraban actas y se daba parte al Tribunal donde se llevaría la causa; éste muchas veces, mandaba hacer averiguaciones de los antecedentes del reo a otros tribunales de regiones muy lejanas. El Santo Oficio también podía recurrir al apoyo del brazo secular, lo que no siempre funcionó eficazmente: podían generarse roces entre ambas jurisdicciones como sucedió, por ejemplo, en Buenos Aires entre los años 1805 y 1807⁶.

Pero en los casos en que se lograba detener al reo, una de las prácticas habituales para obtener las confesiones y las delaciones de sus cómplices, era la tortura. En las relaciones de causas y en los procesos que hemos visto en el Tribunal de Lima, muchas veces se dejaba constancia del tiempo que insumía la sesión de tortura y también si, pasada ésta, el reo se retractaba de sus dichos argumentando que lo había hecho a causa del dolor; no obstante era considerado en su contra desdecirse. Una vez confeso, se realizaban múltiples intentos de convencer al reo (*admoniciones*: entrevistas con teólogos que procuraban quitarlo de su error); algunos se retractaban pero otros persistían en sus opiniones, y eran considerados *pertinaces*.

Las penitencias eran muy variadas: iban desde la confesión y la abjuración en privado al espectacular castigo público. A veces correspondía salir en un *auto de fe* (ceremonia pública de carácter ejemplar) vestido con un sambenito y un cirio en la mano o una soga al cuello; también se imponían azotes, multas, encierros conventuales y/o destierros, etc. Los penitentes pertinaces eran relajados, es decir, quemados vivos durante el auto de fe; algunos fueron quemados junto con sus manuscritos colgando del cuello, como fue el famoso caso de Maldonado de Silva, quien fue relajado en un terrible auto de fe celebrado en Lima (el 23 de enero de 1639)⁷.

Pero las penas no respondían a un nomenclador fijamente establecido. En cuanto a los blasfemos, por ejemplo, se hacían ciertas discriminaciones en relación al *status* del reo a la hora de administrar los castigos: Algunos individuos, de acuerdo a su calidad, nobleza y condición social, obtenían penas más suaves o que se podían ejecutar en privado, lo mismo que sus abjuraciones⁸.

El *Manual de los Inquisidores* (Eimeric y Peña) ha definido la *proposición herética* según tres criterios básicos: el primero, cuando se trata de una oposición a un artículo de fe (por ejemplo, a la encarnación del Hijo); en segundo lugar, si hay oposición a una verdad declarada de fe por la Iglesia; y señala un tercer criterio, que se basa en la presencia de una oposición al contenido de los libros canónicos⁹.

Se precisaron, además, siete criterios para establecer una herejía. A saber:

- a) Si se trata de una proposición que se opone a los contenidos de la sagrada Escritura;
- b) Si se opone a lo que se desprende necesariamente del significado de la Escritura;
- c) Si contradice el contenido de las palabras de Cristo, transmitidas a los apóstoles, ergo, a la Iglesia;
- d) Si se opone a las definiciones dadas por algún concilio universal;
- e) Si se opone a aquello que la Iglesia ha propuesto como fe a los fieles;
- f) Si contradice lo que ha sido proclamado unánimemente por los padres de la Iglesia, tocante a refutación de herejía;
- g) Si se enfrenta contra lo que se desprende de los principios establecidos en los puntos c, d, e y f¹⁰.

6 AHNM – *Inquisición*, leg. 3731, expte. N.º 40.

7 Se ha consultado este caso en: ANHM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, leg. 1031, libro 5, "Relacion para el Consejo Supremo de la Sa. y general Inquisición de la causa del Ber. Franc. de Silva, por otro nombre Heli Nacareo indigno del dios de hisrael, Relajado y quemado vivo en el auto de la fee que celebrou este Santo Officio en 23 de henero de 1639 años".

8 EIMERIC; PEÑA, 1376 / 1578: 77-78.

9 EIMERIC; PEÑA, 1376 / 1578: 59.

10 EIMERIC; PEÑA, 1376 / 1578: 59-60.

Cabe destacar que en el *Manual de los Inquisidores* constan ocho reglas más que permitirían determinar el carácter herético de una proposición: Uno de los ejemplos nos resulta particularmente interesante: “Es de fe lo que pertenece a la tradición apostólica (por ejemplo, la concepción virginal de María...)”¹¹.

Todo individuo que se aferrase con tenacidad (*pertinacia*) a su error, y se negare a abjurar, sería considerado como un *hereje*¹². Los *herejes impenitentes*, aquellos que se negaban a abjurar de sus proposiciones, eran relajados. Quienes abjuraban y se aplicaban a los castigos establecidos y se convertían plenamente al catolicismo, eran considerados *herejes penitentes*. Aquellos penitentes que recaían en el error, se denominaban *relapsos* y se los solía clasificar en tres tipos: aquellos que habiendo sido considerados altamente sospechosos de herejía, aún sin que se haya podido establecer plenamente su delito y tras su abjuración, recaían en ella; aquellos que fueron hallados culpables de herejía y que, tras abjurar, recayeren en alguna de ellas y, finalmente, también eran *relapsos*, aquellos penitentes que tras abjurar acogían a otros herejes o les acompañaban, ayudándolos¹³.

Afrentas a la religión: blasfemar contra la Virgen María

Además de la herejía, la *blasfemia* constituía una de las peores afrentas a Dios y a la religión¹⁴ y era considerada un crimen *mere ecclesiasticum*. Una acusación por blasfemia solía dar lugar a procesos tanto civiles como inquisitoriales; ambas justicias (seglar y religiosa) podían, según los casos, aplicar sanciones a los reos. Como ya hemos señalado, los Tribunales del Santo Oficio de Lima (jurisdicción a la que pertenecía el Río de la Plata durante la época colonial) han conservado las relaciones de causas y los procesos de numerosos acusados de blasfemia.

La blasfemia ocupa el puesto principal en un sistema de jerarquía decreciente de pecados, que Carla Casagrande y Silvana Vecchio han denominado “*système de péché de la langue*”¹⁵. Ellas han analizado los veinticuatro pecados de la lengua mencionados por los doctores de la Iglesia Guillaume Peyraut, Raoul Ardent y Alexandre de Hales, estableciendo dos grupos: el primero, compuesto por cuatro pecados, ofende directamente a Dios; los veinticuatro restantes forman el segundo grupo, cuya víctima es el prójimo. Según dichas autoras italianas, hay dos definiciones básicas de blasfemia. La primera, formulada por san Agustín y retomada por Pierre Lombard, acentúa su carácter de falsedad en relación a Dios: “*Le blasphème consiste à affirmer des choses fausses au sujet de Dieu*”. Es decir, o bien otorga falsos atributos a Dios o le quita sus prerrogativas, sustrayéndole alguna cosa (Ardent dice: *derogare*) a la divina majestad¹⁶, entre ellas estaría la negación de su divinidad. Un ejemplo de esta *derogatio* se encuentra en las proposiciones de aquellos que dudan de la justicia, la misericordia, de la piedad divina o del poder milagroso de la divinidad. Estas proposiciones solían hacerse a veces por descreimiento estructural (por herejías, principalmente judaizantes o protestantes) otras, por simple desesperación (en partidas de naipes¹⁷, durante naufragios¹⁸, en coyunturas de crisis, etc.).

La segunda definición, que proviene de Aymon d'Auxerre, subraya la ofensa verbal hecha a Dios: “*Blasphémier n'est autre que prononcer une offese ou une insulte*”. Si bien presenta una gran imprecisión teológica,

11 EIMERIC; PEÑA, 1376 / 1578: 60

12 EIMERIC; PEÑA, 1376 / 1578: 63.

13 EIMERIC; PEÑA, 1376 / 1578: 73-74.

14 En términos generales se puede entender como “Blasphème: Parole ou discours qui outrage Dieu ou la religion”. Ver CHRISTOPHE, 1991: 45.

15 CASAGRANDE; VECCHIO, 1991: 102.

16 CASAGRANDE; VECCHIO: 174.

17 La reunión para el juego de naipes, tan difundido en la España del Antiguo Régimen, constituía un ámbito propicio para que se desarrollara la blasfemia. Ver el estimulante análisis de FLYNN, 1995.

18 CABANTOUS, 1998.

esta definición fue adoptada por Peyraut haciendo énfasis en el carácter verbal de la ofensa y asociándola, más estrechamente, con el juramento: un tipo de proposición ilícita muy popular, que hacía referencia a ciertos miembros del cuerpo de Dios y que era proferido en momentos de cólera, o para dar exacerbado énfasis a una afirmación; además estaría comprendida entre las faltas del segundo mandamiento¹⁹.

La combinación de las dos definiciones anteriores proviene de Alexandre de Hales. Para él, la blasfemia se definía como un insulto y, a su vez, la injuria dirigida al Creador podía subdividirse en tres casos: atribuirle a Dios eso que no le conviene, quitarle lo que le es propio y, finalmente, atribuir a la criatura aquello que es propio de Dios. Casagrande y Vecchio observan que los dos primeros casos coinciden con la visión agustiniana de la blasfemia, como “enunciación de cosas falsas”²⁰.

En otra definición sintética del concepto blasfemia, Vincent de Beauvais propuso que toda expresión injuriosa contra la bondad de Dios o contra el culto a los santos sea considerada blasfema, reuniendo así los análisis escolásticos (de santo Tomás y de Hales) junto con otras formas de comprender la injuria de alcance más popular (Peyraut y san Buenaventura)²¹.

Las discusiones teológicas en torno a la blasfemia concluyeron en que toda blasfemia siempre es pecado mortal y sin atenuantes. Porque, aún considerando la acción aparentemente involuntaria de su emisión en un contexto de cólera o impulsividad incontrolada, supone la revelación de una íntima voluntad personal. De allí se desprende un hilo que conduce el razonamiento a buscar una relación con el influjo diabólico: la blasfemia transforma la boca humana (creada para dar gracias a Dios) en la boca del Diablo²². Siguiendo el análisis de Casagrande y Vecchio, la blasfemia recapitula en sí todas las faltas de los diez mandamientos y es por eso que se puede reconocer en ella, como lo hiciera Pseudo-Vincent en *Speculum morale...*, a la bestia escarlata de diez cuernos de quien habla el Apocalipsis²³.

Esta última figura metafórica de la Bestia apocalíptica en relación con la blasfemia y con la herejía nos resulta de sumo interés. La tradición mariana hace fuerte énfasis en la Virgen como especial enemiga del Demonio; como ha señalado Ruiz Domínguez: “La Virgen representa, sobre todo en los niveles de la religiosidad popular, la antítesis del diablo. De ahí el auge literario de la devoción a María conlleva la presencia del maligno...”²⁴. La Virgen mediadora y la oración han sido considerados como instrumentos de defensa contra el mal y sus tentaciones²⁵.

Especialmente los concepcionistas han querido ver en el Antiguo Testamento una prefiguración de la imagen de María como aquella mujer radiante, sobre una media luna y orlada de estrellas, que pisa a la bestia del Apocalipsis según San Juan. De la misma manera que se ha identificado a esa mujer con la Virgen, la bestia ha sido homologada al demonio de la Herejía, y es por eso que los defensores de la Inmaculada concepción suelen representar así a la Madre del Mesías y esa metáfora ha cobrado enorme difusión a través de sermones y representaciones pictóricas, tanto en Europa como en América colonial.

María es la Virgen que ha permanecido intacta: su virginidad sin mácula antes, durante y con posterioridad al parto la señalan como la mujer elegida por la divinidad en función de sus cualidades (la tradición con el tiempo irá dotándola de virtudes excepcionales, de las que su Inmaculada Concepción será una muestra). Han querido representarla como la Puerta Inviolada del Templo y como el Jardín Cerrado.

La boca era representada como una puerta. Y la boca es, como hemos visto, un lugar peligroso de donde se dispara la ambivalencia de la palabra. El juego metafórico entre la puerta y la boca ha conducido a los

19 CASAGRANDE; VECCHIO, 1991: 175.

20 CASAGRANDE; VECCHIO, 1991: 175.

21 CASAGRANDE; VECCHIO, 1991: 176.

22 CASAGRANDE; VECCHIO, 1991: 177-178.

23 CASAGRANDE; VECCHIO, 1991: 178.

24 RUIZ DOMÍNGUEZ, 1989: 415.

25 RUIZ DOMÍNGUEZ, 1989: 420.

católicos a procurar el remedio contra las proposiciones heréticas y las blasfemias manteniéndola cerrada. El silencio era visto “como una solución radical al problema de la palabra”²⁶. La difusión de la clausura y de las órdenes de frailes contemplativos, quienes observaban un estricto silencio, se relaciona con esta percepción de los peligros de la palabra.

En el *Manual de los Inquisidores* se han establecido dos tipos de blasfemos: los simples y los herejizantes. Los primeros, son aquellos “que no se oponen a los artículos de fe, pero que, movidos por la ingratitud, maldicen al Señor, a la Virgen María o descuidan el darles gracias”²⁷, a ellos nos los juzga la Inquisición sino un tribunal civil. El segundo tipo, el de los blasfemos herejizantes, se compone de aquellos sujetos que atacan directamente los artículos de fe “oponiéndose, por ejemplo, a la omnipotencia divina [...]. O bien deshonoran a la Santa Virgen María, tratándola de puta, lo que es un atentado directo al dogma de la maternidad virginal de María”²⁸.

Estos reos caían en la jurisdicción de la Inquisición y si no se retractaban de sus dichos eran considerados como herejes y entregados a la justicia secular²⁹.

Eimeric, en el capítulo XVI sobre los herejes, señala que en 1555 el papa Pablo IV consideraba relapsos a los que desde su primera caída creyeran o enseñaren alguna de las cinco herejías que presenta en una bula, de las cuales sólo transcribiremos las que nos interesan específicamente:

c) Negar que Cristo fue concebido en carne en el vientre de la Bienaventurada Siempre Virgen María por obra del Espíritu Santo y pretender que lo fue por efecto del semen de José;

e) Negar la maternidad divina de la Virgen María o negar que la Madre de Dios fuera siempre virgen, antes del parto, en el parto y después del parto³⁰.

Si se trataba de una blasfemia grave, generalmente se condenaba al reo a llevar un cirio en la mano, una soga al cuello y una mordaza en la boca como insignias de su condición durante el auto de fe; además debía abjurar de levi, recibir 100 azotes o salir a la vergüenza pública, y ser desterrado. Por el contrario, si la ofensa no era de gran monta y si el reo confesaba y estaba arrepentido, éste podía escuchar su sentencia en la sala del Tribunal y oír la misa llevando las insignias mencionadas, abjurar y ser reprendido casi en privado³¹. Es cierto, como hemos mencionado antes, que la calidad del reo influía en la pena que se le establecía: los reos de las clases populares generalmente padecían, además, el destierro.

Un estudio sobre el Tribunal de Lima entre los años 1570 y 1632, realizado por Castañeda y Hernández, señala que los blasfemos fueron en su mayor parte varones españoles, seguidos de varones negros. Los jugadores de naipes también ocuparon un lugar muy importante dentro del conjunto de los blasfemadores procesados en el tribunal limeño³² y el tipo de blasfemias peruanas en el juego de naipes es igual al que encontró Maureen Flynn entre los jugadores de cartas de la España del siglo XVI³³.

Castañeda y Hernández ponen en evidencia una particularidad de los procesos por blasfemias seguidos a varios esclavos ante el Tribunal de Lima. Según las relaciones y los procesos analizados, muchos esclavos

26 CASAGRANDE; VECCHIO, 1991: 104-105.

27 EIMERIC; PEÑA, 1376 / 1578: 75.

28 EIMERIC; PEÑA, 1376 / 1578: 75.

29 CASTAÑEDA DELGADO; HERNÁNDEZ APARICIO, 1989: 282.

30 EIMERIC; PEÑA, 1376 / 1578: 113.

31 CASTAÑEDA DELGADO; HERNÁNDEZ APARICIO, 1989: 284-285.

32 Ejemplos: “como Dios me castiga con pérdidas, creo que Dios no me puede salvar”; “voto a Dios que no jugaré más en esta casa”; “que me lleve el diablo que siempre pierdo en esta casa”; “no entiendo que Dios murió por mí, ni derramó su sangre, pues no gano” y “es imposible que yo gane este juego, aunque el mismo Dios quiera” (CASTAÑEDA DELGADO; HERNÁNDEZ APARICIO, 1989: 287).

33 FLYNN, 1995.

(hombres y mujeres), recurrían a la blasfemia para salirse del control de sus amos cayendo en manos del Tribunal del Santo Oficio: muchas veces eran maltratados (generalmente azotados) o forzados a soportar situaciones indeseables o, viéndose en riesgo de ser atrapados durante un intento de fuga, recurrían a la blasfemia para interrumpir esa situación. Las blasfemias más comunes fueron: “reniego de Dios, de la Virgen y de los santos”; “reniego de la fe” y “no creo en Dios”³⁴. Con estos recursos suspendían el castigo y eran llevados a la cárcel mientras durase el proceso. Las penas, tomando en cuenta el arrepentimiento y las condiciones en que se realizara la blasfemia, podían no ser tan terribles si se lograba demostrar que el reo era católico sincero y practicante³⁵.

En el imaginario colonial hispanoamericano se esparcía una sospecha sobre los portugueses: que entre ellos habría posiblemente muchos judaizantes que se filtraban entre los cristianos nuevos (conversos). Los argumentos remiten a que desde la expulsión de los judíos de España de 1492 muchos de éstos se fueron a Portugal y desde allí habrían podido pasar a las Indias subrepticamente, sobre todo a partir de la unión de ambas coronas (de 1580 hasta 1640). Si bien en 1587 la monarquía española prohibió el paso de judaizantes a las colonias e, inclusive, el de hijos o nietos de relajados o reconciliados, muchos lograron burlar los controles mediante el cambio de sus apellidos y el ocultamiento de sus prácticas. Estos son conocidos, entre otros apelativos, como marranos o criptojudíos. Todo descendiente de cristianos nuevos (de judíos conversos al catolicismo) era altamente sospechoso. Cuando se iniciaba un proceso por proposiciones o blasfemias generalmente se investigaban los orígenes del acusado para detectar la posible presencia de ancestros hebreos y, si ésta era corroborada, se agravaba la causa. Durante el siglo XVII todo reo acusado por proposiciones heréticas o blasfemias era, en principio, sospechoso de judaizar, aunque también existía la posibilidad de que el procesado formara parte de la herejía protestante.

En 1604 un donativo de 200.000 ducados realizado por los comerciantes judeoconversos de Portugal consiguió que el papa Clemente VIII promulgase, a principios del año siguiente, un breve de indulto autorizando al Santo Oficio para reconciliar a todos los cristianos nuevos portugueses a cambio de la imposición de penas espirituales y que además se les devolvieran los bienes secuestrados (pero que aún no hubieren sido ingresados al fisco) a aquellos individuos que estuviesen procesados. Esta gracia alcanzaba a los judíos portugueses de Europa que se quisieran reconciliar en el plazo de un año, y se ampliaba a dos años para que se presentasen ante la Inquisición aquellos que se hallaban fuera, en los dominios americanos; de esta forma se extendieron las posibilidades de expansión y estabilización del grupo de cristianos nuevos (y entre ellos, de los sospechosos de criptojudaísmo) sobre el territorio de las colonias. Dicho breve papal se ejecutó en el Tribunal de Lima en 1605³⁶. El 16 de enero de 1607 venció el plazo para acogerse al indulto y los Tribunales americanos volvieron a las prácticas habituales³⁷. En 1627, durante una crisis financiera, se concedió otra gracia a cambio del dinero aportado por los portugueses reconciliados; dos años más tarde se celebró en Portugal una junta de teólogos y obispos para analizar la cuestión de los judaizantes y se acordó una nueva expulsión, se consintió que pasasen a Indias, participasen en la conquista, vendiesen sus bienes raíces, juros y rentas pero se abstendrían de llevar su oro, plata o mercaderías prohibidas³⁸. El temor a una posible alianza de los prósperos portugueses judaizantes con los enemigos de España se fue incrementando con el aumento de su presencia en las colonias³⁹. La entrada de los portugueses por San Pablo, Asunción y especialmente por el puerto de Buenos Aires, provocaba

34 CASTAÑEDA DELGADO; HERNÁNDEZ APARICIO, 1989: 286.

35 CASTAÑEDA DELGADO; HERNÁNDEZ APARICIO, 1989: 286.

36 AHNM – *Inquisición*, libro 1233, fol. 37v.

37 AHNM – *Inquisición*, libro 352, fols. 317-318.

38 CASTAÑEDA DELGADO; HERNÁNDEZ APARICIO, 1989: 430.

39 CASTAÑEDA DELGADO; HERNÁNDEZ APARICIO, 1989: 427-428.

desconcierto y desconfianza. El comisario del Santo Oficio que actuaba en esta última ciudad muchas veces se veía desbordado y no contaba con el requerido apoyo de las autoridades civiles: buena parte de los comerciantes instalados allí eran de origen portugués, estaban muy ligados al control del cabildo porteño⁴⁰ y, al mismo tiempo, tenían una fuerte participación en el contrabando⁴¹.

En otras investigaciones realizadas⁴² vimos como a fines del siglo XVIII y durante los primeros años del XIX, el interés de la Inquisición se fue desplazando hacia la “perniciosa influencia francesa y su materialismo” que, además de refutar muchos dogmas de la fe, asestaba agudas críticas a la monarquía como sistema de gobierno. La presencia de libros franceses entre los bienes secuestrados por el Santo Oficio y la alusión, durante las admoniciones, a ciertas lecturas prohibidas reforzaba las evidencias circunstanciales en el proceso contra el reo. En estos casos, la simbiosis general de intereses entre Iglesia y monarquía católica se expresa en estas persecuciones de una forma muy transparente, pero en absoluto novedosa.

De las proposiciones y blasfemias rioplatenses: la causa de Manuel de Coito, artesano portugués. Buenos Aires, 1673-1677

La revisión de las *relaciones de causas* y de los *procesos* seguidos por proposiciones heréticas y blasfemias realizadas en el área de influencia de Buenos Aires colonial implicó, como ya se ha mencionado, una consulta en el Archivo Histórico Nacional de Madrid en el ramo de la Inquisición donde se conservan los documentos del Tribunal del Santo Oficio de Lima. Dicho relevamiento arrojó luz sobre varios individuos que, entre otras acusaciones, también fueron encauzados por blasfemar contra la Virgen o por realizar proposiciones ofensivas que ponían en duda algunos aspectos religiosos vinculados al culto mariano. Entre los casos estudiados (tratados en detalle en un trabajo precedente)⁴³, sólo nos abocaremos a la relación de la causa de un artesano portugués conocido como Manuel de Coito, mencionado también en alguna bibliografía, como Manuel de Couto o Coyoito:

Manuel de Coito: por blasfemo. Buenos Aires, 1673-77

El caso de Manuel de Coito⁴⁴, escultor, natural de San Miguel de Barreiros (a una legua de Porto⁴⁵, Portugal), y vecino de Buenos Aires, es el más llamativo entre los que se encuentran en el ramo Inquisición del Archivo Histórico Nacional español (sito en Madrid, en adelante AHN) sobre el Río de la Plata. Hemos hallado solamente la relación de su causa, pero conocemos otros datos más puesto que un temprano historiador de la Inquisición, don José Toribio Medina, logró hace varias décadas acceder al expediente completo del proceso y publicó muchos fragmentos del mismo. Lamentablemente, ese documento ya no se encuentra en el Archivo Histórico de Madrid y desconocemos su paradero, por lo que la relación de causa se convierte en principal cantera del presente trabajo.

Hemos visto en las fuentes del AHN que Manuel de Coito fue procesado por blasfemo y la relación de su causa⁴⁶ es muy rica en precisiones sobre sus supuestos dichos y acciones. Con alrededor de 35 años fue prendido en Buenos Aires, con secuestro de sus bienes, el 22 de febrero de 1673 y trasladado a las cárceles

40 GELMAN, 1985.

41 LAFUENTE MACHAIN, 1988.

42 FOGELMAN, en prensa.

43 FOGELMAN, en prensa.

44 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fols. 196-198. “Relacion de las Causas de Fee que estan pendientes en esta Inqn. Del Peru por los fines del mes de henero de 75 que la haze el Sr. Inqor. Fiscal Po. D. Juan felizo... de Llano y Valdes a su Alteza en el Conssso. Supremo de la Igen. Sa. Inqn. En la Armada que sale del Puerto del Calao [El Callao] por junio de 1675 años”.

45 Porto aparece como “Oportu”, en el original.

46 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fol. 196, año 1676.

secretas el 30 de enero de 1674, a la celda número 57⁴⁷. Se hicieron pedidos a Santiago, a Lima y Coimbra para que los inquisidores aportaran información sobre la limpieza de su sangre y sus antepasados⁴⁸.

Poco tiempo antes hubo un intento de eximirlo de la prisión, aduciendo que era pobre y sería un gasto para el fisco, y se propuso instalarlo donde se sustentase de limosna. Cabe tener presente que Coito era probablemente, el único escultor importante de su tiempo en la ciudad de Buenos Aires (lo que le habrá dado cierto relieve social) y que la ciudad estaba alejada del Tribunal de Lima y que por tener su sede vacante no se había remitido poder del juez ordinario de Buenos Aires: al parecer, estamos frente a un sitio más relajado y menos al alcance de los embates de la Inquisición.

Todos los testigos registrados en la relación eran vecinos de dicha ciudad porteña y eso haría que la causa llevase mucho tiempo y fuera onerosa. No obstante, el Tribunal ordenó que se le mantuviese vigilado porque “en causas de tanta gravedad como parece esta no es causa el que sea pobre para relaxarle de la carcelería”⁴⁹.

En su causa participaron quince testigos que señalaron su carácter de blasfemador recurrente, tolerado al principio porque parecía ser consecuencia del dolor que le producía su enfermedad, carácter que se volvió irritante a los ojos de los delatores puesto que -según ellos- ante cualquier leve excusa prorrumpía en ofensas y blasfemias (“palabras injuriosas y torpes y de menosprecio”) contra Dios, su Madre y todos los santos.

El 19 de abril de 1674 las proposiciones atribuidas a Manuel de Coito se condensaron en 20 capítulos sobre los que “cinco calificadores dixeron que todos los hechos y dichos de este Reo son *piarum aurium ofensibos*, escandalosos, injuriosos a Christo Ntro. Señor, y Maria Santissima, y blasfemias hereticas, y se tiene al sujeto por hereje, y vehemente sospechoso de judaísmo”⁵⁰.

Los principales testigos fueron una india y un negro que le servían (“personas viles”, como se señala muy aclaratoriamente en la relación de la causa) y a quienes Coito acusa de enemistad manifiesta contra su persona. Según sus propios testimonios, negro e india le instaban a aceptar pacientemente las dolencias diciéndole que si le pedía a Cristo, sería atendido, a lo que Manuel de Coito respondía:

vayase que no quiero salud de ese cuerno, que la de a otros Cuernos como el, o a los perros de la pampa. [...] Diciendole diese gracias a Dios que aquellos males eran regalos de su mano, dixo no son regalos de Dios, sino cuernos. [...] Que llegando la fiesta de S. Francisco dixo que auia de ir a pedir a aquel cuerno de S. Francisco que le diese salud⁵¹.

Según parece, la salud de Coito era un grave problema para él. El desencanto que manifiesta ante el remedio y consuelo provenientes de la fe cristiana es elocuente. Nuestros estudio anteriores sobre las cofradías coloniales⁵² nos presentan discursos escritos que refieren a la preocupación por la pérdida de la salud llevada, también, al caso extremo de la muerte corporal y es entonces donde se advierte que para los creyentes la pertenencia a las hermandades podía ser un medio para (entre otras cosas) acceder a ser reconfortados médica y, sobre todo, espiritualmente contra los achaques físicos⁵³.

Además, no puede menos que llamar la atención el uso recurrente de la palabra “cuerno”: la utiliza como sustantivo (“no son regalos de Dios sino cuernos”), refiriéndose a la enfermedad como a un objeto deleznable; o la usa como adjetivo insultante contra Dios, su representación humana en Cristo y contra los santos.

47 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fols. 196-198.

48 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fol. 196, año 1676.

49 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fol. 196.

50 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fol. 198.

51 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fols. 196-198.

52 FOGELMAN, 2000: 179-207.

53 FOGELMAN, 2004: 55-86.



Figura n.º 1 – Manuelillo de la Beata Sor María de La Paz y Figueroa (conocida como Mamá Tula). Buenos Aires, siglo XVIII. Crucifijo que solía llevar al cuello la famosa beata “Mamá Tula”, rodeado de reliquias. Museo de la Santa Casa de Ejercicios Espirituales, Buenos Aires. Gentileza de Patricia Cortez. Fotografía: Patricia Fogelman.

Los cuernos están asociados tradicionalmente a los atributos del Diablo. Este personaje solía aparecer en las obras pictóricas durante la Edad Media con unos cuernos que salían de sus sienes o su frente, y una cola; representación demoníaca de la serpiente con siete cabezas y cuernos, “la Bestia del Apocalipsis”, que sería aplastada por una mujer radiante según el Antiguo Testamento.

En general Manuel de Coito habla de Dios para referirse a Cristo y varias veces denomina “Manuelillo” a la representación del Niño Jesús, como solía hacerse en esos tiempos:

Que diferentes vezes mando quemar un un Niño Jesus y un santo Christo, y por que no lo executo su criado dixo, Yo ire a la cosina y lo quemare que este Manuelillo es un perro infame, y yo me tengo que quitar el nombre por no tener el de este perro infame, que solo estoi contento quando siento que lo arrastran por las Ruas de Portugal⁵⁴.

Respecto de la denominación de Manuelillo para referirse a Jesús, suponemos que deriva de Emanuel (“Dios con nosotros”), y que solía ser utilizada afectuosa o devotamente por cristianos. Ese es el caso, a modo de ejemplo, de la beata porteña Sor María de la Paz y Figueroa, quien fue fundadora y responsable de la Santa Casa de Ejercicios Espirituales de Buenos Aires durante el siglo XVIII y que siempre llevaba colgado del cuello su “manuelillo”: un crucifijo que todavía se conserva aún entre las más preciadas reliquias de esa Casa.

En los estudios de Solange Alberro sobre la Inquisición novohispana ese apelativo aparece en labios de personas (especialmente señala a varias mujeres: las Rivera y las Enríquez) procesadas de criptojudasismo durante el siglo XVII.

Según las fuentes analizadas por Alberro, durante la procesión de Semana Santa estas cristianas nuevas, acusadas de marranas:

se mofan de Cristo, al que apodan en portugués pexe podrido (pescado podrido), el *descabelado* (descabellado), don Manuel, mientras que la Virgen es rebajada al rango de cualquier doña María. Y lamentan que las joyas que adornan las imágenes de bulto estén tan mal empleadas, cuando podrían lucir mejor en sus propias personas⁵⁵.

54 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fols. 196-198.

55 ALBERRO, 1988: 439.



Figura n.º 2 – Santo Cristo de Buenos Aires.
1,50 por 1,75 ms. Manuel de Coito.
Buenos Aires, siglo XVII.
Cortesía Catedral Metropolitana.
Fotografía: Patricia Fogelman.

Este supuesto rechazo de Manuel de Coito por las representaciones de Cristo lo hizo vehementemente sospechoso de practicar el judaísmo. Pero siempre cabe considerar la posibilidad de que su condición de artesano imaginero le quite sacralidad a su relación con las imágenes religiosas: Coito las producía y las manipulaba en su taller y las veía luego en público mientras eran veneradas⁵⁶; eso podría justificar cierto desapego o falta de ceremonial en el tratamiento de aquellas, pero la conjunción de los dichos y puntos de vista que se le atribuyen parecen coincidir con la idea de los judíos sobre el culto a las imágenes como una especie de idolatría digna de los adoradores del Diablo. Quizás recurría tan frecuentemente a la alusión de los cuernos como atributos del Demonio porque de esa forma consideraba a la representación de Jesús, a quien se dice que denomina “Can” y “perro” en varias oportunidades. Hay transcripciones donde además del rencor y del rechazo se advierte claramente una identificación de Cristo representado en una imagen de bulto, con el Diablo:

Haziendo cierta persona reverencia a un santo christo que tenia en su casa le dijo, conoceis a este? A que respondió no lo é de conocer, a que repllico este Reo, calla que es un bellaco y es menester de quando en quando recordarle; [...] que Dios no tiene poder para llebarlo, sino los diablos, porque no se acuerda del, sino es para atormentarle. [...] Hablando de un Santo Christo dixo que no era Dios ni su retrato aquel, sino es del demonio y que por virtud del, auía obra de lo que obro en el mundo escupiendo a la imagen. [...] A un negro dixo fuese al matadero y trajese todos los cuernos y los colgase al Sto. Christo que estaban adorando en aquella catedral, y que llebase el servidor de su amo, y se lo colgase, que era un puerco⁵⁷.

De haber dado el esclavo – lo que no sucedió – satisfacción a esta última y supuesta orden, Coito se hubiese expuesto irremediabilmente a sí mismo a una opinión pública hostil y desconcertada: ese Santo Cristo venerado en la catedral de Buenos Aires, la iglesia más importante de la ciudad y la campaña circundante (la iglesia de la villa de la frontera de Luján todavía no existía) fue confeccionado por el propio Manuel de Coito⁵⁸...

Todavía en la actualidad esa imagen del Cristo realizada por Manuel de Coito se conserva en la catedral porteña. Se trata de una estatua de la crucifixión en madera de algarrobo blanco, con muy buena encarna-

56 Además del Cristo de la Catedral y de algunas imágenes marianas, Manuel de Coito talló antes de 1670 una estatua de San Miguel Arcángel que se instaló sobre la entrada principal del Fuerte de la ciudad.

57 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fols. 196-198.

58 OLIVIER, 1944: 93-108; LOZANO MOUJÁN, 1922: 180. SCHENONE, 1992: 22-24; 438; 467-468.



Figura n.º 3 – Detalle del Santo Cristo de Buenos Aires.
Manuel de Coito. Buenos Aires, siglo XVII.

dura, reconocida como una de las obras más importantes de escultura rioplatense del siglo XVII. Sus brazos extendidos alcanzan 1,50 metros de largo y su altura es de 1,75 metros. La representación de Cristo aparece clavada sobre una cruz de 2 por 3 metros.

Esta imagen fue encargada por el gobernador y capitán general del Río de la Plata, don José Martínez de Salazar, quien lo donó a la catedral en el año de 1671. Allí se lo instaló en un altar junto con colgaduras y tres lámparas de plata. Posteriormente, fue ganando fama de milagrosa, especialmente, tras haber sido sacada en procesión para detener una tormenta que se abatía sobre la ciudad de Buenos Aires, causando estragos. Según la tradición, a poco de iniciada la procesión del Santo Cristo, la tempestad se detuvo; probablemente por esta fama de la imagen fue que la calle lateral del edificio de la catedral se hizo conocida durante la era colonial como la calle del Santo Cristo.⁵⁹

El edificio de la catedral se derrumbó en 1752 por lo que muchas piezas patrimoniales fueron trasladadas a la iglesia de los jesuitas porteños. Y allí permaneció, incluso, tras la expulsión de aquellos.

A partir de la reconstrucción de la catedral y de su reinauguración en 1791, el Cristo de Coito fue recuperado e instalado en un altar lateral, en el lado izquierdo del crucero de la nave donde, por esos años, un tallista (Tomás Saravia) y un platero (Jerónimo Martínez) habrían de intervenir para hacer mejoras en dicho altar⁶⁰.

Ahora, volvamos a las desventuras del escultor acusado de blasfemo e iconoclasta durante el siglo XVII.

Según la causa, ese descreimiento en las imágenes se conjugó con sus opiniones sobre el poder de Dios, su misericordia divina y la Eucaristía. Esos dichos no fueron menos escandalosos para la época:

Decía assi mismo que no auia en Dios misericordia, ni podía tenerla, ni dar salud porque era un pedazo de Palo, que el labraba con sus manos y que no creia en el, que los Santos eran unos pedazos de palo, y el Santísimo Sacramento del Altar un pedazo de Masa de Arina, y cogiendo un pedazo de pan en las manos lo desmenuaba diciendo esto es lo qe. esta en el Altar, y lo que adoran estos Cornudos, escupiendo y pisando las miasas en el suelo. [...] Que a la salba que haria la artilleria a la fiesta del Corpus dixo valga el diablo a los cornudos que estan haziendo salba aun pedazo de Pan, que no veo alli otra cosa sino la figura de Manuelillo de mierda⁶¹.

Hay un vestigio de percepción casi materialista en negar sacralidad a la Eucaristía desmigando el pan, pero su violencia contra ese símbolo cuyo valor sagrado Coito refuta parece denunciar cierto rencor irracional por no poder recobrar su salud por vía del milagro; pero ese “materialismo” reaparece, por ejemplo, cuando afirma lo siguiente:

59 ZAGO, 96.

60 RIBERA; SCHENONE, 1948: 82.

61 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fols. 196-198.

Que si iba ala Yglesia era por el mundo y de cumplimiento y no porque me de Vida y me sustente, que me sustenta la naturaleza y la tierra, y assi no tengo que adorar, ni pedirle a ese cuerno y que oyendo las chirimias en el Jubileo de las quarenta horas de la Compañía dixo que aya quien este alli venerando a un cuerno? Y que no tenga yo quien me sirva⁶².

En cuanto a las blasfemias y ofensas contra la Virgen que aparecen en la relación de la causa, fueron tres: Dos de ella se relacionaban con la intolerancia de Manuel de Coito frente a su enfermedad. La primera se refiere a una especie de profanación de una imagen de la Concepción de María ante una mujer que además lo acusa de referirse a ambas (testigo y Virgen María) en términos ofensivos a la honra, a la vez que proclamaba que no había sacralidad alguna en esa imagen: “que sentandose sobre una imagen labrada de la Concepcion se lo reprehendio una muger, y respondió esta no es una puta como vos, es mas que un pedazo de palo”⁶³.

Coito se mostraba reticente al culto y al pedido de favores a Dios y a los santos. La desconfianza en Cristo le hacía preferir “a ese cuerno de San Francisco” sin mucho convencimiento; una vez que accedió al recurso de la misa como voto a la Virgen -y al no obtener su propósito- se sintió defraudado y estalló en nuevas ofensas:

Poniendole una persona una imagen de nuestra señora del Rosario en frente su cama para que se encomendase a ella mui de veras, y le ofreciese una misa, lo hizo assi, y conociendo que no se sentia mejor, comenzo a hablar mal a la muger por el consejo que le auía dado, y aniado que Virgen, ni que basura, que son unas puercas todas las imagenes y unos pedazos de palo escupiendolas, y diciendo en su lengua po⁶⁴.

Las ofensas contra la Virgen adoptan diversas modalidades. Una de ellas puede ser el ataque a alguno de los atributos que la caracterizan como, por ejemplo, el rosario: como objeto dedicado específicamente a la práctica de la oración, es un instrumento de piedad y representa en cierta medida la potencia de María como intermediaria entre el creyente y la divinidad pero, además, se agrega que las cuentas del rosario remiten a estaciones de la pasión del Cristo, a los misterios de la religión, a las oraciones que son la vía de comunicación con lo sagrado. Ergo, profanar el rosario era una falta de grave significado. El despecho de Coito frente a la persistencia de sus males físicos pese a los esfuerzos que hizo participando en un culto que no le convencía (ofrecer misas, ir a la iglesia y llevar el rosario), se ensambla con ideas muy fuertes de desprecio al cristianismo: se refiere a Jesús como un “Can arrastrado” y habla de “los diablos esos” refiriéndose, muy probablemente, a otras imágenes presentes en su casa. El rosario es tratado como un instrumento ineficaz, símbolo de una oración inútil, en deidades que para el reo poco tienen de misericordiosas:

Que bolbiendo de la Iglesia arrojé el Rosario en el suelo y lo pateo diciendo arroja esto alla con los diablos esos, que se lo lleben, que vaya yo a pedirle a aquel Can que me de salud, y que no me la de, pero que salud me á de dar un can arrastrado hablando de Christo nuestro señor⁶⁵.

62 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fols. 196-198.

63 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fols. 196-198. Esta transcripción en el documento original sobre los dichos de

Coito nos sugiere ciertas dudas. Parece que hay un error en la redacción.

64 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fols. 196-198.

65 AHNM – *Inquisición, relaciones de causas de fe*, Lima, libro 1032, fols. 196-198.

De la información que nos brinda José Toribio Medina, quien (como se ha dicho antes) accedió a al proceso en la época en que estaba en el Cubo de la Inquisición del Castillo de Simancas, se desprende que el artesano había entrado en relaciones con la india que lo servía (aunque Medina dice que era “mestiza”) y que ésta, a su vez, estaba en tratos con un negro esclavo propiedad de Coito; esa complicidad los habría empujado a efectuar la denuncia contra su amo portugués, acusándolo de blasfemias que lo hacían sospechoso de judaísmo. Como en muchos casos inquisitoriales, es plausible que no fuera criptojudío y sí víctima de los intereses de sus enemigos. Pero también es plausible que algo de lo dicho por sus delatores fuera cierto. Demás está decir que el resultado (la condena) del Tribunal no nos asegura certezas en un sentido ni en otro, aunque reconozcamos nuestra inclinación hacia la verosimilitud de los cargos por blasfemia y la sospecha de criptojudaismo.

Sin embargo, y más allá de las posibles apreciaciones sobre lo plausible, la esgrima de las acusaciones y las respuestas que se le atribuyen al escultor son argumentos que -más allá de la veracidad de las sospechas- sirven para comprender un poco mejor las coordenadas de esa Buenos Aires del siglo XVII.

Cinco años de cárcel sufrió Coito hasta que, llevado a la sala de tortura el 17 de marzo de 1677 (según lo que dice Medina en función del proceso que leyó)⁶⁶, Manuel de Coito en media hora aceptó haber blasfemado pero lo hizo excusándose inmediatamente, diciendo que fue en el desvarío que le generaban sus dolencias físicas de aquella época precedente. La transcripción documental que hace Medina de esta parte del proceso es de gran interés:

dijo que era cristiano, hijo de padres labradores, ni era judío ni hereje, ni (había) aprendido otra secta mala; y puesto en la cincha y los cordeles en los brazos, y hechóle la amonestación, dijo que le aflojasen y que confesaría, como en efecto dijo y confesó que estando enfermo y diciéndole que eran regalos de Dios, respondió que no eran buenos regalos; y que otra vez dijo que Dios no le quería dar salud, que era un puerco; y que habiendo mandado decir una misa a Nuestra Señora, no habiéndole quitado su achaque, que era mejor no haber dicho la misa; y habiéndole dado primera, segunda y tercera vuelta, y en ella dijo y confesó que ha dicho que Nuestro Señor era un can y un perro, y que lo decía con la enfermedad y luego se arrepentía, y que no había tenido intención, porque no era judío, ni hereje; y en este estado se cesó en el tormento que serían las nueve y media⁶⁷.

La confesión de sus blasfemias le valió salir en auto de fe a la capilla del Tribunal en el que estaba siendo procesado, oír la misa y la lectura de su sentencia y, por supuesto, abjurar *de levi*.⁶⁸ Luego, se le dio una pena de doscientos azotes en la calle y un destierro de cuatro años al presidio de Valdivia, donde falleció en fecha incierta, tras haber cumplido su condena.

Consideraciones finales

En este caso se reitera la frecuente sospecha de una asociación entre la blasfemia y el judaísmo también para el espacio hispanoamericano colonial, idea recurrente entre los actores sociales de esos tiempos.

Por otro lado, se comprueba también que los habitantes de origen portugués fueron vistos con desconfianza e incluso, como altamente sospechosos de judaizar, a pesar –incluso– de las redes sociales que lograron

66 MEDINA, 1945: 250.

67 MEDINA, 1945: 250.

68 *Relación de causas despachadas hasta 21 de Agosto de 1678*. Obtenida de: MEDINA, 1945.

establecer eficazmente al interior de esas sociedades de acogida, tanto como de la importancia que adquirieron a nivel individual por sus cualidades personales, oficios y saberes.

Las ofensas de los blasfemos del siglo XVII en el Río de la Plata (tal como analizamos más profundamente en trabajos precedentes) apuntan sobre todo a cuestionar la virginidad de María y así refutar el origen milagroso del Hijo. Las blasfemias adquieren un carácter de insulto sexual y de denuncia de la presencia diabólica en la idolatría cristiana y esa actitud aparece muy bien reflejada en la relación de causa del escultor portugués Manuel de Coito que estudiamos en este artículo. La volubilidad de su reacción (enmarcada en un cristianismo decididamente “dudoso”) es un ejemplo de este punto de vista: se sostiene que los judaizantes atacan la virginidad mariana, pues no creen en el origen milagroso de Cristo, y asimilan el culto de los santos y otras imágenes católicas, a las actividades idolátricas mas propias del demonio que del culto a Dios. Ese es, en buena medida, el argumento que circula y transmite el documento en cuestión. Estas blasfemias a la Virgen o a la religión se llevan a la práctica no sólo en el espacio de la ofensa verbal a sus representaciones plásticas, sino en malos tratos bien concretos sobre ellas: las manipulaciones casi sacrílegas de las imágenes religiosas (especialmente, marianas). Este desplazamiento se vislumbra en las acusaciones (verdaderas o falsas, pero verosímiles en el contexto) respecto de los contactos de Manuel de Coito con las representaciones de la Virgen o de Cristo. Las imágenes y relación con ellas, se convierte en instrumento para acusar de blasfemia y para incriminar a un reputado artista en una ciudad pobre de escultores durante el siglo XVII.

Entendemos esta operación discursiva como una vía que potencia el carácter de la blasfemia llevándola al terreno de las prácticas que superan los pecados de la lengua y, en cierta medida – según algunas acusaciones – la acercan a los pecados de la carne, especialmente si atendemos las connotaciones sexuales del insulto agravado por manoseo de las imágenes.

Por supuesto, cabe resaltar que esa acusación hace parte de un bagaje de ideas preconcebidas respecto de los supuestos tratos de los judíos respecto de las imágenes y su acendrada iconoclastia. Hemos visto en varias otras relaciones de causas (y ha sido señalado antes por otros historiadores sobre distintas regiones) que la práctica de azotar de crucifijos es un elemento recurrente en las acusaciones de marranismo.

En relación con otros expedientes analizados por fuera de este artículo, hemos visto como la blasfemia simple (casi una interjección muy común, por ejemplo, durante los juegos de naipes) no es considerada por el Tribunal y sí lo son los casos en que la ofensa tiene un carácter claramente anticatólico, como parece ser el que acabamos de referir y que se centró en una agresión a las representaciones cristianas y marianas: en una práctica iconoclasta y de denuncia de una supuesta idolatría.

Esta denuncia, tanto como las actitudes experimentales y racionalistas (el desmigajar el pan, por ejemplo), parecen amplificarse en nuestro caso de estudio por tratarse justamente de un artesano constructor de imágenes religiosas de gran reputación en la sociedad local.

El miedo a las “secretas complicidades” de los marranos se expandió a lo largo del continente americano y se plasmó en un argumento común, en la idea de “vigilar y castigar” los comportamientos al menos, desde el discurso y la normativa. No obstante, no se despliega uniformemente sobre todos los individuos ni de una manera cristalizada en el tiempo: juegan las diferencias de grupos sociales (a la hora del castigo dado por una Justicia discrecional). Lo que se interpreta como desvío de la religión en una etapa, deja su lugar a una preocupación diferente en otra fase: del judaísmo pasan al protestantismo y ese temor se encuentra, luego ante el liberalismo. Pero, sobre todo, las denuncias, las traiciones, las falsedades encuentran en las regiones de frontera un límite fuerte respecto del poder inquisitorial: la paranoia contra los judíos no llega muy lejos, mientras que muchas veces (no es el caso de Manuel de Coito el más representativo de este accionar) actores claves de la sociedad de recepción albergan y cobijan a los acusados de judaizar, ayudando a su escape o a la dilución del proceso de investigación.

Sin embargo, no se puede desatender el referido fallido intento de pasar al acusado Manuel de Coito de su custodia en la cárcel hacia a otra parte (para protegerlo). Este intento no funcionó, pero podría estar demostrando cierta voluntad local de darle alguna ayuda: el Santo Oficio en la frontera rioplatense se encontraba – muchas veces – con redes locales de denuncia pero también de protección, por eso (más allá de este caso particular) su peso efectivo debe considerarse en términos relativos.

Bibliografía

- ALBERRO, Solange, 1988 – *Inquisición y Sociedad en México, 1571-1700*. México: Fondo de Cultura Económica.
- CABANTOUS, Alain, 1998 – *Histoire du blasphème en Occidente, XVIe.-XIXe. siècles*. París: Albin Michel.
- CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana, 1991 – *Les péchés de la langue*. París: Cerf.
- CASTAÑEDA DELGADO, Paulino; HERNÁNDEZ APARICIO, Pilar, 1989 – *La Inquisición de Lima. Tomo I (1570-1635)*. Madrid: Ed. Deimos.
- CHRISTOPHE, Paul, 1991 – *Vocabulaire historique de culture chrétienne*. París: Ed. Desclée.
- EIMERIC, Nicolau; PEÑA, Francisco, 1376 / 1578 – *El manual de los inquisidores*. Aviñón/Roma.
- FLYNN, Maureen, 1995 – "Blasfemy and the play of anger in sixteenth-century Spain". *Past & Present*, Oxford, n.º 149, p. 29-56.
- FOGELMAN, Patricia, 2000 – "Una cofradía mariana urbana y otra rural en Buenos Aires a fines del período colonial". *Andes, Revista de Antropología e Historia*. Salta: Universidad Nacional de Salta, n.º 11, p. 179-207.
- FOGELMAN, Patricia, 2004 – "Una economía de la Salvación. Culpabilidad, Purgatorio y acumulación de indulgencias en la era colonial". *Andes, Revista de Antropología e Historia*. Salta: Universidad Nacional de Salta, n.º 15, p. 55-86.
- FOGELMAN, Patricia (comp.), 2010 – *Religiosidad, Cultura y Poder. Temas y problemas de la historiografía reciente*. Buenos Aires: Ediciones Lumiere.
- FOGELMAN, Patricia, en prensa – *La Omnipotencia Suplicante: Devoción y agresiones a la Virgen en el Río de la Plata colonial*. Buenos Aires: Ed. Miño y Dávila.
- FOGELMAN, Patricia; CEVA, Mariela; TOURIS, Claudia (org.), en prensa – *El culto mariano en Luján y San Nicolás. Religiosidad e Historia regional*. Buenos Aires: Biblos.
- GELMAN, Jorge, 1985 – "Cabildo y élite local. El caso de Buenos Aires en el siglo XVII". *HISLA VI*. Lima: Centro Latinoamericano de Historia Económica y Social, n.º 6, 2º semestre, p. 3-20.
- LAFUENTE MACHAIN, Ricardo de, 1931 – *Los portugueses en Buenos Aires, siglo XVII*. Madrid: Ologáza.
- LEWIN, Boleslao, 1987 – *Los criptojudíos. Un fenómeno religioso y social*. Buenos Aires: Ed. Milá.
- LOZANO MOUJÁN, J. M., 1922 – *Apuntes para la historia de nuestra pintura y escultura*, Buenos Aires: A. García Santos, tomo I.
- MEDINA, José Toribio, 1945 – *La Inquisición en el Río de la Plata. El Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en las provincias del Plata*. Buenos Aires: Huarpes.
- MOUTOUKIAS, Zacarías, 1988 – *Contrabando y control colonial en Buenos Aires en el siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- OLIVER, Ernesto Luis, 1944 – "El Cristo de Buenos Aires". *Archivum. Revista de la Junta de Historia eclesiástica*. Buenos Aires: Junta de Historia Eclesiástica, tomo II, Cuaderno 1, p. 93-108.
- RIBERA, Adolfo Luis; SCHENONE Héctor, 1948 – *El arte de la imaginería en el Río de La Plata*. Buenos Aires: Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires.
- RUIZ DOMÍNGUEZ, Juan Antonio, 1989 – "El demonio y los endemoniados en la Castilla del siglo XIII" in ALVAREZ SANTALÓ, Carlos; BUXÓ REY, María Jesús; RODRÍGUEZ BECERRA, Salvador – *La religiosidad popular*. Barcelona: Anthropos, vol. III, p. 411-421.
- SCHENONE, Héctor, 1992 – *Iconografía del arte colonial*. Buenos Aires: Fundación Tarea, vol. II.
- VERDO, Geneviève, 1998 – "El escándalo de la risa, o las paradojas de la opinión en el período de la Emancipación rioplatense" in GUERRA, François-Xavier et al – *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 225-240.
- WACHTEL, Nathan, 2006 – *La fe del recuerdo. Laberintos marranos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- ZAGO, Manrique (dir.), 1994 – *La catedral de Buenos Aires*. Buenos Aires: Zago Ediciones.



A MORTE DE
S. JOSÉ

O reflexo da arte internacional nos azulejos policromos de Válega

Sofia Nunes Vechina

Introdução

De entre todos os países europeus, foi em Portugal que o azulejo manifestou maior desenvolvimento e as formas mais originais e funcionais de utilização, numa actuação primordialmente arquitectónica, nunca passiva nem neutra, que ultrapassa largamente uma mera função decorativa¹.

Na primeira metade do século XX, a azulejaria perde a homogeneidade criativa e as tendências modernas. Arte Nova e Arts Deco coexistem com manifestações tradicionalistas — revivalismo e romântico tardios². Os azulejos de padrão inspiram-se em temas vegetalistas e florais mais orgânicos e estilizados, de cores vivas, e coexistem com a produção de painéis para interiores e exteriores de edifícios religiosos, públicos (estações de caminho-de-ferro, tribunais, mercados, fontes, etc.), comerciais e privados³.

Em 1940, com a Exposição do Mundo Português, afirma-se “uma arquitectura academicamente alimentada na estética pombalina e em duvidosas tradições portuguesas de construção”⁴. Todavia, “desta arquitectura foi curiosamente excluída uma das principais artes nacionais: o azulejo”⁵, que só a partir de finais da década de 1950, ganha um novo incentivo, muito mais ligado a uma estética da Época Contemporânea.

Foi neste reflorescimento da azulejaria moderna que nasceu o projecto de revestimento da fachada e do interior da nave da Igreja Matriz de Válega, sob encomenda de António Maria Augusto da Silva, comendador da Ordem de Benemerência, natural da dita freguesia.

Esta iniciativa remete-nos, artisticamente, para um revivalismo da decoração da Época Moderna, portanto, longe da estética contemporânea, próximo dos ornatos de finais do século XVIII, mas figurativamente influenciada por várias obras internacionais, do século XV ao XX, de artistas como Albertinelli, Giulio Romano, Murillo, Perugino, etc.

1 MECO, 1992: 5.

2 MECO, 1992: 83.

3 MECO, 1992: 83-85.

4 MECO, 1992: 87.

5 MECO, 1992: 87.

1. Igreja Matriz de Santa Maria de Válega

Sobre a primitiva Igreja pouco se sabe, a não ser que tinha como orago Nossa Senhora do Amparo e retinha três retábulos – retábulo-mor dedicado ao Santíssimo Sacramento e dois colaterais com a invocação de Nossa Senhora do Rosário e do Espírito Santo⁶.

Em 2 de junho de 1746, a Igreja, ameaçava ruína:

Achey esta Igr^a em termos de cahir e Tendo huma gr^de Ruina que ham^{tos} annos ameassa, por cujo motivo Tendo Provisor neste Bispado obriguei aos fregueses della a fazerem-na de novo Com penas pecuniárias, o que melhor constara do termo que os d^{os} freguezes na minha prez. Fizerao e como me constou agora em acho de vezita e que os mesmos freguezes sabendo que cuvinha vezitar esta [...] marca Com o medo de eu lhe executar a pena [...] com que estavaõ incurssos Com m^{ta} preça fizeraõ dar a d^a obra da d^a Igreja Confrontando, e medindo a bem donde havia de fazer e fundar a noua Igr^a e a fizeraõ Rematar [...] p^a me persuadir [...] mas [...] conheço nelles pouco zelo p^a as Couzas de Deos de m^{tos} annos que os obrigo a fazer esta obra tão grande p^a o Seu Serv^o por tanto provendo de Remedio ao Seu pouco zelo. Mando que dentro de tres annos que pricipiaraõ da data deste cap^o se principie e finde a d^a obra⁷.

Em 23 de outubro de 1746⁸, adquiriu-se o terreno para a actual Igreja e, em 20 de novembro do mesmo ano, lançava-se a primeira pedra:

Aos vinte dias do mez de novembro do anno de mil sete centos e quarenta e seis na terceyra Dominga do d^{to} mez, dia de S. Feliz pelas nove horas da manham, em procissão sollemne de todos os P^{os} desta frg^a, e m^{to} povo della, fui eu Vicente Jozé de Freytas Abb^o actual desta mesma frg^a, deitar a primeyra pedra da Igr^a nova, q tinha em si gravadas estas mesmas Lembranças do d^{to} dia, mez, e anno: e p^a a todo o tempo constar fiz este acento, q asigno⁹.

Em 24 de agosto de 1752, já as obras iam muito adiantadas:

Achasse feito e quazi acabado Corpo da nova Igr^a desta freg^a por conta e obrig^{am} dos freg^{es} della, e falta fazer a capella Mor Com a posivel brevid^e a fim de Se acabar em tempo hutil [...] mando se faça a d^{ta} Capella de novo do tempo de dois annos em forma decente e regular a proporção em q. se acha o Corpo da mesma Igr^a [...] o R^{mo} Par^o desta freg^a extrahira por certidam no termo de quinze dias este Capitulo e o entregara ao Juis da Igra p^a Com elle Requerer ao m^o Rm^o Cabb^o he defira a d^{ta} obra¹⁰.

Em 18 de abril de 1779, o corpo da Igreja está concluído:

à porta fexada e os freguezes justamente requerem a Capela mor, que pertence ao Il^{mo} Cabido do qual se espera mande com a brevidade possível fazer ad^a Capela mor.

A crus do Altar não tem crucifixo. [...] A chave do sacrário deve ser dourada. [...] Todas estas obras pertencem ao Il^{mo} Cabido do qual se espera o comprimento delas, visto serem precisas, e indispensaveis; e q tudo se satisfaça com a possível brevidade¹¹.

6 APV – *Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega* ... fl. 3v. (BASTOS, 1984: 42).

7 APV – *Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega* ... fl. 9.

8 OLIVEIRA, 1981: 32.

9 APV – *Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega* ... fl. 45v.

10 APV – *Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega* ... fl. 22v.

11 APV – *Livro que ha de servir p^a os Cap^{es} de Vezita* ... fl. 9.

No ano de 1787-1788, a Igreja, quase construída, foi reduzida a cinzas, o que obrigou a obras de reedificação durante o século XIX¹².

E depois de acabada athe ao ponto de ser forrada, e os dois altares collaterais com suas tribunas, e retabulos de excell^e talha e bom gosto, foi tudo reduzido a cinzas em 18 de Abril de 1787 ou 88. Q^o pude colligir da era por conjecturas, e sendo nesse tempo Abb^e desta Igr^a de Vallega Dom^{es} da S^a Chaves. Em 1813 o escrevi Antonio de [...] Dias de Castro Abb^e de Vallega¹³.

Em 24 de novembro de 1813, o visitador dizia:

tive a consolação de ver a decência, aceio, e grande melhoramento, em que se acha esta Igreja [...] e devo esperar, que as obras já começadas, e o mais de que necessita esta igreja, tanto para o seu ornato, como para a Celebração dos Divinos Officios, se haja de promover com todo o zelo, e actividade¹⁴.

Em 9 de setembro de 1864, acha-se “Boa Igreja – tem cinco pedras d’ara dos cinco altares, quatro dos quais tem relíquia”¹⁵.

Este edifício longitudinal, de nave única, com capela-mor profunda, destacou-se, no século XX, pela aquisição dos vitrais de origem espanhola (Madrid) e dos azulejos que o revestiu por dentro (nave) e por fora (fachada).

2. Azulejos policromos

O azulejamento da autoria da Fábrica Aleluia, iniciado em 1958 pelo batistério, teve continuidade em 1959, no coro-alto e nave, com exceção dos painéis de Nossa Senhora de Lurdes e de Nossa Senhora de Fátima que estão datados de 1960, o mesmo ano em que se revestia a fachada principal.

2.1. Fábrica Aleluia

De entre todas as fábricas de cerâmica que existiram na cidade de Aveiro, quer pela qualidade das peças, quer pela importância que tiveram para a indústria local, destacam-se especialmente as Fábricas do Cojo, no século XVIII, e a Fábrica da Fonte Nova, no século XIX.

Desta última que começava a dar indícios de falência próxima, saiu em 1905 um grupo de cinco operários, que depois de conseguirem capital emprestado, constituíram uma sociedade e fundaram a Fábrica de João Aleluia & C.^a, que passou a funcionar num pequeno armazém, no Largo dos Santos Mártires. Porém, em 1906, dá-se a dissolução da sociedade, restando unicamente João de Pinho das Neves Aleluia (“fundador, gerente técnico, artístico e comercial, desde a fundação até à sua morte, ocorrida em 20 de setembro de 1935”).

Depois de adquirida a Fábrica Fonte Nova, em 1911, dá-se a transferência da Fábrica Aleluia para a Rua da Fonte Nova, em 1917.

Em 1935, com o falecimento de João Aleluia, a fábrica é transformada numa sociedade familiar (“Viúva e Filhos de João Aleluia”), e, em 1941, numa “sociedade em nome colectivo entre os filhos herdeiros Gervásio e Carlos”¹⁶. Na década de 1950-1960, trabalhavam cerca de trinta pessoas, na secção de painéis, dez das quais terão trabalhado nos painéis de Válega.

12 OLIVEIRA, 1981: 33-34.

13 APV – *Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega* ... fl. 45v.

14 AEP – N^o1, *Livro que hade servir na Vizita* ... fl.44.

15 AEP – N^o1, *Livro que hade servir na Vizita* ... fl. 62.

16 HISTÓRIA da Fábrica Aleluia, 1955.

Na figura que se segue, estão nove desses elementos, identificados na respetiva legenda com os números 1, 4, 9, 13, 16, 18, 21, 24 e 26.



Figura n.º 1 – Trabalhadores da secção de painéis da Fábrica Aleluia. Fonte: Arquivo Particular de Saul Ferreira.

1. João Calisto 2. Fernando "Estrela" 3. Noémia 4. Manuel da Rosália 5. Cesar Carvalho 6. Deolinda 7. Zeferino 8. Manuel Vitor 9. Lourenço Limas (encarregado da secção) 10. Castelhão 11. Fernando Matos 12. Redondo 13. José Augusto 14. Fernando Ferreira 15. Amílcar Bagão 16. João da Loura 17. António Vieira 18. António Reis 19. César Almeida 20. Anibal 21. Saul Ferreira 22. Manuel Azevedo 23. António dos Santos 24. António Limas 25. Gamelas 26. Luís Bernardo.

Nos elementos decorativos, trabalharam João Calisto e João da Loura, com a colaboração dos ajudantes, Luís Bernardo, Manuel da Rosália e Saul Ferreira. Nas representações figurativas, atuaram Luís Pinho, António Limas, António Reis e José Augusto¹⁷.

Quanto aos desenhos¹⁸ necessários para a execução de um projeto desta natureza, sabe-se agora que terão sido, inicialmente, desenhados nas Oficinas de Escultura de Guilherme Ferreira-Thedim¹⁹, e só depois terão sido estilizados e adaptados ao trabalho no azulejo²⁰, tarefa essa desempenhada por Lourenço Limas (correção e ampliação).

17 Informação oral dos senhores João Calisto, Saul Ferreira, António Limas e José Augusto, os únicos pintores executantes da empreitada em Válega, que estavam vivos em 2009.

18 Desenhos gentilmente cedidos pela secção de painéis da Fábrica Aleluia.

19 AFA – *Desenho do lado da epístola (Igreja Matriz de Válega); Desenho do lado da epístola (Igreja Matriz de Válega); Desenho do lado do evangelho (Igreja Matriz de Válega); Desenho do Painei da Maternidade de Nossa Senhora (Igreja Matriz de Válega)* (os originais realizados em tons de sépia foram informaticamente transformados para tons cinza e apresentados, pela primeira vez, neste artigo).

20 AFA – *Desenho do arco cruzeiro da Igreja Matriz de Válega; Desenho do Baptismo de Cristo, da Igreja Matriz de Válega; Desenho do coro-alto da*

Alguns desenhos encontrados no Arquivo da Fábrica Aleluia, apresentam um risco simplificado de elementos vegetalistas que evidencia a execução preparatória para a aplicação do desenho no azulejo. Embora não assinados, estes serão, como já vimos, da autoria de Lourenço Limas (Fábrica Aleluia).

A fachada, o arco cruzeiro e o coro-alto são os únicos que não apresentam projecto proveniente das Oficinas de Escultura de Guilherme Ferreira Thedim, daí a diferença na escala utilizada – estes foram sujeitos a uma escala de 1/25, enquanto os desenhos da referida oficina de escultura, utilizam a escala de 1/20.

A par dos elementos vegetalistas que decoram os azulejos e servem de moldura às figurações, são representados diversos tipos de anjos:

1. de meio corpo, inseridos numa espécie de cartela;
2. de corpo inteiro, envolvidos em elementos vegetalistas;
3. de corpo inteiro, sugerindo a sustentação da estrutura decorativa;
4. cabeça de anjo;
5. de corpo inteiro, sentado num pedestal e segurando uma grinalda de flores;
6. de corpo inteiro, sentado sobre a base da cartela e segurando uma flor na mão;
7. anjo músico;
8. composição de anjos de corpo inteiro, pássaros e flores;
9. composição de anjos de meio corpo.

Na proximidade destes, surge o registo do nome do encomendador e a data da sua execução – “Oferta de António Maria Augusto da Silva – Filho desta terra. Comendador da ordem de benemerência. Ano de 1959” –, que, tal como os anjos, prima pela simetria. Ou seja, o mesmo texto surge-nos do lado do Evangelho e do lado da Epístola e também no coro-alto.

A assinatura da Fábrica Aleluia, no interior, aparece no coro-alto e no painel de Nossa Senhora de Fátima, neste caso associado à data de 1960, o que nos explica o facto de estes não constarem nos desenhos de 1958. No exterior, o nome do benemérito é indicado no painel do *Dogma da Imaculada Conceição*, e a assinatura da fábrica no da *Proclamação do Dogma da Imaculada Conceição*.

As representações figurativas são claramente influenciadas por obras de grande vulto do século XV ao século XX, mas também por estampas, das quais não conseguimos averiguar a autoria. Sabemos, no entanto, que a base para a sua execução estaria num pequeno livro²¹, cedido pelo benemérito, de onde, sob as suas ordens, os pintores retiraram as imagens necessárias²².

1.2. Análise iconográfica e iconológica

1.2.1. O exterior – fachada

A fachada, completamente revestida a azulejos datados de 1960, apresenta-nos temáticas enraizadas nas ideologias tridentinas (eucaristia, comunhão, confissão, matrimónio e baptismo²³), conciliadas com a entrega das chaves a Pedro (“pedra da igreja”), e com o dogma da Imaculada Conceição e a sua proclamação, por Pio IX.

Igreja Matriz de Válega; Desenho do das representações laterais ao arco abatido que suporta o coro-alto (Igreja Matriz de Válega); Desenho do lado da epístola, Igreja Matriz de Válega; Desenho da fachada da Igreja Matriz de Válega.

21 Infelizmente, perdemos o seu rasto.

22 Informação cedida pelos já mencionados antigos pintores.

23 A comunhão, a confissão, o matrimónio e o batismo, foram longamente discutidos pelos decretos tridentinos, entre 1545 e 1552, de que resultou a necessidade da prática de todos estes atos/sacramentos, que, por isso, são, ainda, em 1960, representados neste edifício.

Em suma, parece-nos, que, de modo geral, a fachada pretende fazer uma síntese dos momentos mais importantes do cristianismo, começando pela fundação da Igreja através da entrega das chaves a Pedro; passando pelo batismo de Constantino, como um momento fundamental para o Cristianismo; evidenciando o concílio de Trento como forma de combater as heresias e definir regras para os cristãos; e, finalmente, referindo a proclamação do dogma da Imaculada Conceição²⁴, e sua respetiva publicação, a 8 de Dezembro de 1854, através da encíclica *Ineffabilis Deus*, pelo papa Pio IX, derrotando todos os que não acreditavam.

Reforçando o que sobre este tema já foi dito, surge-nos, na restante fachada, a figura de S. Carlos Borromeu, autor de *Instructiōm Fabricae et Suppellectilis ecclesiasticae*²⁵ e grande impulsionador da contra-reforma, e S. Luís, rei de França, a comungar.

A adoração da Eucaristia

O Concílio de Trento (1543-1563) incentiva à veneração dos

fagrados Mysterios do feu Corpo, e Sangue, com tal conftancia, e firmeza de fé, com tal devoção de animo, e com tal piedade, e veneração, que poſſaõ receber frequentemente aquele Paõ fobrefubftancial, e effe verdadeiramente feja para elles vida da alma, e faude do espirito²⁶,

para alcançarem o reino dos céus, sintetizando, desta forma, as representações de adoração da sagrada partícula. Neste caso particular, o ostensório/custódia é elevado (servindo-se da altura do óculo), rodeado por cabeças de anjos e adorado por várias pessoas.

Relativamente à estampa que serviu de base a esta figuração, as alterações não foram muito consideráveis. Verifica-se, apenas, um aumento das cabeças de anjos, o que não é mais do que a consequência da largura do óculo.

S. Luís

Padroeiro da monarquia francesa desde o século XVII, em Itália, popular desde a Idade Média, S. Luís era considerado entre os membros da ordem terceira de S. Francisco. Alguns anos antes da execução desta obra, em 1945, foi fundada, em França, a Associação dos Amigos de S. Luís²⁷. Terá sido o benemérito influenciado por esta nova associação, no que respeita à escolha desta representação? Não terá esta imagem sido escolhida pela sua ligação aos franciscanos e, por consequência, pela sua importância na defesa do dogma da imaculada Conceição? Não sabemos.

Nestes azulejos, S. Luís figura de joelhos, aos pés do padre que lhe entrega a sagrada hóstia, enquanto o assistente de comunhão segura, na mão direita, uma vela.

Constantino

Filho de Santa Helena (que foi quem encontrou a cruz de Cristo no monte Gólgota), proclamado imperador em 313, Constantino foi o primeiro imperador cristão, assistiu ao Concílio de Niceia e morreu em 337, depois

²⁴ Tema muito discutido, em que muitos não admitiam o privilégio em virtude do qual a Virgem Maria, entre todos os descendentes de Adão e Eva, foi a única que concebeu sem pecado (RÉAU, 2000: 81).

²⁵ Tratado pós-tridentino sobre arquitetura religiosa.

²⁶ REYCEDE, 1781: 263.

²⁷ RÉAU, 2000: 274-279.

de batizado pelo Papa Silvestre. A Igreja Ortodoxa, consagrou-o como “igual aos apóstolos”, enquanto a Igreja latina só o beatificou²⁸.

Na fachada da Igreja Matriz de Válega, o imperador, batizado no interior de um templo, é a personagem central desta composição, rodeado pelo papa que o batiza, o ajudante que segura os santos óleos, uma figura que lhe cobre o corpo nu, outra que segura o livro onde está inscrito “Eu te baptizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, uma mulher que agarra um tocheiro com a vela batismal, várias pessoas que assistem e, do lado esquerdo, sob um pálio, vários bispos.

Evidentemente influenciada pela obra com o mesmo nome do pintor Rafael Sanzio, aqui só o tema central ganha destaque, toda a restante composição foi eliminada.

S. Carlos Borromeu

Nascido, em 1538, em Arona, no seio de uma família nobre, estudou direito na Universidade de Pavia. S. Carlos Borromeu era sobrinho do papa Pio IV e foi nomeado cardeal. Durante a peste de Milão, em 1575, encarregou-se dos doentes, mobilizando também monges e sacerdotes como enfermeiros²⁹.

A extrema-unção ministrada por S. Carlos Borromeu faz menção a esse incentivo dado, neste caso, a sacerdotes e franciscanos para cuidar dos enfermos. Infelizmente, este doente não sobreviverá, por isso, para além, dos cuidados físicos, chegou o momento de S. Carlos Borromeu cuidar espiritualmente desta pessoa, ministrando a extrema-unção, numa figuração influenciada por uma estampa, da qual desconhecemos a autoria.

O dogma da Imaculada Conceição

O dogma da Imaculada Conceição define-se pelo privilégio concedido por Deus à Virgem Maria, a única que teria sido concebida sem pecado original³⁰, entre todos os descendentes de Adão e Eva. Eleita antes do seu nascimento para ser Mãe de Jesus, razão pela qual teria de ser pura “tanto na concepção como no parto”. Ela foi concebida e concebeu sem pecado, a sua pureza é provada desde o anúncio do seu nascimento até à anunciação do Senhor.

Santo Agostinho, nunca ousou atribuir a Maria a exceção do pecado original que reserva só a Cristo, porque esta crença não tem fundamento bíblico. São Bernardo, e São Boaventura, dominicanos, Alberto Magno e São Tomás de Aquino defendiam que Nossa Senhora tinha sido concebida em pecado original (concupiscência sexual), enquanto os franciscanos e os carmelitas, defendiam que a Virgem tinha sido preservada do pecado original antes ainda do seu nascimento e não exclusivamente a partir da Encarnação. A Universidade de Paris teve um papel fundamental no crescimento desta crença. Representada por Pierre d'Ailly e Jean Gerson, defendeu com confiança, através de um apostolado teológico, a fé na Imaculada Conceição.

A representação da Imaculada Conceição nasceu, em 1370, quando Luís II de Bourbon fundou a ordem do Cavaleiro de Nossa Senhora da Esperança, em cuja insígnia figurava “a Virgem do Apocalipse, coroada por doze estrelas e com os pés repousando sobre a lua crescente”, e foi consagrada pelo Concílio de Trento. A conversão desta crença em dogma ocorreu em 8 de Dezembro de 1854, em virtude da encíclica *Ineffabilis Deus*, proclamada pelo papa Pio IX³¹, na Basílica do Vaticano, com a participação de “53 cardeais, 43 arcebispos, 100 bispos e uma entusiástica multidão de fiéis”³².

28 RÉAU, 2000: 330-333.

29 RÉAU, 2000.

30 Ao qual estão submetidos todos os homens depois da falta de Eva.

31 RÉAU, 2000: 81-97.

32 AGUIÃ, 1996: 27.

No discurso de proclamação do dogma da Imaculada Conceição, Pio IX, diz:

depois de na humildade e no jejum, dirigimos sem interrupção as Nossas preces particulares, e as públicas da Igreja, a Deus Pai, por meio de seu Filho, a fim de que se dignasse de dirigir e sustentar a Nossa mente com a virtude do Espírito Santo; depois de implorarmos com gemidos o Espírito consolador; por sua inspiração, em honra da santa e indivisível Trindade, para decore e ornamento da Virgem Mãe de Deus, para exaltação da fé católica, e para incremento da religião cristã, com a autoridade de Nosso Senhor Jesus Cristo, dos bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo, e com a Nossa, declaramos, pronunciamos e definimos [...] a doutrina que sustenta que a beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante da sua Conceição, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda mancha de pecado original, essa doutrina foi revelada por Deus, e por isto deve ser crida firme e inviolavelmente por todos os fiéis³³.

No texto supracitado, constata-se tudo o que já foi dito sobre a definição deste tema e demonstra-se a sua importância no século XIX.

A representação do dogma da Imaculada Conceição, na Igreja Matriz de Válega, apresenta, ao centro, uma estátua da Imaculada de pé sobre a lua, coroada de estrelas, com as duas mãos unidas e a olhar para o chão³⁴ e rodeada de elementos do clero, dos quais se destacam os franciscanos, grandes defensores do “privilégio imaculista³⁵”. Aos pés da Virgem, no pedestal, está gravado o nome da fábrica e dos artistas responsáveis por este painel, “FABRICA ALELUIA/ AVEIRO – PORTUGAL/ PINTADO POR / ANTÔNIO DE PINHO/ LOURENÇO (?) LIMAS/ E/ [...] SAUL MARQUES FERREIRA/ VÁLEGA”. Todos estes nomes são já nossos conhecidos. O único que nos parece estranho é o de Antônio Pinho, que será, provavelmente, o mencionado Luís Pinho. Quanto à pouca percepção desta inscrição, isso resultará da proibição imposta pela direção da fábrica, relativamente à assinatura de obras³⁶. Razão pela qual há uma camada de tinta sobre a inscrição que nos dificulta a sua leitura.

A proclamação do dogma da Imaculada Conceição

Na proclamação do dogma, há uma divisão entre o mundo celeste e o mundo terrestre. No mundo celeste, estão representados alguns santos mártires e apóstolos. No entanto, a representação de Adão e Eva que se verifica no original italiano e que obviamente remete para o pecado original, já não está presente em Válega. No entanto, Nossa Senhora, representada como Imaculada, com lua aos pés, mantém-se numa posição central, acompanhada, do lado esquerdo, por Jesus e, do lado direito, por Deus Pai. Quanto aos quatro evangelistas, representados por Podesti com os seus símbolos aos pés (águia, leão, touro e anjo), em Válega, só S. Mateus continua a ter o anjo que lhe segura o livro, o que, sem a comparação com a obra oitocentista, parece descontextualizado.

No nível inferior, é apresentado o mundo terrestre, com o Papa Pio IX debaixo de um baldaquino (símbolo do sagrado), iluminado pelo Espírito Santo (em forma de raio de luz) que guia as suas palavras. A ouvi-lo, encontra-se a alta cúpula romana. Este é o momento em que se define que, “desde o primeiro instante da sua concepção, por singular graça de Deus Onipotente e com vista aos méritos de Jesus Cristo Salvador do gênero humano, a Beatíssima Virgem Maria ficou preservada e imune de qualquer mancha de pecado original”³⁷.

33 MONTFORT, s.d.

34 Representação que se distingue de Nossa Senhora da Assunção, como diz RÉAU (2000: 86).

35 COUTINHO, 1959: 81.

36 Informação oral dada pelos já mencionados antigos pintores da Fábrica Aleluia, e pela senhora Paula Fernandes, chefe da Secção de Painéis da Fábrica Aleluia, em 2009.

37 QUINA, 2005: 202.

Estas duas obras foram buscar o desenho e a composição aos frescos feitos por Francesco Podesti, no século XIX, na sala da Imaculada, no Vaticano. Todavia, nos dois casos, há uma interpretação destas obras que faz desaparecer algumas figuras e transforma elementos do fundo e cores das vestes.

A entrega das chaves a Pedro

A cena, dividida em dois campos, marcados de um lado por Jesus, de outro por Pedro, é inspirado no quadro de Perugino. No entanto, como já vimos acontecer em outras situações, aqui não são representados os doze apóstolos, como fez o referido artista, mas seis, tendo sido o fundo urbano substituído por uma paisagem com montanhas. Inocograficamente, pretende evidenciar o momento em que Jesus diz,

Tu és Pedro, e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do Abismo nada poderão contra ela. Dar-te-ei as chaves do Reino do Céu; tudo o que ligares na terra ficará ligado no Céu e tudo o que desligares na terra será desligado no Céu (Mt 16, 18-19).

1.2.2. Interior

No interior, a leitura do espaço faz-se do lado da Epístola, passando pelo coro-alto e terminando no lado do Evangelho:

1. Apresentação de Nossa Senhora no Templo;
2. Anunciação;
3. Visitação;
4. Maternidade de Nossa Senhora (arco do coro alto);
5. Fuga para o Egipto;
6. Morte de São José;
7. Senhora das Dores (arco do coro alto);
8. Assunção da Virgem;
9. Coroação da Virgem.

As aparições de Nossa Senhora de Lurdes e de Nossa Senhora de Fátima já não fazem parte do ciclo de vida de Maria, mas são antes a coroação deste ambiente com devoções tão aclamadas pela população, reforçando a mensagem que nos parece mais apropriada a este espaço, a fé na Imaculada Conceição.

A Apresentação no Templo poderá ser o culminar da primeira fase da vida da Virgem (nascimento livre de pecado original); a Anunciação e a Visitação, o anunciar de Jesus concebido sem pecado; a maternidade, a confirmação, a segunda fase; a fuga para o Egipto, a morte de São José e a Senhora das Dores, o percurso de dor até à glória, a terceira fase; e a assunção e a coroação, a quarta e última fase da vida da Imaculada Conceição.

Para além desta ordem sequencial, existe, também, um cuidado acrescido quanto às figurações correspondentes entre o lado da Epístola e o lado do Evangelho. Todas elas representam a ideia de Princípio (A – alfa) e de Fim (Ω – ómega), como se pode ver na tabela seguinte.

A análise seguinte utiliza a ordem temporal dos acontecimentos. No entanto, apelamos à presença deste conceito de A e Ω . As representações de Nossa Senhora de Lurdes e de Nossa Senhora de Fátima são remetidas para o fim da análise, pelos motivos que já explicámos.



Figura n.º 2 – Desenho do lado da Epístola (Igreja Matriz de Válega), Oficinas de Guilherme Ferreira Thedim – escultor – Matosinhos, Portugal, 1958.
Fonte: AFA.

Quadro n.º 1 – Leitura iconológica do revestimento azulejar no interior da Igreja

Localização	Princípio (A)	Fim (Ω)	Localização
Lado da Epístola	Apresentação de Nossa Senhora no Templo	Coroação da Virgem	Lado do Evangelho
Lado da Epístola	Anunciação e Visitação	Assunção da Virgem	Lado do Evangelho
Arco do coro alto	Maternidade de Nossa Senhora	Senhora das Dores	Arco do coro alto
Coro alto	Fuga para o Egipto	Morte de São José	Coro alto

A Trindade Triunfante

A Trindade Triunfante, em que Jesus apesar de ser representado com uma cruz às costas parece ser o Cristo ressuscitado/glorioso, contém uma representação de Deus Pai, inspirada num pormenor da *Sagrada Família Trinitarizada* de Murillo.

O dogma da Santíssima Trindade, definido no Concílio de Niceia (325), indica o que Deus é, “um Deus único em três Pessoas divinas iguais e distintas, a que a revelação cristã deu o nome de Pai, Filho e Espírito Santo. Que Deus é único, é conclusão lógica de ser o Ser Supremo; que o é em em três Pessoas, só o sabemos por ter sido revelado”³⁸ por Jesus Cristo.

Estas revelações de Jesus, estão presentes nas Sagradas Escrituras:

1. “Uma vez baptizado, Jesus saiu da água e eis que se rasgaram os céus, e viu o Espírito de Deus descer como uma pomba e vir sobre Ele. E uma voz vinda do Céu dizia: «Este é o meu Filho muito amado, no qual pus todo o meu agrado»” (Mt 3, 16-17);
2. “Aproximando-se deles, Jesus disse-lhes: «Foi-me dado todo o poder no Céu e na Terra. Ide, pois, fazei discípulos de todos os povos, baptizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28, 18-19);
3. “Quem Me vê, vê o Pai” (Jo 14, 9).

38 FALCÃO, 2006: 524.

A Apresentação de Nossa Senhora no Templo

Depois de Ana, que era estéril, ter dado à luz, Maria atingiu os três anos de idade e

Joaquim disse: «Chamemos as filhas dos Hebreus, aquelas que estão sem mácula. Que cada uma tome uma vela e a tenha acesa: assim, Maria não se voltará e o seu coração não ficará cativo fora do templo do Senhor.» E o sacerdote acolheu a criança e, tendo-a tomado nos seus braços, abençoou-a e disse: «O Senhor Deus exaltou o teu nome entre todas as gerações. Em ti, no último dos dias, o Senhor manifestará a redenção aos filhos de Israel.» E fê-la sentar no terceiro degrau do altar. E o Senhor Deus derramou a sua graça sobre ela. E os seus pés esboçaram uma dança, e toda a casa de Israel a amou³⁹.

A representação de Nossa Senhora no Templo, nos azulejos da Igreja da Válega, indica o momento em que esta se dirige ao sacerdote. Joaquim e Ana, imediatamente atrás dela, acompanham-na e, no Céu, um anjo segura um enorme pano que parece vir de dentro do templo e cobre o sacerdote, os seus acompanhantes (com um olhar atento, talvez admirado) e chega, como o anjo, por cima da cabeça de Maria, revelando a zona mais sagrada de toda a representação. Envolto em nuvens e superiormente colocados, em relação ao pano, estão dois anjos que se preparam para lançar flores, talvez como símbolo das graças enviadas por Deus.

Do lado direito da Virgem, encontram-se duas virgens do templo, referenciadas nos Evangelhos Apócrifos e na *Leyenda Dorada*:

1. Evangelho do Pseudo Mateus (cap. IV):

cumpridos nove meses, Ana deu à luz uma menina e pôs-lhe o nome de Maria. Ao terceiro ano, seus pais levaram-na ao templo, e depois de oferecerem os seus sacrifícios a Deus, fizeram doação de sua filha Maria, para que esta vivesse no grupo de virgens que passavam dia e noite a falar com Deus. Ao chegarem à frente do templo, Maria subiu tão rapidamente os quinze degraus, que não teve tempo de se voltar para trás e nem se sentiu ansiosa pelo afastamento de seus pais, coisa tão natural na meninez. Isto deixou todos estupefactos, até os pontífices se admiraram;

2. Legenda Áurea:

o templo fora construído num monte e tinha o altar do holocausto do lado de fora, e só por aqueles degraus se poderia chegar até ele. Tendo a Virgem posto o pé no primeiro, subiu todos tão sem ajuda como se já fosse adulta. Depois terminada a apresentação das oferendas, voltaram para casa, deixando a filha com as outras virgens no templo⁴⁰.

A Anunciação

Ao sexto dia mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galileia chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um homem chamado José [...]. Ao entrar em casa dela, o anjo disse-lhe: Salve, ó cheia de graça, o Senhor está contigo.» Ao ouvir estas palavras, ela perturbou-se e inquiria de si própria o que significava tal saudação. Disse-lhe o anjo: «Maria não temas, pois achaste graça diante de Deus. Hás-de conceber no teu seio e dar à luz um filho, ao qual porás o nome de Jesus [...]. Maria disse ao anjo: «Como será isso, se eu não conheço homem? O anjo respondeu-lhe: «O Espírito Santo virá sobre ti e a força do Altíssimo estenderá sobre ti a sua sombra. Por isso, aquele que vai nascer é Santo e será chamado Filho de Deus (Lc 1, 26-38).

39 *Evangelhos*, 1991: 83-84 (Protoevangelho de Santiago, cap. VII).

40 VORAGINE, 2004: 140.

Nesta representação, em concreto, Maria parece estar já num momento de aceitação e o anjo termina, dizendo-lhe que o Espírito Santo descerá sobre ela.

A influência, neste caso, é a da *Anunciação* de Murillo. De todas as obras que reconhecemos como influências, esta foi aquela que mais fielmente foi reproduzida.

A Visitação

Depois de Maria ter recebido o anúncio do nascimento de Jesus e de que a sua parenta, Isabel, de idade avançada, estava grávida “pôs-se a caminho [...]. Entrou em casa de Zacarias e saudou Isabel” (Lc 1, 39-45). A *Leyenda Áurea* (cap. CXCVI) fala, ainda, de “como se aumentou a superior e a inferior, a Senhora e a serva, a Rainha do céu e da terra à subdita e escrava. Considera os elogios daquela visita à casa de Isabel e à de Maria um tributo ao Senhor”⁴¹. Descrição essa que explica a diferença de vestes, as cores e as posições utilizadas. Enquanto Maria com túnica vermelha e manto azul (da cabeça aos pés) se apresenta de perfil direito, Isabel, com véu curto, túnica e manto a envolver a cintura, está ligeiramente curvada perante Maria.

A representação em Válega, inspirada na obra de Albertinelli, transformou o fundo intimista numa cena ao ar livre.

A Maternidade de Nossa Senhora

O desenho da Figura n.º 3, embora não assinado, é seguramente da autoria das Oficinas de Guilherme Ferreira Thedim e, na representação da Maternidade de Nossa Senhora, apresenta uma figura masculina (S. José), não utilizada na versão final.

A Fuga para o Egipto

“Depois de partirem, o anjo do Senhor apareceu em sonhos a José e disse-lhe: «Levanta-te, toma o menino e sua mãe, foge para o Egipto e fica lá até que eu te avise, pois Herodes procurará o menino para o matar»” (Mt 2, 13-15). Então ele levantou-se e levando o menino e Maria partiu para o Egipto. Verificamos pelas patas do burro em movimento (em Válega), que o artista pretendeu remeter-nos para esse longo percurso e, sobretudo, para a introspeção das personagens.

A Morte de São José

São José no leito de morte, representado com Jesus, um anjo e Maria a seu lado, foi pintado para a Igreja de Válega, em 1959, e a única referência que encontramos correspondente a esta obra foi a pintura de Dirce Bona, de 1962, possivelmente baseada numa pintura anterior, mas sobre a qual nada descobrimos. Este episódio, representado algumas vezes a nível internacional, tem em Válega uma das raras representações feitas em Portugal⁴², sendo a única no concelho de Ovar.

Nossa Senhora das Dores

Esta figuração representa os últimos momentos da passagem de Nossa Senhora pela terra, antes da subida aos céus e respectiva glória celeste.

41 VORÁGINE, 2004: 876 (tradução do autor).

42 Encontramos outra representação da morte de S. José, no Museu dos Biscainhos, em Braga.

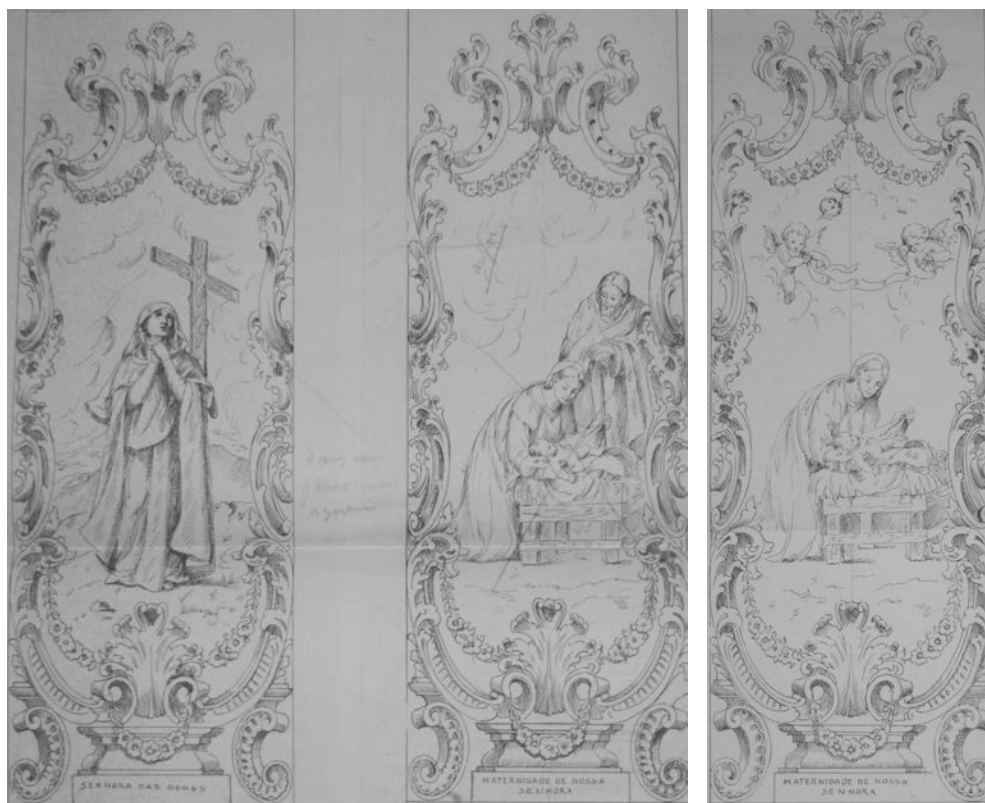


Figura n.º 3 – Desenho do Painei da Maternidade de Nossa Senhora (Igreja Matriz de Válega). Oficinas de Guilherme Ferreira Thedim, escultor, Matosinhos, Portugal, s/d. Fonte: AFA.

Figura n.º 4 – Desenho das representações laterais ao arco abatido que suporta o coro alto (Igreja Matriz de Válega), s/d. Fonte: AFA.

A Assunção

A Assunção reproduz o momento após a morte da Virgem, em que Jesus a chama para junto de si e, “naquele instante a alma de Maria aproximou-se do seu corpo e este, vivificado novamente, levantou-se glorioso, saiu da tumba e então a Senhora, acompanhada e aclamada por uma infinidade de anjos, subiu aos Céus”⁴³.

A Coroação da Virgem

Quanto à Coroação da Virgem, esta representação é inspirada na obra de Giulio Romano, mas, como já vimos acontecer com outras obras, apenas um pormenor é utilizado. O pintor quinhentista foi mais longe representando não só a Coroação da Virgem, como o episódio descrito pela *Legenda Áurea*: depois da morte da Virgem⁴⁴, Jesus disse aos apóstolos:

43 VORÁGINE, 2004: 481 (tradução do autor).

44 “Segundo S. Epifanio [...] Maria saiu deste mundo aos setenta e dois anos de idade. Outros relatos mais verosímeis dizem que a mãe sobreviveu ao seu filho somente os doze anos que [...] permaneceram os apóstolos predicando pela Judeia e seus arredores; e assim foi, como parece certo, a Senhora foi levada ao céu com sesenta anos de idade (VORÁGINE, 2004: 479) (tradução do autor).



Figura n.º 5 – Desenho do lado do Evangelho (Igreja Matriz de Válega). Oficinas de Guilherme Ferreira Thedim, escultor, Matosinhos, Portugal, 1958. Fonte: AFA.

Tomai o corpo de minha Mãe, levem-no ao vale de Josafat, coloquem-no num sepulcro novo que ali encontrareis e não vos movereis daquele lugar até que eu chegue, que será daqui a três dias. Assim, depois disso, o arcanjo Miguel entregou a alma de Maria a Jesus, que [...] a tomou em suas mãos e disse: Levanta-te, Mãe minha, senhora minha, tabernáculo da glória, vaso da minha vida, templo celestial, levanta-te! Levanta-te, porque esse santíssimo corpo teu que sem cópula carnal e sem mancha de qualquer tipo de concupiscência concebeu o meu, merece estar imune da desintegração que se produz no sepulcro!⁴⁵

Depois da assunção da Virgem, Jesus Cristo “glorificou, a Maria, mãe sua imaculada e mãe de Deus”⁴⁶.

Em suma, Giulio Romano representou o momento em que os apóstolos em redor do túmulo, depois de assistirem à assunção da Virgem Maria, falam sobre o que viram, enquanto Cristo coroa sua Mãe. Em Válega só a coroação foi representada.

Nossa Senhora de Lurdes e Nossa Senhora de Fátima

Quatro anos depois da proclamação do dogma da Imaculada Conceição, em 1858, dá-se a aparição de Nossa Senhora de Lourdes,

talvez o facto religioso de maior relevância em todo o século XIX. Na aparição de 25 de Março, após a tríplice súplica da pequena vidente Bernardette, pedindo à bela Senhora que declare o seu nome, a Aparição descerra os seus lábios virginais para dizer com voz suave: “Eu sou a Imaculada Conceição”⁴⁷.

Já no século XX, a 13 de maio de 1917, em Portugal, três crianças (Lúcia de Jesus dos Santos, de dez anos, Francisco Marto, de nove anos, e Jacinta Marto, de sete anos), vêem Nossa Senhora, enquanto apascentavam um pequeno rebanho, na Cova da Iria (freguesia de Aljustrel, concelho de Ourém). Por volta do meio dia, depois de

45 VORÁGINE, 2004: 481.

46 SANTOS OTERO, 2006: 638 (Livro de João arcebispo de Tessalónica, cap. XIV).

47 AGUIÃ, 1996: 31.

rezarem o terço, as crianças avistaram uma “Senhora mais brilhante que o sol” em cima de uma azinheira (onde agora se ergue a Capelinha das Aparições de Fátima). Esta Senhora terá dito às crianças que era necessário rezar muito e convidou-as a voltarem ao mesmo sítio, no dia 13, nos cinco meses seguintes.

A 13 de outubro, estavam presentes na Cova da Iria cerca de 50 mil pessoas, Nossa Senhora teria dito então às crianças: “Eu sou a Senhora do Rosário” e teria pedido que fizessem ali uma capela em sua honra.

Os dois casos – Nossa Senhora de Lurdes e Nossa Senhora de Fátima – são, claramente, uma alusão à Imaculada Conceição, completando, por isso, o programa iconográfico da Igreja da Válega, como exemplos de fé.

Estas duas aparições, pelo reflexo que conseguiram alcançar junto do povo, são largamente divulgadas através de estampas.

2.2.3. Batistério

Neste espaço, a representação central relata o Batismo de Cristo. Esta cena retrata o momento em que João acaba de batizar Jesus, no rio Jordão, e os céus se abrem, surgindo, sobre ele, uma pomba (Espírito Santo). “E uma voz vinda do Céu dizia: «Este é o meu Filho muito amado, no qual pus todo o meu agrado»” (Mt 3, 13-17).

Circundando esse painel, encontram-se quatro estruturas semelhantes que representam os padres António Barroso, Manuel da Nóbrega, S. João de Brito e S. Martinho de Dume. Em comum, têm o tema do batismo. A representação de S. Martinho⁴⁸, bispo de Braga, e de três missionários, a batizar, reforça a importância do sacramento, fazendo destacar o batismo de Cristo. Na representação deste último, é o único que apresenta um espelho de água e uma superfície em tons de vermelho que o faz sobressair no meio de todas as outras. A mensagem que pretende transmitir é, por certo, o enaltecimento da evangelização feita pelos portugueses, nas suas mais diversas formas já que António Barroso, bispo do Porto, é missionário em África, Manuel da Nobrega, missionário no Brasil, João de Brito, missionário em Lisboa e Martinho de Dume, bispo de Braga).

À semelhança da fachada, pode ligar-se esta área representativa ao Concílio de Trento pela importância da pregação do evangelho⁴⁹ e dos santos sacramentos “pelos quaes a verdadeira justiça, ou começa, ou começada se augmenta, ou perdida se repara”⁵⁰.

Conclusão

Das vinte e seis representações, foram, neste trabalho, identificadas treze obras de influência. Destas não reconhecemos a proveniência de quatro, confirmamos seis figurações influenciadas por artistas italianos e três reproduzidas a partir da obra de Murillo, concluindo-se, portanto, que a obra italiana teve grande repercussão na obra azulejar da Igreja Matriz de Válega.

A presente análise iconográfica e iconológica em muito contribui para o conhecimento desta obra, no entanto, carece de uma análise da sua dimensão artística, que só será possível depois de uma rigorosa investigação da vida e da obra do seu benemérito, o comendador António Maria Augusto da Silva. Fica, portanto, alguma luz sobre este assunto, mas mais se deverá fazer para nos aproximarmos desta realidade artística, infelizmente, pouco documentada.

Seria, ainda, de bastante utilidade, compreender, através do benemérito, esta manifestação que, embora tão enraizada na época moderna – pelas representações e decoração escolhida e pelo enaltecimento do concílio tridentino –, se localiza cronologicamente tão próxima do Concílio Vaticano II, iniciado em 1962.

48 S. Martinho foi bispo de Braga, escreveu várias obras religiosas e teve uma ação evangelizadora notável, entre os Suevos.

49 REYCEDE, 1781: 85.

50 REYCEDE, 1781: 171.

A compreensão da supracitada indicação poderá ser reforçada pelos princípios de continuidade emanados da convocatória do Concílio Vaticano II, na qual João XXIII revela que

acolhendo como vinda do alto uma voz íntima de nosso espírito, julgamos estar maduro o tempo para oferecermos à Igreja católica e ao mundo o dom de um novo concílio ecuménico, em acréscimo e continuação à série dos vinte grandes concílios, realizados ao longo dos séculos, como uma verdadeira providência celestial para incremento da graça na alma dos fiéis e para o progresso cristão⁵¹.

Portanto, ao contrário dos concílios ecuménicos anteriores, preocupados com a condenação de heresias⁵² e a definição da fé e da moral, o Concílio Vaticano II, pretendeu

fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições susceptíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja⁵³,

garantindo “que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz”⁵⁴.

Relativamente aos desenhos de 1958 executados nas Oficinas de Escultura de Guilherme Ferreira Thedim, parecem-nos ser a consequência de uma empreitada mais alargada de obras de escultura e de talha para a nave da Igreja Matriz de Válega, possivelmente, iniciadas, dois anos antes, em 1957, com a realização da imagem do Senhor dos Passos e do respetivo retábulo⁵⁵, continuadas com a execução, em 1959, da imagem de Nossa Senhora das Dores, e, em 1960, das imagens de Santa Rita, de Santa Joana Princesa, do Imaculado Coração de Maria, de São João de Brito e do Beato Nuno⁵⁶.

É ainda de considerar a semelhança entre os retábulos laterais, junto ao coro alto, desenhados⁵⁷ em 1958, e os retábulos *in situ*, provavelmente realizados pelo mesmo artista.

51 CONSTITUIÇÃO, 1961.

52 “A Igreja sempre se opôs a estes erros; muitas vezes até os condenou com a maior severidade. Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validez da sua doutrina do que renovando condenações.” *DISCURSO*, 1962.

53 CONSTITUIÇÃO Conciliar, 1963.

54 *DISCURSO*, 1962.

55 Conforme epígrafe colocada lateralmente ao retábulo, trata-se do “ALTAR PERPÉTUO DA IMAGEM / DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS. / OFERTA DE D. RITA AUGUSTA DA SILVA, / FILHA DESTA FREGUESIA, / COMO TESTEMUNHO DE GRATIDÃO / POR GRAÇAS RECEBIDAS. / 15-8-1959”.

56 Obras assinadas e datadas.

57 AFA – *Desenho do lado da epístola (Igreja Matriz de Válega)*. Oficinas de Guilherme Ferreira Thedim, escultor, Matosinhos, Portugal, 1958. AFA – *Desenho do lado do evangelho (Igreja Matriz de Válega)*. Oficinas de Guilherme Ferreira Thedim, escultor, Matosinhos, Portugal, 1958.

Fontes

- Arquivo da Fábrica Aleuia (AFA) – *Desenho da fachada da Igreja Matriz de Válega*, s.d.
- AFA – *Desenho das representações laterais ao arco abatido que suporta o coro alto (Igreja Matriz de Válega)*, s.d.
- AFA – *Desenho do arco cruzeiro da Igreja Matriz de Válega*, s.d.
- AFA – *Desenho do Baptismo de Cristo, da Igreja Matriz de Válega*, s.d.
- AFA – *Desenho do coro-alto da Igreja Matriz de Válega*, s.d.
- AFA – *Desenho do lado da Epístola (Igreja Matriz de Válega)*. Oficinas de Guilherme Ferreira Thedim – escultor – Matosinhos, Portugal, 1958.
- AFA – *Desenho do lado da Epístola. Igreja Matriz de Válega*, s.d.
- AFA – *Desenho do lado do Evangelho (Igreja Matriz de Válega)*. Oficinas de Guilherme Ferreira Thedim – escultor – Matosinhos, Portugal, 1958.
- AFA – *Desenho do Painei da Maternidade de Nossa Senhora (Igreja Matriz de Válega)*. Oficinas de Guilherme Ferreira Thedim – escultor – Matosinhos, Portugal, s.d.
- APV – *Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega desde 1749 athe 1769*.
- Arquivo Episcopal do Porto (AEP) – N.º1. *Livro que hade servir na Vizita encarregada ao Ilmo Rdo Abade de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, fol. 44.
- Arquivo Paroquial de Válega (APV) – *Livro que ha de servir pª os Capºs de Vezita da Fregª de Vallega*, 1769-1840.
- APV – *Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega desde 1749 athe 1769*.
- BASTOS, Manuel Pires, 1984 – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Edição da Paróquia de Ovar.
- BÍBLIA Sagrada, 2002. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica.
- CONSTITUIÇÃO Apostólica do Papa João XXIII. *Humanae Salutis. Convocação do Concílio Ecuménico Vaticano II*, 25 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/apost_constitutions/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis_po.html> [consult. 10 de mar. 2010].
- CONSTITUIÇÃO Conciliar. *Sacrosanctum Concilium Sobre a Sagrada Liturgia*, 4 de dezembro de 1963. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html> [consult. 10 de mar. 2010].
- DISCURSO de Sua Santidade o Papa João XXIII na Abertura Solene do SS. Concílio, 1962. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council_po.html> [consult. 10 de mar. 2010].
- EVANGELHOS Apócrifos, 1991. Lisboa: Editorial Estampa.
- HISTÓRIA da Fábrica Aleuia. Aveiro – Portugal (1905 – 1955), 1955. Aveiro: Edição Comemorativa do Cinquentenário.
- REYSENDE, João Baptista, 1781 – *O Sacrosanto e Ecumenico Concílio de Trento Em Latim, e Portuguez: Dedic, e Confagra aos excell., Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana*. Lisboa: Na Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, tomo I.
- SANTOS OTERO, Aurelio de, 2006 – *Los Evangelios Apócrifos*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- VORAGINE, Santiago de la, 2004 – *La Leyenda Dorada*. Madrid: Alianza Forma, vol. 2.
- VORAGINE, Tiago de, 2004 – *Legenda Áurea*. Porto: Editora Civilização.

Bibliografia

- AGUIÃ, Simão Pedro de; SAINT-LAURENT, Tomas, padre, 1996 – *A Imaculada Conceição. Padroeira e rainha de Portugal e de todos os povos de língua portuguesa*. Porto: Editora Civilização.
- COUTINHO, B. Xavier, 1959 – *Nossa Senhora na Arte*. Porto: Associação Católica do Porto.
- FALCÃO, Manuel Franco, 2006 – *Enciclopédia Católica Popular*. 2.ª ed. Prior Velho: Paulistas.
- MECO, José, 1992 – *Azulejaria Portuguesa*. 4.ª ed. Lisboa: Bertrand Editora.
- MONTFORT, Associação Cultural de, s.d. – “Pio IX – *Bula Ineffabilis Deus* – Dogma da Imaculada Conceição.” Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=20060220&lang=bra>> [consult. 30 de Jan. 2009].
- OLIVEIRA, Miguel de, padre, 1981 – *Válega. Memória histórica e descritiva*. Ovar: Edição da Câmara Municipal de Ovar.
- QUINA, João (coord.), 2005 – *Museus do Vaticano*. S.l.: Planeta de Agostini.
- RÉAU, Louis, 2000 – *Iconografia del arte cristiano*. Barcelona: Ediciones del Serbal. 5 vols.

Varia

Rodrigo Froilaz, esposo de Chamôa Gomes de Touges. Los fundadores de Santa Clara de Entre-os-Rios¹

Inés Calderón Medina

La identidad de don Rodrigo Froilaz es prácticamente desconocida para la historiografía portuguesa. El conde don Pedro en su *Livro de Linhagens* le dedicaba apenas unas palabras, aunque establecía fielmente su filiación. En el título XIX, dedicado al “conde don Ramiro de Campos y los que del descenderom”², afirma que era hijo del conde Froila Ramírez y hermano de Ramiro y Diego Froilaz. En efecto, así es. Asimismo lo presenta como esposo de Chamôa Gomes de Touges y afirma que el matrimonio no tuvo descendencia³. Mattoso, Krus y Bettencourt en su trabajo sobre las *inquirições gerais* de 1258 en el partido de Aguiar de Sousa apuntaban la posibilidad de que don Rodrigo fuera un hidalgo nacido en el propio partido, que habría permanecido en la corte leonesa durante algún tiempo, sirviendo al propio rey o formando parte del séquito de alguno de los nobles que se exilió en León durante el reinado de Alfonso IX⁴. Defendían que probablemente sus propiedades en dicha área habrían llegado a sus manos procedentes de la familia de su esposa doña Chamôa. Sin embargo, José Augusto de Sottomayor Pizarro sospechaba que sólo un noble de alta alcurnia podría haber casado con una mujer de la importancia de doña Chamôa, heredera de los Tougues⁵, y, en efecto, así fue.

En este trabajo pretendemos presentar a Rodrigo Froilaz en su ámbito familiar y reconstruir su dilatada carrera política a ambos lados de la frontera, puesto que es un ejemplo de la alta movilidad de la nobleza plenomedieval y del comportamiento que un sector de la nobleza leonesa tuvo tras la llegada al trono leonés de Fernando III en 1230.

1. Los Flaínez: la parentela de Rodrigo Froilaz

Rodrigo Froilaz no era un advenedizo, sino que pertenecía a una de las familias de la más alta nobleza del reino de León: era un Flaínez. Pascual Martínez Sopena ha estudiado las sucesivas generaciones de esta

1 Este trabajo forma parte del proyecto “La nobleza leonesa entre la expansión y la crisis (1230-1312)”, financiado por el programa de ayudas de movilidad postdoctoral del Ministerio de Educación del Gobierno de España.

2 MATTOSO, 1980: LL19 A1.

3 “Esta Chamoa Gomes foi casada com dom Rodrigo Froiaz, de terra de Leom, e nom houverom sémen” (MATTOSO, 1980: LL37C5).

4 MATTOSO; KRUS; BETTENCOURT, 1982: 41-45.

5 PIZARRO, 1999b.

parentela que sirvieron fielmente a la monarquía leonesa desde el siglo X⁶. Su origen se remonta a la figura de un noble poco conocido llamado Flaín, que murió en torno al año 934⁷. Durante este periodo inicial los Flaínez estuvieron a la sombra de los condes de Cea, no obstante, poco a poco, fueron ganando relevancia social, gracias a sus acciones en la frontera con los musulmanes durante la segunda mitad del siglo X y a sus matrimonios con las mujeres de la familia de los condes de Cea.

El nieto de don Flaín, Flaín Muñoz, logró fortalecer su poder personal y consiguió disminuir su vinculación de la casa de Cea, además de consolidar su implantación en la Somoza. Dos de los hijos varones del conde Flaín Muñoz, lograrían la dignidad condal en tiempos de Alfonso V: Fernando, conde de León (999-1052), y Pedro Flaínez, conde de Valdelorma (1000-c.1052)⁸, participarían en la toma de Viseu. Tras la muerte de Alfonso V, don Pedro permanecería fiel a Vermudo III en su retiro en Galicia, mientras que Fernando Flaínez continuaría en León. En 1038 ambos hermanos recibirían al nuevo monarca leonés, Fernando I, y formarían parte de su círculo más próximo. Fernando y Pedro Flaínez dieron origen a dos ramas de la familia: la encarnada por Flaín Fernández, hijo de don Fernando, que caería en la ira regia – a consecuencia de ello, le serían confiscados gran parte de sus bienes –, y la otra rama representada por Diego Pérez, hijo de don Pedro Flaínez y su esposa Bronilde. Ésta es la rama de la que proviene Rodrigo Froilaz.

Don Diego Pérez⁹, casaría con María Froilaz, hija del conde asturiano Froila Muñoz, que pertenecía al círculo de la infanta doña Urraca, hija de Alfonso VI. De esta unión nacería don Froila Díaz (1073-1119), que fue mayordomo de Raimundo de Borgoña y conde en Astorga, León y el Bierzo en la primera década del siglo XII. Gracias a su vinculación con Raimundo y a la reina doña Urraca, a la que siempre fue fiel, logró extender su influencia a tierras gallegas y amplió su patrimonio en otras regiones como la Tierra de Campos, el Campo de Toro y el Bierzo¹⁰.

Don Froila contrajo nupcias en torno a 1087 con Estefanía Sánchez, hija del infante Sancho Garcés de Navarra, de este modo aportó sangre real a su descendencia, lo que le garantizaba un enorme prestigio y estrechaba sus lazos con la dinastía navarra que reinaba en León. La pareja tuvo tres hijos: Diego Froilaz¹¹, María Froilaz, – que casó en primeras nupcias con el conde gallego Melendo Núñez y, tras enviudar, contrajo matrimonio con el conde asturiano Pedro Alfonso¹² – y el conde Ramiro Froilaz (1120- c.1168), que fue uno de los principales magnates de la corte de Alfonso VII y de su hijo Fernando II de León.

A la muerte de su progenitor, don Ramiro Froilaz se convirtió en el cabeza de familia. Había entrado en la escena política de la mano de su padre, en tiempos de la reina doña Urraca. Durante la década de los años veinte, estuvo al frente de las tenencias de Villafranca, Ulver e “Iorres”, en el Bierzo¹³; poco después recibió

6 MARTÍNEZ SOPENA (en prensa). En esta obra se analiza la parentela desde su origen en torno al año 930 con la figura de un noble poco conocido llamado Flaín, hasta la generación de la familia que vivió en la corte de Alfonso VII, cuya principal figura fue el conde Ramiro Froilaz. Queríamos mostrar nuestra más sincera gratitud al profesor Martínez Sopena por permitirnos consultar su obra para la elaboración de este trabajo, y recomendamos su lectura, porque es la obra fundamental para conocer en profundidad a esta parentela leonesa. En este breve artículo sólo destacaremos algunas breves pinceladas, extractadas de esta obra, de los personajes principales de la familia, de modo que sirvan para encuadrar la figura de don Rodrigo Froilaz.

7 MARTÍNEZ SOPENA, 1990: 54.

8 Las cronologías señaladas son las establecidas por Pascual Martínez Sopena.

9 MARTÍNEZ SOPENA, 1985: 345.

10 CANAL SÁNCHEZ- PAGÍN, 1986: 23-42.

11 Murió en torno a 1140 y tuvo una hija llamada Estefanía, que en 1150 sería desheredada por sus parientes al no cumplir la política matrimonial diseñada por su familia.

12 Melendo Núñez falleció antes de 1150. De este matrimonio nacerían Mayor Meléndez y Nuño Meléndez. Don Nuño fue uno de los principales de la ciudad de León y contrajo matrimonio con la dama castellana, Urraca López de Haro (CANAL SÁNCHEZ-PAGÍN, 1995: 20). De su segundo matrimonio con Pedro Alfonso nacería Elvira Pérez, que contrajo nupcias con el conde Gómez González de Traba. Sobre la parentela de Pedro Alfonso véase CALLEJA PUERTA, 2001.

13 QUINTANA PRIETO, 1971: doc. 136.

las tenencias de León¹⁴, Astorga¹⁵, el Bierzo¹⁶, Molinaseca, Monteagudo, Villarmildo, Oteros y Valdeorras, entre otras¹⁷. Su proximidad al emperador hizo de él el magnate leonés más poderoso del momento. Recibió el cargo de alférez en 1132¹⁸ y sólo unos años más tarde, en 1139, le fue concedido el título condal. Además se encargó de dirigir las tropas leonesas en la conquista de Almería en 1147¹⁹.

Tras la muerte de Alfonso VII, el conde Ramiro permaneció al lado de Fernando II de León. Durante la década de los sesenta mantuvo las tenencias de Gordón, Boñar, Casayo, Cifuentes, Monteagudo, Peñamián, Valdeorras, Villanueva y Villafranca del Bierzo; además de Astorga y el Bierzo²⁰. Murió en torno a 1168 y fue enterrado en San Isidoro de León.

Las fuentes permiten conocer los cuatro matrimonios del conde Ramiro. Contrajo nupcias con doña Inés, perteneciente al linaje de los reyes de Francia²¹; de esta unión nacieron Alfonso y Froila Ramírez²². Tras enviudar, casó con Sancha y en tercer lugar con Elo Álvarez, que ha sido identificada como nieta del conde Pedro Ansúrez²³. Con estas mujeres tendría a Estefanía y García Ramírez, aunque no es posible establecer su respectiva filiación. Antes de morir se unió, en 1168, con Elvira Osorio, de la que no tuvo descendencia²⁴.

A su muerte le sucedió al frente de la familia su primogénito, Alfonso Ramírez, que fue tenente de Astorga en 1170²⁵, y en 1172 recibió la dignidad condal²⁶. Fue además tenente del Bierzo entre 1180 y 1183²⁷. Probablemente falleció poco después, ya que desaparece de la documentación. El conde tuvo una hija llamada Inés²⁸, con la hija de Sancha Fernández, la segunda esposa de quien fuera su tío, el conde Pedro Alfonso de Asturias, aunque las fuentes no permiten asegurar que éste fuera el progenitor de la mujer del conde don Alfonso²⁹.

Su medio hermano, García Ramírez, fue alférez de León entre 1168 y 1170³⁰. En 1178 desaparece de la documentación, por lo que es probable que falleciera en torno a esa fecha y fue sepultado en San Isidoro de León.

El conde Ramiro Froilaz sólo tuvo una hija, doña Estefanía Ramírez, que contrajo matrimonio en 1140 con Ponce de Minerva³¹ y fue una de las principales impulsoras de la expansión de la Orden del Císter en el reino de León³².

Aunque es hijo del primer matrimonio del conde Ramiro Froilaz con doña Inés, el conde Froila Ramírez, va a ser el último en ser presentado porque es el padre de don Rodrigo Froilaz.

14 En 1141 fue tenente de la ciudad de León (VIGNAU, 1885: 109; GARCÍA LARRAGUETA, 1962: 395-397).

15 Fue tenente de Astorga en varias etapas: la primera desde 1131 hasta 1148 (RODRÍGUEZ, 1948: doc. 227).

16 Estuvo al frente de la tenencia del Bierzo en varios periodos: desde 1123 a 1146, durante 1155 y 1156, en 1157 (QUINTANA PRIETO, 1971: doc. 71), y desde 1163 a 1169 (VIGNAU, 1885: doc. 70).

17 BARTON, 1997: 288-289.

18 Fue alférez durante más de un año, desde mayo de 1132 hasta septiembre de 1133.

19 Sobre don Ramiro y otros destacados magnates de su generación, véase CALDERÓN MEDINA, 2007: 343-374.

20 BARTON, 1997: 2.

21 Así figuraba en un epígrafe de San Isidoro, aunque no ha sido posible establecer su filiación.

22 BARTON, 1997: 313.

23 BARTON, 1997: 288.

24 CAVERO DOMÍNGUEZ; MARTÍN LÓPEZ, 2000: doc. 809.

25 CAVERO DOMÍNGUEZ; MARTÍN LÓPEZ, 2000: doc. 816.

26 CAVERO DOMÍNGUEZ; MARTÍN LÓPEZ, 2000: doc. 826.

27 RECUERO ASTRAY et al, 2000: doc 204.

28 1202. "Ego Agnes, filia comitis Alfonso vobis abbati Carrazedo nomine Amico, et omni conventui concedo totam hereditatem meam in territorio de Rivosicco, in villa quae vocatur Villarmildo" (MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 1997-2003: doc. 177).

29 El diploma emitido por la condesa Sancha Fernández está confirmado por su yerno, el conde Alfonso; pero se desconoce el nombre de la mujer con la que estaba casado y tampoco podemos asegurar que fuera hija del conde Pedro Alfonso de Asturias o de un matrimonio anterior de doña Sancha (GARCÍA TATO, 2004: doc. 22).

30 RECUERO ASTRAY et al, 2000: docs. 89, 97-119.

31 Sobre el poderoso grupo nobiliario que configuraron los Flainéz a través del matrimonio con magnates de otras parentelas afines, véase CALDERÓN MEDINA, 2007: 343-374. Sobre Ponce de Minerva véase BARTON, 1992: 233-266 y BARTON, 1997.

32 CALDERÓN MEDINA, 2006: 27-41.

1.1. Los padres y los hermanos de don Rodrigo

Froila Ramírez era el segundo hijo nacido del matrimonio del conde Ramiro Froilaz y la dama de origen francés doña Inés³³. Su primera aparición en la vida pública fue en 1162, cuando ocupaba la tenencia del Bierzo, que, posteriormente, entre 1180 y 1181, compartiría con su hermano don Alfonso. Tras la muerte de éste la gobernaría en solitario hasta 1200³⁴. Asimismo relevó a su hermano al frente de la tenencia de Asturias³⁵. Don Froila se convirtió en el gran señor del Bierzo donde, no sólo tuvo las principales tenencias que habían estado vinculadas a su familia como Ulver³⁶, Villafranca y Valcárcel³⁷, sino también un extenso patrimonio y una estrecha vinculación con importantes centros monásticos como Santa María de Carracedo, donde recibió sepultura³⁸. Don Froila logró extender su poder al ámbito gallego, donde fue tenente de Sarria y Montenegro³⁹, además de poseer el abundante patrimonio que su esposa, Urraca González, había heredado de su poderosa familia⁴⁰. Don Froila Ramírez fue uno de los últimos magnates en recibir la dignidad condal de manos de Alfonso IX de León, al que permaneció fiel hasta el final de sus días⁴¹. Falleció en torno a 1202⁴².

La documentación permite conocer bien los dos matrimonios del conde Froila. Su primera mujer fue Urraca González, hija de Gonzalo de Traba⁴³. Se desconoce el momento en el que casó con esta dama gallega, pero es probable que lo hiciera a finales de la década de los sesenta, pues en 1174 la pareja donó varios bienes a la catedral de León junto a sus hijos⁴⁴. Al menos nacieron tres vástagos de este matrimonio: María Froilaz, Teresa Froilaz⁴⁵, que casó con Rodrigo Pérez de Villalobos⁴⁶, y Nuño Froilaz⁴⁷, que contrajo nupcias con doña Mayor Pérez⁴⁸. Don Nuño tomó el relevo al frente de la familia tras la muerte de su progenitor, y fue tenente de Monte Agudo en 1206⁴⁹, de Luna entre 1216 y 1217⁵⁰, además de tenente de Rueda entre 1215 y 1218⁵¹ y de las torres de León en 1218⁵².

33 Julio González aporta unas breves notas sobre el conde Froila y sus hijos (GONZÁLEZ, 1980: 167- 169).

34 GONZÁLEZ, 1944: docs. 44, 90, 91, 112, 130.

35 GONZÁLEZ, 1943: doc. 186, p. 428.

36 GONZÁLEZ, 1944: docs. 34- 37.

37 GONZÁLEZ, 1944: doc. 50-57.

38 MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 1997-2003: doc 169.

39 MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 1997-2003: docs. 5, 9, 14, 15, 16.

40 LUCAS ÁLVAREZ, 2001: doc. 35.

41 BARTON, 2009: 71- 87.

42 MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 1997: docs 169, 209, 365, 369.

43 1182. "Ego domina Urraca Gundisalvi una cum viro meo domino Froila Ranemiri spontanea voluntate facimus textum scripturae et kartulam testamenti pro nobis et pro omni voce nostra et offerimus Deo et Sanctae Mariae et domui Hospitalis Sancti Iohannis Baptiste [...] de hereditatibus meis quas ego domina Urraca habeo de patre meo comite domino Gundisalvo Fernandi in terra de Cedeira unam dictam Regulam et aliam Textidu" (GARCÍA TATO, 2010: doc. 40). "Ego dominus Froila una cum uxore mea domina Urraca Gundisalvi et omnis vox nostra, spontanea voluntate facimus textum scripturae firmitatis et kartulam testamenti Deo et domui Ospitalis Sancti Iohannis vobisque priori domni Petri, dicto das Aerias, et comendatori Didaco Unionis ceterisque fratribus in eadem domo Deo et sancto Iohanni servientibus tam presentibus quam futuris de hereditatibus nostris quas nos habemus de ganantia in terra de Prucis [...] Et damus vobis in terra de Cedeira alias duas, quas ego domina Urraca habeo de patri meo" (GARCÍA TATO, 2010: doc 39).

44 1174-julio-6. "Eapropter ego Froila Ramiri una cum uxore mea domna Urraca Gundissalvi et filiis nostris, ob remedium animarum nostrorum parentum, et peccatorum nostrorum remissionem, facimus kartam donationis perpetue Deo et beate Marie Legionensis ecclesie. Damus itaque predictae sedis ecclesie ab integro quantum in ecclesiis de Uilla Alon, et in ecclesia de Arcello habemus uel habere debemus, cum omnibus hereditatibus, et pertinentiis suis. Addimus etiam huic deuotissime donationi nostre, quantum in Castro Mayore, et in Uilla Uliara et in Uilla Morel, et in Uilla Uela habemus uel habere debemos" (FERNÁNDEZ CATÓN, 1991: doc. 1581).

45 1189-septiembre-8. "Ego comes Froila Ramiri, una cum uxore mea, comitissa domna Vrracha, et cum filia mea, Tarasia Froile, uobis Petro Spica, canonico Legionis sedis ecclesie, facimus kartam uenditionis de tota nostra hereditate quam habemus in ualle de Coronio, in istis scilicet nominatis uillis, Sancta Columba, Gallecos, Uilla Uellit et Barrello" (FERNÁNDEZ CATÓN, 1991: doc.1681).

46 Rodrigo Pérez era hijo de Pedro Arias y Constancia Osorio, hija del conde Osorio Martínez.

47 "Ego, domna Sancia, commitissa, cum filiis meis quos habeo de domnus Froila, comes, et nos, qui sumus ex alia parte filii istius comes, Nunnius Froila et Tarasia Frolez et María Frolez" (DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, 2000: doc. 83).

48 FERNÁNDEZ FLÓREZ, 1994: doc. 1609.

49 FERNÁNDEZ CATÓN, 1991: doc. 1790.

50 FERNÁNDEZ FLÓREZ; HERRERO DE LA FUENTE, 1999: docs. 416, 420.

51 BURÓN CASTRO, 1998: docs. 339, 342, 354, 358, 361, 363-365, 368, 369, 371, 376.

52 BURÓN CASTRO, 1998: docs. 369, 370.

El conde Froila Ramírez se unió en segundas nupcias a doña Sancha Fernández, cuya filiación no hemos logrado definir, aunque parece tener un origen gallego⁵³. Con ella tuvo a Vermudo, Diego, Rodrigo y Ramiro Froilaz⁵⁴. Don Vermudo Froilaz fue delegado del conde don Gonzalo al frente de la tenencia de Luna en 1220⁵⁵, además poseía ciertas heredades en Valdesamario, que compró entre 1257 y 1262⁵⁶. Parece que su actividad quedó relegada al ámbito local en el que la parentela tenía asentado su poder desde las generaciones anteriores. Las carreras políticas de los hermanos fueron más destacadas y corrieron en paralelo, aunque con importantes diferencias.

Don Diego comenzó su vida pública al frente de las tenencias vinculadas a su familia. Fue tenente de Mansilla⁵⁷ y de Peñafiel, además estuvo al frente de la tenencia de León. En 1230 era tenente de la ciudad de León y capitaneó la resistencia al nuevo monarca Fernando III atrincherándose en San Isidoro, como relata Lucas de Tuy. Sin embargo, parece que las desavenencias con el nuevo monarca desaparecieron poco después, pues a partir de 1231 sería uno de los personajes presentes en la corte del nuevo rey de León y Castilla. Falleció poco después, probablemente en 1232⁵⁸.

Estuvo casado con doña Aldonça Martins de Silva, antigua concubina de Alfonso IX. Se desconoce el momento de su enlace del que nacieron cuatro hijos: Ramiro y Sancha⁵⁹, que en 1236 aún eran menores de edad⁶⁰, y Estefanía y Urraca⁶¹. Es factible que el propio monarca interviniera en el establecimiento de esta alianza, que fortalecía los lazos de parentesco del bando nobiliario contrario a la unión con Castilla, del que formaban parte la nobleza lusitana integrada en la corte de Alfonso IX y la nobleza leonesa⁶²; pues en 1232 Fernando III devolvió a la pareja unas heredades que les había donado su progenitor y que él les había arrebatado ilegalmente⁶³.

Su hermano don Ramiro Froilaz II casó con Aldonza González Girón⁶⁴. El libro de linajes del conde don Pedro afirma que no tuvieron descendencia, sin embargo la documentación leonesa permite conocer a los hijos de este matrimonio⁶⁵: Diego, Gonzalo, María, Sancho Ramírez⁶⁶, y es probable que Aldonza, abadesa de Otero de las Dueñas y su hermana Teresa Ramírez⁶⁷ fueran también sus hijas⁶⁸.

53 MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 1997: doc. 172.

54 En 1211 la condesa doña Sancha, "cum consensu et voluntate filiorum meorum", donaba al monasterio de Santa María de Carracedo la iglesia de Villaroaño. La carta está confirmada por sus hijos Ramiro, Diego, Vermudo y Rodrigo Froilaz (HERRERO JIMÉNEZ, 2001: doc. 54).

55 FERNÁNDEZ FLÓREZ; HERRERO DE LA FUENTE, 1999: doc. 431.

56 FERNÁNDEZ FLÓREZ; HERRERO DE LA FUENTE, 1999: docs. 634 y 673.

57 FERNÁNDEZ FLÓREZ; HERRERO DE LA FUENTE, 1999: doc. 64.

58 "Yo donna Aldonza Martinez, en uno con mios fijos ye con mias fijas, convién a saber, quales yo don Ramiro Díez ye yo donna Sancha Díez ye yo donna Stevania Díez ye yo donna Urraca Díez, damos e otorgamos a vos donna Teresa Alfonso, abadessa de Gradefes ye al convento, todo del mesmo logar e la nuestra eglesia de Quintanas de Rouledo, quanto hy avemos ye aver debemos" (BURÓN CASTRO, 1998: doc. 477).

59 MATTOSO, 1980: LL19A3.

60 "Ego domina Aldoncia Martiniz, una cum filio meo Fernando Iohannis, vendimus vobis Dominco abbati et conventui de Carracedo pro centum LV morabentinos, totam nostram hereditatem quam habemus in Narayola. [...] Et quia filii, et filiae domini Didaci infra etatem otorgandi sunt, pro magna securitate facio vobis pactum, ut per omnia bona mea in vita et morte vos cum ista hereditate defendam; et filios, IIII XXV morabentinos in debitis adsolvendis domini Didaci expenduntur...-sic- Et hic atendum quod per hanc venditionem totum ius quod usque ad hanc diem in praefata villa ego domina Aldoncia et mei filii habebamus transit perpetuo ad monasterium Carraceti" (MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 1997: doc. 381).

61 BURÓN CASTRO, 1998: doc. 477.

62 Sobre este asunto, véase CALDERÓN MEDINA, 2011: 200-240.

63 "Ego Ferrandus, Dei gratia rex Castellae et Toleti, Legionis et Gallecie, [...] facio cartam donationis, concessionis et stabilitatis vobis Didaco Frolez et uxori uestre Aldoncia Martiniz, filiis et filiabus uestris totique successioni uestre, perpetuo ualituram. Dono, itaque, uobis hereditatem meam quam habeo in Pesquera et in Vallemartin, quam inueni per inquisitionem uobis datam et concessam a patre meo rege domno Alfonso, bone memorie, in presencia multorum nobilium de curia sua" (FERNÁNDEZ FLÓREZ, 1994: doc. 1672).

64 FERNÁNDEZ FLÓREZ; HERRERO DE LA FUENTE, 1999: docs. 557, 564. Ambos diplomas recogen varias compras que efectuaron Ramiro Froilaz y su esposa Aldonza González en 1245. El documento 464 está confirmado por Pedro Moro, merino de don Ramiro.

65 Véase TORRES SEVILLA, 2000: 897-906.

66 FERNÁNDEZ FLÓREZ; HERRERO DE LA FUENTE, 1999: doc. 696.

67 En 1251 don Gonzalo, junto a sus hermanas Teresa y María, entrega unas propiedades al monasterio de Carracedo que con anterioridad había donado su padre (MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 1997-2003: doc. 462).

68 MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 1997: doc 728.

Don Ramiro estuvo al frente de varias tenencias vinculadas a su parentela como Rueda⁶⁹ y Melgar⁷⁰, fue teniente de Mansilla junto a su hermano Diego en 1226⁷¹ y de Lillo⁷². Tras la llegada al trono de Fernando III permaneció al frente de la tenencia de Rueda⁷³, de Boñar⁷⁴ y de Ordas y Lamas⁷⁵.

2. Su familia política: los Tougues

Rodrigo Froilaz contrajo matrimonio con Chamôa Gomes, una mujer perteneciente a la familia Tougues, a la que José Augusto de Sotomayor Pizarro ha dedicado algunas páginas⁷⁶. Los Tougues tenían origen gallego, puesto que descendían de Rodrigo Froilaz de Traba, hermano del conde don Pedro Froilaz⁷⁷. El hijo de don Rodrigo, don Menendo Rodríguez aparece en la documentación gallega y, casi al mismo tiempo, confirma diplomas emitidos por Afonso Henriques durante la década de 1130. Don Menendo era hijo de una dama perteneciente a la familia de los Maia de quien, probablemente, según Sotomayor Pizarro, heredó determinados bienes en la ribera del río Ave, donde se encuentra la feligresía de Tougues, cuyo nombre adoptaron las siguientes generaciones de la familia⁷⁸. De la relación de don Menendo con Chamôa Gomes de Pombeiro, hija del conde Gomez Nuñez de Pombeiro, nacería Suero Mendes, llamado *Facha* o *Mãos de Águia*, que sería alférez de Fernando II de León durante algún tiempo⁷⁹. Otro de los hijos de doña Chamôa Gomes de Pombeiro, Pero Pais de Maia, permaneció en la corte leonesa desde 1169 a 1184⁸⁰; por tanto, no eran personajes ajenos a la corte leonesa en la que ya habían participado activamente y donde habían extendido su red de fidelidades; además de poseer parte del patrimonio de su abuelo el conde de Toroño, Gómez Núñez de Pombeiro.

Suero Mendes casó con Elvira Gonçalves de Sousa, de este matrimonio nacerían al menos dos hijos: Pedro y Gomes Soares de Tougues que contraería nupcias con Teresa Rodrigues de Barbosa⁸¹, hija de la dama de origen aragonés Toda Palazín⁸²; fruto de esta alianza nacerían Vasco Gomes, que murió sin descendencia; Suero Gomes de Tougues, fiel servidor de Sancho II, que entre 1232 y 1240 fue teniente de Lamego, Tarouca, Trancoso y Transierra⁸³, y falleció en 1246 en Leiria⁸⁴. La historiografía portuguesa ha afirmado que no dejó descendencia, sin embargo hemos localizado a Fernando Soares, “filio Suero Gomes”, que, muy probablemente, era su hijo⁸⁵. La única hija de Gomes Soares fue doña Chamôa Gomes, la esposa de Rodrigo Froilaz, que recibió parte de la herencia de los Tougues, que se había ampliado gracias a sus alianzas con los Sousa y los Barbosa⁸⁶.

69 Estuvo el frente de esta tenencia entre 1220 y 1230 (BURÓN CASTRO, 1998: docs. 392, 393, 426, 428, 438, 441).

70 Fue teniente de Melgar en 1220 (BURÓN CASTRO, 1998: docs. 388, 412, 422).

71 BURÓN CASTRO, 1998: doc. 424.

72 GONZÁLEZ, 1943: doc. 435.

73 Entre 1234 y 1244 (BURÓN CASTRO, 1998: doc. 447, 454, 464, 470, 476, 483, 484).

74 En 1239 (BURÓN CASTRO, 1998: doc. 462).

75 Estuvo al frente de estas tenencias en 1247 (FERNÁNDEZ FLÓREZ; HERRERO DE LA FUENTE, 1999: doc 570).

76 PIZARRO, 1999a, II: 879- 880 y PIZARRO, 1999b.

77 LÓPEZ SANGIL, 2005: 41-44.

78 PIZARRO, 1999a: 879.

79 SALAZAR ACHA, 2000: 418. Afirma que fue alférez de Fernando II entre 1165 y 1166.

80 Sobre la trayectoria política de Pero Pais de Maia, alférez de Alfonso Enríquez y su actividad en tierras leonesas véase CALDERÓN MEDINA, 2008.

81 Sobre los Barbosa, véase PIZARRO, 1999a.

82 Probablemente esta mujer había llegado en el séquito de la reina de Portugal, doña Dulce de Aragón. En 1210 Sancho I le donó el realengo de Entre ambos ríos “pro multo bono servitio quod uxori mee regine domne Dulcie, bone memorie, et novis facitis et facietis” (AZEVEDO et al, 1979: doc 188). En 1217 Alfonso II lo confirmaba “pro multo bono servitio quod nos comitissa dona Toda fecisti patre et matre mee et mihi et uxore mee et filiis meis fecistis et faciatis” (ANTT – OFM, Santa Clara do Porto, mç. 51, doc. 1).

83 VENTURA; GOMES, 1993: 168-197.

84 PIZARRO, 1999b: 220.

85 Aparece entre los confirmantes de la carta de fundación de Santa Clara de Entre-ambos ríos, emitida en Zamora en 1258 por Chamôa Gomes y Rodrigo Froilaz.

86 Sobre la construcción del patrimonio de los Tougues, véase MATTOSO; KRUS; ANDRADE, 1986: 214- 216.

Se desconoce el momento exacto en el que Chamôa casó con don Rodrigo Froilaz, aunque el primer diploma conservado en el que aparecen juntos está datado en León en 1251⁸⁷, quizá la unión se fraguó mucho antes, tal vez durante la guerra que enfrentó a Sancho II de Portugal con su hermano Alfonso, conde de Bolonia, en la que los Tougues formaban parte del bando aliado de don Sancho, al que se sumaron don Rodrigo, su hermano Ramiro y otros nobles leoneses y gallegos⁸⁸; o, incluso, con anterioridad, durante la década de los treinta, puesto que ambas familias tenían intereses en territorios próximos a Sabugal y otras localidades fronterizas; lo que facilitaría el contacto entre ellas y, tal vez, el establecimiento de esta alianza familiar.

3. Don Rodrigo Froilaz

La carrera política de don Rodrigo fue más dilatada que la de sus hermanos, tuvo una vida pública de 63 años. Comenzaba siendo aún muy joven, en 1202, como delegado de Simón Sánchez al frente de la tenencia de Ordas⁸⁹ y poco después sería tenente de Luna⁹⁰, ambos eran territorios en los que su familia ostentaba el poder desde las generaciones anteriores. En 1226 estaba al frente de la tenencia de Mansilla, que en 1245 compartía con su hermano Ramiro⁹¹.

Es muy probable que en 1230 participara de la resistencia al nuevo monarca, capitaneada por su hermano Diego en la ciudad de León, puesto que los Flaínez pertenecían al bando partidario de las infantas Sancha y Dulce y eran reacios a la unión con Castilla, porque temían que la preponderancia de la nobleza castellana les relegase a un segundo plano. Entre los partidarios de las infantas se encontraba también Rodrigo Pérez de Villalobos, esposo de Teresa Froilaz y, por tanto, cuñado de Rodrigo Froilaz y sus hermanos⁹².

Se desconoce en gran medida el desarrollo de estos acontecimientos y su duración, puesto que pocos días después de la firma del Tratado de Benavente de 1230, don Diego y su hermano Ramiro confirman los fueros otorgados a dicha villa el 19 de diciembre de 1230⁹³, sin embargo, no hay rastro de don Rodrigo. Probablemente se encontraba en Alfayates, localidad próxima a la frontera de Portugal, donde era "dominus terre", cuando el concejo lo recibió como vecino⁹⁴.

Habrà que esperar hasta el 15 de enero de 1231 para encontrar a don Rodrigo entre los firmantes de dos diplomas emitidos por Fernando III en Salamanca, cuyo beneficiario era la Orden de Santiago. En uno de ellos el monarca cede las salinas de Belinchón y la bodega regia de los diezmeros de Toledo a la Orden, durante el tiempo en que las infantas Sancha y Dulce tengan Castrotoraf. Probablemente no es casual su presencia, puesto que la cuestión de Castrotoraf era un asunto pendiente desde el Tratado de Benavente con las infantas, a cuyo bando pertenecía don Rodrigo, que no confirmó los documentos emitidos los días siguientes en Salamanca, aunque sí lo hicieron sus hermanos⁹⁵. Durante 1231 su presencia en la corte de León fue intermitente, mientras que Diego y Ramiro Froilaz confirman la mayoría de los diplomas reales; sin

87 El diploma más temprano en el que el matrimonio aparece está datado en San Martín de los Montes en 1251 y conserva una donación de doña Chamôa al monasterio de Villaverde de Sandoval (HERRERO JIMÉNEZ, 2001: doc. 89).

88 VENTURA; GOMES, 1993: 168-197.

89 FERNÁNDEZ FLÓREZ; HERRERO DE LA FUENTE, 1999: doc. 390.

90 FERNÁNDEZ FLÓREZ; HERRERO DE LA FUENTE, 1999: doc. 395. En 1205.

91 FERNÁNDEZ FLÓREZ; HERRERO DE LA FUENTE, 1999: doc. 557.

92 Don Rodrigo Pérez había sido alférez de Alfonso IX y acompañó a las infantas a su reunión en Benavente.

93 GONZÁLEZ, 1980: II, doc. 272.

94 1230- agosto-12. "Sciant omnes homines, tam presentes quam futuris quod nos concilium et alcaldes et sex de Alfayates recipimus vos domnum Rodricum Frolez pro noso vezino, et damus uovis nostra hereditate in loco que vocitant Fontem de Salitario. [...] Damus vobis illam hereditatem pro amore et pro adiutorio quod nobis fecistis, habeatis vos illam et omnis progenies vestra in temporibus seculorum" (AYALA MARTÍNEZ, 1995: doc. 235).

95 GONZÁLEZ, 1980: II, doc. 292-293.

embargo, a partir de 1232 Rodrigo confirmará con mayor asiduidad los documentos emitidos en los territorios leoneses y castellanos⁹⁶.

Durante la primera mitad de la década de los treinta permaneció al lado de Fernando III⁹⁷, no obstante, su establecimiento en la zona salmantina próxima a la frontera le permitía una gran movilidad entre ambos reinos; es factible que viviera a caballo entre ambos y cabe la posibilidad de que ya hubiera casado con doña Chamôa.

En 1235 Sancho II de Portugal había dado un giro en su corte, favoreciendo a una nueva generación de nobles que serán su apoyo hasta su muerte, entre los que se encontraban los Soverosa y Suero Gomes de Tougues, cuñado de don Rodrigo; lo que nos induce a pensar que en este tiempo Rodrigo Froilaz pasó temporadas en la corte portuguesa⁹⁸. En 1236 estará en la campaña de conquista de Córdoba, aunque antes de la Pascua Fernando III le mandó a él y a otros nobles leoneses que se retiraran y volvieran con los soldados necesarios para servirle⁹⁹, lo que deja claro que su aportación inicial era insuficiente y, tal vez, denote una pérdida importante de poder económico y militar de gran parte de la nobleza leonesa en este momento.

Tras la conquista de la antigua capital califal y hasta la conquista de Sevilla, don Rodrigo permaneció en la corte del rey de Castilla casi constantemente¹⁰⁰, al tiempo que ejercía el poder en las tenencias vinculadas a su familia como Valderueda y Mansilla¹⁰¹.

Mientras, en Portugal, se estaba viviendo una gran turbación y el clima de guerra era latente¹⁰². En 1245 estalló la guerra entre Sancho II y su hermano, el conde de Boulogne. Entre los partidarios del rey legítimo se encontraba Martín Gil de Soverosa y Soero Gomes de Tougues¹⁰³. Estos nobles junto con sus vasallos participaron en la defensa de Leiria en la primavera de 1246, en la que murió Soero Gomes¹⁰⁴, sin embargo, don Rodrigo no acompañaba en este momento a los partidarios de Sancho II, puesto que se encontraba en el sitio de Jaén junto a Fernando III y su hijo, el infante Alfonso¹⁰⁵.

Tras llegar las noticias de la situación portuguesa al campamento y ante la iniciativa del infante don Alfonso de ir en ayuda de don Sancho, Rodrigo Froilaz, además de otros nobles leoneses y castellanos se sumaron a esta campaña. La expedición se dirigió al reino de León, en agosto de 1246 en Zamora el infante Alfonso donó Sarria a la Orden de San Juan "quando don Alfonso vino de Jahén sobre fecho de don Rodrigo Gomez et de Portugal"¹⁰⁶. Durante el verano el infante buscó el apoyo suficiente para entrar en Portugal y en enero de 1247 cruzó la frontera por Sabugal y chocó con las tropas del conde de Boulogne en Leiria¹⁰⁷. No obstante, el apoyo

96 GONZÁLEZ, 1980: II, docs. 318, 321, 336, 340, 342, 345, 350, 352, 354, 358-360, 363, 367, 370-375, 385, 386, 392, 394, 396, 398, 399, 401-403, 408, 409, 411, 413-418, 419-426, 430-436, 441-444, 447, 450-462, 469-472, 476, 479, 483-485.

97 GONZÁLEZ, 1980: II, docs. 486- 568.

98 Desafortunadamente la documentación emitida por Sancho II es muy escasa, apenas se han conservado 98 diplomas, además hay importantes lagunas documentales en periodos cruciales del reinado, lo que en numerosas ocasiones obliga a trabajar con hipótesis que no podemos verificar documentalmente (BERNARDINO, 2003).

99 La Crónica Latina de los Reyes de Castilla narra cómo el día de la entrada victoriosa en la antigua capital califal, acompañaban al rey los nobles que le habían participado en la campaña y otros que, por mandado del rey, habían vuelto para conseguir los soldados con los que estaban obligados a servir al rey. Entre los magnates leoneses se encontraban Rodrigo Froilaz y su hermano Ramiro, además de Rodrigo Gómez de Traba y Fernando Yáñez, entre otros.

100 GONZÁLEZ, 1980: III, docs. 572-729.

101 BURÓN CASTRO, 1998: doc. 468.

102 Sobre el reinado de Sancho II véase FERNANDES, 2006 y VARANDAS, 2004.

103 Este bando nobiliario estaba fuertemente ligado por lazos de parentesco, ambos descendían de Gonçalvo Mendes de Sousa y de Urraca Sanches de Barbosa, puesto que las hijas de este matrimonio, Elvira Gonçalves casó con Suero Mendes de Tougues y su hermana, Teresa Gonçalves con Vasco Fernandes de Soverosa, que son los abuelos de Soero Gomes y Martín Gil. Rodrigo Froilaz emparentaría con ellos al casar con Chamôa Gomes.

104 VENTURA; GOMES, 1993: 166, doc. B.

105 GONZÁLEZ, 1980, III: docs. 730- 742.

106 GARCÍA TATO, 2004: doc. 75. El diploma está fechado el 15 de agosto de 1246 en Zamora y confirmado por los obispos de León, Coria, el maestre de Alcántara, Lope López de Haro, Nuño González, Alfonso Téllez, Rodrigo Gómez, Rodrigo Froilaz, Rodrigo Alfonso, Rodrigo Fernández de Valduerna, Pedro Ponce y Álvaro Díaz de Asturias.

107 GONZÁLEZ, 1980, I: 274-275.

castellano no pudo frenar la derrota de Sancho II, que fue depuesto. Tras la deposición, don Rodrigo acompañó a Sancho II a su exilio toledano. Su apoyo a don Sancho y los ataques a tierras portuguesas, le valieron la excomunión en febrero de 1247, junto al infante don Alfonso y Diego López de Haro, Rodrigo Gómez de Traba, Fernando Iohannes, y a su hermano, Ramiro Froilaz¹⁰⁸.

Desde Toledo don Rodrigo se dirigió a Andalucía, donde participó en la conquista de Sevilla. Era un hombre de confianza del rey, que le confió la dirección de varias expediciones como frente a la flota de Bonifaz, en julio de 1247, y el asedio de Sevilla en que, junto a Alfonso Téllez y Fernando Iohannes, capitaneó a 300 soldados en ayuda de Paio Peres Correa, maestre de Santiago¹⁰⁹. Asimismo participó en el asalto a Triana y en la toma definitiva de Sevilla¹¹⁰.

A partir de entonces continuaría en la corte regia hasta la muerte de Fernando III. Confirmaría la mayor parte de los diplomas emitidos por don Fernando en los últimos años de su vida; al mismo tiempo que permanecía al frente de importantes tenencias vinculadas a su parentela como Valdeorras, que ocupó desde 1251 hasta 1264¹¹¹. Asimismo tuvo una estrecha relación con los monasterios cistercienses fundados por los Flaínez, como Villaverde de Sandoval que, en 1251, recibió de manos de doña Chamôa las tres partes de Villarroañe que don Rodrigo le había entregado en arras¹¹².

Cuando Alfonso X llegó al trono, don Rodrigo ya era un hombre en plena madurez y con una gran experiencia política y militar, siempre estuvo presente en la corte del rey Sabio, de quien será un fiel servidor. Confirma de manera casi constante los diplomas emitidos entre 1252 y 1255¹¹³. A lo largo de 1256 permaneció en la corte, aunque también se registra su presencia en tierras lusas. Parece que en ese tiempo ya había limado asperezas con Alfonso III de Portugal, pues a pesar de haberse opuesto a su llegada al trono, don Rodrigo no perdió su patrimonio y en 1256 el rey dictó una sentencia en el pleito que les enfrentaba con el monasterio de Arouca, por la que reconocía los derechos que Rodrigo y Chamôa tenían sobre unas tierras que habían comprado al pariente de su esposa, Suero Peres Carnes¹¹⁴. Durante 1257 regresó a la corte castellana y acompañó a Alfonso X a tierras murcianas¹¹⁵.

Al año siguiente, en 1258, don Rodrigo continuaba en la corte por tierras castellanas. El 13 de septiembre, probablemente en Segovia, emitía la carta de fundación del monasterio de Santa Clara de Entre-os-Ríos, al tiempo que confirmaba varios diplomas regios, emitidos el mismo día¹¹⁶. Posteriormente regresaría a tierras leonesas y el 8 de octubre en Zamora Rodrigo y Chamôa volvían a emitir una carta de fundación del monasterio de Santa Clara¹¹⁷. Ese mismo año, Alfonso III de Portugal ordenaba las *inquirições gerais*, que permiten conocer el abundante patrimonio que la pareja poseía en tierras lusas.

Rodrigo Froilaz y su esposa se trasladaban por el reino con numeroso servicio de su casa, además de algunos de sus vasallos y parientes, pues los diplomas emitidos en León por la pareja están confirmados por

108 CENTRO de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970: doc. 2679.

109 GONZÁLEZ, 1951, I: 44, 189, 192.

110 GONZÁLEZ, 1951, I: 203, 206, 261.

111 QUINTANA PRIETO, 1971: docs. 304, 305, 306, 310, 311, 314, 327, 328. En 1260 y 1264, delegó el ejercicio de la tenencia al que había sido su merino, Fernando Díaz (QUINTANA PRIETO, 1971: docs. 347, 355), "Tenente Valdeorres Rodrigo Frolez, e de sua mano Fernan Dias".

112 HERRERO JIMÉNEZ, 2001: doc. 89.

113 GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1991: docs. 4, 12, 16, 25, 31, 32, 39, 42, 50, 59, 74-77, 80, 90, 111, 118, 121-125, 128-133, 136, 142, 146, 162, 165, 171, 176-180, etc., 246.

114 VENTURA; OLIVEIRA, 2006: doc. 89. Las *inquirições* de 1258 confirman que esas heredades fueron compradas por el matrimonio (PORTUGALIE MONUMENTA HISTORICA. Inquisitiones. Inq. 593). "Interrogatus quot casalia habentur in Louredo, dixit quod Xlciim, et duo sunt Pelagii Gonzalvi, et unum habuit de Domina Regina Maphalda, et aliud compravit de Subgerio Petri Carnes in tempore fratris istius regis; et vii sunt Domini Roderici Froye".

115 TORRES FONTES, 1973: docs. 29-45.

116 GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1991: docs. 211, 213, 214.

117 Más adelante nos ocuparemos de este asunto.

algunos de ellos como sus escribanos, Juan García y Martín Pérez, su escudero Pedro Fernández, su estanciero García Rodríguez¹¹⁸, su mayordomo, Juan Arias, su notario Martín Pérez o los capellanes Juan Pérez y Martinho Martins, capellán de doña Chamôa¹¹⁹. Además en 1247, su “coermana” Teresa García, le donó a doña Chamôa, estando en León, unas heredades sitas en Portugal, lo que nos hace suponer que esta mujer y su marido, Munio Gonçalves, se trasladaban con ellos por tierras leonesas¹²⁰.

Entre 1260 y 1261 Rodrigo Froilaz permaneció en Sevilla junto a Alfonso X, no obstante, no aparece entre los confirmantes de sus diplomas entre 1261 y 1264 cuando, probablemente, se encontraba en Portugal, puesto que había delegado la tenencia de Valdeorras en Fernán Díaz¹²¹, que ocupaba desde 1251¹²². Sin embargo, parece que estaba en Ponferrada en 1265, cuando partió hacia Sevilla para servir al rey, allí confirmó su último diploma en el mes de marzo¹²³. En 1266, en un pleito entre los vecinos de San Andrés de Mondejos y el monasterio de Carracedo, el rey pedía que se aclarara cuál era el estado de estos hombres “quando don Rodrigo Froilaz salira de terra de Berezo para servicio del rey”¹²⁴.

Posiblemente éste fue el último servicio que don Rodrigo hizo a la monarquía, pues es probable que falleciera poco después, ya que no se registra su presencia en la documentación. En diplomas emitidos por doña Chamôa en 1269 y en su testamento de 1270, don Rodrigo no es mencionado. En 1270 y, ante la conjura que el infante Fernando y Nuño González para enfrentarse a Alfonso X, éste contestó “Que bien sabía el rey que los amigos qué el avia fasta en aquel tiempo fueran don Juan García et don Alfonso Téllez et don Juan Alfonso et don Rodrigo Froles, en los quales avia gran fiuzia por muchas buenas obras que les él fiziera. Et pues que eran finados, que él non podía estar sin aver algunos amigos que le ayudasen e le aconsejasen”¹²⁵. Sin duda estas palabras del rey destacan la fidelidad que don Rodrigo le profesó desde sus primeras campañas cuando aún era infante, hasta el fin de sus días, además de su añoranza por haber perdido a una generación de fieles servidores que le habían acompañado durante toda su vida.

3.1. El patrimonio de Rodrigo Froilaz

Gracias a sus relaciones familiares y su servicio a Alfonso IX, Fernando III y Alfonso X, Rodrigo Froilaz logró tener un gran patrimonio en las tierras leonesas, heredado de sus antepasados, además de los bienes obtenidos en las nuevas tierras que se incorporaron al reino tras la conquista. Al mismo tiempo Rodrigo gestionó numerosas propiedades en Portugal, que habían llegado a sus manos a través de su matrimonio.

El testamento de doña Chamôa permite conocer algunas de las propiedades que Rodrigo Froilaz poseía en León y que, muy probablemente, le había entregado a su esposa en arras en el momento de contraer nupcias. Dicho testamento permite conocer las áreas en las que se situaban estas propiedades y que acabaron en manos de distintas instituciones religiosas vinculadas a los Flaínez, como los monasterios cistercienses de Gradefes, o los de Carrizo y Sandoval, fundados por la tía de don Rodrigo, la condesa Estefanía Ramírez¹²⁶, o el fundado por su pariente María Núñez en Otero de las Dueñas. Pero no sólo el Císter recibió parte de los bienes que doña Chamôa tenía en León, sino que también legó a las Clarisas y los Franciscanos de Ciudad Rodrigo las

118 ANTT – OFM. Santa Clara do Porto, mc. 51, doc. 4.

119 HERRERO JIMÉNEZ, 2001: doc. 89.

120 ANTT – OFM. Santa Clara do Porto, mc. 51, doc. 9.

121 ANTT – OFM. Santa Clara do Porto, mc. 51, docs. 347, 355.

122 QUINTANA PRIETO, 1971: docs. 305, 306, 310, 311, 328, 329, 335, 353.

123 GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1991: doc. 304.

124 MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 1997: docs. 566- 568.

125 GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1999: 63.

126 CALDERÓN MEDINA, 2006.

propiedades que poseía en una aldea del término de Sabugal¹²⁷. Asimismo mandó enviar su Biblia antigua al obispo de Ciudad Rodrigo¹²⁸. Aunque no hay constancia documental de ello, es muy probable que el matrimonio poseyera más propiedades en la diócesis de Ciudad Rodrigo, puesto que había sido mandante en Alfayates.

La mujer de Rodrigo Froilaz legaba al monasterio de Gradefes y a Otero de las Dueñas todo lo que tenía en Oolo, en Santibáñez, en Vila Noval y en Carvajal del Conde, para calzar a las monjas cada año. Además al monasterio de Otero le mandaba la heredad que tenía en Matalcón de los Oteros y todo lo que tenía en Vilanova de Peña Sacada, para calzar a las donas¹²⁹. Ambos monasterios tenían intereses en estos lugares porque varios de los parientes de don Rodrigo habían entregado sus porciones en dichas villas. En sus últimas voluntades doña Chamôa mandó hacer varios cálices de plata, de los que donó uno a Gradefes, otro a Otero y otro a Carrizo¹³⁰.

Don Rodrigo tenía abundantes propiedades en el Bierzo, en Villafranca del Bierzo¹³¹ y en Villaroañe¹³². Aparte del patrimonio heredado de sus antepasados, don Rodrigo logró ampliar su patrimonio en Andalucía, gracias a su servicio a la monarquía en las campañas reconquistadoras. El libro del repartimiento de Sevilla informa de que tenía un donadío mayor en Tejada¹³³, veinte yugadas en Hainalcázar¹³⁴, y varias casas en Sevilla que en 1256 ya había vendido¹³⁵.

Pero, tal vez, la información más rica con la que contamos acerca de los bienes de Rodrigo Froilaz es la aportada por las Inquirições Gerais de 1258, que permiten reconstruir el abundante patrimonio portugués, que había sido heredado por su esposa.

En el Julgado de Lousada, don Rodrigo poseía 7 casales¹³⁶, en el julgado de Felgueiras, una quintana y tres casales¹³⁷, además compartía con el rey “in alio loco qui dicitur Cimaes jacent iii. leire, et sunt inde due partes Domini Regis et tertia pars est Domini Roderici Froye”¹³⁸. Asimismo en el coto del monasterio de Caramos él era el único noble que tenía propiedades, tres casales¹³⁹. Además, poseía también dos quintanas en el coto de la iglesia de San Pelayo de Varzena por las que recibía foro¹⁴⁰; cinco casales en la iglesia de San Ciprian de

127 “Mando la mia aldeya que jaz in termino de Sabugal que dizen Aldea de Dona a las donas de Cidade Rodrigo de la orden de San Damian pera vestiario de las e de los frades menores de Cidade Rodrigo aos quaes mando ende dar a meyatade e que a vendam por mia alma” (PIZARRO, 1999b: doc. 1).

128 “E mando que enviem a Brebia vella ao bispo de Cidade” (PIZARRO, 1999b: doc. 1).

129 “Mando ao moesteiro de Gradefes e ao moesteiro de Outeiro todala herdade que ey e devo aver en Oolo e a que ey en Outedi e in Valle Sancii Yanes e a que hey in Vila Noval e en Carvajal de Conde pero calçar as donas cada ano. [...] Item mando ao moesteiro de Outeyro todala herdade que ey e devo aver en Mata d'Ul e toda a que ey en Vila Nova de Perna Sacada aquela herdade que comprey de Morom que mando a las fillas de Maria Eisidriz por ma alma. E manDo Vila Roane [...] e as outras que avemos enpraadas fiquem assy como manden os privilegios que avemos con as ordins. Mando que toda la herdade que mando a Outeiro qye seja pera calçar as donas d'y” (PIZARRO, 1999b: doc. 1).

130 “Item mando ao moesterio de Gradefes unum calez. Item mando ao moesteiro de Outeiro unum calez. Item mando ao moesteiro de Carrizo unum calez e todos sejam de duos duos marchos” (PIZARRO, 1999b: doc. 1).

131 En 1262 María Meléndez vende una casa al monasterio de Santa María de Carracedo sita en Villafranca del Bierzo que lindaba con los bienes de Rodrigo Froilaz, hijo del conde (MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 1999: doc. 545).

132 HERRERO JIMÉNEZ, 2001: doc. 89.

133 “Diol calabana, ques en termino de Tejada, a que puso nombre el rey Cidfuentes; e avía en ella quatro mil pies de olivar e de figueral, e por media çiento y cinquenta arañçadas, e diérongela por tanto; e diol veinte yugadas de heredad para pan, anno e vez, en Alcáçar, ques en termino de Facialcáçar” (GONZÁLEZ, 1951: II, 23.)

134 GONZÁLEZ, 1951, II: 267.

135 GONZÁLEZ, 1951, II: 327.

136 PMH, Inq. 542, 544, 546.

137 “Interrogatus quare ipsum aliud casale non pectant vocem et calumpniam sicut ista vii casalia, dixit quod propter quintana Dompni Roderici Froye que stat ibi [...] et tria casalia sunt Dompni Roderici Froye” (PMH, Inq. 549).

138 PMH, Inq. 549.

139 “Hic incipit inquisitio cauti Caramalos et omnium parrochianorum eiusdem Monasterii. Domicus Martini, juratus et interrogatus de ipso monasterio si habet ibi Dominus Rex aliquod jus vel si dant inde collectam Domino Regi, dixit quod non. Interrogatus quot casalia habentur in ipso cauto dixit quod xxxiii casalia, et sunt xxi casalia ipsius monasterii, et tria sunt Domini Roderici Froye. Interrogatus quis cautavit illud, dixit quod dominus Rex Afonsus et comes Bolonie. Interrogatus quomodo scit omnia que perhibuit, dixit quod vidit et passus fuit. Dompnus Martini, Petrus Martini, Dompnus Stephanus, predictum testimonium verbo et verbum quilibet per se sicut primus dixerunt” (PMH, Inq. 551).

140 “Interrogatus quod casalia habentur in ipsa collatione, dixit quod xix. Et due quintae casalia et v. cabanarii, et x. sunt inde monasterii Palumbarii et

Refonteira, otros cinco en la iglesia de Santa María de Petrario¹⁴¹, uno en Santa María de Araes¹⁴², y otro en Santa Maria de Jugarios¹⁴³.

En el Julgado de Santa Cruz tenía un casal¹⁴⁴, y en el Julgado de Pena Fiel, tres casales; en San Adrian de Canis¹⁴⁵, un casal y parte de la iglesia que compartía con la infanta Mafalda, además de los hombres que le pertenecían en Santiago de Lauredo¹⁴⁶, siete casales en San Martín de Mozares¹⁴⁷, y una quintana en San Salvador de Novelas¹⁴⁸.

A todos estos bienes hay que añadir lo que tenía en San Salvador de Entre-ambos-ríos donde en 1258 fundaría un monasterio de Santa Clara. Estos bienes habían sido donados por Sancho I a la abuela de doña Chamôa, la condesa Toda Palazín, por el buen servicio que le había hecho a él y a su esposa doña Dulce¹⁴⁹; y en 1217 fueron confirmados por Alfonso II, por el buen servicio que había hecho a él y a sus padres¹⁵⁰. Las inquirições informan de que había once casales y treinta y tres hombres, asimismo narran cómo se acotó el espacio en el tiempo de Alfonso II¹⁵¹.

3.2. La fundación de Santa Clara de Entre-os-Rios

Doña Chamôa heredó todas las propiedades que su abuela había poseído en Entre-os-Rios, donde decidió establecer un monasterio femenino que obedeciera la regla de Santa Clara. En 1256 había pedido permiso al Papado para hacer su fundación, que ese mismo año se había dirigido a la abadesa de Santa Clara de Zamora para que seleccionara a doce freiras para habitar una nueva casa de la Orden. El Papa se dirigió también al obispo de Oporto para lograr la licencia de construcción del cenobio, además de a los obispos de Braga, Ciudad Rodrigo, Compostela, León y Salamanca, obispos de las diócesis donde el cenobio tenía propiedades, para que lo protegieran¹⁵².

habuit ea de testamento, et non faciunt inde ullum forum propter quintanas Dompni Roderici Froye et domne Elvire Martini; et duo sunt Dompni Roderici Froye; et vii sunt Domne Elvire Martini et eius filiorum; et unum est Martini Pelagii herdatoris, et non faciunt ullum forum Domino Regi, et faciunt forum Dompno Roderico Froye et Domne Elvire Martini" (PMH, Inq. 551).

141 PMH, Inq. 551.

142 PMH, Inq. 553.

143 PMH, Inq. 555.

144 PMH, Inq. 607.

145 "Interrogatus quot casalia habentur in ipsa collatione, dixit quod xLiij casalia et j. quintana, et sunt xLijm casalia Palacioli. Et x casalia sunt Bos-teli, et dixit quod nescit unde habuit ea; et tria sunt Domni Martini Egidii; et duo sunt Domni Roderici Froye; et aliud casale fuit Domine Regine Maphalde: et dixit quos ista tria casalia Domni Roderici Froye et Domine Regine quod sunt inde de IXem quinionibus unum Domini Regis, et non dant Domino regi quinionem nisi de portione" (PMH, Inq. 589)

146 Hic incipit inquisitio Sancti Jacobi de Lauredo. Menendus Petri, prelati eiusdem ecclesie, juratus et interrogatus cujas est ipsa ecclesia, dixit quod est Hospitalis, et de illa que fuit Domine Regine Maphalde, et Domni Roderici Froye et herdatorum. [...] Interrogatus si intrat ibi maiordomus, dixit quod non. Interrogatus quare, dixit quod nescit: et dixit quod clamant se pro hominibus Domni Roderici Froye. Interrogatus quot casalia habentur in Outario, dixit quod viii. Et unum est Domni Egidii Martini, et aliud est Domni Roderici Froye" (PMH, Inq. 591)

147 PMH, Inq. 593.

148 PMH, Inq. 594.

149 AZEVEDO et al., 1979: doc. 188. "Pro multo et bono servicio quod uxore mee regine domne Dulcie, bone memorie, et nos facitis et facietis".

150 ANTT – OFM, Santa Clara do Porto, doc. 1. "Hoc actum facimus pro multo bono servicio quod nos comitissa dona Tota fecistis patre et matre mee et mihi et uxore mee et filius meis fecistis et facietis".

151 "Hic incipit inquisitio Sancti Salvatoris de Anrambos Rios et ecclesia stat ultram tamegam. Martinus Martini, juratus et interrogatus quot casalia habentur in ipsa collatione extra Tamegam, dixit quod in Jugariis habentur ibi xi. casalia de veteri et modo morantur ibi xxxiii. homines. Interrogatus si intrat ibi Maiordomus vel si faciunt ibidem aliquod forum Domino Regi, dixit quod non. Interrogatus quare, dixit quod propter Domnum Rodericum Froye. Interrogatus unde habuit ipsas villas, dixit quod Dominus Rex Alfonsus, patris istius Regis, dedit comitisse Domne Tode, et cautavit eas per cautos. Interrogatus quomodo scit, dixit quod vidit et passus fuit per se, et vidit quando cautaverunt ipsum locum per cautos. Interrogatus quis cautavit ipsum locum, dixit quod Super Juxda Domini Regis venit ibi mittere marcos et cautare ipsum locum ex parte Domini regis. Interrogatus quomodo scit omnia que perhibuit, dixit quod vidit et passus fuit. Martinus Garcie, Michael Egee, Alfonsus Pelagii, Stephanus Pelagii, Martinus Iohannis" (PMH, Inq. 586).

152 "Nos don Rodrigo Frolez e donma Chamoas Gomes por hotorgamiento de nostro señor o arcebispo por rememento do nossos pecados he porlas almas de nossos padres he de nossas madres he de nossos avuelos he por malfetrias he danpnos que fizemos enno regno de Portugal ffezemos hum mosteiro entrabos Rios ha serucio he a onor de nostro sennor San Salvador dela orden de San Damian he de San Francisco he

El 13 de septiembre de 1258, don Rodrigo Froilaz y su esposa doña Chamôa Gomes fundaban el monasterio, sito en la diócesis de Oporto, de Santa Clara de Entre-os-Rios, que representaba la introducción de las Clarisas en Portugal¹⁵³. Lo hacían por el remedio de sus almas, las de sus antepasados y por las “malfetrias he danpnos que ffizemos enno regno de Portugal”; en referencia, probablemente a la participación de don Rodrigo en la guerra civil portuguesa y a las rapiñas que efectuó en la sede de Braga. Además de poner sus sellos, el matrimonio fundador pidió al obispo Martín de León que pusiera el suyo para que el acto fuera firme y estable. Ese día don Rodrigo se encontraba junto al rey y el resto de la corte en Segovia, donde también estaban presentes los obispos de León y Zamora, además de los principales nobles de León y Castilla¹⁵³. La carta de fundación de Santa Clara, sólo está confirmada por los fundadores y por el obispo de León, don Martín Fernández; es muy probable que trataran este asunto de forma privada, aunque el resto de los cortesanos conocerían esta fundación.

Pocos días después, el 5 de octubre de 1258, estando en Zamora, mientras la corte permanecía en Segovia¹⁵⁴, la pareja emitió una nueva carta, prácticamente exacta, en la que reiteraba su intención de fundar un monasterio de Clarisas en Entre-os-Rios por el remedio de sus almas y las de sus parientes y por las “malfeyturas e danos que fezemos no reino de Portugal”. En esta ocasión pidieron al obispo de Zamora, don Suero, que pusiera su sello para que el acto fuera firme y estable. Además del obispo zamorano, confirmaron la carta las principales autoridades franciscanas de la ciudad, con las que los fundadores acordaron que fueran las monjas de Santa Clara de Zamora quienes poblaran su fundación. Entre los confirmantes destacan don Juan, guardián de los Descalzos en Zamora, Don Bartolomeo, abad de San Francisco y canónigo de Zamora; además de parientes y servidores de don Rodrigo y Chamôa¹⁵⁵.

El hecho de que en la primera carta, elaborada en Segovia, no participara don Suero de Zamora, que estaba presente en la corte, nos hace pensar que durante los días pasados entre una y otra carta, el matrimonio fundador mantuvo conversaciones con ambos obispos de León y Zamora para determinar las condiciones y la comunidad que habitaría su fundación. Tal vez desde Segovia se dirigieron a Zamora para concretar los detalles del establecimiento de la primera casa de Santa Clara en Portugal con las principales autoridades de San Francisco. La fundación de esta casa de Santa Clara no fue fácil, probablemente porque no había ninguna institución franciscana poderosa en las proximidades; es por ello, por lo que los fundadores y el Papado pidieron la protección de los obispos de Zamora, León y las otras diócesis en las que el monasterio tenía intereses.

Como patrimonio inicial del monasterio los fundadores donaron todo lo que tenían en Entre-os-Rios, en Paiva y en el coto de San Juan, en Jagueyros y en la Ribeira. Pero a lo largo de la vida de los fundadores, que se reservaron para sí el padronazgo del monasterio, fueron donándole otros bienes con el fin de aumentar su patrimonio y garantizar la supervivencia del cenobio ante los problemas iniciales¹⁵⁶. En 1264 doña Chamôa donó todo lo que su abuela, doña Toda Palazín, había adquirido en Entre-os-Rios; en esta ocasión estaba presente don Pedro, visitador de la orden de los hermanos menores¹⁵⁷. Asimismo, en su testamento, elaborado en 1268, no podía olvidarse de su fundación, que fue una de las instituciones más favorecidas en sus últimas voluntades¹⁵⁸.

de Sancta Clara he a honra delas donas ffreyras menores as que metemos he queremos que sean hy por siempre ha servicio de Dios he delos sanctos sobredichos” (ANTT – OFM, Santa Clara do Porto, doc. 3)

153 GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1991: docs. 211-214. Además de los obispos y los principales magnates castellanos, estos diplomas fechados en Segovia están confirmados por los obispos de León, Oviedo, Zamora, Astorga, Salamanca, Ciudad Rodrigo, Lugo, Orense, Tuy, Mondoñedo, Coria, Silvas, Badajoz y los maestros de Santiago, Alcántara y el Temple. Entre los confirmantes leoneses están Alfonso Fernández, hijo del rey, Rodrigo Alfonso, Martín Alfonso, Rodrigo Gómez, el propio Rodrigo Froilaz, Juan Pérez, Fernando Yañez, Martín Gil de Soverosa, Álvaro Díaz y Pelayo Pérez.

154 Fechado en Segovia el 4 de octubre de 1258 (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1991: doc. 215).

155 ANTT – OFM, Santa Clara do Porto, doc. 3.

156 Véase MATOS FERNANDES, 1992: 26-27.

157 ANTT – OFM, Santa Clara do Porto, doc. 8.

158 Además del testamento de doña Chamôa, que ha sido editado por José Augusto de Sottomayor Pizarro, se conserva una forma pública ordenada

Doña Chamôa, aún vivió un tiempo, pues en 1269 donó varios casales a la catedral de Braga¹⁵⁹, a quien había legado numerosos bienes en su testamento. Es factible que fallecería poco después porque desaparece de la documentación, aunque no hemos localizado su lugar de enterramiento ni el de su esposo.

Conclusiones

Tras seguir las huellas que Rodrigo Froilaz ha dejado en la documentación durante su dilatada trayectoria, podemos afirmar que fue uno de los principales personajes de la escena política durante la primera mitad del siglo XIII, además de un ejemplo significativo del comportamiento de la nobleza leonesa durante este periodo.

Don Rodrigo pertenecía a una de las familias de mayor raigambre y prestigio del reino de León que se había mantenido fiel a la monarquía desde el siglo X. Los Flaínez de su generación fueron partidarios de mantener el reino de León independiente de Castilla a la muerte de Alfonso IX; por ello se opusieron a la llegada al trono leonés de Fernando III; no obstante, el poderío del nuevo monarca y las nuevas expectativas que se abrían con las campañas reconquistadoras, provocaron que pronto los hermanos Froilaz se unieran a la causa de Fernando III. Se abrió así una época de expansión que continuó durante el reinado de Alfonso X, y que don Rodrigo aprovechó para aumentar su patrimonio más allá de las áreas en la que se asentaba su patrimonio familiar, participando en las campañas de reconquista del sur musulmán.

Pero el ejemplo de Rodrigo Froilaz permite observar también la expansión de las redes de parentesco de la nobleza plenomedieval, que había extendido sus alianzas familiares a los reinos vecinos; en este caso, su matrimonio con Chamôa Gomes, le permitió tener una buena estructura familiar para participar en la política portuguesa; no obstante la escasa documentación del reinado de Sancho II y el caos en el que vivía el reino portugués, impiden conocer con claridad cuál fue su participación en la política lusa; aunque la documentación del reinado de Alfonso III aporta importante información sobre el patrimonio que tuvo en tierras lusitanas.

Seguir la pista de don Rodrigo a ambos lados de la frontera no ha sido una tarea fácil, puesto que, en ocasiones, aparece de manera casi simultánea en ambos reinos, lo que demuestra la gran movilidad y la permeabilidad de la frontera entre León y Portugal; cuando las fronteras eran, en ocasiones, una línea muy tenue que no impedía que los intereses particulares las ultrapasaran con absoluta normalidad y asiduidad. Así, la fundación de Santa Clara de Entre-os-Rios es un ejemplo muy elocuente, pues un noble leonés, deambulando entre Castilla y León, funda un monasterio en la diócesis de Oporto, como remedio a los daños y malfetrías que había cometido en Portugal, y pide a los obispos de León y Zamora que protejan su fundación; además determina que sea poblado por monjas de Santa Clara, procedentes de Zamora. Parece que, como ya ocurriera con el Císter, la introducción de las Clarisas en Portugal se inició por influencia leonesa.

El ejemplo de don Rodrigo nos sirve para elaborar una última reflexión y es que los historiadores de los reinos de León, Castilla y Portugal, debemos colaborar para favorecer el intercambio de conocimiento, además de utilizar fuentes de todos los reinos porque, consultadas desde otro punto de vista, aportan una riquísima

ejecutar por Fernando Alfonso Juez en Compostela a instancias del Rodrigo, Fratre de la Orden de los hermanos menores, en el que se recogen las mandas testamentarias de doña Chamôa dirigidas al monasterio (ANTT— OFM, Santa Clara do Porto, doc. 9b).

159 En 1269 donaba tres casales que tenía en Veeri, término de Aguiar, con todos sus derechos y pertenencias, además de quince hombres de servicio et de maladia, a cambio de que, tras su muerte, celebrasen anualmente un aniversario y dos conmemoraciones. Este diploma conserva el sello de cera de doña Chamôa que tiene el escudo de los Tougues (ADB — Gavetas das propriedades e rendas do cabido, n.º 110). Este diploma es una forma pública que recoge la donación de doña Chamôa a la catedral bracarense de los tres casales Veeri, además de otro que "dicitur casale de Pereiroo et alterius que vocitur casale de Valio cum omnibus iuribus et pertenenciis suis et cum quimdecim hominibus de servicio et de maladia" (ADB — Gavetas de legados e sufrágios, n.º 10).

información que permite estudiar a la nobleza de los siglos XII y XIII desde una perspectiva más global. La actividad desarrollada por don Rodrigo en la corte de los reyes de León y Castilla era suficientemente conocida, al igual que el parentesco y patrimonio que tenía en Portugal; sólo faltaba combinar los datos sobre este magnate para conocer su vida política y su patrimonio más allá de las fronteras de su reino de origen. Éste era nuestro objetivo y esperamos haberlo cumplido.

Apéndice documental

Doc. 1

1251 Mayo 15. San Martín de Montes.

Chamôa Gomes, mujer de Rodrigo Froilaz, dona al abad Fernando y al monasterio de Santa María de Sandoval, en remedio de su alma y la de su marido, las tres partes que posee en la villa de Villarroaño, así como el dominio sobre la villa y las heredades que tiene en ella y en sus términos, y que había recibido de su marido en concepto de arras. Por su parte, Rodrigo Froilaz confirma la donación hecha al monasterio por su esposa.

A. AHN, *Clero*, carp. 994-22 bis. Perg., 317 × 250 mm.; escr. gótica documental; buena conservación. En el dorso: «Donación de las tres partes de Villarroaño, año 1251. Donación al monasterio por doña Chamoá Gómez de las tres cuartas partes de Villarroaño. Era 1282 (sic)». Conserva los agujeros de los que pendería el sello.

B. AHN, *Clero*, carp. 1001-13. Perg., 664 × 508 mm.; escr. gótica redonda (extracto: «Item vn preuillejo, en latín, de donación, en pergamino, que hizo Juana (sic) Gomes, muger de don Rodrigo Fruela, de las tres partes de Villarroaño»). Véase doc. núm. 337.

ED. HERRERO JIMÉNEZ, M. Colección diplomática del monasterio de Villaverde de Sandoval, doc. 89.

In Dei nomine, amen. Notum sit omnibus hominibus, tam presentibus quam futuris, quod ego, dompna Chamoá Gomez, uxor dompni Roderici Froyle, do / seu offero Deo et Beate Marie et uobis, dompno Ffernando, abbati, et conuentui Saltus Noualis, pro salute siue remedio anime mee et anime dompni Roderici /³ Froyle, totas tres partes de Villa Roa(ne) et totum dominium eiusdem uille et hereditamentum quod in eadem uilla et in terminis eius habeo et ad me per/tinent, que omnia dompnus Rodericus Froyle, uir meus, in arras mihi dedit. Do inquam uobis predicta omnia ut ea a modo et in perpetuum iure hereditario possi/deatis ac quicquid de eisdem uolueritis faciatis.

Si quis igitur, tam de genere meo quam de alieno, hanc cartam mee donationis seu oblationis/⁶ infringere temptauerit, a Christo sit anathema et uoci uestre pulsanti quingentos morabitos persoluat, carta nichilominus semper in suo robore du/ratura.

Ego uero, (dompnus) Rodericus Froyle supra scriptus, hanc donationem quam coniux mea, dompna Chamoá Gomez, facit concedo, et hanc car/tam quam fieri iussi propriis manibus roboro et confirmo et eandem sigillo meo feci comunire.

Ffacta carta apud Sanctum Martinum de Montibus, /⁹ idus maii, era M.^a CC.^a LXXX.^a nona. Regnante rege dompno Ffernando in Castella et Toletu, in Legione et Gallecia, in Sibilia / et Corduba, in Murcia et in laem, et in totis regnis suis. Domno M[artino], episcopo Legionense. P[etrus] Guterriz, maiorino regis in Legione.

Qui presentes fuerunt:

(1^a col.) Suerus Menendi Galinatu ts.- Menendus Muniz Nugerol ts.- I. Fernandez de Turenzo ts.- Ff. Martiniz de Colinbrianis ts.- Nunus Eriz de Corteguera ts.- Ff. Petri de Sober ts.- Gonsaluus Bernardi ts.- Petrus Uelasci de Paradela ts./¹²

(2^a col.) Aluarus Roderici de Sancto Petro ts.- Arias Menendi de Naraia ts.- Aluarus Gundisalui. Et Garcia Gundisalui de Branolas ts.- I. Arie, maiordomus domni Roderici Ffroyle, ts.- Martinus Uelasci de Paradela ts.- I.

Petri, capellanus domni Roderici Ffroyle, ts.- Martinus Martini, capellanus domne Chamoe, ts.- Martinus Petri, notarius domni Roderici Froyle, ts./ Et alii multi qui uiderunt et audierunt. /

Ego uero, domna Chamoa Gomez, hanc cartam quam fieri iussi propriis manibus roboro et confirmo et eadem sigillo meo feci communire.¹⁵

(*Ocupando toda la línea*): Iohannes Pelagii, presbiter, scripsit.

Doc. 2

1258, septiembre, 13. [Segovia].

Don Rodrigo Froilaz y Chamôa Gomes fundan un monasterio de la Orden de San Francisco en Entre-os-ríos, por el alma de sus antepasados y por las malfetrías y daños que hicieron en Portugal.

ANTT – OFM, *Santa Clara do Porto*, mc. 51, doc. 3. Pergamino, 200x368mm, letra carolina, buen estado de conservación. Conserva los agujeros del primer sello y restos de cinta roja, además de los agujeros y una cinta amarilla de la que pendía probablemente el sello del obispo leonés¹⁶⁰.

Sub era M CC XC VI, XIII días andados del mes de setembro. Conoszuda cosa sea a todos quantos esta/ carta uiren que por todos tiempos sea estable que nos don Rodrigo Frolez e donna Chamma Gomes /por hotorgamiento de nostro señor o apostoligo por rememento do nostros pecados he por las almas de nostros/³ padres he de nostras madres he de nostros auuelos he por malfetrías he danpnos que ffiziemos enno re/gno de portogal ffazemos hum monesteiro entrambos Rios ha seruicio he a onor de nostro sen/nor San Çalvador dela orden de San Damian he de San Ffrancisco he de Sacnta Clara he a honra de/⁶ las donas ffrayras menores as que metemos he queremos que sean hy por siempre ha servicio de Dios /he de los sanctos sobredichos he pora guarnecimento he pora sustentamento deste monesterio/ de suso dicho he de las donnas he de los hotros que hy son he vernam al seruicio de Dios damos he/⁹ hotorgamos liurementre he quietamientre ffuera ho padronadigo del monesterio que retenemos/ pora nos assi conmo padrones deuen auer enno monesterio por donacion que uala he sea ffirmre por/ iamays quanto hauemos he auer deuemos entrambos rrios he en Paiva he enno couto de /¹² San Iohan he en Jugueyros he enna Ribeyra. Conuem a saber: villas, casas, solares, tierras/ heras, vinnas he portages, prados, pastos, haruoles con ffrucho he sien ffrucho, pesqueyras, ffon/tes, montes, he vargas e entradas, he deuissas he salidas he fforos de rendas he todas las hotras cosas he derechos que ennos lugares deuandichos hauemos he auer deuemos he desde vuey dia a /¹⁵ delante queremos he hotorgamos que aquellos lugares he todas aquellas cosas conmo de suso son dichas/ sean quitas he remondas de nostro iuro he de nostro poder he de nostro sennorio, he sean pasadas/ he metidas en iuro he en poderío he en senorio del monesteiro de suso dicho he de la abadessa /¹⁸ he de las donnas que hy son he serán ha servicio de Dios por siempre. He se nos ho hotre de nostra parte/ ho de allena contra este nostro ffecho he nostra donacio que ffazemos de bon corazon he de bona ve/luntad al monesterio he a la abadessa he a las donnas deuandichas venier ho nos viniernos/²¹ sean ou seamos maldictos he descomungados, he con Judas enno enffierno dampnados he demays a la/²¹ uoz del Rey peche diez mil morabentinos he al deuandicho lugar elo que demandar he el danpno que hy/ ffizier duplado. He que este ffecho he esta donacio que nos ffazemos non uenga en dubda he sea mas/ ffirmre por ia mayas.

Nos Rodrigo Fflorez he donna Chanma Gomez sobredichos ffiziemos poner no/²⁴stros seellos en esta carta de donacio he roguemos al nostro amigo don Martin Ffernandez pela gratia de /Dios obispo de Leon que pussiesse en esta carta so seello.

¹⁶⁰ El diploma no incluye la data tónica, sin embargo ese día don Rodrigo y el obispo de León se encontraban en Segovia, en la corte junto a Alfonso X que emite varios diplomas confirmados por ambos personajes.

Doc. 3**1258, octubre, 8. Zamora.**

Don Rodrigo Froilaz y Chamôa Gomes fundan un monasterio de la Orden de San Francisco en Entre os ríos, por el alma de sus antepasados y por las malfetrías y daños que hicieron en Portugal.

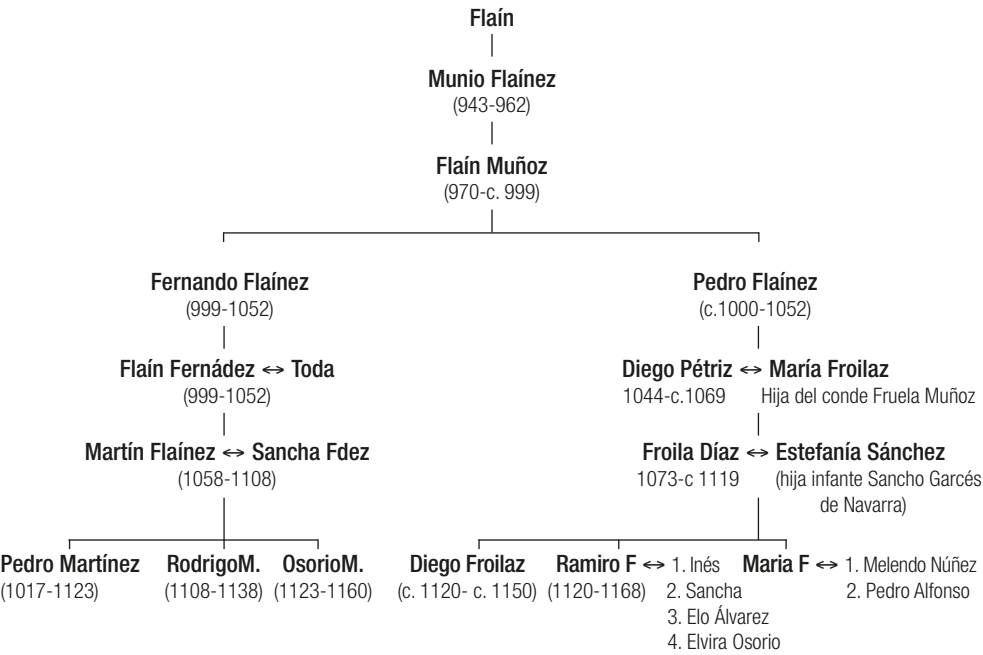
ANTT – OFM, *Santa Clara do Porto*, mc. 51, doc. 4. Pergamino, 250x310mm, letra carolina, buen estado de conservación, conserva los agujeros de tres sellos y las cintas rojas de las que colgarían cada uno de ellos.

Conoszuda cosa seia a quantos esta carta uirem que nos don Rodrigo Froyaz e donna Chamoia Gomez por outorgamiento de nosso/ señor o apostoligo e por remyento de nossos peccados e polas almas de nossos padres e de nossas madres e de nossos auuooos e por mal fey/turas e danos que fezemos eno Reyno de Portugal fazemos un moesteyro dela Orden de Sanc Ffrancisco das donas dictas de Sanc/³ Damian entrambos Rios a seruiço e a honor de nostro senor sanc Salvador e de sanc ffranciscu e de sancta Clara y a onrra das donas/ freyras menores as que metemos e queremos que seian en este monesteyro sobredicto por sempre a servicio de Deus e dos santos so/bredictos e de toda a corte celestial. Et pora guarmimento et pora sustentamento deste monesteyro de suso dicto e de las donas e dos/⁶ outros que hy forem et uerran a seruiço de Deus. Damos et outorgamos liurementemente et quitamente por doaçon que ualla e seia firme pora/ sempre iamays quanto auemos et auer deuemos eno sobredicto nosso lugar de entrambos Ríos e en Pavya e eno couto de san Iohan/ e en Jueyros e en Ribeyra, conuem a saber: villas, casas, solares, terras, heyras, vinnas e portages, prados, pastos/⁹ harbore con ffruyto e sem ffruyto, ríos, pesqueyras, ffontes, montes e vargas e entradas e deuissas e salidas e fforos e ren/das e todas as outras cousas e dereytos que enos lugares deuandictos auemos e auer deuemos. E desde oy dia adeante queremos e /outorgamos que aquellos lugares e todas as outras cousas como de suso son dictas sean quitas e remouidas de nosso iure e de nosso poder/¹² e de nosso sennorio e seian pasadas e metidas en jur y en poder y en sennorio do monesteyro de suso dicto e da abadessa e das donas/ que hy son e seran a seruiço de Deus pora sempre. Sacado ende o padroadigo do moesteyro que reteemos pora nos en nossos días assi/ como padroes deuen auer en moesteyro. Et se nos o outro de nossa parte ou da estranya contra este nosso feyto e nossa doaçon que/¹⁵ fazemos de bon coração e de boa uoontade ao moesteyro e a abadessa e as donas deuandictas veyer ou nos uiermos sean/ ou seamos malditos e descomulgados e cum Judas eno inferno danados. Et demais aa uoz del rey peyte diez mil mr. e al deuan/dito lugar o que demandar eo dano que hy fezer dobrado. Et iuramos a Dios et prometemos a boa ffe sen mal enganno de nunca/ uir contra este nosso feyto. Et sobre todo aqui esto nossa doaçon deuandicta fique firme e estauel pora sempre iamais. Et que/ este feyto e esta doaçon que nos fazemos non uenna en dubda e seia firme pora siempre. Nos don Rodrigo Froyaz e donna Chamua Go/mez sobredictos fezemos poer nossos seellos colgados en esta carta e rogamos ao obispo de Çamora que pusiesse hy sou/²¹ siello. Et nos don Suero, por la gracia de Dios obispo de Çamora, por rogo de don Rodrigo Froyaz e de dona Chamua Go/mez mandemos poner en esta carta nosso siello colgado. Ffeyta carta en Çamora, Domingo, cinco días andados de Outubro ena era de mil y duçientos e nonaenta e siete años. En presençia destas testimoyas de susu scriptas.

Obispo don Suero de Çamora, ffrey Johan, guardian dela Orden dos descalzos en Zamora; e ffrey Esteuan Fernandiz Ramirez, Maestre Payo/, canónigo de Zamora, don Bertolameu abbade de Sancti Francisco e canónigo de Camora, García Fernandez, canónigo de Lugo e scriuano del/²⁴ rey, Pay de Bollanos, García Diaz, Fernando Soarez, fillo de Suero Gomez, Gil Fernandez caualeyros e Johan Garcia e Martin/ Perez, scribanos de don Rodrigo. Vaasco Payz, Johan Perez de Sanctiago; Iohan Garcia, maestre de organo, Ruy Garcia, Martin/²⁵ Gonzaluez clérigos del coro de San Salvador; Pedro Fernandez scudeyro, García Rodríguez stanza de don Rodrigo e Johan de Padron.

Apêndices Genealógicos

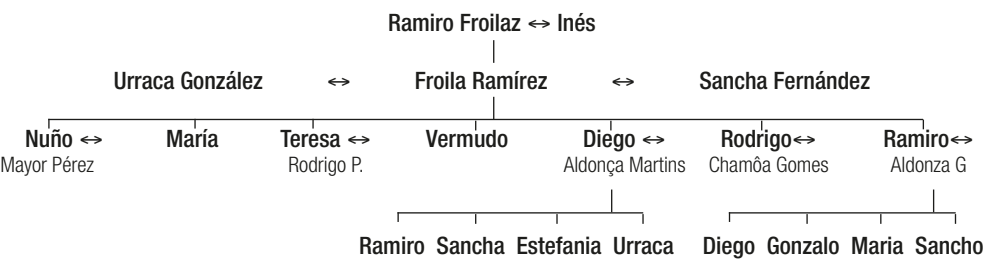
Los primeros Flaínez



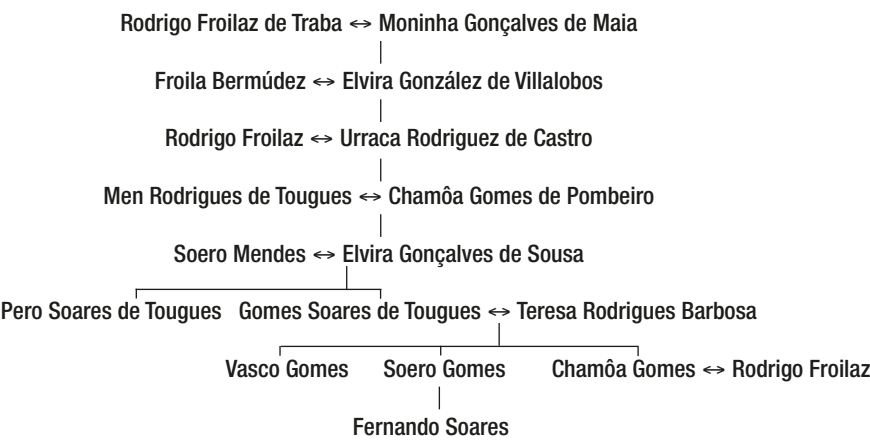
Descendientes de Ramiro Froilaz



Descendentes de Froila Ramírez



Los Tougues



Fuentes

- AYALA MARTÍNEZ, Carlos, 1995 – *Libro de privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León (siglos XII- XIV)*. Madrid: Instituto Complutense de la Orden de Malta.
- AZEVEDO, Rui, *et al*, 1979 – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra.
- BERNARDINO, Sandra Virgínia Pereira Gonçalves, 2003 – *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*. (Tese de mestrado apresentada na Universidade de Coimbra).
- BURÓN CASTRO, Taurino, 1998 – *Colección diplomática del monasterio de Santa María de Gradefes*, vol. I. (1054-1299). León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro".
- CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria; MARTÍN LÓPEZ, Encarnación, 2000 – *Colección documental de la catedral de Astorga*, II. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro".
- CENTRO de Estudos Históricas Ultramarinos, 1970 – "As gavetas da Torre do Tombo", vol. III (Gav. XIII- XIV), Lisboa.
- DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago, 2000 – *Colección documental del monasterio de Santa María de Carvajal (1093-1461)*. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro".
- FERNÁNDEZ CATÓN, José María, 1991 – *Colección documental del Archivo de la Catedral de León*, vol. 6, (1188-1230). León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro".
- FERNÁNDEZ FLÓREZ, José Antonio, 1994 – *Colección diplomática del monasterio de Sahagún*, vol. 5. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro".
- FERNÁNDEZ FLÓREZ, José Antonio; HERRERO DE LA FUENTE, Marta, 1999 – *Colección documental del monasterio de Otero de las Dueñas*. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro".
- GARCÍA TATO, Isidro, 2004 – *Las encomiendas gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén. Estudio y edición documental*, tomo I. Santiago de Compostela: CSIC.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel, 1991 – *Diplomatario andaluz de Alfonso X*. Sevilla: El Monte Caja de Huelva y Sevilla.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel, 1999 – *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia de Alfonso X el Sabio.
- GONZÁLEZ, Julio, 1943 – *Regesta de Fernando II*. Madrid: Instituto Jerónimo Zurita.
- GONZÁLEZ, Julio, 1944 – *Alfonso IX*, 2vols. Madrid: Instituto Jerónimo Zurita.
- GONZÁLEZ, Julio, 1951 – *Repartimiento de Sevilla*, 2 vols. Sevilla: Escuela de Estudios Medievales.
- GONZÁLEZ, Julio, 1980 – *Reinado y Diplomas de Fernando III*, vol. I. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros.
- GONZÁLEZ, Julio, 1983 – *Reinado y Diplomas de Fernando III*, vol. II. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros.
- GONZÁLEZ, Julio, 1986 – *Reinado y Diplomas de Fernando III*, vol. III. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros.
- HERRERO JIMÉNEZ, Mauricio, 2001 – *Colección documental del monasterio de Villaverde de Sandoval*, (1132-1500). León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro".
- LARRAGUETA, Agustín, 1962 – *Colección de documentos de la catedral de Oviedo*. Oviedo: Instituto de Estudios Asturianos.
- LUCAS ÁLVAREZ, Manuel, 2001 – *San Paio de Antealtares, Soandres y Toques: tres monasterios medievales gallegos*. Sada, Coruña: Edicions do Castro.
- QUINTANA PRIETO, Augusto, 1971 – *Tumbo viejo de San Pedro de los Montes*. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro".
- MATTOSO, José (ed.), 1980 – *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum*, vol. I – *Livros Velhos de Linhagens*; vol. II (2 tomos) – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Lisboa: Lisboa Editora.
- MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Martín, 1997 – *Cartulario del monasterio de Santa María de Carracedo*, vol. I. León: Monasterio de Santa María de Carracedo.
- PORTUGALIAE Monumenta Historica, 1917 – *Inquisitiones*. Lisboa: Lisboa Editora.
- RECUERO ASTRAY, Manuel, *et al*, 2000 – *Documentos medievales del reino de Galicia: Fernando II (1157-1188)*. Coruña: Xunta de Galicia.
- RODRÍGUEZ, Raimundo, 1948 – *Catálogo de documentos del monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas* (Archivo Episcopal de León). León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro".
- TORRES FONTES, Juan, 1973 – *Colección de documentos para la Historia del Reino de Murcia*, vol. III. Murcia: Academia Alfonso X el Sabio.
- VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de, 2006 – *A Chancelaria de Afonso III*, vols. 1 y 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- VIGNAU, Vicente, 1885 – *Cartulario del monasterio de Eslonza*. Madrid: Viuda de Hernando.

Bibliografía

- BARTON, Simon, 1992 – “Two catalan magnates in the courts of the Kings of León-Castille: the careers of Ponce de Cabrera and Ponce de Minerva re-examined”. *Journal of Medieval History*, 18, p. 233-266.
- BARTON, Simon, 1997 – *The aristocracy in twelfth century León and Castile*, Cambridge: Cambridge University Press.
- BARTON, Simon, 2009 – “Alfonso IX y la nobleza del reino de León” in LÓPEZ ALSINA, Fernando (dir.) – *Alfonso IX y su época*. Santiago: Ayuntamiento de La Coruña, p. 71- 87.
- CALDERÓN MEDINA, Inés, 2006 – “Las fundaciones cistercienses de Estefanía Ramírez” in JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco – *Actas del IIIer Simposio Internacional de Jóvenes Medievalistas*. Lorca: Ligia Comunicación y tecnología, p. 27-41.
- CALDERÓN MEDINA, Inés, 2007 – “Cuatro magnates en la corte de Alfonso VII. Su continuidad al servicio de la monarquía leonesa” in FERNÁNDEZ CATÓN, José María – *Monarquía y sociedad en el reino de León. De Alfonso III a Alfonso VII*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, p. 343- 374.
- CALDERÓN MEDINA, Inés, 2008 – “La nobleza portuguesa al servicio de los reyes de León, 1157-1187. Pero Pais de Maia y Vasco Fernandes de Soverosa” in JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco *et al* – *Actas del IV Simposio Internacional de Jóvenes Medievalistas*. Lorca: Ligia Comunicación y Tecnol. II. *Tragédia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CANAL SÁNCHEZ-PAGÍN, José María, 1986 – “El conde leonés Fruela Díaz y la navarra doña Estefanis Sánchez (siglos XI-XII)”. *Príncipe de Viana*. Nº 177, p. 23-42.
- CANAL SÁNCHEZ-PAGÍN, José María, 1995 – “La casa de Haro en León y Castilla durante el siglo XII”. *Anuario de Estudios Medievales*. 25/1, p. 3-38.
- FERNANDES, Maria Eugénia Matos, 1992 – *O mosteiro de Santa Clara do Porto. Em meados do século XVIII (1730-80)*. Documentos e memória para a história do Porto, Porto: Arquivo Histórico; Câmara Municipal do Porto.
- LÓPEZ SANGIL, José Luis, 2005 – *A nobreza altomedieval galega. A familia Froilaz-Traba*. A Coruña: Toxosoutos.
- MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – *Prolis Flainiz*, (en prensa).
- MARTÍNEZ SOPENA, Pascual, 1985 – *La Tierra de Campos Occidental. Poblamiento, poder y comunidad del siglos X al XII*. Valladolid: Institución Cultural Simancas.
- MARTÍNEZ SOPENA, Pascual, 1990 – “El conde Rodrigo y los suyos. Herencia y expectativa de poder entre los siglos X y XII” in PASTOR, Reina (coord.) – *Relaciones de poder, de producción y parentesco en la Edad Media y Moderna*. Madrid: CSIC, p. 51-84.
- MATTOSO, José; KRUS, Luis; ANDRADE, Amélia Aguiar, 1986 – “Paços de Ferreira na Idade Média: Uma sociedade e uma economia agrárias”. *Estudos monográficos*, p. 214-216.
- MATTOSO, José; KRUS, Luis; BETTENCOURT, Olga, 1982 – “As inquirições de 1258 como fonte da história de nobreza no julgado de Aguiar de Sousa”. *Revista de História Económica e Social*, n.º 9, p.17-75.
- SALAZAR ACHA, Jaime, 2000 – *La Casa del Rey de Castilla y León en la Edad Media*. Madrid: Centros de Estudios Políticos y Constitucionales.
- SOTTOMAYOR, José Augusto Pizarro, 1999a – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogías e estratégias 1279-1325*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia.
- SOTTOMAYOR, José Augusto Pizarro, 1999b – “Pela morte se conhece um pouco da vida: a propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios” in BARROCA, Mário Jorge (coord.) – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, p. 219-232.
- TORRES SEVILLA, Margarita, 2000 – “Nobleza asturleonense en la conquista de Sevilla: Froilaz, Álvarez de Asturias y Quiñones” in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord.) – *Sevilla 1248. Congreso internacional Conmemorativo del 750 aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, p. 897-906.
- VARANDAS, José Manuel, 2004 – *Rex bonus, rex inutilis*. Lisboa: Faculdade de letras da Universidade de Lisboa (tese de doutoramento).
- VENTURA, Leontina; GOMES, Saul António, 1993 – “Leiria na crise de 1245-1248. Documentos para uma revisão crítica”. *Revista Portuguesa de História*. T. XXVIII, p. 168-197.

Veiros, uma localidade da Mesa Mestral da Ordem de Avis, objeto de uma sentença de D. João III (1531)

Paula Pinto Costa

Maria Cristina Pimenta

Veiros, uma localidade do Alto Alentejo próxima de Castela, pertence à Ordem de Avis, pelo menos desde o século XIII¹. O contencioso entre o concelho de Veiros e o Mestrado de Avis, objeto do presente trabalho, é-nos dado a conhecer através de uma carta de sentença de D. João III. Embora datada do início da década de trinta do século XVI, não seria uma situação nova. Já no passado, foi levada a cabo a estratégia de apresentação em cortes de certas questões, a propósito de diversas matérias polémicas. Com efeito, já em 1329 estão identificadas umas demandas dos concelhos de Veiros, de Avis e de Fronteira, que questionavam a jurisdição da referida Ordem nessas vilas². A título complementar, tenha-se em conta que nas cortes de Lisboa de 1439 os procuradores desta vila alentejana estiveram presentes³, bem como nas de Santarém no ano de 1468⁴.

A forma como esta vila entrou para o senhorio da Ordem de Avis é obscura à luz da investigação histórica. Quanto ao seu estatuto, está documentado, já em 1327, que Veiros pertencia à Mesa Mestral⁵. O facto de a Ordem de Avis nesta década de trinta do século XIV ter estruturado os bens que geria, alocando-os ao mestre ou aos comendadores, deve ser interpretado no contexto do que acontece com as Ordens de Cristo e de Santiago nessa mesma altura. De facto, as três referidas ordens, pelos anos de 1326-1327⁶, desenvolveram esforços de inventariação patrimonial semelhantes com o propósito de atribuir responsabilidades na sua administração. Salvo melhor opinião, este procedimento representa uma estratégia concertada, em resposta a problemas que ultrapassam a esfera interna das ordens. Se no caso da Ordem de Cristo, esta diligência parece mais fácil de perceber, uma vez que havia sido criada há menos de uma década e exigia o rastreio de

1 CUNHA, 1989: 57 e 130, sendo que na primeira referência aponta o comendador Martim Fernandes em exercício de funções em 18 de março de 1299.

2 ANTT – *Ordem de Avis*, caixa 4, maço 3, n.º 267, 268 e 311. CUNHA, 1989: 189, OLIVEIRA, 2009: 49 e 218, MENDONÇA, 2007: 148.

3 SOUSA, 1990, 2: 66, OLIVEIRA, 2009: 250.

4 SOUSA, 1990, 2: 66.

5 OLIVEIRA, 2009: 523.

6 Para a Ordem de Cristo, veja-se o texto de 1326 (*Monumenta Henricina*, 1960, I, doc. 74: 150-160. A contextualização deste diploma pode ler-se em SILVA, 2002: 46-47). Para a Ordem de Santiago são conhecidos os Estabelecimentos de 1327 (ANTT – *Ordem de Santiago*, códice nº 141, fl. 1-15v, publicado por BARBOSA, 1998: 231-236. Outra versão em ANTT – *Ordem de Santiago*, códice nº 272, fl. 179-182, publicado em Livro dos Copos, 2006: 371-377). Sobre estes Estabelecimentos deve ser consultado o artigo de AYALA MARTINEZ, 1997: 53-67. Finalmente, sobre as *Definições de Avis* de 1327 salienta-se a importância do texto recente de OLIVEIRA, 2012: 371-388.

bens, tendo em conta o seu necessário controlo pela monarquia⁷, nos casos das Ordens de Avis e de Santiago, as motivações mais imediatas podem ter outro enquadramento. Com os Espatários importava demarcar os territórios portugueses dos castelhanos, fragilizando, assim, o vínculo jurídico para com o convento de Uclés, tão problemático para o reino português, como bem ficou expresso no reinado de D. Dinis⁸. Para a Ordem de Avis, a situação de forte dependência frente a Calatrava também constituía uma realidade, de certa forma, tão preocupante para o poder régio português quanto o caso dos Santiaguistas, se bem que a intervenção régia na relação com Calatrava não fosse tão acentuada. Face à simultaneidade com que estas ações se processaram, permitimo-nos salientar a importância com que as diversas instâncias do poder as encaravam.

A despeito da presença da Ordem de Avis em território português datar de meados da década de setenta do século XII⁹, a identificação das comendas somente é possível a partir do século XIII¹⁰, tendo sido elaborado o seu elenco até cronologias bem mais tardias¹¹. Importa, ainda, interpretar a rede de bens adstrita à Mesa Mestral, tal como a conhecemos para o mestrado de D. Fernão Rodrigues¹², até porque é no seu âmbito que se inclui a localidade em apreço¹³. No seu todo, estes bens estavam localizados em três grandes áreas em torno do percurso do Tejo entre Santarém e Lisboa, no Alto Alentejo, onde se insere Veiros e no que constitui o núcleo mais concentrado destes bens, e uma terceira área de menor expressão em torno do vale do Guadiana. Se do ponto de vista metodológico, o estudo das comendas apresenta resultados mais consolidados, a definição e explicação do património pertencente à Mesa Mestral carece de uma investigação mais detalhada, pese embora tenham sido dados passos importantes na sua caracterização em trabalhos recentes¹⁴. A dificuldade irá, no entanto, persistir, se pensarmos na evolução da Mesa ao longo de cronologias posteriores. Com efeito, não deve ser esquecido que, por meados do século XV, certos bens pertencentes à Mesa Mestral foram alienados e transferidos para a gestão de comendadores, fruto de uma conjuntura política que exigia uma colaboração direta destes indivíduos com o poder régio. Dito por outras palavras, as fidelidades políticas em discussão no *ciclo de Alfaroabeira* ajudam a perceber a alteração da titulação destes bens patrimoniais¹⁵.

Atendendo ao perfil da documentação conservada até aos nossos dias, Veiros não constitui um caso especialmente referido nos diplomas o que dificulta a análise e compreensão do seu posicionamento no âmbito da Ordem Militar, situação que não é compensada pelas informações fornecidas pelas visitas do século XVI¹⁶.

Quanto à dimensão da vila e aos bens que integravam o seu património também não é possível obter grandes esclarecimentos. Em 1364-1366 estão documentados em Veiros certos bens que pertenciam à Mesa Mestral, em concreto, o armazém do castelo, bens rústicos e urbanos, as dízimas das igrejas, a terça parte das rendas dos fornos, bem como direitos vários relativos à portagem, açougagem e meirinhado¹⁷. Mais tarde, já

7 SILVA, 1997: 28-29.

8 CUNHA, 1991: 163-169, AYALA MARTÍNEZ, 1997: 53-67.

9 CUNHA, 1995: 114-115.

10 Com efeito, de acordo com CUNHA, 1989: 56, a data mais recuada que se conhece é a que identifica o comendador de Coruche em Abril de 1222.

11 Para o período que medeia entre 1330 e 1449, veja-se OLIVEIRA, 2009: 287-293 que apresenta um elenco de 32 comendas. Cfr. PIMENTA, 1997: 192, onde se apresenta um mapa com a localização das comendas que a documentação do Mestrado de D. Fernão Rodrigues permitiu identificar (1387-1433). Alguns dados relativos ao governo de D. Jorge (1491-1550) em PIMENTA, 2001: 143.

12 PIMENTA, 1997: 193, onde se identificam 21 localidades onde a presença da Ordem está assinalada. Como complemento de informação, pode referir-se que a localidade de Veiros no século XVI continuava a ser pertença da Mesa Mestral (PIMENTA, 2001:140).

13 Sabe-se hoje, através da publicação das *Definições* de Avis de 1327 que, já nessa data, "a casa de Veiros" integrava a Mesa Mestral da Ordem de Avis (OLIVEIRA, 2012: 376). Este autor informa, ainda, que, a mesma fonte refere o alcaide de Veiros como membro do séquito do Mestre (OLIVEIRA, 2012: 375).

14 OLIVEIRA, 2009: 91 - 106 e OLIVEIRA, 2012: 371-388.

15 PIMENTA, 2003: 990-992.

16 Com efeito, na obra de FARINHA; JARA, 1997: 368-369, ao ser registado o elenco das localidades visitadas no tempo de D. Jorge, Veiros não faz parte do universo considerado pelos visitantes.

17 OLIVEIRA, 2009: 100.

em finais desta centúria, a dependência em relação à Mesa Mestral permanece inalterável como se percebe pela consulta da documentação do mestrado de D. Fernão Rodrigues¹⁸. Em linhas gerais, e uma vez que de Veiros não se conhece qualquer processo de visitação feito por parte da Ordem ao longo da Idade Média, não é possível acrescentar outros elementos sobre esta vila alentejana. Assim, é nestas circunstâncias que partimos para a leitura e interpretação de uma sentença régia de D. João III, um processo complexo e minucioso que nos pareceu merecedor de umas breves notas.

Chegados a 23 de dezembro de 1531¹⁹, é emitida uma carta de sentença, em resultado de um conflito que se adivinha perdido no tempo e ao qual os moradores de Veiros, os oficiais do concelho, a hierarquia da Ordem de Avis e os desembargadores régios não seriam alheios, dado o teor da questão que causava a discórdia. Efetivamente, discutia-se um problema comum a muitas outras localidades portuguesas, procurando-se apurar a jurisdição sobre Veiros e os protagonistas que a exerceriam. Longe de consensos, o processo arrastou-se e conheceu diversas etapas, sendo possível elencar as mais significativas, já que a referida sentença se lhes reporta: apresentação do libelo, réplica mútua por parte dos envolvidos, inquirições, intervenção do corregedor da comarca, divisão da população em dois blocos opostos e, por fim, a sentença.

Na teoria, e frente à justiça, tudo se inicia no momento em que Veiros apresentou um conjunto de queixas. Na prática, as oposições e as discussões já remontariam a um passado que não conseguimos reconstruir, embora justificasse a colocação do problema nas cortes de Torres Novas. Nesta assembleia, os procuradores de Veiros pedem a intervenção régia para cinco problemas em concreto, que passamos a enunciar.

Em primeiro lugar, o ouvidor do Mestrado de Avis era acusado de tirar os róis das penas da chancelaria, situação de que os moradores queriam ficar isentos, pois significava uma intervenção no foro judicial que afetava o regular funcionamento das instâncias de justiça a que essas pessoas estariam sujeitas²⁰. O rei responde, face a esta situação, que se fizesse como era habitual.

Em segundo lugar, o mestre de Avis e Santiago tomava os ofícios de juiz dos órfãos, escrivão dos órfãos, escrivão da almotaçaria, escrivão da câmara e o da coutada das herdades que eram do concelho, o que ia contra os direitos da vila que se considerava senhora destas prerrogativas. Em relação a estes assuntos, a posição da vila e do Mestrado são diametralmente opostas, o que justifica que o Mestre diga que esta escolha sempre constituiu atribuição da sua instituição desde, pelo menos, o tempo de Afonso V. O rei responde que seguissem a orientação expressa no capítulo e cartas que invocavam. A este respeito, devemos, no entanto, ter presente que no reinado de D. Manuel estes ofícios, à semelhança de outros, tinham conhecido um reenquadramento normativo²¹, na sequência do *corpus* legislativo já compilado no tempo de D. Afonso V.

Em terceiro lugar, os moradores de Veiros sentiam-se agravados pelo facto de o Mestre de Avis e de Santiago ter dado a jurisdição da vila a António de Mendonça, alcaide-mor de Veiros. O prejuízo resultava do facto de este indivíduo da família dos Furtado de Mendonça ter confiado todos os referidos ofícios à sua gente e criados "com favor que tinham do dicto seu senhor per elle teer a dicta jurdiçam faziam todo o que queryam [... e] com favor dos dictos seus ofícios e asy do alcaide moor destruiam a terra e frutos della com favor que tinham do dicto seu senhor per elle teer a dicta jurdiçam"²². Neste sentido, pedem ao rei que os liberte

18 OLIVEIRA, 2009: 104, nota 327. Cfr. PIMENTA, 1997: 189.

19 ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 989.

20 Nas *Ordenações Manuelinas*, Livro 2, título XLIX ("Que nenhuma pessoa possa poer Ouvidor, que nom seja da Nossa Jurisdiçam. E que nom se entenda derogada ninhua Ordenaçam por ElRey, se da substancia della nom defer expressa mençam"), encontram-se instruções claras sobre a atuação dos ouvidores e a jurisdição que os mesmos representam.

21 Embora, no âmbito deste trabalho, não seja possível analisar com detalhe as atribuições reconhecidas a estes oficiais, optámos por remeter para a consulta dos próprios diplomas nas *Ordenações Manuelinas*, Livro 1, título LXVII ("Do Juiz dos orfãos, e cousas que a seu Officio pertencem"), título LXVIII ("Do Escrivam dos orfãos, e do que a seu Officio pertence"), título LIII ("Do Escrivam da Almotaçaria, e cousas que a seu Officio pertencem"), título LII ("Do Escrivam da Camara, e cousas que a seu Officio pertencem").

22 ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 989, fl. 1.

de *tamanha opressão*, e que os referidos homens fossem impedidos de continuar a usar dos ofícios. Com o objetivo de atenuar o fundamento desta queixa, o Mestre alega que António de Mendonça é comendador da vila e não detém a jurisdição de que o responsabilizam, tentando, desta forma, invalidar as acusações feitas. Face ao pedido formulado, o monarca decide que António de Mendonça não deveria usar mais da jurisdição e que os ofícios fossem retirados aos seus criados se estivessem contra a ordenação.

Saliente-se que já nas cortes de Elvas de 1361 é dito que “os ofícios andavam sempre em algumas pessoas e outros naturais da terra que os mereciam os não haviam”²³. A manipulação do acesso às magistraturas manter-se-á, mesmo na vigência da *Ordenação dos Pelouros* (1391), à partida impulsionadora de um processo eleitoral, embora a escolha partisse da elaboração de listagens dos homens elegíveis para determinado cargo, o que dava azo a arbitrariedades e que acabou por favorecer a consagração de certas elites locais. No caso presente, o diploma é esclarecedor desta realidade, uma vez que menciona que sendo Veiros um “lugar pequeno e os moradores della serem muyto travados e conjuntos huuns aos outros per parentescos era causa que fazendo se juntos os oficiaes pera tres anos se achavam muytas vezes parentes huuns dos outros”²⁴. Saliente-se que segundo o numeramento de 1527-32, Veiros teria 296 fogos e 1362 vizinhos, o que constitui um indicador da pequena dimensão da comunidade²⁵.

Em quarto lugar, o Mestre de Avis e de Santiago, sempre que se faziam intervenções nas casas e no castelo da vila ou outros aposentos, obrigava os moradores a colaborar nas obras contra as ordenações régias e regimento das próprias obras. De facto, o Mestre reconhecia que a fortaleza e castelo de Veiros precisavam de obras, nomeadamente de alteamento da torre de menagem por ser muito baixa, e de reconstrução de algumas casas adossadas à torre para aprovisionamento de artilharia, pólvora e serventia da própria torre. No entanto, e segundo as suas declarações, fora o provedor da comarca quem mandara fazer a obra e não ele próprio nem o alcaide. O monarca isenta os moradores desta obrigação, exceto nos muros e fortaleza e naquelas em que nos regimentos e nas ordenações²⁶ o povo era obrigado a colaborar.

Em quinto e último lugar, a fechar o elenco de pedidos, e de acordo com os procuradores de Veiros, a periodicidade de renovação no exercício dos ofícios de juiz, vereador, outros oficiais da vila e ouvidor era anual e não estava a ser respeitada a regularidade de três em três anos, como constava dos privilégios, capítulo e carta que dos mesmos ofícios tinham. Para além de solicitarem a eleição no referido intervalo de tempo, queriam também que no encerramento do processo eleitoral estivesse presente um juiz e um vereador dos mais velhos para garantirem o procedimento adequado. O contra-argumento do Mestre, para justificar a renovação dos titulares dos ofícios, centra-se no afastamento de atitudes menos corretas decorrentes de uma permanência mais alongada nos cargos (três anos), acrescentando que esta sua decisão se aplicava a todas as vilas do mestrado. O rei, no entanto, manda que a eleição se fizesse de três em três anos como estabelecia a ordenação.

Em síntese, as queixas são múltiplas e versam questões judiciais, jurisdicionais, materializadas na capacidade de escolha de oficiais concelhios, senhoriais, na vertente da intervenção no concelho, e municipais, em concreto sobre obras públicas. Todas estas matérias, de difícil resolução, constituem um lugar-comum na gestão dos diversos municípios portugueses. Em particular, a intervenção senhorial nos concelhos é uma realidade que remonta às próprias origens destas instituições, tanto mais que houve casos de entidades deste perfil que foram criadas ou legitimadas por senhores, os quais, não raras vezes, outorgavam cartas de foral em

23 MORENO, 1995: 319.

24 ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 989, fl. 5.

25 DIAS, 1998: 19.

26 *Ordenações Manuelinas*, Livro 2 (Título XLIV: “De como os Castelos ham de seer repairados”).

favor destas comunidades²⁷. O facto de existirem concelhos sobre os quais impendia uma jurisdição senhorial potenciou este tipo de intervenção ameaçadora da própria autonomia local. A partir do século XIV, verifica-se uma alteração significativa ao nível dos concelhos, tanto pelo aumento da legislação régia específica que os afetava²⁸, em sinal do maior controlo que a monarquia exercia, como pela ingerência crescente com que os senhores se colocavam frente a estas comunidades²⁹. A nível local, estes dois elementos distintos (ingerência régia e senhorial) foram fatores de forte perturbação³⁰. Sublinhe-se, que as alianças entre os municípios e as entidades senhoriais dificultavam a afirmação do poder régio e, por isso, eram alvo da atenção do rei³¹. Há casos conhecidos em que a interação de forças entre os senhores e os seus apaniguados, por um lado, e o rei, por outro, se revela bastante complexa e encontra a sua melhor expressão no âmbito municipal³². Na sua generalidade, as Ordens Militares, embora tenham aplicado o modelo municipal aos territórios que possuíam, e tenham gizado um quadro de colaboração com as entidades municipais, acabaram por alimentar diversos conflitos com as mesmas, o que se pode enquadrar neste tipo de questões³³.

Como já deixamos antever, as respostas do monarca são claras e remetem para práticas em uso corrente e para documentos em que regulamentavam (como ordenações) os aspectos em debate. Dada a cronologia em que se situa este diferendo, não estranha esta moldura decisória. A monarquia soube estabelecer com os concelhos fortes elos de poder não concorrencial, encontrando, no seio dos mesmos, espaço de intervenção e de afirmação da autoridade do Estado.

Não se conhecem as versões originais das queixas enviadas às cortes redigidas nos municípios, mas apenas os textos com as respostas régias, e nos quais os oficiais do rei incorporavam os pedidos a que correspondiam. Como se sabe, a manipulação dos artigos levados a cortes constituiria uma preocupação de monta, como já se fazia notar nos capítulos gerais das cortes de 1439, em que se discutia a legitimidade do teor de umas queixas apresentadas por Bragança, não assinadas pelos respetivos homens bons³⁴. Se bem que para Veiros não se conheça este tipo de reservas, não podemos excluir a hipótese de tal também ter preocupado as entidades que conduziam o processo.

Feito este enquadramento, importa acompanhar com mais detalhe o decurso da causa. Confrontado com o manancial de questões já relatadas, D. João III acompanha o desenrolar de processo que conheceria diversas etapas. Com efeito, o rei concedeu ao Mestre da Ordem de Avis trinta dias para apresentar os argumentos ao juiz régio, que havia sido indicado para o efeito. Depois de o Mestre ter dado resposta a este quesito, o rei ordenou que a vila apresentasse artigos de contrariedade que, de facto, foram enviados. Neste seguimento, o Mestre apresentou uma carta da câmara, assinada pelos oficiais e homens bons da vila, na qual declararam que

27 COELHO, 1996: 578, onde é apresentado um gráfico de barras que espelha a relação da outorga de forais régios e particulares entre 1100 e 1324.

28 Como por exemplo, o *Regimento dos Corregedores* já com indicações sobre o modo de escolha e de atuação dos vereadores (*Ordenações Afonsinas*, Livro I, título XXIII e publicado em CAETANO, 1981: 151-174) e a *Ordenação dos Pelouros* (publicado em COELHO; MAGALHÃES, 1986: 129-130), ambos do século XIV.

29 COELHO, 1990, COELHO, 1997: 25-46.

30 Um exemplo já clássico é o conflito gerado pela nomeação de corregedores por parte do rei, cuja ação interferia com interesses locais. A este propósito veja-se, por exemplo, MORENO, 1989: 77-88.

31 Tenha-se em conta, por exemplo, as *Ordenações Manuelinas*, Livro 5, título LXX ("Que os Concelhos nom façam concertos com os Senhores, e Fidalguos sobre suas rendas. E assi que ninhua pessoa se concerte com outra, por lhe fazer despachar em Nossa Corte alguu neguocio").

32 BARATA (ed.), 2001; DUARTE; FERREIRA, 1989: 175-221, FERREIRA, 1990: 47-69.

33 Como documentam os seguintes estudos: CORRÊA, 1991: 303-311, COSTA, 2003, III: 1223-1229, MARQUES, 1988: 95-111, OLIVEIRA, 2005: 735-745, SILVA, 1991: 273-301.

34 CUNHA; COSTA, 2006: 147, onde se cita um exemplo relativo a Bragança: "vos os procuradores das ciudades e villas dos nossos regnos nos apresentaram hua soma de capitolllos espeeiaes os quaes nom eran asiinados pellos homeens boons de cada hua cidade e villa que vos a nos enviáis podera ser que depois que em a nosa corte sooes vos acrescentarees alguuns capitolllos [...] de que os outros nom sabem parte e per ventura per taees requerimentos nom serom contentes" (Arquivo Distrital de Bragança – doc. 71 P, fl. 5v). Para uma perspetiva mais ampla sobre esta questão, veja-se COELHO, 1995, II: 51-56.

não queriam seguir com a demanda judicial por não ser proveito da vila e por o Mestre não ter “repreçam”³⁵. Assim, a vila e os seus procuradores não deram prova aos artigos de contrariedade. Com o objetivo de obter esclarecimentos, o Mestre mandou tirar inquirição de testemunhas, a qual foi aberta e publicada na devida altura. Chegadas a este ponto, o Mestre e a vila declararam o feito concluído. Porém, o monarca mandou passar carta ao corregedor da comarca, para que este fosse pessoalmente a Veiros e fizesse chamar e notificar os moradores da vila, para que um escrivão da correição tomasse registo das vozes e juramento de cada um. A partir deste levantamento de informação, faria assentar num rol próprio as pessoas que queriam fazer a demanda e numa outra listagem os que não queriam dar continuidade ao diferendo.

Neste sentido, deu instruções que se a maior parte quisesse fazer a demanda, então o corregedor os citasse e fizesse seguir o feito para a corte régia por intermédio de um procurador. O corregedor, em cumprimento das instruções do rei, cumpriu esta diligência e disse que somente 27 pessoas afirmaram querer dar continuidade à demanda. Como previsto, estes 27 escolheram um procurador em câmara e colocaram os bens do concelho como penhor, o que viria a hipotecar o processo. De facto, a demanda não se deveria fazer à custa dos bens do concelho, uma vez que a maior parte dos moradores não queria seguir com a contenda. Com base neste argumento, D. João III declarou nula a citada procuração. Para dar seguimento ao caso, o monarca mandou fazer pregão com o objetivo de citar as 27 pessoas para rebaterem o Mestre, embora não tenham aparecido, nem tenham submetido documentação comprovativa. A consequência foi imediata – foram julgados à revelia. O conteúdo da sentença não deixa margem para dúvidas. O rei decide, em primeiro lugar, que o Mestre fosse conservado na posse de todos os referidos ofícios como até esse momento esteve e, em segundo, que o modo e a forma de procedimento nas eleições respeitasse a ordenação respetiva.

Quanto à tramitação judicial, Gil Fernandes foi o contador das custas do processo, cujo montante ascendeu a cinco mil reais, pagos ao escrivão, e a outras despesas do processo, decorrentes da assinatura, registo na chancelaria e selo. Tenha-se, ainda, em conta que o procurador do Mestre pagou 500 reais da dízima das custas na chancelaria. O rei definiu detalhadamente as penas pecuniárias de todos os envolvidos no processo³⁶.

Já em relação às decisões régias, sublinhe-se a distância entre, por um lado, as respostas aos artigos apresentados nas cortes de Torres Novas, sempre salvaguardando o costume e as ordenações, sem nunca rebater em absoluto as petições do concelho, e, por outro lado, o julgamento final de D. João III, feito à revelia, que consagra o poder do Mestre sobre a vila de Veiros, exigindo o respeito integral da ordenação que regulava a eleição dos oficiais municipais³⁷.

Finalmente, pela sentença que estudamos, é possível estabelecer um elenco dos oficiais da câmara de Veiros em exercício de funções no ano de 1531. Embora sem grandes hipóteses de identificação deste conjunto de homens nem do período de tempo em que estiveram na condução do poder municipal, deve registar-se que a demanda foi iniciada na época dos juizes Pero Afonso do Monte, Afonso Rodrigues e Pero Anes³⁸ e dos vereadores Pero Dias, Brás Álvares e António Gonçalves³⁹. Na continuação do processo, outros oficiais foram envolvidos, sem se conseguir, no entanto, apurar o tempo que medeia entre estes dois momentos, como foi o

35 ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 989, fl. 5.

36 ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 989, fls. 8-9.

37 A este respeito, convém ter presente que a primeira legislação sobre eleições municipais foi promulgada no reinado de D. João I, corria o ano de 1391 (publicado em COELHO; MAGALHÃES, 1986: 129-130). O próprio Regimento dos Corregedores explicitava o modo de atuação neste domínio (excerto publicado em COELHO; MAGALHÃES, 1986: 131-132). Deste modo, o procedimento eleitoral no século XVI já estava perfeitamente enraizado nas práticas administrativas e não era compatível com cumprimentos pontuais determinados por interesses senhoriais.

38 ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 989, fl. 8. A fonte associa os dois primeiros juizes, enquanto, no caso do terceiro elemento, embora o refira nessa mesma condição, o mencione separadamente.

39 ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 989, fl. 8.

caso de João Gomes⁴⁰, juiz da vila, e de Martim Fernandes e Diogo Fernandes, vereadores⁴¹. Estes elementos, que aqui nos aparecem de uma forma isolada, se integrados num conjunto de dados sobre a sociedade local, como por exemplo a relação de comendadores, permitiriam, porventura, explorar pistas que melhor explicassem a constituição das elites de Veiros e as suas ambições de poder⁴².

Apresentados os elementos constitutivos desta sentença, seja-nos permitida uma reflexão final em torno de algumas questões que a interpretação da mesma pode favorecer.

Em primeiro lugar, o estatuto de Veiros no âmbito da Ordem de Avis. Como demos nota no início do texto, Veiros integrava a Mesa Mestral, o que significa que tinha uma proximidade muito grande com o Mestre. Tratando-se de uma localidade da Mesa Mestral da Ordem de Avis, era de facto ao Mestre que cabia a responsabilidade de a administrar, plataforma que o monarca não contraria, antes, acaba até por apoiar. As irregularidades declaradas pelas queixas dos moradores da vila passam pela transposição deste poder mestral para um comendador, uma situação recorrente no quotidiano das Ordens.

Em segundo lugar, a cronologia do diferendo, ou seja, a década de trinta do século XVI, altura em que as Ordens de Avis e de Santiago eram governadas por D. Jorge, filho bastardo de D. João II. Ainda a propósito do significado destes tempos para as Ordens Militares, destaque-se que na vizinha Espanha, reino em que as similitudes com estas instituições são assinaláveis, a monarquia já as tinha colocado definitivamente sob a sua órbita, datando a bula correspondente de 1523⁴³. Como se sabe, em Portugal este processo irá ser mais moroso e só conhecerá o desfecho final em 1551⁴⁴, ano em que foi promulgada a bula de anexação dos mestrados à coroa. Por esta razão, torna-se, a nosso ver, interessante ponderar sobre o desfecho desta sentença régia enquanto tradução do equilíbrio com que se processavam as relações entre a coroa e estas ordens numa conjuntura temporal em que o monarca era já governador de uma ordem militar, a Ordem de Cristo.

Em terceiro lugar, importa conhecer com alguma proximidade a família que se vê envolvida neste processo, isto é, os Mendonça e tentar perceber o papel que tiveram nesta Ordem. A sua ligação de proximidade à instituição não é desconhecida e foi já calculado que, na década de trinta do século XVI, esta linhagem detinha “33% das comendas da Ordem de Avis”⁴⁵. Trata-se, pois, da família de D. Ana de Mendonça, mãe de D. Jorge, governador de Avis e de Santiago desde 1491⁴⁶. No caso do comendador António de Mendonça, visado na carta de sentença, sabe-se que era irmão de D. Ana e, por consequência, tio de D. Jorge. Dos dados já hoje coligidos a seu respeito⁴⁷ importa referir que, para além da comenda de Veiros terá ainda garantido a administração de outras localidades (por exemplo, do Cano, de Serpa e de Moura) e que se encontrava presente na reunião capitular da Ordem de Avis de fevereiro de 1538. Neste caso concreto, António de Mendonça recebera indevidamente a administração de uma localidade da Mesa Mestral da Ordem de Avis, já que, atendendo ao estatuto da localidade – integra os bens da Mesa Mestral –, a vila deveria ser diretamente gerida pelo mestre e nunca confiada a um comendador⁴⁸. No entanto,

40 ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 989, fl. 8. A referência a João Gomes, na qualidade de juiz, é precedida da menção a Afonso Pais. Embora o amanuense tenha escrito o termo juiz no singular, admitimos como provável que o título se reporte também a Afonso Pais, dado que são estes os primeiros oficiais a que o diploma se refere.

41 ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 989, fl. 8.

42 COSTA, 2005: 105-118.

43 POSTIGO CASTELLANOS, 2009: 847-887.

44 Bula de Júlio III, *Praeclara charissimi in Christo* (ANTT – *Gaveta 4*, maço 1, doc. 18; *Gaveta 5*, maço 3, doc. 4, publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962, II: 60-68 e 391-399, respetivamente).

45 MENDONÇA, 2009: 213.

46 Bula *Eximiae devotionis affectus*, de 29 de dezembro de 1491, ANTT – *Bulas*, maço 26, documento 18; maço 11, documento 4. PIMENTA, 2001: 81.

47 Para seguir os passos deste comendador podem ser consultadas as obras de PIMENTA, 2001: 341-342, SOVERAL; MENDONÇA, 2004: 87-88, MENDONÇA, 2007, I: 846-848 e VASCONCELOS, 2008: 143-145.

48 PIMENTA, 2001: 142, onde se apresenta um quadro com a indicação de localidades e bens da Ordem de Avis entregues a diversos comendadores no período do mestrado de D. Jorge.

a importância desta linhagem junto do governador da Ordem é impossível de ser ignorada e pode mesmo justificar a concessão de que foi alvo.

Muito possivelmente foi esta família, a par dos seus descendentes diretos, quem, mais de perto, sustentou a orientação da política de D. Jorge no âmbito das duas ordens que administrava. Com efeito, D. Luís de Lencastre, filho de D. Jorge e comendador mor de Avis, é, também, comendador de Estremoz, Coruche, Alcanede, Veiros, Alandroal, Seda e Fronteira⁴⁹. Assim, a partir de 1534, a escolha de D. Jorge para substituir a já tradicional titularidade da família dos Mendonça na comenda de Veiros recai num dos seus filhos, o que acentua a importância deste património⁵⁰.

Em quarto lugar, resta uma última observação em torno do posicionamento geoestratégico de Veiros, o qual pode ajudar a perceber a menção a questões militares que aparecem explícitas e implícitas ao longo do processo. A proximidade da raia de Castela seria suficiente para que existisse por parte da Ordem (e, necessariamente, do rei) uma atenção especial a exigir obras na fortaleza e no seu entorno. Fala-se concretamente na necessidade de alteamento da torre⁵¹ e de dotar o local com casas destinadas ao aprovisionamento de artilharia e pólvora. Esta última preocupação encontra raízes antigas, nomeadamente do tempo do rei Pedro I, quando, por morte do mestre de Avis, D. Martim do Avelar, o monarca entregou o armazém do castelo ao alcaide Lourenço Mendes Pestana⁵². Este alcaide tinha indicação régia para não permitir que se retirasse “nada do que estivesse no dicto castelo”⁵³, sinal claro do interesse régio pela dimensão militar desta vila. Nessa altura, aliás, de entre as várias localidades da Ordem, somente “no Alandroal, Juromenha, Noudar e Veiros é referenciada a existência de ‘depósitos de armaria e equipamentos militares’”, como apurou Mendonça⁵⁴. Sabe-se, ainda, que no século XIV, a localidade da Ordem tinha um corpo de 21 besteiros⁵⁵, um número ligeiramente superior ao que se encontra apurado para os anos finais do reinado de D. João I e que as *Ordenações Afonsinas* registam⁵⁶. Mais tarde, já em tempo do mestre D. Fernão Rodrigues, o alcaide de Veiros foi escolhido para seu procurador⁵⁷, indício possível de uma proximidade entre estes homens certamente não alheia ao desempenho das funções do segundo na referida localidade. Os objetivos militares associados à região do Alto Alentejo serão sempre uma realidade, tanto mais que a proximidade ao reino vizinho é acentuada, o que pode explicar as campanhas de intervenção em estruturas defensivas aí localizadas ao longo dos tempos tardo-medievos⁵⁸.

O interesse da questão jurisdicional, levantada pelo documento em análise, não se encerrou com a sentença de 1531. Pouco mais tarde, foi lavrado um traslado em pública forma, a pedido da Ordem, pelo bacharel Pero Machado⁵⁹, cavaleiro da Ordem de Santiago e procurador da Ordem de Avis “por ser dada em favor da dita Ordem contra os oficiaes e povo da vila de Veiros”, passado em 28 de maio de 1532, na vila de Setúbal⁶⁰. O retomar do documento e a produção de uma cópia de valor jurídico-probatório pode indiciar a continuação

49 ANTT – *Gaveta 4*, maço 1, n.º 9.

50 Como notou MENDONÇA, 2007: 823.

51 Não muito longe de Veiros, em Terena – uma localidade sob jurisdição temporal da Ordem de Avis – foi construída, de origem, uma torre de menagem no século XVI. A mesma tinha com 16,20 m de altura, tal como nos informa BARROCA, 2006: 87-89.

52 OLIVEIRA, 2009: 139 e 363-365.

53 MENDONÇA, 2007, I: 177.

54 MENDONÇA, 2007, I: 186. Para Veiros, o conteúdo era o seguinte: 21 Bestas; 18 Cambaíses; 5 Caneleiras; 5 Capelinas; 50 Capelos de ferro; 14 Coifas; 5 Coxotes; 2 Elmos; 136 Escudos grandes; 7 Escudos pequenos e Adagas; 2 Espadas; 35 Gorjeiras; 3 Jubetes; 2 Lanças; 2 Lorigas; 8 Lorigas de corpo; 8 Lourigões; 6 Luvas; 1 Maça de Armas; 1 Maça de ferro; 1 Machado; 2 Perneiras; 3 Selas; ±1100 Setas (MENDONÇA, 2007, I: 198).

55 MENDONÇA, 2007, I: 201.

56 *Ordenações Afonsinas*, Livro I, título LXVIII: 439, onde se aponta um número de dezasseis besteiros.

57 OLIVEIRA, 2009: 244.

58 BARROCA, 2006: 84-98, onde descreve detalhadamente a 3.ª fase de obras no castelo de Terena entre 1509 e 1517, cronologia não muito afastada da que nos ocupa neste estudo.

59 PIMENTA, 2001: 559.

60 ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 994, fl. 1.

dos problemas *in loco* ou a necessidade de acumular jurisprudência sobre esta matéria jurisdicional, dada a recorrência com que a mesma se colocava nas terras de um senhorio como é o caso de uma ordem militar.

Apêndice documental

1531.12.23, Viana

D. João III outorga carta de sentença sobre a jurisdição de Veiros, num pleito entre a Ordem de Avis e o concelho da referida localidade, com deliberação contrária aos interesses da edilidade.

ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 989 (versão que se transcreve).

Insero em pública-forma de 1532.05.28, Setúbal (ANTT – *Ordem de Avis*, n.º 994).

[fl.1] Dom Joham per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves d'Aquem e d'Allem Mar em Hafrica e Senhor de Guine e da conquista navegaçam comercio d'Etiopia Arabia Persia e da India. A todolos corregedores ouvidores juizes justiçaes hoficiaees e pessoas a que o conhecimento pertencer e esta minha carta de sentença for mostrada saude. Facemos saber que a villa de Veiros me enviou per seus procuradores requerer nos capitollos particulares nas cortes que fiz na villa de Torres Novas que os officiaees e moradores da dicta villa heram muyto agravados pello ouvidor do mestrado d'Aviis em lhes fazer tirar os roees das pennas da chancelaria sem lhe dar nenhum previo (*sic*). Pedindo nos que lhe tirase a dicta sogeiçam por quanto nunca se o semelhante fizera senom algua ora. Ao que eu respondy que se fizesse como se sempre fezera e que se nom fizesse niso emnovaçam algua e mandey ao ouvidor do dicto mestrado que visse como se sempre fezera e que asy o fizesse d'hy em diante sem nisso emnovar coussa algua. E o segundo apontamento s'agravavam do mestre d'Aviis e Santiago duque de Coimbra meu muyto amado e preçado primo em lhe teer tomado os officios de juiz dos orfaos escripvam delles e d' almotaçaria e da camara e asy o da coutada das herdades que de tempo inmemorial eram do concelho e estava em posse de os dar de tres em tres anos. Pedindo me que mandasse tornar a dicta villa a sua posse como se continha nos seus privilegios capitollo e carta que dos dictos officios tinham. Ao que eu respondy que avia por bem e mandava que o dicto capitollo e carta que diziam que tinham dos dictos officios se lhe goardasse inteiramente asy e como nelles fosse decrarado. E no terceiro capitollo m'enviaram dizer que heram muy agravados pello mestre em teer dada a jurdiçam da dicta villa [a] Antonio de Mendonça alcaide moor della e asy [a] apresentaçam dos officios da dicta villa de maneira que os tinha todos dados a seus criados os quaees com favor dos dictos seus officios e asy do alcaide moor destruiam a terra e frutos della com favor que tinham do dicto seu senhor per elle teer a dicta jurdiçam faziam todo o que queriam pedindo me que os tirasse de tamanha opressam [fl.2] e mandasse que nom usassem mais dos dictos officios por se a terra nom perder. Ao que respondy que havia por bem que Antonio de Mendonça nom usase mais de jurdiçam algua na dicta villa e que os officios della nom os tevesem seus criados segundo a ordenaçam decrarava e se os tinham contra forma da dicta ordenaçam mandava que lhe fosem tirados e se alguem algua cousa destas tevesse embargos os viesse alegar perante mym da provicaçam deste meu mandado a quinze dias. E no quarto capitolo m'enviaram dizer que recebiam outro agravo do mestre o qual hera que quando se faziam casas no castello da dicta villa ou outros apousentamentos faziam servir os moradores della nas dictas obras contra forma de minhas ordenações e regimento das dictas obras. Ao que respondy que mandava que os moradores da dicta villa nom servissem nem fosem constringidos a servir em semelhantes obras de casas e apousentamentos salvo nas obras dos muros e fortaleza e naquelas a que pello regimento das dictas obras e minhas ordenações ho povo hera obrigado a dar a dicta serventia e asy mandava que se goardasse inteiramente. E no quinto capitolo m'enviaram dizer que as inleiçoees que se na dicta villa faziam dos officiaees della se nom faziam segundo forma de minha ordenaçam per que avendo de seer feita de tres em tres annos se fazia per huum anno somente. Pedindo me que mandasse que a dicta inliçam se fizesse per tres annos e que ao cerrar da dicta inliçam se fizesse per tres annos e que ao cerrar da dicta inliçam⁶¹ estevesse huum juiz e huum vereador dos mais velhos pera se nom fazer o que nom deve como as vezes se sohya a fazer. Ao que respondy que mandava que a dicta inliçam se fizesse de tres em tres annos segundo forma da dicta ordenaçam a qual mandava que se goardasse em todo neste casso como nella era conteudo o que asy pasey aos XXII dias do mes d'Outubro do anno de mil V^o e vinte e cinco annos segundo no dicto meu alavra e nos dictos capitollos e minhas repostas todo esto milhor estava decrarado. E logo o mestre meu primo m'enviou dizer que a requerimento dos procuradores d'alguas cidades villas e lugares de suas terras e mestrados passava algumas provisoees nos capitollos [fl.3] especiaees que despachara a requerimento dos dictos procuradores por dizerem que eram agravados contra forma de seus privilegios e liberdades pedindo me o mestre que per passar as dictas provisoees contra forma de seus privilegios usso e custume e posse em que estava mandasse que fosse ouvido com sua justiça. E vendo o que me asy dizer e pedir enviou mandey que quaeesquer capitollos e provisoees que de mym ouveram as dictas cidades villas

61 Esta frase foi repetida.

e lugares nas dictas cortes que tocassem ao mestre e suas terras rendas mestrados senhoria fizesse per ellas obra alguma nem usassem dellas e lhe fosse notificado que em trinta dias mandassem mostrar os dictos capitullos e provisoees ao juiz que lhe pera isso hordeney em minha corte ao qual mandey que os ouvesse e fizesse cumprimento de justiça. E nom mandando as dictas cidades e villas requerer sua justiça ouve por bem e mandey que nom usassem das dictas provisoees que lhe pasesy nos dictos capitullos nem se fizesse per eles obra alguma e tendo direito citasem e demandasem o mestre e se faria cumprimento de justiça segundo na dicta provisam milhor e mais compridamente se continha e a dicta villa de Veiros per procuraçam em nome do concelho da dicta villa pareceo per seus procuradores per procuraçam abastante pera em seu nome a dicta villa e oficiaes della oferecer os dictos capitullos e provisoees e requerer sua justiça como de feito ofereceram perante o dicto juiz os dictos capitullos e sua provisoees e outras antigas que tinham dos reis pasados. E o dicto juiz mandou todo ajuntar em proceso e o procurador do mestre meu primo veo com huuns embargos as dictas detreminações em seu nome e da dicta ordem dizendo que a ordem d'Aviis estava em posse pacifica per elle mestre e per seus antecessores de X, XX, XXX, XL, L^{ta} cem annos e de tanto tempo a esta parte que a memoria dos homens nom hera em contraio a olhos e face de todo o povo e seus oficiaes de dar os officios de juiz escriptam dos orfaos e da camara e da almotaçaria e asy d'escriptam das coutadas e herdades per sy e sem a dicta camara [fl.4] nem oficiaes della terem niso alguum direito nem posse e o mesmo direito e posse tinha em totalas outras villas e lugares do dicto mestrado e de XXXV annos a esta parte que elle hera governador e mestre da dicta ordem sempre se deram os dictos officios per el rey meu senhor e padre que aja gloria emquanto per elle mestre governara e despois que elle hera mestre e governava sempre os dera per suas cartas e asy se fazia em tempo d'el rey dom Joham seu padre e d'el rey Dom Afonso seu avoo e per tanto dado e nom concesso que a dicta camara alguum direito tevesse nelles ou pela carta que no fecto oferecera ou per qualquer outra vya a dicta hordem o tinha per scripto contra ella per nunca usarem da dicta carta e a renunciarem e nam fazerem per ella obra alqua per tanto tempo pello que o mestre e hordem receberam agravo na dicta determinaçam e deviam ser conservados em sua posse e que a jurdiçam da dicta villa e criaçam e dada dos oficiaes della he yso mesmo delle mestre e da dicta ordem e de tempo immemorial seus antecessores e elle mestre a tiveram e pesuiram e poseram sempre nella juizes e vereadores e todollos outros oficiaes e sobre elles huum ouvidor que fazia correiçam em cada huum anno pello dicto mestrado todo e os juizes e oficiaes que ora serviam e os outros que antes deles serviram todos foram postos por elle mestre e per suas eleiçoes como deviam sem Antonio de Mendonça comendador da dicta villa teer jurdiçam alqua da mao delle mestre nem usar della em civil nem em crime alta nem baxa per auçam nova nem appelaçam nem agravo nem per outra vya alqua em a dicta villa de Veiros pello que a emformaçam que ha dicta villa e seus procuradores me deram hora sobretriça (*sic*) e nam verdadeira e portanto nom podiam nem deviam usar da dicta detreminaçam. E que tendo a fortaleza e castello da dicta villa necessidade de se levantar hua torre de menagem por ser muyto baixa e de se coregerem algumas casas pegadas a ella pera artilharia e polvora e serventia da dicta torre ho provedor da comarca segundo forma de seu regimento mandara fazer a dicta obra e per seu mandado servio nella ho povo como hera obrigado per bem da ordenaçam e elle mestre nem Antonio de Mendonça seu alcaide moor nom constrangeram pera o [fl.5] dicto serviço pessoa alqua pello que os procuradores da dicta villa diziam mal e o que nom hera e que per a dicta villa ser lugar pequeno e os moradores della serem muyto travados e conjuntos huuns aos outros per parentescos era causa que fazendo se juntos os oficiaes pera tres anos se achavam muytas vezes parentes huuns dos outros e asy per que se descobrem e eram logo sabedores que ficavam eleitos pera sairem os annos seguintes por oficiaes e por escusar estes e outros inconvenientes parecera bem a ello mestre ser mais serviço de Deus e meu e bem de justiças mandar fazer as dictas eleiçoes per huum anno somente e mais nam a qual se fazia segundo forma da hordenaçam e isto nom somente da dicta villa mas em todas as outras do dicto mestrado em que havia a mesma rezam e nesa posse e custume estava de muytos annos a esta parte e se o eu nom ouvese per meu serviço que se faria o que eu mandasse e desto hera publica voz e fama. Pedindo me o mestre que lhe recebesse seus embargos e que per os dictos procuradores dizerem o que nom deviam e me enformarem mal e individamente ouvesem aquella penna e castigo que o direito quer e se revogassem as detreminações que dera pellos dictos capitullos segundo em seus embargos todo esto e outras cousas milhor e mais compridamente he conteudo os quaees embargos lhe eu receby *si et in quantum* segundo forma da ordenaçam e mandey que se a dicta villa e oficiaes della tivessem artigos de contrariadade que viessem a ella com aquella contrariadade a villa veo e lhe foy recebida segundo forma da ordenaçam e por parte do mestre foy apresentada hua carta da camara da dicta villa assignada pellos oficiaes e homens boons e povo da dicta villa que me escrepveram em que antre as cousas em ella conteudas decraravam que elles nom queriam seguir a dicta demanda per nom ser proveito da villa e per o mestre nom ter repicaçam assigney termo ao mestre e aos procuradores da dicta villa pera darem prova aos artigos recebidos e per parte do mestre foram tiradas inquiriçoes de testemunhas e foram acabadas e per a villa e seus procuradores nom darem prova a seus artigos de contrariadade foram lançados [fl.6] de sua prova e as inquiriçoes tiradas per parte do mestre foram abertas e provicadas e tanto alegado per hua e outra parte que o fecto foy concruso. E visto per mym com os juizes com que o mandey despachar mandey pasar carta pera o corregedor desta comarca per a qual lhe mandey que fosse em pessoa a dicta villa de Veiros e fezese chamar e notificar aos moradores da dicta villa e seu termo que a huum dia certo que lhes pera iso assignase fosse juntos na dicta dicta (*sic*) villa e seu termo e juntos com huum escriptam de sua coreiçam tomase as vozes per juramento de cada huum dos sobre dictos decrarando lhes primeiro o caso pera que heram chamados e faria assentar em rol

a partadamente as pessoas que queriam fazer esta demanda e em outra parte as pessoas que a nom queriam fazer trantando e praticando ho proveito ou dano que diso vinha ao dicto concelho. E achando que todos ou a mayor parte queriam fazer a dicta demanda os ouvese por citados e lhes assignasse termo a que viesem seguir o dicto feito e fazer outro procurador que nesta corte por elles alegase de sua justiça. E o dicto corregedor em comprimento de meu mandado foy fazer a dicta deligencia segundo me emviou per autos em os quaees se contem que vinte e sete pessoas somente da dicta villa e termo queriam seguir a dicta demanda e todo o outro povo e moradores da dicta villa e termo a nom queriam seguir. E as pessoas que queriam seguir a dicta demanda per seu[s] procuradores fectos em camara em nome da dicta villa pareceram com a dicta procuração obrigando os beens do concelho na dicta procuração e com ella foy tanto alegado perv o procurador do mestre e seu que o fecto foy concurso. E visto per mym com os dictos juizes pera isso ordenados vista a deligencia mandey que pasase carta pera serem citadas as pessoas que diziam que lhes parecia bem seguir a demanda e que lhes fosse notificado que a dicta demanda se nom avia de fazer a custa do concelho pois a mor parte dos moradores da villa e termo decrararam pello dicto juramento que nom hera proveito da villa fazer se a dicta demanda nem a queriam fazer e pasou a dicta [fl.7] carta e foram citadas as dictas vinte e sete pessoas pera seguirem a dicta demanda e fizeram seu procurador per procuração abastante obrigando na dicta procuraçam as obras do concelho e sobre a dicta procuraçam foy tanto alegado por parte de mestre e das pessoas que queriam seguir a dicta demanda que o fecto foy concurso. E visto per mym foy mandado que vista a forma da dicta procuração e por ser fecta contra forma de meu mandado e da carta que pasou a ouve por nom abastante pera o casso e mandey apregoar as dictas vinte e sete pessoas que foram citadas pera o seguimento deste fecto e nom foram achadas nem outrem per ellas e a sua revelia lhes foy assinado termo pera contrariarem aos dictos embargos do mestre e passou e per elles nom parecerem foram apregoados e a sua revelia per nom serem achados foram lançados dos artigos da dicta contrariadade pasados os termos da ordenaçam e a se nom abrir e provar a prova do mestre lhes foy assinado termo per averem com os dictos embargos e pasado a sua revelia foram lançados deles e abertas e provicadas as inquiriões e prova do mestre e tanto alegado per seu procurador quer aos sobredictos foy assinado termo que alegassem de seu direito o qual pasou e apregoados foram lançados de suas rezoees e o fecto perante mym e os dictos juizes foy finalmente a revelia dos dictos vinte e sete que queriam seguir a causa concurso. E visto per mym com os do meu desembargo juizes na dicta causa foy acordado que vistos os artigos desembargos (*sic*) por parte do mestre oferecidos em contrariadade que em nome do concelho de Veiros se ofereceo a qual se nom deu prova de testemunhas e comom pelas deligencias que se mandaram sobre este caso fazer se mostra o dicto concelho nom querer seguir esta demanda e como algumas pessoas que disseram que a queriam seguir sendo citadas e apregoadas nom pareciam nem quiseram viir com contrariadades nem deram prova alguma aos artigos que por parte do dicto concelho foram recebidos. E visto como o Mestre prova estar em posse de dar os dictos officios da contenda de muyto tempo a esta parte mando que seja conservado na [fl.8] dicta posse de dar os dictos officios como atee gora (*sic*) esteve e quanto ao modo e forma em que se ham de fazer as eleicoes e pessoas que ham de seer presentes a ellas mando que se cumpra e goarde a ordenaçam em tal caso fecta e condeпно as pesoas que esta demanda começaram e asy as que depois seguiram nas custas do processo ficando ao dicto concelho seu direito resgoardado sobre as dadas dos dictos officios se entender que o tem. E porem vos mando que asy o cumpaees e goardes e façaes cumprir e goardar como per mym he julgado pronunciado acordado e mandado e per tanto nas custas do processo normal contadas per Gil Fernandez contador dellas em minha corte se monta cinco mil reais d'escriptura ao sripviam e doutras despesas do proceso e feitura desta sentença assignatura e chancelaria e sello della. E asy pagou o procurador do mestre quinhentos reais de dizima das dictas custas na chancelaria e montasse nas dictas custas ao todo cinco mil e quinhentos reais e vem a cada hua das partes condepnadas setenta e quatro reais e quatro ceptiis. E per quanto alguuns dos que começaram a demanda comcorrem com os que a seguiram que sam vinte pesoas, *convem a saber*, Afonso Paez, Joham Gomez juiz, Pero Diaz vereador, Bras Alvarez vereador, Antonio Gonçallvez vereador, Joham Gaspar, Antonio Valente, Diogo Rodriguez, Ruy Gomez, Antonio Folegado, Bras Afonso, Ffrancisco Lopez, Bastiam Nunez, Joham Paez, Bastiam Gonçallvez, Bras Gonçallvez, Gomez Rodriguez, Diogo Martinz, Afonso Gonçallvez lavrador e Joham Gomez ham de pagar soldo alvara do que lhes couber a cada huum das dictas custas dobrado por serem no principio da demanda e no final e os que começaram a dicta demanda, *convem a saber*, Pero Afonso do Monte, Afonso Rodriguez juizes, Per'Eannes juiz, Martim Fernandes, Diogo Fernandes vereadores, Diogo Bareto cavaleiro, Lopo Vaaz Curvo, Fernão d'Afonso, Afonso Annes, Manuel Bras juiz, Ruy Fernandes procurador do concelho, Pero Rodriguez Duque, Antonio Tinoco e Diogo Lopez que sam quatorze pessoas que começaram a dicta demanda pagaram o que lhe couber a cada huum da dicta copia e os que quiseram seguir a dicta demanda allem dos vinte acima nomeados que [fl.9] pagam dobrado per deles serem no começo da demanda e outros em a seguirem sam Antonio Alvarez, Antonio Fernandez, Lopo Fernandez, Vasco Fernandez, Afonso Vaaz, Gonçalo Fernandez e Diogo Gonçallvez e estes sete per que nom foram no começo da demanda somente no seguimento della ham de pagar ho que a cada huum couber da dicta copia em maneira que antre todos como aqui vay decrarado ham de pagar cada huum o que lhe couber e se nom quiserem pagar os fazem penhorar em tantos de seus beens moves e raiz e lhes fazer vender e arrematar aos termos da ordenaçam em maneira que pellos beens dos sobre dictos o procurador do mestre aja as dictas custas e dizima como dicto he. Dada em a villa de Viana aos vinte e tres dias dio mes de Dezembro. El rey o mandou per o doutor Luis d'Almada do seu desembargo e juiz dos fectos de sua fazenda a que com outros desembargadores per seu espicial mandado cometeo o conhecimento desta causa. Gomez Eannes de

Freitas scripvam da camara do dicto senhor e da coreijam de sua corte a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de Mil V° XXXI. Pagou duzentos reais e d'asinar C reais.

[ASSINADO:] Luis Almada doctor

[Fita de selo pendente]

Bibliografia

- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, 1997 – “La escisión de los santiaguistas portugueses: algunas notas sobre los establecimientos de 1327”. *Historia, instituciones, documentos*. Sevilha, n.º 24, p. 53-67.
- BARATA, Filipe Temudo (ed.), 2001 – *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Lisboa: Colibri e CIDEHUS.
- BARBOSA, Isabel Lago, 1998 – “A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média (normativa e prática)”, *Militarium Ordinum Analecta*, 2, Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, p. 93-288.
- BARROCA, Mário, 2006 – *Terena. O Castelo e a Ermida da Boa Nova*. Lisboa: IPPAR.
- CAETANO, Marcelo, 1981 – *A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia (1179-1383)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990 – *Relações de domínio no Portugal concelhio de meados de quatrocentos*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1995 – “Les elites municipales”. *Anais. Série Histórica*, vol. II, p. 51-56.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1996 – “Concelhos” in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir); COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.) – *Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras*. Lisboa: Ed. Presença, vol. III, p. 554-602.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1997 – “O poder na Idade Média: um relacionamento de poderes” in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord. e prefácio) – *Poder central, poder regional, poder local: uma perspectiva histórica*. Lisboa: Edições Cosmos, p. 25-46.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1986 – *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas da história social*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica.
- CORRÊA, Fernando Calapez, 1991 – “Um conflito institucional entre a câmara de Aljezur e a Ordem de Santiago em 1462” in *As Ordens Militares em Portugal, Atas do 1º Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal, p. 303-311.
- COSTA, Paula Pinto, 2003 – “O couto de Leça e a cidade do Porto: momentos de oposição de dois poderes medievais” in FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos Amaral; SANTOS, Maria Fernanda (coord.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: Livraria Civilização Editora, vol. III, p. 1223-1229.
- COSTA, Paula Pinto, 2005 – “O concelho de Bragança: alguns problemas e desafios tardo-medievais”. *Cadernos de Estudos Municipais*. N.º 17. Braga: Arquivo Distrital de Braga; Universidade do Minho, p. 105-118.
- COSTA, Paula Pinto, 2006 (coord.) – “Livro dos Copos” in *Militarium Ordinum Analecta*, I, 7. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e, 1989 – *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*. Porto (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto).
- CUNHA, Maria Cristina, 1995 – “A Ordem de Avis e a Monarquia Portuguesa até ao Final do Reinado de D. Dinis”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: FLUP, II série, vol. XII, p. 113-123.
- CUNHA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto, 2006 – “Bragança nas Cortes Medievais do final do séc. XV”. *Atas do Congresso As Cortes e o Parlamento em Portugal. Congresso Internacional*. Lisboa: Assembleia da República, p. 143-152.
- CUNHA, Mário Raul de Sousa, 1991 – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto).
- DIAS, João José Alves, 1998 – “A população” in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.); DIAS, João José Alves (coord.) – *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. V. Lisboa: Ed. Presença, p. 12-52.
- DUARTE, Luís Miguel; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, 1989 – “Dependentes das elites vimaranenses face à justiça no reinado de D. Afonso V”. *Revista da Faculdade de Letras, História*. Porto: FLUP II série, vol. VI, 1989, p. 175-221.
- FARINHA, Maria do Carmo Dias; JARA, Anabela Azevedo, 1997 – *Mesa da Consciência e Ordens: inventário*. Lisboa: IAN/TT.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, 1990 – “Pinheiros e Mendas de Barcelos em confronto por finais do século XV: 1489/1490”. *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, vol. V, p. 47-69.
- Gavetas (As) da Torre do Tombo*, 1962. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. II.
- MARQUES, José, 1988 – “O concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336”. *Revista da Faculdade de Letras, História*. Porto, II série, vol. V, 1988, p. 95-111.

- MENDONÇA, João Manuel de Moraes Lamas da Silveira de, 2007 – *A Ordem de Avis revisitada (1515-1538). Um entardecer alheado*, 2 vols. Lisboa (Tese de doutoramento apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa).
- MENDONÇA, Manuel Lamas de, 2009 – “Furtado de Mendonça Portugueses. Um caso de ascensão social alavancada nas Ordens Militares” in *Militarium Ordinum Analecta, Comendas das Ordens Militares na Idade Média*, 11. Porto: CEPESE, p. 181-215.
- Monumenta Henricina*, 1960. Vol. I. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- MORENO, Humberto Baquero (coord.) 1995 – *História de Portugal Medieval Político e Institucional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MORENO, Humberto Baquero, 1989 – “A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências (1332-1459)”. *Revista de História*. Centro de História da Universidade do Porto, vol. IX, 1989, p. 77-88.
- OLIVEIRA, José Augusto C. F. de, 2005 – “A gestão de conflitos entre os concelhos da Ordem de Santiago: o caso de Sesimbra e Setúbal” in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente, Atas do 5º Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal, p. 735-745.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, 2009 – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. S.l.: Universidade do Algarve.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, 2012 – “As Definições da Ordem de Avis de 1327” in FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Atas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, vol. I. Palmela: Câmara Municipal, p. 371-388.
- Ordenações Afonsinas*, 1984. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ordenações Manuelinas*, 1984. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PIMENTA, Maria Cristina, 1997 – “A Ordem Militar de Avis (durante o Mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira)”. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, nº 1, p. 128-242.
- PIMENTA, Maria Cristina, 2001 – “As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média”. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, nº 5, p. 5-600.
- PIMENTA, Maria Cristina, 2003 – “As Ordens de Avis e de Santiago no século XV: o antes e o depois de Alfaroabeira. Breve abordagem” in FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos Amaral; SANTOS, Maria Fernanda (coord.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média* Vol. III, Porto: Livraria Civilização Editora, p. 987-994.
- POSTIGO CASTELLANOS, Elena, 2009 – “Dum intra nostrae mentis. Carlos I de Castilla, Adriano VI y las Órdenes Militares Castellanas” in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Atas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal, p. 847-887.
- SILVA, Isabel Luísa Morgado de S. e, 1991 – “Concórdia entre o ‘Mestre’ de Cristo e o Concelho de Tomar no século XV” in *As Ordens Militares em Portugal, Atas do 1º Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal, p. 273-301.
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e, 1997 – “A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)”. *Militarium Ordinum Analecta*, 1, Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.
- SÓUSA, Armindo de, 1990 – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Porto: INIC, 2 vols.
- SOVERAL Manuel Abranches de; MENDONÇA, Manuel Lamas de, 2004 – *Os Furtados de Mendonça Portugueses. Ensaio sobre a sua verdadeira origem*. S.l.: Edição de Autor.
- VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, 2008 – *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de poder (séculos XIV a XVI)*. 2 vols. Porto (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto).

The first part of the paper discusses the importance of understanding the local context in which a project is implemented. This includes a thorough analysis of the social, economic, and cultural factors that may influence the success or failure of the intervention. It is essential to engage with the community from the outset, ensuring that their voices are heard and their needs are addressed. This participatory approach not only fosters a sense of ownership and commitment among the local population but also allows for the identification of potential challenges and the development of strategies to mitigate them.

In addition, the paper highlights the need for a clear and realistic assessment of the resources available, both human and financial. This involves a detailed budgeting process that takes into account the costs of materials, personnel, and other logistical considerations. It is also important to establish a system for monitoring and evaluating the progress of the project, using both quantitative and qualitative indicators to measure the impact of the intervention. Regular communication and reporting to the community and stakeholders are crucial for maintaining transparency and accountability.

The second part of the paper focuses on the implementation of the project, emphasizing the importance of flexibility and adaptability. As the project progresses, it is likely that unforeseen circumstances will arise, requiring adjustments to the original plan. This may involve revising the timeline, reallocating resources, or modifying the intervention itself. The key is to remain responsive to the needs and feedback of the community, making decisions that are informed by the latest information and the best interests of the project.

Finally, the paper concludes by discussing the importance of sustainability and the long-term impact of the project. This involves developing a plan for the continuation of the intervention after the initial funding has been exhausted, ensuring that the benefits of the project are maintained and built upon. This may include training local personnel to take over the project, establishing a local committee to oversee the intervention, or seeking additional funding from other sources. The ultimate goal is to create a lasting positive impact on the community, improving their quality of life and empowering them to take control of their own future.

Cultura popular em Portugal: de Almeida Garrett a António Ferro

Carla Patrícia Silva Ribeiro

Introdução

O poder, qualquer poder, mas em especial o político, serve-se de elementos simbólicos que lhe garantem consistência, que se assumem como instrumentos de afirmação e domínio, na medida em que orientam a ação e condicionam o pensamento. Com efeito, este poder simbólico é um poder transmutador, é o “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”¹.

Um dos elementos simbólicos apropriados pelo poder político é o conceito de “alma nacional”. É atualmente consensual entre os investigadores afirmar que a identidade nacional se impôs como forma de identidade coletiva típica da modernidade, com o aparecimento do Estado-Nação². Esta identidade nacional é encarada como um sentimento de cultura partilhada entre os membros de uma nação, que depende do reconhecimento de um passado comum, sustentado por tradições “inventadas” (Hobsbawm, Thiesse), “reapropriadas” (Gellner) ou “imaginadas” (Anderson) ou por mitos fundadores da nação e lendas de tradição oral (Smith), no espaço geograficamente delimitado do Estado-Nação. A identidade nacional é, desta forma, um reflexo das qualidades espirituais e psicológicas da Nação, que lhe permitem reivindicar a sua singularidade.

Para os movimentos nacionalistas que nascem fruto da ideologia liberal do século XIX, ideologia esta que deixou de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceites pelas sociedades precedentes, pela “erosão da comunidade imaginada sagrada”³, os vácuos gerados foram preenchidos com novas tradições, novas formas de identificação coletiva, “exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores”⁴, cujos objetivos eram apresentar a Nação como o oposto do novo, por estar enraizada na mais remota antiguidade, e como o oposto do construído, isto é, como uma comunidade humana natural.

Neste contexto, em grande parte dos Estados europeus, o conceito de “alma nacional” atrás referido ir-se-á espelhar no povo e nas suas tradições. É a história dessa relação que este artigo procurará contar, em Portugal, desde o período romântico até à experiência autoritária do Estado Novo.

1 BOURDIEU, 1989: 14.

2 A maioria dos intelectuais que se dedica às questões de nacionalismo, cultura nacional e identidade nacional situa o aparecimento do Estado-Nação na sequência do processo de democratização que se seguiu à Revolução Francesa, considerando-o, pois, uma formação política característica da modernidade.

3 ANDERSON, 2005: 69.

4 HOBSBAWM; RANGER, 1997: 22.

Cultura popular em Portugal – de meados de Oitocentos à I República

A história da constituição do conceito moderno de povo (a partir do século XVIII, por conseguinte) confunde-se em Portugal com o processo da sua constituição como sujeito político, “com a passagem [do conceito] das margens para o centro do vocabulário político e social”⁵. Neste sentido, “o movimento de ressemantização do vocábulo povo [...] esteve indissolúvelmente ligado à necessidade de dotar de legitimidade a rutura com os antigos regimes e com a respetiva conceção de soberania”⁶.

Durante a experiência liberal iniciada em 1820 – o Vintismo – evitou-se claramente colocar o povo no centro do discurso político, substituindo-o pela Nação, projetada como titular da soberania. Todavia, o conceito de “soberania do povo” ganha força com o movimento setembrista, a partir de 1836, como é possível descortinar em afirmações como esta, de José Estêvão, político e parlamentar da ala mais radical do Setembrismo: “Definir o princípio da soberania popular é reconhecer que o povo é o único senhor de todos os poderes políticos, de todas as faculdades governativas”⁷. O termo ganha nova vitalidade e amplitude semântica com o movimento romântico de finais do século XIX, que completará a metamorfose do conceito, com o povo agora apresentado como as populações rurais que preservariam os costumes ancestrais da Nação da extinção e da contaminação com o estrangeiro, depositário dos valores nacionais.

É um povo mitificado, do romance de costumes e da etnografia romântica, o que ganha protagonismo⁸ – aquele que, escudado do progresso e das influências estrangeiras, soube conservar as raízes da Nação, os valores imemoriais e atemporais que vivem na tradição, apresentando-os na sua forma mais pura. Esta conceção conduz o olhar, centralizando-o no mundo rural, valorizado como o “local exato onde a nação expressaria [...] todo um quadro de valores que importava não só preservar como também difundir”⁹ e que refletiria aquilo que a pátria deveria ser. O mundo rural estabelece-se, assim, na ótica romântica e liberal de Oitocentos, como o fundo original da Nação, porque a aldeia é o *habitat* do povo, verificando-se a “elaboração ideológica ou estética de uma ruralidade mítica, e miticamente simbólica”¹⁰.

Desta forma se compreende que o desenvolvimento dos nacionalismos nos séculos XIX e XX tenha caminhado a par e passo com o estudo e a celebração da cultura popular. As diferentes identidades nacionais apresentam como traço comum a procura e a (re)invenção de uma cultura própria, assente em mitos/crenças de antiguidade da Nação e das suas origens remotas. Para fortificar estas identidades nacionais, torna-se necessário a descoberta dos próprios países: a sua história, os seus heróis, as suas paisagens. Acima de tudo, para reencontrar os fundamentos da Nação, torna-se fundamental regressar ao povo e à sua cultura, encarado como o “fóssil vivo desses primeiros antepassados”¹¹. Em resumo, pode afirmar-se que a ideologia nacionalista conduziu à exaltação de costumes antigos (ou que se crê serem antigos), reveladores (supostamente) de um caráter único e distinto, legitimando, por consequência, a nacionalidade.

A (re)descoberta do popular é operada no sentido que Herder lhe conferiu: como expressão do espírito de um povo particular (*Volkstum*), isto é, procurando o “génio nacional” ou o “caráter nacional”, os modos de pensar, agir e de comunicar peculiares e únicos de cada Nação. Como resultado, verifica-se a mobilização vernácula de etnias demóticas como um espelho que permitia reconhecer um “caráter nacional”, uma comunidade única, um “génio” e uma cultura distinta: fazendo remontar as raízes da nação a um “passado

5 FERREIRA, 2010: 25.

6 FERREIRA, 2010: 26.

7 FERREIRA, 2010: 34.

8 Esta conceção proporcionou ainda uma nova distinção, entre este povo dos campos e o povo urbano, designado a partir de 1870 como “operários”, “classes trabalhadoras”, “classes operárias” e “proletárias”, nos meios de comunicação social e no seio das associações.

9 CUNHA, 1994: 30.

10 SILVA, 1997: 25.

11 ROSMANINHO, 2010: 521.

étnico”¹², confirmava-se a identidade autêntica que existia por detrás dos acréscimos dos séculos, provando-se que, apesar de todas as mudanças, esta permanece imutável.

Neste sentido, o folclore apresenta-se como um campo a partir do qual os regimes extraem conceitos e factos que são seleccionados, controlados e manipulados, pela atribuição de um novo, e ideologicamente rentável, significado, uma vez que se apresenta como a mais direta, emocional e não racional forma de apropriação do “estilo” de uma comunidade e, como tal, uma forma privilegiada de mediação entre o povo e as elites políticas. A partir da segunda metade do século XIX, esta “renascença cultural e populista”¹³ empreendida pelo Romantismo transforma-se em tradição nacional.

Também em Portugal o folclorismo se desenvolveu como um instrumento da cultura do nacionalismo/patriotismo cívico, iniciado pelo Estado liberal de Oitocentos e continuado durante o período da I República portuguesa.

Mas, o que significa este conceito? É um mero sinónimo de folclore, isto é, de “cultura popular”, da ideia da “ciência do povo”? Para Salwa Castelo-Branco e Jorge de Freitas Branco, o folclorismo engloba “ideias, atitudes e valores que enaltecem a cultura popular e as manifestações nela inspiradas”¹⁴, mas num processo que encerra como finalidade “reproduzir representações de memórias sociais a transformar em cultura institucionalizada”¹⁵, socorrendo-se de estratégias de depuração e seleção de conteúdos, reprovando-se certas componentes e promovendo-se outras. Tal justificaria um (aparente) paradoxo: a essência ruralista deste conteúdo ser reproduzida a partir de um quadro urbano. No Estado Novo, por exemplo, verifica-se que as principais entidades que regulam e difundem produtos folclorizados operam a partir da cidade – SPN/SNI¹⁶ e FNAT¹⁷.

Em Portugal, a estruturação de uma sociedade liberal, no pós 1820, exigia “criar uma nova *civilização*, fazendo vingar novas instâncias e padrões de socialização, novas formas e círculos de sociabilidade, novos quadros de valores e normas, novas práticas materiais e simbólicas”; com efeito, “para o estabelecimento de uma *civilização* burguesa, a criação e difusão de uma nova cultura é tão ou mais indispensável que a doutrinação especificamente política”¹⁸. Tal implica a promoção de uma atitude coletiva, de (re)conhecimento da Nação, da sua história, do seu património, das suas tradições, do seu território (paisagens e povoações).

A matriz simbólica oitocentista coloca, pois, a tónica num objeto/sujeito particular da história: o Povo, “realidade matricial, distinta do Estado”, glorificado como a “coluna vertebral da Nação, trave-mestra da [...] identidade coletiva”¹⁹. A etnografia apresenta-se como uma via científica de identificação das qualidades e do carácter da nação portuguesa, pela (re)descoberta do povo rural, o tipo genuíno, que nenhuma influência estrangeira desnacionalizou, onde a singularidade da Nação é bem visível.

De acordo com Augusto Santos Silva, Almeida Garrett foi o primeiro a fazer um levantamento do nosso património literário popular, seguindo o pensamento de que “nenhuma coisa pode ser nacional se não é popular”, como afirma no primeiro volume do *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, de 1843²⁰. Mas Garrett deu igualmente destaque às paisagens nacionais, em especial ao espaço rural, algo bem visível na obra *Viagens*

12 SMITH, 1997: 99.

13 HOBBSAWM, 1998: 99.

14 CASTELO-BRANCO; BRANCO, 2003:1.

15 BRANCO, 1999: 37.

16 Secretariado de Propaganda Nacional, em 1944 convertido em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, dirigido entre 1933 e 1949 por António Ferro.

17 Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, fundada em 1935, no seguimento dos modelos italiano e alemão – *Dopolavoro* e *Kraft durch Freude*. Passou posteriormente à designação de Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres ou INATEL.

18 SILVA, 1997: 11 e 13.

19 SILVA, 1997: 23 e 39.

20 SILVA, 1997: 4.

na *Minha Terra*. Na mesma matriz romântica se enquadra Alexandre Herculano, com uma similar valorização do mundo rural: a terra, a paisagem, os costumes. Para Garrett, e para os românticos, amar a Pátria passa por (re)conhecê-la e pela preservação das tradições; pela História e pela cultura popular, portanto, no sentido de coligir e organizar de forma sistemática os elementos capazes de proporcionar uma memória coletiva do passado e, por consequência, dos recursos presentes da Nação, que lhe permitirão fugir “a um destino de degradação, de ‘morte’ coletiva”²¹.

Desta forma, mais do que um interesse académico, trata-se de um interesse político, associado à necessidade da regeneração da Nação, tópico recorrente no discurso político e doutrinário do liberalismo português. No contexto do *Ultimatum* inglês de 1890, “o *traumatismo-resumo* de um século de existência nacional”, como o coloca Eduardo Lourenço²², agrava-se uma crise profunda na sociedade portuguesa, que se vinha fazendo sentir desde as Conferências do Casino (1871), com a dita “Geração de 70”, e que parece ter desencadeado dois conjuntos de sentimentos e atitudes: um pessimismo e uma descrença (em particular face ao império), que percorre toda a década de 90 e quase todos os setores de opinião, por um lado e, por outro, um movimento nacionalista que procura o aproveitamento dos recursos da Nação, vendo-os no campo e nas colónias, embora “em termos ideológicos e também em termos literários, a posição mais retumbante é a celebração compulsiva das virtudes da Nação rural”²³. Como resume Augusto Santos Silva, “na conjuntura fim de século, luto de derrotas e humilhações, expressão pública de sentimentos de desvalia nacional e incapacidade de mudança, esta procura da Nação pelo lado da ‘provincia’, do elemento regional e local, de coisas-e-pessoas-em-terras, oferece um caminho positivo e maneirinho”²⁴, proporcionando, em resumo, uma resposta para a regeneração da pátria.

Ora, para inspirar a “comoção pública” de que falava em 1878 Oliveira Martins, isto é, um sentimento coletivo, de especial importância quando se fala do Portugal pós 1890 e pós *Ultimatum* inglês, recorreu-se ao “método positivo para a fabricação da nacionalidade”²⁵; com efeito, usando o sistema de comemorações públicas imaginado por Auguste Comte em 1848, essencial para o estabelecimento de uma “religião da humanidade”, os republicanos de fim de Oitocentos preconizaram meios de injeção de sentimentos de solidariedade pátria, através de exposições, congressos e comemorações, de que o centenário de Camões, em 1880, foi exemplo maior: os republicanos, por iniciativa de Teófilo Braga, propuseram três dias de férias públicas e, a partir daí, o movimento comemorativo foi crescendo em audiência, com numerosos cortejos cívicos, entre outras atividades, em que chegaram a participar mais de 40 000 pessoas.

Aliás, o papel da doutrinação e da propaganda republicana neste fim de século foi absolutamente decisivo na produção de elementos do nacionalismo português, tendo em Teófilo Braga o seu grande teorizador. Partindo da noção de construção cultural da nação, Teófilo desenvolveu uma teoria sobre a produção dos símbolos e dos rituais nacionais no seu livro de 1884 – *Os centenários como síntese afetiva das sociedades modernas* – onde destaca o culto dos grandes homens (e dos grandes acontecimentos da humanidade) como fator de conhecimento da história nacional. Ainda enquadrada nesta necessidade de estimular o sentimento de nacionalidade, Teófilo Braga dedica-se à investigação dos usos e costumes populares²⁶, para estabelecer aquilo que designa como “bases positivas da nacionalidade”, isto é, o que uniria e daria um caráter próprio aos portugueses, fazendo da cultura popular “o testemunho ‘científico’ tanto da sua remota antiguidade como da

21 SILVA, 1997: 21.

22 LOURENÇO, 1988: 25.

23 SILVA, 1997: 117.

24 SILVA, 1997: 128.

25 RAMOS, 1994: 63.

26 Em especial na obra *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, de 1885.

sua originalidade”²⁷. O objetivo era o de fundamentar a Nação como uma comunidade étnica de descendência, usando-se a História e a Arqueologia para procurar/identificar os antepassados étnicos da Nação, enquanto a Etnografia procedia à demonstração, com base na cultura popular, das relações de continuidade entre esses antepassados e a nação atual; desta forma se compreende que na sua obra de 1904, intitulada *Viriato. Narrativa Epo-Histórica*, Teófilo Braga persevere claramente “na identificação do povo português com os habitantes da Península em tempos bem anteriores à fundação da monarquia portuguesa”²⁸.

Também Joaquim de Vasconcelos empreende um programa etnográfico de deteção e inventariação, nos estilos do passado, das particularidades do “génio nacional”, servindo este passado como fonte de inspiração nacional do presente. Finalmente, a criação, em 1893, do Museu Etnográfico Português, uma iniciativa de José Leite de Vasconcelos, aparece como um marco decisivo neste processo de “nacionalização” do povo, isto é, da construção burguesa do popular.

Desta forma, entre 1870-80, a cultura popular é encarada, estudada e compilada no seu registo oral, um universo formado quase que exclusivamente pela literatura (romanceiro, contos, cancioneiro) e pelas tradições populares (crenças, superstições, festas cíclicas, ritos de passagem), desinseridas dos seus contextos de produção e circulação, até pela forma de recolha, através da literatura e do contacto com eruditos. O povo é visto, então, não como o produtor dos textos recolhidos, mas como o guardador desses textos, anonimamente criados em tempos remotos da Nação. Esta, por sua vez, é entendida como uma unidade homogénea, sem falhas ou descontinuidades, sendo que aquilo que se encontra numa localidade ou área regional é suposto encontrar-se por todo o país, mercê da noção de Portugal como uma comunidade étnica de origens remotas.

Esta é uma imagem positiva da cultura popular, entusiasta mesmo, onde expressões como “tesouro” ou “revelação” denunciam uma “imagem *monumentalizadora*”²⁹ da cultura popular, substância da Nação e ingrediente indispensável à sua própria regeneração. Esta imagética reflete a proximidade do novo campo de estudos relativamente à herança romântica, numa visão do povo identificado “com tudo o que é puro e verdadeiro”³⁰, estando subjacente uma espécie de culto das origens, de um tempo primordial dos antepassados, tendo a literatura e as tradições populares o valor de antiguidades vivas.

Concluindo, este “povo” da antropologia portuguesa das décadas de 70 e 80 do século XIX é um povo filtrado, depurado, pronto a cumprir o seu papel no dispositivo ideológico subjacente ao discurso antropológico (e político) então prevalecente.

Entretanto, a partir de finais do século XIX, em parte graças ao contributo dado pelas exposições internacionais que então proliferam, ganham primazia nestas recolhas etnográficas os artefactos e objetos artísticos provenientes do mundo rural. Esta mudança de direção parece justificar-se pela espetacularidade que este tipo de cultura material podia conceder à Nação, pressionada a provar “a peculiar historically rooted and aesthetically valuable national culture”³¹. Com efeito, para comunicar estas qualidades numa mostra visual, como eram estas exposições, a cultura imaterial de pouco servia “and therefore material folk culture was more suitable for that purpose – and especially such material elements that at the same time were aesthetically appealing: folk costumes and other textiles, vernacular architecture and rooms in the peasant house with richly decorated furniture and implements”³². Resumindo, os elementos da cultura material conferiam um carácter mais tangível à Nação, transformando-se em ícones e emblemas visuais da pátria, com um elevado potencial de apelo emocional.

27 LEAL, 1995: 135.

28 PEREIRA, 2011: 146.

29 LEAL, 1995: 128.

30 LEAL, 1995: 128.

31 STOKLUND, 1999: 6.

32 STOKLUND, 1999: 7.

Também entre nós, e com a viragem do século, o conceito de cultura popular complexifica-se, abrangendo agora a cultura material – tecnologias, formas de vida económica e social, arte. Existindo um contacto mais efetivo com os protagonistas da cultura popular, estes camponeses são agora encarados como uma espécie de “primitivos modernos”. Esta maior proximidade produz a consciência das particularidades regionais portuguesas, muito embora a descoberta da diversidade não seja ainda pensada de forma sistemática.

Apesar de se ter confinado ao mundo restrito do Portugal rural e, portanto, da cultura popular, esta etnografia de final de Oitocentos é “marcada pela sombra do Império”³³, presente nos interstícios do seu discurso.

Como referido anteriormente, neste final de século vive-se em Portugal uma atmosfera, entre a elite intelectual, caracterizada por uma ideologia de decadência geral do país ligada, por um lado, a um padrão mais abrangente do pensamento ocidental no período – os temas da decadência do Ocidente (em especial das raças latinas) e da decadência nacional constituíam então um dos principais tópicos da filosofia europeia – e, por outro, alimentada por uma série de eventos difíceis de digerir para o orgulho nacional, aí se destacando o *Ultimatum* britânico de 1890, que limitou drasticamente os direitos coloniais portugueses em África e deu azo a reflexões cétricas sobre a viabilidade da Nação, construídas, precisamente, em torno da ideia da decadência nacional.

Os trabalhos de antropólogos da altura, como Rocha Peixoto e Adolfo Coelho, traduzem precisamente este subtexto imperial, apresentando uma imagem da cultura popular negativizada, que contrasta nitidamente com a imagem predominante nas décadas anteriores, de 1870/80 (e que voltará, de resto, a dominar a etnografia portuguesa depois de 1910). Os costumes populares são retratados em termos fortemente críticos – Rocha Peixoto, a propósito do interior da casa rural portuguesa, fala da “índole rude e violentamente utilitária, da indigência mental de um povo absolutamente carecido de faculdades artísticas”, enquanto Adolfo Coelho refere-se ao povo português como atingido por uma espécie de “*maladie étnica*”, como “a matéria bruta de um povo e não verdadeiramente um povo”³⁴. Os diferentes aspetos da cultura popular passam a ser vistos, não como testemunhos da permanência de um tempo primordial exaltado, mas como “um conjunto de ‘sobrevivências’ de hábitos e práticas ultrapassadas pelo progresso geral da humanidade”³⁵.

Desta forma, os estudos destes autores podem ser visto como “uma tradução antropológica destas ideias pessimistas diretamente decorrentes do *Ultimatum*”³⁶, isto é, o seu olhar negativo decorre, em parte pelo menos, das questões relacionadas com a condição imperial de Portugal, sendo o povo, anteriormente considerado o guardião da identidade do país, a esperança da sua regeneração, agora visto, também ele, como afetado pela decadência da Nação.

A esta “desmonumentalização” do povo corresponde, nesta transição de século, mais do que uma antropologia de “construção da Nação”, de acordo com a terminologia de Stocking, uma antropologia de problematização, de questionamento, de reconstrução e, até, de des-construção da Nação.

Com o início do século XX, e a instauração da República, parece ter-se seguido a máxima de Guerra Junqueiro: “Não democratizemos a República, nacionalizemo-la”³⁷. Esta era também a tese de Jean-Jacques Rousseau sobre a democracia, no sentido de fazer da “cultura nacional” um dos seus fundamentos legitimadores, em especial através das propostas de juntar os cidadãos em acontecimentos públicos que incutissem o sentimento de comunidade, por um lado e, por outro, no estímulo de um sentimento de afeto pelo

33 LEAL, 2006: 65.

34 LEAL, 2006: 67.

35 LEAL, 1995: 131.

36 LEAL, 2006: 68.

37 RAMOS, 1994: 421.

Estado, pelo conhecimento da sua história, costumes e paisagens, o que, em conjunto, criaria um sentimento de serem um mesmo povo, uma mesma nação, gente com a mesma origem.

Desta forma, dentro do programa cultural e ideológico da I República, tornava-se necessária a instauração de “um culto próprio e oficial, que era o da pátria”³⁸; com efeito, os republicanos cedo perceberam que a democracia requeria o estabelecimento de uma cultura (e consciência) coletiva, promovida pelo Estado, objectivável. Empreendeu-se uma “nacionalização” das massas, assente em instrumentos de integração, como os símbolos da Nação (hino e bandeira nacionais) e os seus rituais (feriados de cariz histórico, por exemplo, e consequentes comemorações públicas).

Paralela e complementarmente, inserido num “movimento nacionalista cultural” que, segundo Luís Reis Torgal, “não tem propriamente um sentido político definido [tendo dele participado] um largo espectro de intelectuais de ideologias diversas”, procedeu-se ao culto das “coisas portuguesas”, isto é, ao “regresso a uma ‘cultura da terra’, à literatura popular originária ou a uma literatura criada a partir das raízes portuguesas [...], a uma história portuguesa, a uma arte portuguesa, a uma arquitetura portuguesa, ao conhecimento dos usos e costumes dos portugueses”³⁹.

Este movimento pode ser examinado dentro do processo mais vasto de “refundação da nacionalidade”, processo este que se fazia sentir desde finais do século XIX e que não era exclusivo de Portugal; com efeito, no mesmo período, verifica-se pela Europa fora (Alemanha, Finlândia, Grécia, Sérvia, Bélgica, Polónia, etc.) uma orientação idêntica, isto é, uma série de estudos folclóricos, de cariz etnográfico, comprometidos com os discursos relativos à identidade nacional e usados como instrumentos de afirmação da Nação. Esta ideia que a verdadeira pátria é representada pelos habitantes do mundo rural é uma característica de quase todas as apropriações nacionalistas da cultura popular, um pouco por toda a Europa. Assim, na Hungria do século XIX, como refere Ernest Gellner, “eram as grandes damas frequentadoras da ópera de Budapeste que se passeavam na cidade vestidas de camponesas”⁴⁰; na Noruega de Oitocentos, “as classes médias urbanas partem para zonas remotas do país em busca de trajos e artefactos pintados que depois apresentam como testemunhos da existência da nação norueguesa”⁴¹; identicamente, na Grécia as mulheres da alta sociedade ateniense encomendam o seu retrato em trajes típicos, decoram os interiores das casas com objetos inspirados no artesanato, bordam ou tecem motivos tradicionais.

Os exemplos dados confirmam a noção lançada pelo estudioso sueco Orvar Löfgren, num artigo de finais da década de 1980 – o da nacionalização da cultura popular. Trata-se de um processo que não é meramente de invenção da tradição, mas um quadro de apropriação da cultura demótica que produz “a correct, authorized and timeless version of folk life [...] through the process of selection, categorization, relocation and *freezing*”⁴².

Sublinhe-se, como acima referido, que estes processos de seleção e depuração dos materiais da cultura popular eram moldados pela sensibilidade estética e moral dos grupos sociais mais favorecidos e cultos, uma vez que esta demanda do popular foi, na maioria dos países europeus onde ocorreu, de pendor fortemente elitista, realizada por grupos de intelectuais. No fundo, o que se verifica é o predomínio de “um conjunto de ideais estéticos exteriores às populações que produziam esses [...] objetos”⁴³.

Retornando ao Portugal da República, nele combatia-se assim o “grande mal” (d)enunciado por António Sardinha: “Hoje desconhecemo-nos”⁴⁴; através de Raul Lino e da mística da casa portuguesa⁴⁵;

38 RAMOS, 2003: 32.

39 TORGAL, 2009: 220.

40 GELLNER, 1993: 91.

41 ALVES, 2007: 68.

42 LÖFGREN, 1989: 8.

43 ALVES, 2007: 164.

44 RAMOS, 1994: 570.

45 Que refletia um desejo de respeito histórico pela tradição e uma sintonia com a cultura do país, mediante a utilização de elementos arquitetónicos que entendia serem tipicamente portugueses – beirais, alpendres, azulejo – num anseio de recuperar a harmonia perdida da paisagem, pelas intervenções do gosto estrangeiro.

do movimento intitulado Sociedade de Propaganda de Portugal, criado em 1906; de Teixeira de Pascoaes e o movimento da “Renascença Portuguesa”, surgido no Porto em 1912, que incluía intelectuais como Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra, e que procurava revelar a alma lusitana, integrá-la nas suas qualidades essenciais, no “original espírito da Pátria Portuguesa”⁴⁶, produzindo uma estética que privilegiava os temas históricos e populares, formas de reencontrar a alma nacional perdida. Deste neolusitanismo comungam ainda, em diferentes matizes, Manuel da Silva Gaio, António Correia de Oliveira, Augusto Gil e Afonso Lopes Vieira, que se destaca com a sua campanha de “reaportuguesamento de Portugal. O “(re)aportuguesamento”, a noção de recuperar, restituir, reintegrar a cultura portuguesa, seria, pois, uma “pesquisa científica da vida e arte popular primordiais”⁴⁷, baseada na conceção de que a boa arte era a que provinha do povo.

Defendido por nomes conceituados como José de Figueiredo, diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, ou Vergílio Correia, etnógrafo, historiador de arte, arqueólogo⁴⁸, este culto das coisas portuguesas englobou praticamente toda a arte portuguesa da época: era visível nos quadros de José Malhoa, nas fotografias de Emílio Biel, nos romances de Aquilino Ribeiro, na criação musical de Ruy Coelho; foi ainda adotado por companhias comerciais, como é o caso da Companhia dos Caminhos de Ferro, que se dedicou à construção de estações de estilo “nacional”, com alpendres, gelosias, beiradas de telha e azulejos com paisagens e monumentos, ou por jornais como *O Século* ou o *Diário de Notícias*, que lançaram concursos como “Figuras Nacionais” ou “Terras de Portugal”.

Desta forma, nas primeiras décadas do século XX, a cultura popular passa a ser vista como sinónimo de arte popular, compreendendo um conjunto de objetos de estudo como a olaria, os trajes, a casa. É, verdadeiramente, uma “etnografia artística” a que se começa a delinear, com um levantamento de arte popular que não se ficou, contudo, na recolha e sistematização da informação mas, em muitos casos, articulou-se com processos de reinvenção da tradição. Veicula-se, pois, uma imagem eminentemente visual da cultura popular que deve ser mostrada e celebrada, com um interesse claramente focalizado nos objetos em si, mais do que no contexto por referência ao qual faziam sentido. O passado do qual agora se fala é imemorial, atemporal mesmo, visto como algo que se procura preservar e reativar no presente, projetando neste as qualidades estéticas e morais que lhe estariam associadas.

O discurso em torno da cultura popular insiste no local e no regional como unidades de análise principais mas, numa linguagem de claros contornos nacionalistas, logo se postula uma equivalência entre a “pequena pátria” e a “grande pátria”, isto é, entre a região e a Nação. Com efeito, o local e o regional, mais do que traduzir a diversidade da cultura popular portuguesa, constituem retratos típicos que, à sua maneira, representam sempre a mesma essência – a nacionalidade.

Esta escolha de objetos populares com forte poder decorativo enquadra-se bem no fenómeno da objectificação cultural de que fala Richard Handler: “Objectification refers to the tendency of Western logic to imagine nonmaterial phenomena [...] as if they were embodied, or existent as physical objects”⁴⁹. Dito de outra forma, a objectificação cultural centra-se nos processos de seleção de certos elementos culturais (à custa de outros), o seu aperfeiçoamento e reformulação, quando os elementos isolados são corporizados e retirados do contexto original – descontextualizados portanto – e posteriormente recontextualizados, conferindo-se-lhes novos sentidos e significados, agora como signos da identidade nacional. Handler reporta-se, assim, à objectificação cultural como “a construction grounded in the ideology of the present”⁵⁰.

46 *A Vida Portuguesa*. Porto, n.º 1, 31.10.1912, p. 1.

47 RAMOS, 2003: 35.

48 Que continua na I República a tarefa da apropriação nacionalista da arte popular iniciada por Joaquim de Vasconcelos nos finais de Oitocentos; desta forma, é claro nas suas obras o triunfo de um discurso esteticizante e nacionalizador dos objetos populares.

49 HANDLER, 1984: 55.

50 HANDLER, 1984: 62.

É neste período que realmente se verifica a “exaltação estética do universo da arte popular”⁵¹, que depois será a pedra de toque das políticas do SPN/SNI neste campo: um olhar que se centra no objeto profusamente ornamentado (os jugos, os potes de barro, as rocas, o mobiliário, as rendas, o papel recortado), um olhar de glorificação estética, portanto, por um lado; por outro, a associação da arte popular ao sentimento, numa imagem de um lirismo rústico, de um povo de “camponeses estetas” na expressão de Vera Marques Alves. Mais ainda: se por um lado é a sociedade burguesa agora dominante que atribui à cultura popular uma autenticidade que pensa não encontrar em si, por outro lado, o “verdadeiro conhecimento da nacionalidade (a capacidade de a distinguir, de a definir com autoridade) é um privilégio burguês”⁵². Desta forma, falar desta relação entre uma elite letrada burguesa, urbana, e um mundo rural periférico, cujo imobilismo o projeta como universo de inspiração, é falar de um processo de reelaboração cultural, de (re)invenção da tradição, legitimado pela sua demonstração de autenticidade⁵³.

A voga das “coisas portuguesas” insere-se, pois, num contexto de afirmação das novas classes médias, com a ascensão social de profissionais como médicos, advogados e negociantes, que emergiram durante a República e que necessitam de adquirir alguma “tradição”, fazendo-o através dos seus consumos culturais.

Pode concluir-se, de acordo com Vera Alves, que “a emergência [de um] olhar ‘encantado’ da etnografia dos anos 10 sobre os objetos de arte popular e sobre o mundo rural ele próprio foi de facto decisiva para a prossecução da campanha etnográfica do SNI”⁵⁴.

António Ferro e a disputa pelo campo folclórico com Henrique Galvão

A ruralidade assumiu-se desde o início como um dos eixos estruturantes da mundivisão e da imagética do Estado Novo, tendo um apologeta e ativo encenador em António Ferro, autor de múltiplas iniciativas destinadas a exaltar uma utopia campestre.

Ferro apresenta-se como o primeiro diretor do SPN, criado a 25 de setembro de 1933, pelo Decreto-lei nº 23 054, e funcionando na alçada direta da Presidência do Conselho. O organismo responde desde logo à necessidade dos “povos que desejam fazer justiça a si próprios e conhecer o seu ressurgimento, que desejam impor-se à sua consciência e à consciência dos outros povos”⁵⁵, isto é, tem como principal objetivo fazer a propaganda do país. Neste sentido, a solidificação do sentimento nacionalista é efetuada pelo “aproveitamento dinâmico da tradição”⁵⁶, mediante um veículo privilegiado na veiculação dos ideais do regime, que assume um claro papel formativo num país com elevadas taxas de analfabetismo: o folclore.

Neste contexto, o discurso folclorista do regime, e de Ferro, procede, não a uma rutura, mas a uma continuação da campanha empreendida na I República.

Todavia, mais do que de folclore, deve aqui falar-se de um movimento de folclorização⁵⁷, uma vez que “as danças, cantares e trajes usuais e espontâneos no seio da vivência da comunidade rural, adquirem preparação estética e organizativa a fim de serem apresentados fora do seu meio natural [...], como espetáculo para um público urbano [...] culturalmente diferente”⁵⁸. Inovando ao conferir um verniz modernista aos elementos desta arte popular, recriados por uma elite, purificados das suas imperfeições e artisticamente embelezados para exposição a camadas mais cultas e, certamente, não populares, eles são, finalmente, metamorfoseados em arte nacional.

51 LEAL, 2002: 268.

52 CABRAL, 1991: 19.

53 Patente nas associações entre típico e autêntico e moderno e inautêntico.

54 ALVES, 2007: 213.

55 “Propaganda Nacional”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 25.9.1933, p. 1.

56 LOPES FILHO, 2004: 77.

57 Entendido como um “modelo de receção assente na separação do ator (produtor) e do espetador (recetor)” (LOPES FILHO, 2004: 89).

58 LOPES FILHO, 2004: 78.

A ênfase de Ferro nos recursos de cariz popular, em alternativa às atrações de tipo mais erudito ou cosmopolita, releva de dois conjuntos poderosos de razões: por um lado, não podendo avançar com potência ou inovação, Ferro transforma o atraso em arcaísmo autêntico e, portanto, prestigioso; por outro, uma vez que o país não possuía meios para uma competição direta, o diretor do SPN enfatiza a procura de um fator de diferenciação perante as outras nações, patente em afirmações como: “Sejamos nós, sejamos diferentes, e seremos eternos!”, uma vez que “só o diferente, o inédito, interessa e apaixona os outros povos”, concluindo que “Portugal, na carta do globo, tem a sua cor e o seu desenho próprio, cor e desenho eterno”⁵⁹.

Parece claro que foi através do contacto de Ferro com práticas identitárias desenvolvidas por outros países, em especial as patentes nas exposições internacionais na década de 20, que frequentou enquanto enviado especial do *Diário de Notícias*, que o diretor do SPN compreendeu o valor do uso do demótico e a receptividade intelectual a esta imagética popular, transfigurando estas múltiplas fontes de inspiração num “modelo SPN” de afirmação identitária da nação estado-novista.

Desta forma, as suas opções enquanto diretor do organismo nacional de propaganda, nas décadas de trinta e quarenta do século XX – uma época de crescente efervescência nacionalista na Europa –, de escolha das tradições rurais como idioma de afirmação de Portugal, embelezadas por uma estética modernizante, “nada tem de provinciano”, não sendo “especificamente portuguesa”⁶⁰; inserem-se antes num quadro europeu muito abrangente de elaboração da identidade nacional. Com efeito, “ter uma arte popular – mesmo que tivesse de ser inventada – era fundamental para que um país fosse admitido no concerto das nações”⁶¹, como se foi tornando progressivamente evidente através do relevo a ela concedido nas exposições internacionais. Parece que, nesta época, “ser-se tradicional era um pré-requisito para se ser moderno”⁶².

É neste sentido que melhor se pode entender a disputa pelo campo folclórico sentida entre duas instituições e dois homens do regime estado-novista – António Ferro e o SPN, e Henrique Galvão, na Emissora Nacional (EN).

Com a entrada de Henrique Galvão para a empresa de radiodifusão do Estado, como presidente da Comissão Administrativa, a 10 de Junho de 1935, os programas de propaganda das terras portuguesas foram um dos temas a merecer especial atenção na programação da emissora oficial, com a divulgação das tradições populares de diversas regiões, através de programas pensados pela Sociedade de Propaganda de Portugal, como as rubricas “Arte Popular” e “Usos e Costumes”, de Armando de Lucena, e “Terras de Portugal” de António Montês.

Com efeito, Galvão considerava a Emissora Nacional um organismo que deveria contribuir para o desenvolvimento cultural do país e para a construção de uma identidade nacional. Desta forma, incentivou a produção de programas e espetáculos com o objetivo de fazer reviver e incentivar as tradições populares portuguesas. Exemplo de tal são os sete espetáculos regionais, realizados entre novembro e dezembro de 1935, dedicados ao folclore das diversas províncias metropolitanas, espetáculos estes que passaram por Évora, a 14 de novembro (dedicado à música popular dos distritos de Portalegre, Évora e Beja), Castelo Branco uma semana depois, seguindo-se Porto, Coimbra, Braga, Vila Real e Faro. Nestas iniciativas, destaca-se a apresentação dos governadores civis, que abriam os espetáculos com um discurso explicitando a importância do trabalho desenvolvido pela Emissora Nacional na divulgação do folclore português; paralelamente à transmissão musical, eram proferidas palestras sobre as regiões onde os espetáculos tinham lugar, procurando fomentar sentimentos de orgulho regional das populações⁶³.

59 *Ocidente*. Lisboa, n.º 33, dezembro de 1940, p. 322, 431 e 434.

60 LEAL, 2009: 473.

61 LEAL, 2009: 473.

62 LEAL, 2009: 473

63 Esta iniciativa assemelha-se em muito àquilo que foi organizado através do Cinema Ambulante criado por Ferro, em que carrinhas percorriam as

Dois anos depois, a 30 de maio de 1937, Galvão organiza um Cortejo Folclórico e Etnográfico, que decorreu no Campo Grande, em Lisboa, onde estiveram representadas todas as regiões de Norte a Sul do país, bem como os arquipélagos. Segundo Nelson Ribeiro, “tratou-se, pois, de uma ação [que valorizava] o rural e a vida simples da aldeia, em detrimento da vida cidadina”⁶⁴, ao mesmo tempo que se assumia como um dos eventos das comemorações do XI aniversário da revolução do 28 de maio. Ainda em 1937, em outubro, Galvão organiza a II Festa das Vindimas, no âmbito da qual ranchos folclóricos, representando as diversas regiões do país, tiveram oportunidade de disputar variados prémios, nomeadamente os títulos de “Cacho Dourado” e “Rainha das Flores”. Num artigo da *Rádio Nacional*, órgão oficial da EN, estas festas são apresentadas como “glorificando o trabalho, celebrando uma das grandes riquezas económicas do país”, ensinando o povo “que há na vida cousas superiores à rotina abracadabrante do trabalho diário” e “pondo-o em contacto com a beleza”, numa “consagração do folclore das regiões vinhateiras”⁶⁵.

A EN afirmava-se, deste modo, como um importante instrumento de divulgação do folclore das regiões, tendo mesmo realizado gravações de música regional, com vista a incentivar a sua produção e a travar a adesão a modelos estrangeiros/não tradicionais.

Deste breve resumo das atividades de Galvão no que concerne ao folclore nacional, percebe-se que a EN constitui uma atuação paralela e não complementar à ação desenvolvida pelo SPN, dado nunca ter existido, até final de 1940, um entendimento entre os dois organismos, em grande parte devido à ambição de Ferro de controlar pessoalmente a radiodifusão oficial. Mais, pode mesmo afirmar-se que se trata de uma concorrência às funções de Ferro, no que concerne à propaganda interna do país, algo visível num artigo de 1938, na *Rádio Nacional*, quando aí se refere que a EN “tem sido a voz de Portugal levada por esse mundo fora [tendo vindo a] preencher um lugar de grande importância para a divulgação dos nossos valores [...], do nosso ressurgimento social, político, económico e financeiro, [apresentando-se como] um instrumento de nacionalização, cultura e recreio espiritual” dos portugueses⁶⁶.

A disputa mostrou-se acesa: logo a 1 de janeiro de 1938, Ferro publicava na *Diário de Notícias* um artigo onde apresentava a ideia de realizar “uma alegre feira portuguesa, constituída com pedaços vivos das nossas províncias, ensaio de uma exposição internacional de arte popular a realizar em Lisboa”⁶⁷. O texto originou uma resposta de Galvão, na *Rádio Nacional*, a 9 de janeiro, onde este relembra o projeto da Emissora Nacional, pensado para agosto desse ano, de uma exposição etnográfica portuguesa, a realizar em Lisboa, nos terrenos do Parque Eduardo VII.

A ideia, em estudo pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, de quem dependia o organismo nacional de radiodifusão, previa “a concentração, no Parque Eduardo VII, dos retalhos mais característicos de Portugal, da fisionomia etnográfica de Portugal: desde o monte alentejano com a sua seara e as suas varas de porcos, até a casa algarvia com as suas açoteias e as suas chaminés; desde a família garrida do Minho até à família melancólica da Beira – e cada retalho com as suas cantigas, os seus instrumentos de trabalho, um naco das suas terras, as suas indústrias regionais, os seus produtos típicos”⁶⁸.

Galvão respondia ainda nesse artigo a uma outra “alfinetada” de Ferro, que escrevia acerca de um “maior acordo entre certos organismos públicos que fingem não se conhecer, apesar de trabalharem para o mesmo fim”, com um “Quem não acompanhará o sr. António Ferro neste voto?”, acrescentando ironicamente que

vilas e aldeias de Portugal, possibilitando o visionamento de documentários e obras ficcionais de carácter nacionalista, visionamento este antecedido por conferências doutrinárias pelos chefes locais das organizações corporativas (ou padres), de elogio às virtudes do regime.

64 RIBEIRO, 2005: 141.

65 “As Festas Vindimárias”. *Rádio Nacional*. Lisboa, 26.6.1938, p. 1.

66 “As realizações da Emissora Nacional em três anos de existência”. *Rádio Nacional*. Lisboa, 31.7.1938, p. 2.

67 “1938! Anda hoje a roda”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 1.1.1938, p. 1.

68 “O diretor da Emissora Nacional respondeu a um artigo de António Ferro”. *Rádio Nacional*. Lisboa, 9.1.1938, p. 2.

essa cooperação já existia entre os dois organismos, uma vez que a EN faria ao SPN de Ferro “em todas as oportunidades, propostas de acordo e de útil colaboração”⁶⁹.

Ainda a 9 de janeiro de 1938, Henrique Galvão publica no referido órgão oficial da EN um artigo sobre os projetos da Emissora para esse ano, esclarecendo que, se “1936 foi um ano de reorganização administrativa” e “1937 [...] o ano de apetrechamento técnico”, então “1938 será o primeiro ano de grandes realizações culturais e artísticas”, com a continuação “da campanha em favor do folclore nacional”, apostando-se na utilização de um camião de som em excursões pelas províncias do país, que teria como missão percorrer o país em busca do que melhor houvesse no folclore português, e “possivelmente, outra grande parada de beleza corresponde[nte] ao Cortejo Folclórico”⁷⁰.

Pode depreender-se que terá sido a boa receção internacional à representação portuguesa na Exposição de 1937 (e, em particular, à secção de arte popular, que recebeu um *Grand Prix*), em Paris, gizada por Ferro e por uma equipa de artistas-decoradores modernistas, aquilo que o diretor do organismo nacional de propaganda terá usado como argumento para obter a exclusividade a nível das políticas folcloristas, permitindo-lhe controlar um campo que não fazia parte (declaradamente) das atribuições do SPN que liderava⁷¹, combatendo em simultâneo o projeto do mesmo tipo que Henrique Galvão então protagonizava, mas sob moldes estéticos pouco coincidentes com os defendidos por Ferro.

Não obstante, a contenda veria ainda um episódio final: em 1940, Galvão consegue assumir parte do controlo sobre as representações folcloristas metropolitanas, ao organizar o Cortejo do Mundo Português, enquadrado na Exposição do Mundo Português, algo que pareceria caber naturalmente a Ferro e ao SPN, responsáveis pela secção etnográfica metropolitana – o Centro Regional.

O Cortejo foi dividido em três grandes momentos – Passado, Presente e Futuro – com o Passado representado pelas épocas áureas da história portuguesa, tal como percecionadas pelo Estado Novo: a Fundação, a Consolidação da Independência, as Descobertas e Conquistas, a Colonização, o Século XVIII e a Ocupação militar das colónias no final do século XIX; o Presente foi apresentado sob a forma dos “trajos mais puros da etnografia metropolitana, os círios mais característicos, numa alegoria do povo português. Depois do Portugal-Metrópole, o Portugal-Império, representado [...] por numerosa figuração das oito províncias ultramarinas, [com o desfile de] indígenas, com os transportes, os produtos e elementos da fauna das respetivas regiões”⁷².

Logo Ferro contra-ataca, pela voz de Luís Chaves, etnógrafo do SPN, na secção “Nos domínios da Etnografia e do Folclore” da revista *Ocidente*: “A representação etnográfica da Metrópole no Cortejo do Mundo Português em Lisboa não foi o que devia ser e até podia ser com os recursos presentes. O que havia de bom, e houve-o assim, perdeu efeitos salutareos na combinação geral e no emparceiramento com o que era inferior”⁷³.

Este cenário só seria definitivamente alterado com a saída de Henrique Galvão, a 1 de novembro de 1940, e a posterior entrada de Ferro, que será nomeado para a presidência da EN em 26 de maio de 1941, por Duarte Pacheco, algo que parecia ser visto como inevitável, como se depreende por estas palavras publicadas no semanário *A Ação*: “Trata-se de um caso de ‘unidade de comando’. E realmente parecia mal que o S.P.N. e a Emissora não estivessem sujeitos ao mesmo comando, ao mesmo espírito”⁷⁴.

69 “O diretor da Emissora Nacional respondeu a um artigo de António Ferro”. *Rádio Nacional*. Lisboa, 9.1.1938, p. 2.

70 “O que a Emissora Nacional promete para o ano de 1938”. *Rádio Nacional*. Lisboa, 9.1.1938, p. 8-9.

71 Com efeito, nada no decreto-lei de criação do SPN remetia claramente para uma ação a nível da cultura popular. Esta opção de Ferro parece radicar-se na sua compreensão das potencialidades políticas de um programa identitário de tipo folclorista.

72 *Ocidente*. Lisboa, n.º 11, março de 1939, p. 531.

73 *Ocidente*. Lisboa, n.º 28, agosto de 1940, p. 296.

74 Secção “Ao Microfone”. *Rádio Nacional*. Lisboa, 15.6.1941, p. 4.

Cultura popular vista pelo SPN/SNI

Segundo a visão de Ferro, “o povo seria levado pelas elites a descobrir, amar e desenvolver a sua cultura material”, uma vez que nela radicaria a “diferença lusitana”⁷⁵. Assim, para lhe mostrar aquelas “virtudes coletivas que haviam de julgar-se e muitos julgavam completamente perdidas e [que] Portugal guardou dentro de si como reserva espiritual”⁷⁶, o SPN/SNI procedeu a “escavações para trazer à superfície certas expressões coloridas e rítmicas da alma nacional, os gestos eternos da raça, o seu desenho interior tornado visível”⁷⁷.

Desta forma, se os estudos de folclore foram canalizados, primeiramente, “para a recriação da identidade étnica”, numa segunda fase foram transmitidos à população em geral, através de vários meios, como espectáculos (pelo Teatro do Povo e pelo Cinema Ambulante, por exemplo) e bibliotecas populares, “para assimilação da identidade assim construída”⁷⁸. De destacar aqui o papel idealizado para as bibliotecas ambulantes de cultura popular do SNI, que tinham como missão “familiarizar as populações rurais com as grandes figuras nacionais e os grandes problemas da cultura nacional”⁷⁹. Da lista bibliográfica das mesmas faziam parte, entre textos políticos e de teor económico, literatura de ficção, insistindo-se neste campo nos escritores dos períodos romântico e realista de Oitocentos, em obras que convocavam as vivências aldeãs, espaços que constituíam microcosmos de paz, onde “a família indissolúvel” e a “harmonia interclassista” existiam de forma natural⁸⁰.

Apesar desta declaração de intenções (e de público-alvo), uma parte substancial da atividade cultural interna do SPN/SNI centrada na cultura popular dirige-se à elite produtora e consumidora de cultura, no sentido clássico do termo, através de iniciativas múltiplas, de que se destacam a companhia de Bailados Verde Gaio — criada em 1940 e marcada por um reportório de cariz folclórico —, a edição da publicação periódica intitulada *Panorama*, *Revista Portuguesa de Arte e Turismo* e a fundação do Museu de Arte Popular.

A *Panorama*, publicação idealizada por Ferro e criada em 1941⁸¹, apresenta-se como galeria expositiva das iniciativas do órgão que a suporta. No seu editorial de abertura, expõe-se como a principal finalidade da *Panorama* “ser um lugar onde possa evocar-se o que há de mais vivo e característico no País, e lhe imprime, por isso, fisionomia própria, expressão diferenciada”⁸². Enumera-se assim o que é do interesse da revista noticiar e divulgar: a paisagem, rural e urbana, continental e ultramarina, as obras públicas e os produtos industriais, “manifestações do espírito realizador, da capacidade construtiva, dos recursos vitais da nossa terra” e as produções de arte, em especial a popular, “onde perdura ou se renova o génio nacional”⁸³.

Também o Museu de Arte Popular (MAP), inaugurado a 15 de julho de 1948, “retrato da alma de um povo que não quer renunciar nem à sua graça nem ao seu caráter”⁸⁴, apresenta-se como um projeto muito pessoal de Ferro, de articulação entre tradição, modernidade e nacionalismo, um olhar cenográfico sobre a cultura popular, cujo objetivo último era a nacionalização do gosto das classes médias, recorrendo aos “nossos artistas, [que] na valorização da arte popular, na sua transposição para o plano decorativo, começaram a inspirar-se nos seus motivos, a renová-los sem lhes fazer perder o caráter”⁸⁵. Desta forma, o Museu de Arte Popular “não

75 Ó, 1999: 193 e 189.

76 “A Homenagem a António Ferro”. *Ocidente*. Lisboa, n.º 67, novembro de 1943, p. 231.

77 *Ocidente*. Lisboa, n.º 33, dezembro de 1940, p. 431.

78 LOPES FILHO, 2004: 30.

79 Ó, 1999: 138.

80 Ó, 1999: 141.

81 Um ponto de viragem na vida desta publicação foi o ano de 1949, uma vez que se trata do fim da primeira série e de uma interrupção de dois anos na sua publicação, coincidindo com a saída de Ferro do organismo que dirigia.

82 *Panorama*. Lisboa, n.º 1, junho de 1941, s/p.

83 *Panorama*. Lisboa, n.º 1, junho de 1941, s/p.

84 SNI, 1948b: 15.

85 SNI, 1948b: 17.

é apenas um Museu [...] onde as coisas venham a encher-se de pó e de bolor, é também, ou sobretudo, um museu poético, o museu da poesia esparsa, inata do povo português, da terra portuguesa [...], fonte de inspiração para os nossos artistas [...], uma escola de bom-gosto”⁸⁶.

É, pois, razoável concluir que a promoção da arte popular portuguesa foi uma das pedras de toque do programa do organismo dirigido por António Ferro, como ficou visível em duas obras marcantes lançadas pelo SPN/SNI: o luxuoso livro de 1940, *Vida e Arte do Povo Português*, no âmbito das comemorações dos centenários, coordenado por Luís Chaves, Francisco Lage e ilustrado por Paulo Ferreira, contando com a colaboração de especialistas que formam o núcleo dos folcloristas oficiais do SPN, dedicado a todos os aspetos das tradições e cultura popular nacional, e, em 1946, *Portugal, Breviário da Pátria para os Portugueses Ausentes*, obra muito pessoal de Ferro, dedicada aos portugueses emigrados e aos portugueses do Império, mas útil igualmente para os portugueses do Continente, uma vez que “trazer a Pátria no coração é, afinal, ter a Pátria de cor”⁸⁷; nela se procura caracterizar o país, abordando-se temáticas como a população, o território, a economia e a História, o Império, a literatura, a música, a cultura, a filosofia, o turismo, a arte e a etnografia.

Em ambos, os textos visam realçar os valores que a ideologia do regime procura preservar na cultura popular portuguesa, perpassando muito claramente uma ideia central: a unidade, no espaço e no tempo, da Nação e a sua antiguidade, quase que imemorial, visível no uso de expressões como “ritual secular” e “continuidade histórica e geográfica”⁸⁸. Isto é especialmente notório no que concerne à arte popular, onde, segundo Luís Chaves, “as artes populares, das artes ricas como a ourivesaria, o traje, a alfaia e equipagem festivas da lavoura do Sul, às mais pobres como a da madeira e de barro, revelam sempre a índole de um povo [e], sem imposições de alterar, mantendo continuidade [...], conservam modelos milenários”⁸⁹. Também no capítulo “Cultura, Idioma e Livro” se sustenta a mesma tese, afirmando-se que “Portugal é um dos raros países europeus cujo sentido cultural permanece com a mesma feição apesar das invasões sucessivas de povos vários e da transplantação para outros climas”, confirmando-se que é na etnografia que os indícios são mais evidentes: “Foram-se encontrar símbolos pré-históricos que vivem hoje ainda no folclore das nossas províncias [...], descobriram-se motivos artísticos e processos de fabrico de adornos vários que vêm desde muitos séculos antes da época histórica até à proto-história, e daí aos nossos dias”⁹⁰.

Resumindo: a arte popular, vista pelo organismo nacional de propaganda, aparece descrita como uma forma de “mergulhar na alma portuguesa”, como uma arte de “essência decorativa”, plena de poesia e ritmo, “fonte de riqueza espiritual”⁹¹.

Notas finais

Em Portugal, ao longo de várias gerações de intelectuais e de regimes políticos diversos, verifica-se que a cultura popular foi empregue como “conceito *pivot*”⁹² para a compreensão da “alma nacional” portuguesa, isto é, o estudo da cultura popular assume-se desde o Romantismo, passando pela I República e desembocando no Estado Novo, como um projeto nacionalista, um “laço imaginário suscetível de tornar os habitantes de Portugal portugueses”⁹³.

Nestes três períodos, porventura o fator mais relevante em comum é o processo de objectificação que a cultura popular sofreu, ao ser retirada do seu contexto – a oficina do artesão, a casa popular – e inserida

86 SNI, 1948b: 22 e 25.

87 SNI, 1946: s/p.

88 SNI, 1946: 52 e 54.

89 SNI, 1946: 57.

90 SNI, 1946: 236-237.

91 CHAVES; MARTA, 1936: 3 e 6.

92 CUNHA, 1994: 42.

93 LEAL, 2000: 16.

em contextos urbanos e sofisticados – o museu, o lar burguês, o catálogo de exposição –, transformada em arte nacional. Outra constante nas diversas sensibilidades etnográficas é a admiração pelas formas artísticas da cultura demótica. Apesar destes aspetos em comum, a cultura popular foi, na prática, uma arena onde se confrontaram diferentes entendimentos sobre o que foi, é ou deverá ser a Nação e a identidade nacional, subordinada a diferentes contextos e interesses políticos.

Assim, o regime do Estado Novo, aproveitando e reciclando discursos pré-existentes provindos do período romântico e da I República, apresenta a sua versão da “verdade nacional”, consolidando uma “ordem uniformizante”⁹⁴ que exclui o diverso, classificado como antinacional.

A política do SPN/SNI é de centralização no popular e sua redução ao rural; foca-se, nas palavras da reportagem do *Diário da Manhã*, na “gente [que] vive em perfeito estado de graça nacional, sem ter sofrido influências alheias e nocivas, mantendo, na sua pureza e graça, os costumes tradicionais da sua terra”⁹⁵. Ressalte-se este combate contra o gosto desnacionalizado das camadas cultas, uma reação quase visceral ao que vem de fora, considerando como dissolvente a influência estrangeira. Este tipo de sentimento é igualmente visível na Espanha franquista e na União Soviética, por exemplo, onde aos estudos folclóricos é pedido que depurem a cultura popular dos seus elementos estrangeiros, nefastos.

Verificou-se neste período um investimento nas áreas da cultura popular que eram mais facilmente encenáveis, como a dança, a música e o traje. Com efeito, a imagem visual da cultura popular herdada da I República tornou-se mais coreografada, mercê de uma estilização e estetização eruditas, de raízes modernistas. Como afirma Vera Alves, procede-se uma “aristocratização do objeto etnográfico”⁹⁶, isto é, uma depuração do mundo rural, de acordo com critérios morais e estéticos das classes eruditas, numa visão final idílica, de um mundo rural simples, harmónico, solidário, de tradições imutáveis.

A exploração do campo folclórico no Estado Novo, como foi mencionado anteriormente, foi alvo de disputas, em particular na década de trinta, entre o SPN de Ferro e a EN de Henrique Galvão. Se ambos os organismos, se ambas as personagens procuravam o mesmo – a nacionalização da cultura popular, a materialização de um modelo de vida rural –, o que os distinguia era o modelo estético sobre o qual repousavam estes objetivos. Na realidade, Galvão era um antimodernista, o que contrastava com o cosmopolitismo de Ferro, assente numa cultura francófona e internacional; Ferro, por seu turno, sentia que havia falta de coordenação entre as duas instituições, referindo que “esta concentração de esforços em cada setor da vida portuguesa, ensimesmou os serviços, individualizou-os, criou-lhes um certo egocentrismo que torna difícil a colaboração com alguns deles”, de tal forma que se torna “difícil, muito difícil, na verdade, sentir a obra dos outros quando se tem a sua obra própria”⁹⁷. Claramente, o diretor do SPN defende um projeto folclorista que julga superior, e ao qual pretende subordinar outros deste tipo, até porque a sua proposta vai mais longe do que a de Galvão, uma vez que, além “da vulgarização e expansão dos melhores valores da nossa arte popular, de forma a constituir com eles [...] um elemento de valorização nacional”, pretendia torná-los “fonte de inspiração para artistas”⁹⁸, concretizando desta forma um dos objetivos do seu organismo: o de estimular o “desenvolvimento de uma arte e de uma literatura acentuadamente nacionais”⁹⁹.

Com o regime salazarista, celebra-se, em resumo, uma cultura popular encarada como o substrato sobre o qual repousa a identidade nacional – o que confere legitimidade aos discursos de cariz ruralista e nacionalista

94 SANTOS, 1988: 696.

95 BRITO, 1982: 514.

96 ALVES, 2007: 228.

97 SNI, 1948a: 17-18.

98 SNI, 1948a: s/p.

99 *Diário do Governo*. I Série, n.º 218, 25.9.1933, p. 1675.

veiculados –, uma cultura popular que demonstra a singularidade da pátria portuguesa, que evoca um povo de tradições remotas e quase atemporais, vivendo em irmandade com a natureza e desligado dos conflitos e clivagens socioeconómicos mas, em simultâneo, uma Nação onde estas tradições imemoriais são vividas ainda no presente, de forma entusiasta. Apresenta-se o retrato de uma comunidade vibrante, que se afirma na atualidade, sem deixar de lado o seu carácter singular. O passado assume-se como algo que marca o presente e que estabelece o futuro, isto é, um exemplo a ser seguido, cunhado por um valor de autenticidade.

Fontes

CHAVES, Luís; MARTA, Manuel Cardoso (ed.), 1936 – *Catálogo da Exposição de Arte Popular Portuguesa*. Lisboa: SPN.
Diário de Notícias. Lisboa, 25.9.1933 e 1.1.1938.
Ocidente. Lisboa, n.º 11, março de 1939; n.º 28, agosto de 1940; n.º 33, dezembro de 1940; n.º 67, novembro de 1943.
Panorama. Lisboa, n.º 1, junho de 1941.
Rádio Nacional. Lisboa, 9.1.1938; 26.6.1938; 31.7.1938; 15.6.1941.
 SNI, 1946 – *Portugal: Breviário da Pátria para os Portugueses Ausentes*. Lisboa: SNI.
 SNI, 1948a – *Catorze Anos de Política do Espírito. Apontamentos para uma Exposição, apresentados no S.N.I. (Palácio da Foz) em Janeiro de 1948*. Lisboa: SNI.
 SNI, 1948b – *Museu de Arte Popular*. Lisboa: SNI.
Vida (A) Portuguesa. Porto, n.º 1, 31.10.1912.

Bibliografia

ALVES, Vera Marques, 2007 – *Camponeses estetas no Estado Novo: Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*. Lisboa: ISCTE (Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa).
 ANDERSON, Benedict, 2005 – *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
 BOURDIEU, Pierre, 1989 – *O Poder Simbólico*, 4.ª ed. Lisboa: Difel.
 BRANCO, Jorge Freitas, 1999 – “A fluidez dos limites: Discurso Etnográfico e Movimento Folclórico em Portugal”. *Etnográfica*. Lisboa: CEAS, vol. III, n.º 1, p. 23-48.
 BRITO, Joaquim Pais de, 1982 – “O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal”, in AAVV – *O Fascismo em Portugal: Atas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em março de 1980*. Lisboa: A Regra do Jogo, p. 511-532.
 CABRAL, João de Pina, 1991 – *Os contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel.
 CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan; BRANCO, Jorge de Freitas, 2003 – “Folclorização em Portugal: uma perspetiva” in CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan; BRANCO, Jorge de Freitas (org.) – *Vozes do Povo: a folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editores, p. 1-21.
 CUNHA, Luís, 1994 – *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a sua Construção da Identidade Nacional* (Trabalho apresentado à Universidade do Minho para efeito de prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica).
 FERREIRA, Fátima Sá e Melo, 2010 – “Do moderno conceito de povo em Portugal: constituição e usos (1807-1850)” in NEVES, José (coord.) – *Como se Faz um Povo*. Lisboa: Tinta da China, p. 25-39.
 GELLNER, Ernest, 1993 – *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.
 HANDLER, Richard, 1984 – “On sociocultural discontinuity: nationalism and cultural objectification in Quebec”. *Current Anthropology*. Chicago: University of Chicago Press, vol. 25, n.º 1, p. 55-71.
 HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence, 1997 – *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra.
 HOBBSBAWM, Eric, 1998 – *A Questão do Nacionalismo. Nações e Nacionalismo desde 1789 – programa, mito, realidade*. Lisboa: Terramar.
 LEAL, João, 1995 – “Imagens Contrastadas do Povo: Cultura Popular e Identidade Nacional na Antropologia Portuguesa Oitocentista”. *Revista Lusitana* (Nova Série). Lisboa: Edições Colibri, n.º 13-14, p. 125-144.
 LEAL, João, 2000 – *Etnografias portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Dom Quixote.
 LEAL, João, 2002 – “Metamorfoses da Arte Popular: Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa”. *Etnográfica*. Lisboa: CEAS, vol. VI, n.º 2, p. 251-280.
 LEAL, João, 2006 – “O Império Escondido: Camponeses, Construção da Nação e o Império na Antropologia Portuguesa”, in SANCHES, Manuela Ribeiro (ed.) – *Portugal não é um país pequeno. Contar o 'Império' na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Livros Cotovia, p. 63-79.

- LEAL, João, 2009 – “Da arte popular às culturas populares híbridas”. *Etnográfica*. Lisboa: CRIA, vol. 13, n.º 2, p. 467-480.
- LÖFGREN, Orvar, 1989 – “The nationalization of culture”, p. 1-27 (artigo cedido pelo autor).
- LOPES FILHO, João, 2004 – *Agrupamentos de folclore. Ontem e hoje*. Lisboa: Inatel.
- LOURENÇO, Eduardo, 1988 – *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*, 3.ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ó, Jorge Ramos do, 1999 – *Os anos de Ferro – o dispositivo cultural durante a “Política de Espírito” (1933-1949): ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2011 – “A etno-epo-história e os mitos fundacionais na Nação – ‘Viriato’ de Teófilo Braga in *Identidade Nacional. Entre o Discurso e a Prática*. Porto: Fronteira do Caos, CEPESE, p. 141-163.
- RAMOS, Rui, 1994 – “A Segunda Fundação (1890-1926)” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RAMOS, RUI, 2003 – “A ciência do povo e as origens do estado cultural” in CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan; BRANCO, Jorge de Freitas (org.) – *Vozes do Povo: a folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editores, p. 25-35.
- RIBEIRO, Nelson, 2005 – *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo (1933-1945)*. Lisboa: Quimera.
- ROSMANINHO, Nuno, 2010 – “Arte Nacional: Conceito e Funcionalidade” in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) – *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 521-527.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima, 1988 – “Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXIV, n.º 101-102, p. 689-702.
- SILVA, Augusto Santos, 1997 – *Palavras para um país: estudos incompletos sobre o século XIX português*. Oeiras: Celta Editores.
- SMITH, Anthony D., 1997 – *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- STOKLUND, Bjarne, 1999 – “How the Peasant House Became a National Symbol. A Chapter in the History of Museums and Nation-Building”. *Ethnologia Europaea*. Copenhaga: Museum Tusculanum Press, vol. 29, p. 5-18.
- TORGAL, Luís Reis, 2009 – *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

The first part of the paper discusses the importance of understanding the local context in which a project is implemented. This involves a thorough analysis of the social, cultural, and economic factors that may influence the success or failure of the intervention. The second part of the paper describes the methodology used in the study, including the selection of participants, the data collection methods, and the analysis techniques. The third part of the paper presents the results of the study, which show that the intervention had a positive impact on the target population. The final part of the paper discusses the implications of the findings for future research and practice.

A elite vista de dentro – uma análise à *Nova Classe Dirigente* de Milovan Djilas

Patrícia Calca

Doze vozes gritavam em fúria e eram todas idênticas. Não havia agora dúvidas sobre o que estava a acontecer às caras dos porcos. Os animais que estavam lá fora olhavam dos porcos para os homens, dos homens para os porcos e novamente dos porcos para os homens; mas já não era possível dizer quem era quem.

George Orwell

Nem havia já remédio; tirada a primeira pedra de um edifício destes não-de tirar-se as outras ou elas não-de cair e toda a casa com elas...

Almeida Garrett

Introdução

A obra de Milovan Djilas¹ – *A Nova Classe Dirigente* – surge como o primeiro documento publicado em livro onde um político comunista manifesta desilusão e desenvolve uma árdua crítica relativamente ao comunismo.

¹ Milovan Djilas foi um político Jugoslavo que nasceu em Polja, Montenegro, no ano de 1911, e viria a morrer em 1995 na cidade de Belgrado, na Sérvia. Enquanto escritor político e um dos primeiros comunistas jugoslavos, é lembrado pela sua desilusão com o comunismo. Depois de ter estudado Direito na Universidade de Belgrado onde terminou o curso em 1933, Djilas foi preso durante três anos pelas suas atividades políticas contra a ditadura real jugoslava. Foi um membro ativo do Partido Comunista desde a juventude, tornando-se íntimo colaborador de Tito quando este já estava no poder. Teve um papel de destaque na resistência partidária guerrilheira aos alemães durante a II Guerra Mundial, e, com o fim da guerra em 1945, tornou-se um dos mais importantes responsáveis por vários Ministérios no seu país. Teve um papel importante na declaração de independência jugoslava da União Soviética no ano de 1948 (AAVV, 1993: 139). Enquanto doutrinador marxista, em 1953 chegou a vice-presidente do Conselho e à presidência da Assembleia Nacional, tendo sido considerado, por muitos, como o sucessor do Marechal Tito no exercício do poder. É por esta altura que Djilas começa a tecer críticas ao regime, reclamando a sua liberalização. Estas mesmas críticas, no ano de 1954, fariam com que deixasse de pertencer ao Partido Comunista e, consequentemente, fosse afastado dos cargos políticos até então por si desempenhados. Uns anos mais tarde, em 1956, saudou, numa revista americana, o levantamento húngaro designando-o como o "começo do fim do comunismo", facto que lhe valeu novamente a condenação à prisão (AAVV, 1999: 738). A sua constante denúncia da burocratização e da corrupção presentes na sociedade da altura fez com que escrevesse o livro – *A Nova Classe Dirigente*. Esta obra seria publicada na clandestinidade, nos Estados Unidos da América, facto que terá motivado o regresso do autor à prisão. Libertado em 1961, é imediatamente encarcerado depois da publicação no Ocidente do livro *Conversas com Estaline* (1962). Volta à liberdade ao ser amnistiado em 1966, batendo-se sempre pela democratização da federação até ao seu desmembramento. De entre as suas obras destacam-se, para além das referidas, *Terra sem Justiça* (1958), *A Sociedade Imperfeita* (1969), *Momentos de Uma Vida* (1975) e *Tempo de Guerra* (1977) (AAVV, 1999: 738).

Talvez por isso, este livro seja ainda mais atrativo de analisar, uma vez que a sua apreciação advém de alguém que é um profundo conhecedor do sistema.

O autor vê-se confrontado com a sua decepção defendendo, ao invés do comunismo seu contemporâneo, um socialismo democrático. A análise que Djilas faz percorre um longo e profundo caminho, iniciando-se nas raízes do comunismo, passando pelo carácter das revoluções e, chegando ao ponto fulcral de toda a obra — a criação de uma burocracia política muito poderosa — que rapidamente se transforma numa elite. Esta classe dirigente tem como bases do seu poderio o partido único de carácter estatal, as políticas económicas nem sempre de cunho ideológico comunista apesar de apregoadas como tal, e a sua tirania em relação ao pensamento e às mentes dos cidadãos. Numa fase final da obra, o autor aborda a relação entre a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o Ocidente.

Antes de iniciarmos o exame mais detalhado da obra, sublinhamos o facto de o autor apelidar de *oligarquia de cariz tradicional* a situação que esta nova classe permite, condição essa que surge dentro do partido comunista. De acordo com a sua leitura, estando esta nova classe dentro do partido, enquanto grupo reforça a força própria do *Partido-Estado* de cariz comunista. A sua crítica, apesar de feroz, permanece fragilizada em alguns aspectos como Dragnich relembra. Para o dissidente, os indivíduos enquanto comunistas não se opõem ao socialismo ainda que os sistemas o façam, ou noutro exemplo, sobre a imposição militar do comunismo a referência de que sempre houve essa imposição, negando apenas, em termos de exemplo, o caso jugoslavo².

1. Uma primeira abordagem

Por Teoria das Elites ou Elitista podemos entender a teoria que concetualiza a ideia de que em todas as sociedades existem uma ou várias minoria(s) detentora(s) de poder político e com poder de decisão. Esta noção contrapõe-se à ideia de uma maioria, por norma sem poder³. Outra conceção que pode encontrar ancoragem neste ideário é a que se apresenta de seguida,

a primeira questão da teoria das elites é a de estabelecer um conceito operacional que permita identificar as diferentes perspetivas. Talvez devam distinguir-se pelo menos duas: uma que identifica as Elites pela participação visível e privilegiada em determinados bens — estatuto —, designadamente de natureza económico-cultural, mais usualmente o poder político; outra que as identifica pela relação com os valores, quer demonstrada pela criatividade de modelos de comportamento, quer pela fidelidade aos modelos de comportamento vinculados a adotadas escalas de valores. Nos dois casos, o significado literal é o da escolha, ou por graça divina, ou por um corpo de pessoas, ou pela natureza, para a proeminência na partilha dos bens ou para o exercício da autenticidade do comportamento⁴.

A *Teoria das Elites* nasceu e desenvolveu-se tendo como principal objeto o estudo das *Elites Políticas*. O poder político, que está nas mãos de um grupo, é pertença de uma minoria de indivíduos adentro da sociedade⁵. É principalmente na detenção do poder político e na robustez que determinada minoria, considerada a elite, que se diferencia este segmento da sociedade, em contraposição com a restante massa populacional. Podemos mesmo dizer que, “a teoria elitista parte (...) da contraposição entre as duas classes antagónicas dos donos dos instrumentos de produção e dos proletários, e considera o conflito entre as duas classes sociais o principal motor do movimento histórico”⁶.

2 DRAGNICH, 1958: 545.

3 BOBBIO, 2000: 385.

4 MOREIRA, 1999: 66.

5 MOREIRA, 1999: 66.

6 BOBBIO, 2000: 390.

As controvérsias relacionadas com esta temática, tal como a sua concetualização, têm sido constantes desde os seus esboços iniciais, sobretudo pela visão *realista* que transpõem. A conceção elitista da sociedade levantou e continua a levantar uma problemática que suscita reflexões. Estudos mais recentes ao nível da Ciência Política têm procurado verificar a validade da teoria, ou deste tipo de teorizações, procurando, em essência, testá-la(s) em comunidades de mais pequena dimensão. São disso exemplos os casos das administrações de municípios e das organizações sindicais, entre outros⁷.

Enquanto análise realista, esta concetualização tenderá a manter firme a argumentação de que o poder político pertence sempre a uma determinada minoria. As visões teóricas referidas nasceram a partir de uma noção ideológica que, de uma forma ou de outra, foram a reacção à chamada sociedade de massa. Isto é, não só contra uma noção de democracia substancial mas, igualmente, contra uma democratização formal. Apesar desta perspectiva ideológica *contra-democrática*, a ótica elitista ajuda-nos a criar ferramentas de observação realistas para descobrir e procurar provar academicamente se e como estas elites funcionam⁸.

Da justiça ou não na liderança de um Estado democrático através de uma minoria – muito se tem discutido –, em verdade e de acordo com alguns teóricos, “três minorias têm-se encaminhado para o protagonismo teórico solicitando alguma atenção. Como ensina Adriano Moreira, a teoria da estrutura do Poder, nos analistas, anda relacionada apenas com três conceitos operacionais: classes, grupos, elites. Ou seja: as elites encontraram-se num lugar chave da teoria do poder”⁹.

Dentro da própria conceção da teoria elitista, podem-se definir vários tipos de elites. Todos estes com modos e campos de atuação heterogêneos. Alguns autores definiriam este modelo social, enquanto outros há que optariam por analisá-lo e descrevê-lo. Ainda assim, o termo elitista é muitas vezes utilizado

pejorativamente em debates políticos para descrever políticas que são alegadamente para promover a vantagem de uma minoria que exclui a restante população. O termo elite originalmente quer dizer o “eleito” ou o melhor. O termo ainda é ocasionalmente utilizado neste sentido enquanto discurso comum quando as políticas são muitas vezes defendidas, particularmente na educação, como “elitistas”, significando que estas tendem a produzir o melhor ou o mais capaz. No pensamento político elitismo foi mais uma referência técnica para alguns modos de explicação que derivam do trabalho dos sociólogos italianos Mosca e Pareto¹⁰.

Contudo, a expressão que designa a(s) elite(s) tem vindo a ganhar uma maior importância analítica, ainda que seja uma realidade vista negativamente. Mais do que em termos valorativos, a elite existe enquanto realidade premente, e por tal, não pode ser ignorada. Aliás, a lista de autores que trataram esta temática é extensa e prova cabal da sua relevância para o estudo dos fenómenos políticos, casos exemplares são os de Pareto, Mosca, Michels, Ostrogorsky e Wright Mills, este último com a sua obra *Power Elite*¹¹.

O significado das elites pode ser, por um lado, o de desencadear ou influenciar a mudança ao nível social, mas por outro, pode igualmente tentar impedi-la. O seu poderio é, não raras vezes, tido em alta conta. Com isto quer-se dizer que em termos concretos as mesmas influenciam o decurso e a definição de assuntos tão relevantes para o Estado e a sociedade como sejam as políticas públicas. Isto é, decisões altamente relevantes económica e politicamente, “discriminam positiva ou negativamente e isso pode verificar-se sem lupa”¹².

7 BOBBIO, 2000: 390.

8 BOBBIO, 2000: 391.

9 BESSA, 1993: 16.

10 PARRY, 1998: 131.

11 A este propósito para informações mais detalhadas sobre dois dos teóricos da Elite aqui referidos consultar TEIXEIRA, 2000 e BALÃO, 2001.

12 BESSA, 2001: 13 e 19.

Interligado diretamente à crítica *djilasiana*, entramos no espectro dos partidos políticos já que o autor o refere inúmeras vezes. Esta alusão surge também em menções seguintes relativas aos membros do Partido Comunista – os que se tornam profissionais – aqueles que constituirão ou ajudarão a constituir uma Elite. Enquanto concepção geral, pode-se dar uma definição de Partido, sendo este tido na ótica da Ciência Política como um conjunto de cidadãos agrupados e que visam representar, em termos políticos, esta mesma associação de indivíduos. Tal com o sentido último de participar de maneira ativa num governo de um determinado Estado¹³. Destarte, o partido comunista diverge desta definição, mais ou menos globalizante, já que se apresenta como uma realidade atuante mais predominantemente violenta, mote de limitação às diferenças, sobretudo às ideológicas. Como se chega a assinalar, “quer o partido político comunista quer o partido político fascista surgem como partidos de massas exercendo o Poder em regimes políticos ditatoriais e inseridos em sistemas de partido único ou de partido liderante. Passam a ser frontalmente postos em causa os princípios de raiz liberal da representação política global e do mandato não imperativo do primado do Parlamento”¹⁴.

Ainda assim, deve-se diferenciar o *Estado de Partidos* sobretudo existente nas democracias ocidentais, do *Estado de Partido Único* ou *Estado-Partido*, que se verificou nos regimes comunistas ou ditos comunistas, e nos fascistas, vislumbrando apenas a *sombra de democracia* – não a realidade¹⁵. Ao refletirmos sobre a existência partidária temos que necessariamente ir ao encontro dos escritos dos teóricos comunistas.

O partido não só guia as suas tarefas quotidianas pela teoria marxista-leninista, aplicando-a segundo uma perspectiva criadora às condições históricas objetivas, mas também é sua principal função facilitar a fusão dessa teoria com o movimento operário a fim de dotar este último da plena consciência dos seus objetivos históricos. Isso implica elaboração, aplicação, e desenvolvimento da teoria¹⁶.

O partido é, portanto, o portador da *ciência marxista-leninista*, é ele quem transmite e perpetua a ideologia e a teoria, é o mote e o modo, o contexto e o canal de transmissão para toda a sociedade.

Toma como base teórica de toda a sua atividade entre as massas e como norma da sua própria vida. É também difusor dessa própria ciência, ao situar como tarefa essencial e permanente, o aumento constante do nível de consciência de um número cada vez maior de operários e trabalhadores e, finalmente, é o defensor da teoria revolucionária contra os propósitos destinados a negá-la ou a ignorá-la, propósitos que provêm dos inimigos do proletariado¹⁷.

Finalmente, pode-se aludir ao partido enquanto *Entidade e Instituição* na concretização do ideal comunista, apresentando-se como uma realidade-força de particular importância. Então, como é que o marxismo, e posteriormente o comunismo, encarariam a vertente nacionalista, uma vez que ao apelar a todo o proletariado do mundo teria que se lidar com divergências e heterogeneidades próprias da qualidade de nação?

Os factos que respondem a esta questão têm grande relevância, e não são alheios ao acontecimento de que o tipo de partido em causa – *Partido Proletário Revolucionário* – nasce na Rússia. Lenine entende a força do partido, no sentido que o mesmo estruturava as suas actividades de acordo com os princípios de um internacionalismo proletário, com uma união de interesses e tarefas, independentemente das fronteiras¹⁸. Os pertencentes a este grupo internacional tenderiam a unir-se de acordo com as suas convicções e sentimentos de pertença à ideologia e não à nação – mas a realidade provou-se ser outra. Confirmação disso foi o apelo

13 SOUSA, 1986: 991.

14 SOUSA, 1986: 999.

15 SOUSA, 1986: 991.

16 MARX; ENGELS; LENINE, 1975: 55.

17 MARX; ENGELS; LENINE, 1975: 55.

18 KAHÁNOVA, 1974: 21.

inútil feito aos trabalhadores para não apoiarem a guerra, uma vez que, estariam a combater contra homens trabalhadores como eles. Nesses anos do início do século XX o que continuou a *falar mais alto* foi o nacionalismo pertencente a cada Estado, a cada região, e aí, a ideologia e a pertença comunista apenas serviram de *pequeno empeco* num longo caminho.

Todavia, parece-nos claro que os *revolucionários profissionais*, que Lenine definiu, teriam um papel importante de apaziguamento e de manutenção da unidade do grupo. O seu papel era, uma vez mais, o de tentar manter-se no poder, enquanto elite política que eram.

2. A ideologia comunista vista por Djilas

Na sua obra de 2004, King e Szelényi definem três vagas de reflexão histórica no que concerne o estudo da nova classe. Assinalam assim, o posicionamento coletivo dos atores sociais enquanto potenciais desafiadores da dominação burguesa. De entre esta sua classificação, Djilas surge como parte de uma segunda vaga, antecipando-se-lhe as escritas das teorias anarquistas, onde havia a sugestão de que os intelectuais, e não os trabalhadores, deveriam exercer o poder político e a revolução proletária (e.g. Bakunin). A segunda vaga engloba as teorizações relativas à burocracia e à tecnocracia, tal como, ao controle efectivo dos meios de produção por parte do Estado comunista. É nesta visão que os autores referem Djilas, Galbraith e Burnham. A última vaga prende-se com as ideias de autores como Gouldner, e aí reportam-se ao conceito do *projeto teleocrático*. Isto é, uma espécie de *inteligência humanista* que está no poder através da sua cultura do discurso crítico. King e Szelényi identificam uma clara competição entre estas três visões ao nível das elites existentes nos países de passado comunista, e apesar de não refletirmos aprofundadamente sobre todas elas neste artigo, consideramos relevante referenciá-las para melhor entender a perspectiva djilasiana¹⁹.

Para Djilas há na ideologia comunista um alicerçar fundado na História do ser humano. Tal ocorre no que à origem da propriedade privada e à divisão do trabalho diz respeito. O autor não esquece essa conceção de antiguidade incluída na ideologia comunista. Há uma clara percepção disso nas seguintes palavras:

as ideias comunistas têm raízes profundas no passado, mas o seu dinamismo permanece latente no desenvolvimento recente da indústria na Europa Ocidental. As contribuições fundamentais que distinguem o comunismo moderno, tal como foi constituído em pleno século XIX, são a primazia da matéria sobre o pensamento e o carácter dialético da realidade social²⁰.

A sua ideia prossegue quando refere que com o passar dos anos o comunismo tornou-se numa ideologia de Partido – iniciando aqui a crítica que se desenhará ao longo da obra.

Utilizando um tom irónico e sarcástico, Djilas afirma que o comunismo tende mais a mudar o mundo, no sentido deste obedecer à sua conceção, do que a interpretá-lo. Ainda assim, o sérvio não culpabiliza os teóricos das falácias possíveis advenientes das teorias comunistas, para ele “os teóricos comunistas, sem que tal acontecesse intencionalmente, proporcionaram uma interpretação do mundo baseada em princípios rígidos”²¹.

O autor sublinha de forma evidente o que pensa ser o fator menos feliz da teoria comunista – um aspecto dúbio –, capaz de colocar em causa toda a construção ideológica e teórica do movimento. Ou seja, algo que permite estarem deteriorados os fundamentos do comunismo, afinal esta surge como uma malformação que possibilita a derrocada ou o evoluir no sentido errado dos regimes comunistas. Para Djilas é nas ambições de um comunismo

19 KING e SZELÉNYI, 2004.

20 DJILAS, 1957: 1.

21 DJILAS, 1957: 1-2.

que pretende ser ciência suprema (isto é, um conhecimento único e absoluto baseado no materialismo e na dialética), que estão contidos os germes espirituais do seu despotismo. O ponto de partida destes abusos “prende-se, de facto”, com as obras de Marx, ainda que o mesmo Marx não tenha pretendido criar este sistema²².

Este aparece como um *erro* na teoria que deturpa todo o sistema. Por outras palavras, a partir de um determinado ponto toda a evolução real e teórica do comunismo assenta em falsas hipóteses e ideias, as mesmas podem ser constatadas, por exemplo, ao nível da interpretação da teoria no que respeita aos militantes comunistas. Sobre a ideologia comunista, mais concretamente acerca de Karl Marx, Djilas manifesta ideias muito concretas, uma vez que considera que “Marx foi um investigador e um ideólogo. Enquanto investigador fez descobertas importantes, particularmente na sociologia. Como ideólogo, alimentou de teorias o maior e mais importante movimento político da história moderna”²³. Concorde com o ideólogo comunista ao sublinhar o facto de que a teoria marxista nunca teve a pretensão de ser global e absoluta.

Reiniciando a sua crítica aos deturpadores do marxismo, do comunismo, e depois de ter aludido a que, na prática, o comunismo não foi como tinha sido idealizado e/ou previsto, o autor reafirma a sua má interpretação ideológica. Para ele esta falha baseia-se em interesses manifestos de alguns – poucos indivíduos –, que transformam a teoria numa arma a seu favor. As suas palavras vão incidindo cada vez mais ferozmente no comunismo, mas sobretudo, na ideologia que para ele não passaria mais do que uma de entre muitas outras. O comunismo e a sua concepção não apresentam quaisquer diferenças especiais ou assinaláveis quando comparados com outros de catalogação idêntica.

Comentando, uma vez mais, os ideólogos do comunismo, e sublinhando novamente as realidades económicas e sociais, o escritor jugoslavo diz que

Engels viverá bastante tempo para conhecer da Grã-Bretanha uma imagem diferente [da que tinha inicialmente]; mas ele poderá de longe observar uma pobreza ainda mais horrível e que permanece sem esperança: é a que prevalece na Rússia, nos Balcãs, na Ásia e em África²⁴.

Todavia, apesar dos avanços socialistas um pouco por todo o mundo, a verdade é que se assistirá a uma alteração nesta realidade. Haveria uma crise visível no mundo socialista após a II Internacional (unificadora e centralizadora), que possibilitaria uma cisão entre os reformistas (sociais-democratas) e os revolucionários (comunistas)²⁵. Sintetizando, Djilas sugere que,

em resumo, o comunismo moderno tomou consistência como uma ideia distinta por “contágio” da indústria moderna. Está moribundo ou em vias de extinção nos países onde o desenvolvimento industrial realizou os seus objetivos fundamentais. Ele é agressivo naqueles onde este facto não se produziu.

O destino do comunismo nos países subdesenvolvidos foi determinado pelo curso e pelo carácter da revolução que ele devia historicamente assumir²⁶.

Ainda o fator económico no centro da crítica, neste caso em particular assenta na temática do trabalho escravagista dos campos:

para o regime, uma fonte de dificuldades políticas e gastos policiais improdutivos, tanto mais inadmissíveis já que a tecnologia moderna expande-se mais largamente na U.R.S.S. Um trabalhador subjugado, mesmo mediocrementemente

22 DJILAS, 1957: 3.

23 DJILAS, 1957: 5.

24 DJILAS, 1957: 13.

25 DJILAS, 1957: 15.

26 DJILAS, 1957: 18.

alimentado, custa ainda mais – contas feitas ao aparelho administrativo, penitenciário e policial cuja a intervenção é necessária para o obrigar a trabalhar – e a sua utilização em tais condições torna-se absurda²⁷.

E seguindo as palavras que tinha utilizado anteriormente, retoma a ideia do conteúdo da ideologia, em verdade “o interesse da nova classe e o carácter ideológico da economia são fatores que se tornam impossíveis de manter o sistema com saúde e harmonia”²⁸. Há uma evolução da ideologia comunista adentro do seu aspecto dogmático exclusivo.

Aquilo que bem podemos chamar “o triunfo do marxismo” conduz de facto a um reforço da nova classe monopolista e à soberania não só de uma única ideologia sobre o pensamento, mas do pensamento de um só homem sobre a ideologia²⁹.

A ideologia comunista não permanece através e pela razão dos caracteres económico e teórico, mas sim enquanto realidade prática. Numa sociedade denominada de comunista todos têm que se inserir num determinado tipo de indivíduo, uma espécie de modelo ideal a seguir,

o efeito positivo estende-se sobretudo à nova classe de monopolistas, cuja convicção, de uma maneira ou de outra, já foi adquirida. Mas enormes resultados são contudo realizados, de uma maneira negativa – tornando-se impossível a quem quer que seja manifestar uma outra “consciência” que não a ortodoxia, e organizando-se a caça à heresia³⁰.

Para o escritor jugoslavo, “o comunismo do século XX é o produto de todo um conjunto de causas históricas e ideológicas, económicas e políticas, nacionais e internacionais; uma explicação truncada deste fenómeno tão complexo não lhe seria inteiramente adequada”³¹, subentendendo-se na sua escrita o tom depreciativo ao utilizar esta *semi-definição*.

3. O surgimento de uma nova classe dirigente

As raízes do marxismo vão procurar na História um capitalismo inicial, o autor refere inclusive que,

interiormente, o capitalismo indígena era fraco; ele não seria outra coisa que um instrumento ou um auxiliar do capitalismo que viria além disso. Não seria através da burguesia mas de uma outra classe – o proletariado, nascido da pobreza crescente entre o campesinato – que poderia cumprir a revolução industrial na qual está vitalmente interessado³².

Todavia, deste capitalismo, que se torna bastante relevante em torno da emergência futura de um comunismo revolucionário, nasceria e desenvolver-se-ia um capitalismo cada vez mais aguerrido. Com o passar do tempo tal deveria ser impedido, sempre tendo como pano de fundo a ótica comunista. Surge superficialmente a necessidade de uma revolução do proletariado. Acerca da revolução que a ideologia comunista apregoa, Djilas usa as seguintes palavras: “Todas as revoluções do passado apareceram depois que as novas relações económicas ou sociais tenham começado a prevalecer, e então o antigo sistema político tornou-se o único obstáculo à evolução ulterior”³³. E ainda para se direccionar a factos próximos em termos geográficos e de realidade, Djilas dá o exemplo que ocorreu no seu país,

27 DJILAS, 1957: 136.

28 DJILAS, 1957: 138.

29 DJILAS, 1957: 157.

30 DJILAS, 1957: 162.

31 DJILAS, 1957: 201.

32 DJILAS, 1957: 21.

33 DJILAS, 1957: 23.

na Jugoslávia, a revolução começou em 1941 com um efectivo de 10 000 comunistas. Para colocar o comunismo no governo, foi necessário obter o apoio e a participação ativa de pelo menos uma fracção da população; mas, em todo o caso, a vanguarda que dirigiu a revolução e herdou o poder foi um grupo minoritário que manobrou e beneficiou de condições excepcionalmente favoráveis³⁴.

Continua a sua análise afirmando que “nos países bálticos onde decorreu uma sovietação brusca, milhares e milhares de pessoas foram profundamente examinadas com base em ficheiros que indicavam os seus antecedentes em matéria de ideias e de tendências políticas”³⁵. Deste modo, “os comunistas, enquanto novos privilegiados, surgem como efectivamente incapazes de se conduzir como acontecera com todas as classes dominantes que os terão precedido”³⁶. Assim, e sem se tirar de mente o caso jugoslavo, Djilas escreve que “contrariamente às revoluções precedentes, a tomada do poder pelos comunistas, realizada sob o pretexto de abolir as classes, conduziu à mais completa autoridade de uma nova classe privilegiada. Tudo o resto é impostura e miragem”³⁷.

Tendo em consideração que não deixa de existir uma classe dominante com a revolução comunista, apesar de ser essa ideia transmitida pelos mentores do comunismo, o autor chama a atenção para o facto de que a concepção de uma sociedade sem classes poderia advogar o desenvolvimento da indústria e a destruição da propriedade capitalista. Tal tornaria o coletivismo numa ilusão – assim o comprovam os acontecimentos na URSS estalinista a partir de 1936. Ou seja, uma nova classe tomara o poder no sentido de substituir a anterior³⁸. A crítica que faz a esta nova classe é reforçada considerando a necessidade de um nascimento de novas classes adentro do sistema comunista, não necessariamente para conquistar de novo o poder mas, para contribuir para uma ordem económica renovada³⁹. Esta defesa de Djilas acerca de uma nova classe, uma certa elite que nasce ou que renasce com a revolução comunista, serve para espelhar a sua dúvida e desconfiança sobre as noções de igualdade e de liberdade. Aspetos esses proferidos pela minoria oligárquica que atinge o poder nos Estados de cariz comunista. Afirma que, ao contrário do idealizado,

ocorreu na URSS; lá, foi após ter acedido ao poder que a nova classe se formou e se definiu; a sua consciência de classe desenvolveu-se antes das suas capacidades económicas e práticas, então ela não terá criado raízes na vida da nação e encarará de um ponto de vista idealista as suas relações com o resto do mundo⁴⁰.

Vai de encontro à ideia dos teóricos das elites, que referenciámos anteriormente, ao escrever que uma determinada classe é dominante na sociedade e dona de um poder sobre essa mesma sociedade. O autor contraria a ideologia marxista e comunista com esta análise.

Para Djilas a ideologia em causa ambiciona utopicamente uma sociedade sem classes, e tal não pode ocorrer se inserirmos a teoria leninista nesta generalização (a mesma engloba em si outras características, de entre elas a ideia de revolucionários profissionais, que mais à frente abordaremos em maior detalhe).

O papel do partido comunista é estruturante do Estado, esta visão já tinha sido defendida por vários dos *ideólogos* do comunismo, casos de Lenine, Estaline, e outros. A esta ideia o autor acrescenta que tudo o que anteriormente tinha aludido vai ao encontro da realidade de que o novo partido, e a classe dirigente, são idênticos mas não iguais. Mesmo assim, para ele o Partido é o coração da classe e é esse o seu ponto de apoio na

34 DJILAS, 1957: 29.

35 DJILAS, 1957: 33.

36 DJILAS, 1957: 44.

37 DJILAS, 1957: 44.

38 DJILAS, 1957: 45.

39 DJILAS, 1957: 45-46.

40 DJILAS, 1957: 46.

sociedade⁴¹. Mais uma vez aborda a ideia de *Partido* e de *Estado*, fala do Partido enquanto construtor da classe, “mas a classe cresce de seguida de ela mesma e serve-se do partido como de um pedestal. A classe reforça-se à medida que o Partido enfraquece; este é o destino inevitável de todo o partido comunista que acede ao poder”⁴². Acrescentando à sua análise acerca do Partido Político e do Estado, afirma parecer “estranho que um partido político possa ter tido o seu início numa nova classe, uma vez que um partido é geralmente o produto de uma classe e mais especialmente da camada social que concentra nela as forças intelectuais e económicas desta classe”⁴³. Ligando estas realidades à Revolução, e referindo-se a tal, defende que o este tipo de situações criou forças, chefes, organizações e ideias suficientemente fortes, o que fez com que esta nova classe dirigente surgisse com razões “objetivas precisas, e por vontade, habilidade e atividade dos seus dirigentes”⁴⁴.

Assumindo que este é o papel da classe numa sociedade do tipo comunista, Djilas defende que “a propriedade da nova classe dominante, tal como o seu carácter social, necessitam de um determinado tempo para se constituir, e estão sujeitos a contínuas mudanças”⁴⁵. A propriedade privada ao ser abolida acaba por se transformar num facto que é “condição prévia necessária para a industrialização — e de estabelecimento da nova classe.” Mas a função que esta elite tem, como administradora social e distribuidora da propriedade, é altamente relevante para a manutenção do seu poder⁴⁶.

Contudo, de acordo com a obra em análise, nenhuma classe se instala na História através da sua atividade espontânea,

a sua subida é acompanhada de uma luta consciente e organizada pelo poder através de uma organização política: neste ponto de vista, a nova classe dirigente do sistema comunista não é exceção à regra; ao contrário, não havendo senão laços fracos com a economia e a estrutura social, era-lhe particularmente necessária [...] a dureza organizativa e ideológica requerida pelas circunstâncias: assim ela foi conduzida a renunciar deliberada e conscientemente a tudo o que os seus princípios anteriores ainda comportavam de natureza liberal, para se tornar uma formação social mais fortemente organizada, mais ciosa e consciente das suas prerrogativas que qualquer outra classe que se conhece na história⁴⁷.

Esta classe dirigente não é a forma exacta do Partido que detém o Poder Político na sociedade. Esta classe nasce dentro do mesmo e é nele que constrói as suas bases. Sobre a apreciação que se desenha ao longo de toda a obra e que acaba por intitulá-la, o autor afirma estar convencido que “existe nos países comunistas uma nova classe dominante; este facto não explica tudo, mas constitui a chave mais importante para compreender as mudanças que tiveram lugar periodicamente no bloco ‘socialista’, e particularmente na URSS”⁴⁸. Constata, então, que existe uma nova classe que domina e que detém monopolisticamente o poder. Concluindo desta maneira que “todas as mudanças efectuadas pelos chefes comunistas são ditados, antes de tudo, pelos interesses e pelas aspirações da nova classe — que, como qualquer outro grupo social, vive e reage, defende-se e progride, no sentido de aumentar o seu poder”⁴⁹. A sua crítica vai de encontro à ironia das palavras em que afirma ser a nova classe muito sensível

41 DJILAS, 1957: 47-48.

42 DJILAS, 1957: 48.

43 DJILAS, 1957: 49.

44 DJILAS, 1957: 49.

45 DJILAS, 1957: 65.

46 DJILAS, 1957: 66.

47 DJILAS, 1957: 69-70.

48 DJILAS, 1957: 74.

49 DJILAS, 1957: 76.

e muito desconfiada em certos pontos de vista: ela assusta-se facilmente com as petições que lhe são endereçadas por algumas pessoas, mesmo se se trata de uma espécie de liberdade, e não da liberdade em geral ou da “liberdade política”, por exemplo, a liberdade de pensar e de criticar, nos limites das condições presentes [...]. Esta sensibilidade ao pensamento crítico resulta da posição social de novos monopolistas⁵⁰.

O autor é assertivo sempre com um pendor sarcástico e incide, particularmente, na atuação desviante por parte da classe no poder. Sendo esta o alvo maior das críticas de Djilas, para o jugoslavo “a nova classe opõe-se a qualquer tipo de liberdade – ostensivamente sob o pretexto de salvar a ‘propriedade socialista’”⁵¹. Este grupo que ocupa a sede de poder acaba por dar uma falsa ilusão àqueles que nela confiam, já que, “prometendo abolir as diferenças sociais, a nova classe agrava-as apropriando-se do produto do trabalho nacional, em benefício quase exclusivo dos seus próprios membros”⁵². O comprovativo para o arquiteto desta estrutura de análise é o contraste evidente entre a situação em que se encontra o proletariado no mundo, e a classe dirigente à qual os mesmos se ligam⁵³.

A nova classe, com vista a manter e aprofundar, de maneira mais visível, o seu poderio, acaba por tentar causar e captar reforços essenciais para a sua posição. Todas as medidas de ação acordadas pela nova classe para a posse e para a autoridade pertencem-lhe⁵⁴. O que não quer dizer que a mesma não possa satisfazer algumas outras classes. A situação da elite que dirige o Estado sugere uma finalização, “de mentira em mentira, a nova classe não pode evitar cair sem cessar em profundas contradições internas; pois, apesar da sua origem histórica, ela é incapaz de legitimar e legalizar a sua posse, e é incapaz de renunciar a ela sem preparar a sua própria ruína”⁵⁵.

4. Burocracia, poder e propriedade

O teste de muitas das teorias das elites está ainda por ser feito, ainda que ao nível da burocracia e do seu efetivo poder político algumas tentativas já tenham sido realizadas. Em 1987, John McAdams procurava analisar, nesta perspetiva, teorias relativas à nova classe. Referia-se mais a autores estudiosos da democracia como Lipset, Alford ou Campbell mas a sua abordagem seria bastante informativa no estudo geral da teoria das elites. Desta forma, o autor acaba por demonstrar que esta classe social de maior poder adentro da sociedade condiciona o comportamento geral da sociedade. Tal acontece através dos mecanismos de poder que domina ou a que tem acesso. Esta *consciência de classe*, tão cara aos marxismos, acaba por singrar também nestas análises, e no seu teste, ainda que com outras denominações como a identificação com os *blue-collars*, sobretudo no contexto norte-americano⁵⁶.

Mas voltemos mais diretamente às palavras de Djilas e a esta relação supracitada como o poder específico de certos grupos (burocráticos e outros) dentro da sociedade. Referindo-se à nova classe, – a essa determinada elite –, o autor lembra que “a origem social da nova classe se relaciona em todo o lado com o proletariado”⁵⁷. A classe que Djilas apelidou de dirigente, manifestamente ascende ao poder como “resultado dos esforços cumpridos pelos deserdados, massas sobre as quais ela se deve apoiar e cujos interesses estão

50 DJILAS, 1957: 77.

51 DJILAS, 1957: 78.

52 DJILAS, 1957: 80.

53 DJILAS, 1957: 80.

54 DJILAS, 1957: 80.

55 DJILAS, 1957: 82.

56 MCADAMS, 1987: 23.

57 DJILAS, 1957: 49.

intimamente associados aos seus”⁵⁸. Aquando de um exame exaustivo feito aos sistemas comunistas temos a clara noção que “uma burocracia, organizada em grupo dominante especial, reina sobre um conjunto de população”⁵⁹. Pode-se afirmar que a burocracia é um ponto fulcral para o enraizamento e bom funcionamento de um sistema comunista, bem como, para uma continuação e perpetuação do poder da nova classe. Esta burocracia enquanto elemento de base, torna-se central, uma vez que é a imagem do regime comunista, da sua organização, e da minoria que o domina.

A pertença a esta classe burocrática baseia-se na propriedade dos bens nacionais que se traduz por uma parte privilegiada em dinheiro e em serviços, resultantes do direito exclusivo – assegurado pelo monopólio do Partido – de proceder à distribuição da receita nacional, de fixar os salários, de dirigir a evolução económica, e mais genericamente, de dispor das riquezas nacionais⁶⁰.

Todavia, a ideia de que teria surgido uma classe fruto do sistema comunista, sobretudo detentora de poder, é camuflada. Em verdade, “a ascensão de uma nova classe foi encoberta pela fraseologia socialista, e, o que é pior, disfarçada numa tomada de posse pela coletividade”⁶¹. Deve-se, em grande parte, ao processo de industrialização, à manutenção da “posição adquirida, já que, sem ela a sua existência não teria nenhuma justificação histórica, nem base económica que lhe assegurasse os recursos materiais”⁶². Ou seja, nesta classe os dirigentes de toda a sociedade têm um poder em termos de governação e utilização do Poder Político.

Hoje em dia, a nova classe não tem necessidade de insurgentes nem de doutrínários de outros tempos; o que lhe falta são personalidades medianas como Khrouchtchev, Malenkov, Boulganine ou Chépilov. Cada palavra dos novos dirigentes revela a sua identidade com uma classe inteira – a nova classe, cansada de processos dogmáticos e de dramas esgotantes e que, agora que ela consolidou as suas conquistas, poderia viver mais tranquilamente protegendo-se, se necessário, do seu próprio chefe⁶³.

Djilas é muito crítico em relação a esta elite que domina a sociedade, chega a dizer que “a nova classe está de pé; ela tem o cúmulo da riqueza e do poder, mas é limitada de ideias; ela não tem nada para ensinar ao povo; não lhe resta mais nada a não ser justificar-se perante ele”⁶⁴. Parece ser bem claro que no espírito dos chefes a industrialização não pode progredir sem a ajuda de técnicos, e que esta classe não é perigosa em si mesma.

A sua crítica à classe dirigente vai sempre tocar num ponto fulcral, o facto de que nada deve comprometer a sua governação, e a utilização do seu poder. “A nova classe está profundamente interessada no que em nada ameaça o seu monopólio ideológico. Toda a grande descoberta científica, no espírito do seu iniciador, é o resultado de uma visão modificada do mundo, que se opõe aos quadros estabelecidos da filosofia oficial”⁶⁵. Qualquer que seja a ameaça a essa perpetuação, no poder por parte da classe que dirige a sociedade, é destruída ou neutralizada pelos meios do Estado ou outros, seja pela via legal ou não. “Num regime comunista, um novo pensamento, uma nova filosofia, uma nova teoria – e, sobretudo, uma nova teoria social – deve caminhar por vias muito indiretas, deslizando furtivamente sob a cobertura da literatura e da arte oficiais. Para atingir a luz e começar a viver, ela deve primeiro esconder-se e trancar-se”⁶⁶.

58 DJILAS, 1957: 50.

59 DJILAS, 1957: 51.

60 DJILAS, 1957: 53.

61 DJILAS, 1957: 55.

62 DJILAS, 1957: 58.

63 DJILAS, 1957: 61.

64 DJILAS, 1957: 63.

65 DJILAS, 1957: 164.

66 DJILAS, 1957: 165.

5. Corrupção, Estado, partido e nacionalismos

Uma das suas maiores críticas, de entre a reprimenda continuada e constante que Djilas faz nesta obra, confunde-se, sinteticamente, com as seguintes palavras:

Inimiga do pensamento em nome da ciência, inimiga da liberdade em nome da democracia, a oligarquia comunista só pode conduzir o espírito à sua completa corrupção. Os magnatas capitalistas e os seus senhores feudais tinham outrora o costume de se ligarem – para aumentar o seu prestígio, acrescentar os seus poderes e satisfazer os seus desejos – aos artistas e aos sábios, servidores intelectuais que os seus mecenas ajudavam domesticando-os. Nos regimes comunistas, esta corrupção é parte integrante da política de Estado⁶⁷.

O autor compara a veneração do comunista ao seu regime a uma religião perniciosa, dependente e má, diz mesmo que “uma nova seita pseudo-religiosa surgiu: esta seita fanática adere rigidamente aos requisitos materialistas e ateus, e impõe-nos ao seu redor pela violência; não se comporta de maneira diferente dos movimentos religiosos mais fanáticos”⁶⁸. Há, devido a esta adoração, uma falta de tolerância e aceitação para com os indivíduos diferentes, para com aqueles que acreditam e praticam o que é alternativo. “Seria falso pensar que outras formas de discriminação – como as de raça, de casta, de nação, etc. – são piores que as discriminações ideológicas”⁶⁹. Numa das suas divagações, Milovan faz a exaltação do futuro e do passado:

A História perdoará sem dúvida as ações dos comunistas – reconhecerá que eles foram obrigados à brutalidade pela força das circunstâncias e pela necessidade de se defender; mas ela expô-los-á ao desprezo público por terem esmagado toda a divergência de ideias, por deterem o monopólio exclusivo sobre o pensamento, na intenção de defender os seus interesses pessoais⁷⁰.

Uma das constatações feita pelo autor torna-se particularmente curiosa:

A tirania totalitária – o poder arbitrário da nova classe cuja existência foi reivindicada durante a revolução – tornou-se o jugo sob o qual fluíram o suor e o sangue de todos os membros da sociedade; uma a uma, as estruturas revolucionárias foram transformadas em órgãos representativos; esta constatação entende-se também à unidade do Partido⁷¹.

O Partido é a força principal do Estado e do governo; ele é o motor universal; ele identifica no seu próprio seio a nova classe, o poder, a propriedade, as novas ideias⁷². Ou seja, estas três realidades misturam-se e confundem-se no todo social em que se inserem. Mais à frente, o autor ainda refere que toda a ideologia assente na revolta do povo e na sua consequente tomada do poder político não poderá nunca materializar-se. “Mas uma ditadura do proletariado que será diretamente posta em prática pelo próprio proletariado é uma pura utopia, uma vez que nenhum governo pode funcionar sem aparelho político”⁷³.

Indo ao encontro de uma crítica feroz e desprovida de complexos, avança para uma definição que faria a um mero desconhecedor das suas crenças políticas acreditar que Djilas teria convicções anticomunistas profundas e notórias. Adita então que, “o verdadeiro comunista é um duro; uma mistura de fanatismo e de au-

67 DJILAS, 1957: 173.

68 DJILAS, 1957: 176.

69 DJILAS, 1957: 176-177.

70 DJILAS, 1957: 178.

71 DJILAS, 1957: 86.

72 DJILAS, 1957: 93.

73 DJILAS, 1957: 96.

toritarismo nunca saciado; só um homem deste tipo se torna um verdadeiro instrumento do Partido; os outros são idealistas ou carreiristas vulgares”⁷⁴.

A sua crítica reflete uma revolta e, a nosso ver, um clamor por justiça impossível neste cenário político. Assim, afirma:

As leis foram escritas partindo-se do ponto de vista das necessidades e dos interesses gerais da nova classe e do Partido; oficialmente, elas são válidas para todos os cidadãos, mas, ao passo que os “camaradas” privilegiados lucram, os “cidadãos” comuns não se encontram incondicionalmente garantidos, e não há lei para defender ou proteger os “inimigos do socialismo”⁷⁵.

Assinalando a confusão, interpenetração e até a deturpação relacional existente entre o Partido e os seus dirigentes, bem como entre os governantes, aponta armas às imperfeições por si geradas.

Do ponto de vista interior do Partido, o estabelecimento das listas eleitorais é uma operação muito importante: os dirigentes tomam lugar no Parlamento com forças diversas tendo a máxima conta dos seus lugares específicos dentro do Partido: assim, a direção reveste-se de uma espécie de legitimidade e pode operar em nome do Partido, da classe e do povo⁷⁶.

O Partido funda-se através da coação e da violência, encontra-se em constante “conflito com o povo que ele domina, com os seus vizinhos, e com o resto do mundo, o Estado totalitário é consagrado ao militarismo. O culto da força, e ao primeiro chefe da força militar, não é em parte alguma nos nossos dias tão notório como nos países comunistas.”⁷⁷. À semelhança dos Estados ditos totalitários, fascistas inclusive, mais do que serem fundados pela força, os Estados de cariz comunista utilizam da violência para atingirem e/ou manterem o poder de governar. Como consequência,

Na visão social que lhe é própria, os comunistas não distinguem entre pessoas privadas e empregados de Estado; todos os cidadãos são considerados como servidores do Estado; o que os classifica é o tratamento que eles recebem e as prerrogativas de que eles usufruem. Pela coletivização forçada, o próprio camponês torna-se, pouco a pouco, parte integrante de uma sociedade funcionalizada⁷⁸.

Há uma constante e opaca ameaça que permanece na sombra, mas todos sabem que lá está – há a ideia e a sensação de tal.

Djilas aponta que a razão,

sem dúvida mais importante para que não haja uma resistência organizada contra o comunismo, reside no monopólio e no totalitarismo do Estado comunista. Ele penetrou em todos os poros da sociedade e da pessoa, nas perspectivas dos homens de ciência, na inspiração dos poetas e nos sonhos dos amantes. Insurgir-se contra ele significa não somente sofrer a morte do indivíduo desesperado, mas ainda ser estigmatizado e excomungado pela sociedade⁷⁹.

O autor da obra também se concentra numa outra vertente da realidade ao dizer veementemente que um regime comunista se rege através de um pré-plano baseado nos seus interesses.

74 DJILAS, 1957: 99.

75 DJILAS, 1957: 108.

76 DJILAS, 1957: 114.

77 DJILAS, 1957: 115.

78 DJILAS, 1957: 118.

79 DJILAS, 1957: 120.

O planeamento comunista, posto ao serviço dos interesses políticos de uma classe, é inseparável da ditadura totalitária. Devido às razões ideológicas, os comunistas intensificam os seus investimentos em alguns domínios da economia que todo o Plano tende a favorecer; tal conduz a transferências massivas de capitais de um fundo de amortização que não pode alimentar suficientemente o magro rendimento das quintas nacionalizadas⁸⁰.

Apesar de tudo, há coisas que tendem a mudar e que de acordo com o jugoslavo já mudaram. “A classe dominante não terá mais forma de provar a ela mesma que ‘os fins justificam os meios’”. Ela continuará mecanicamente as suas homílias sobre o objetivo final — o famoso paraíso comunista⁸¹, pois desta forma procederá à continuação da busca, num renovar de objetivos, que contribuem para a sua permanência. “Os indivíduos podem renunciar ao poder; mas à Classe, ao Partido e à Oligarquia não o podem fazer: tal é a razão de ser e o sentido da sua existência”⁸².

6. Os nacionalismos comunistas ou os comunismos nacionais?

“No domínio dos conflitos étnicos, os comunistas não hesitarão jamais em fazer aquilo que lhes parecerá proveitoso”⁸³, deste modo a ideia de um comunismo internacional parece mera ilusão sendo apenas alguns factores o que é manifestamente importante. Por esta via, os indivíduos e as classes que os mesmos constituem, assim como as ideias essenciais da humanidade, centram-se na multiplicidade dos seres humanos. E as nações continuam a viver e a debaterem-se contra o despotismo, sempre conservando os seus elementos diferenciadores. As nações lutarão contra pensamentos e objetivos sufocantes, neste caso os que deslindam como desnecessárias as fronteiras e a ideia de Nação⁸⁴.

Sobre os dias que se seguem à revolução, o autor afirma:

Com a vitória da “revolução” comunista num país, uma nova classe chega ao poder e administra o Estado nacional. Mesmo que esta classe, em nome da solidariedade ideológica, subordine os seus interesses aos de uma classe análoga existente numa outra nação, ela não está disposta a terminar com os seus privilégios duramente adquiridos, tanto mais que a “revolução” comunista se operou por uma ação exclusivamente nacional⁸⁵.

Por exemplo, “a razão de ser de uma política imperialista soviética reside inteiramente na natureza exploradora e despótica da nova classe no poder; mas, para que esta classe possa manifestar as suas tendências imperialistas, ainda lhe falta alcançar um certo grau de força e ser favorecida pelas circunstâncias”⁸⁶. Neste aspeto em especial a diversidade e os nacionalismos não se apresentam como dificuldades, mas apenas como dados a contornar na busca de resposta aos interesses da classe.

Desde há muito tempo, uma mudança na classe dirigente foi-se concretizando sem ruído na própria Rússia, “enquanto que mutações e permutações em sentidos diversos surgiam nos países da Europa oriental. Por toda a parte, as novas burocracias nacionais comunistas esforçaram-se por consolidar os seus privilégios de poder e de propriedade, mas encontraram dificuldades devido à hegemonia que sobre elas fazia pesar o governo soviético”⁸⁷.

80 DJILAS, 1957: 141.

81 DJILAS, 1957: 197.

82 DJILAS, 1957: 208.

83 DJILAS, 1957: 122.

84 DJILAS, 1957: 124.

85 DJILAS, 1957: 215.

86 DJILAS, 1957: 219.

87 DJILAS, 1957: 221.

Apesar de algumas diferenças, a verdade, de acordo com Milovan, é que “do imperialismo policial, militar e pessoal, a União Soviética passou ao imperialismo económico-político e administrativo”⁸⁸.

Notas Finais

Difícilmente podemos dizer que a visão de Djilas sobre o paradigma soviético estava errada, a sua visão é, isso sim, muito clara em termos de resultados, e hoje podemos assinalá-la como correta. Mas, par a par com tal, temos que referenciar outra voz dissonante como foi a de Hannah Arendt. Ainda que ambas as visões *servissem* os interesses estratégicos dos EUA, as perspectivas do jugoslavo e da alemã, demonstraram estar no caminho analítico certo. E, mais do que a capacidade de entendimento de Djilas, o autor contribuiu para um melhor sentido do que ocorreu e, portanto, o que ocorre hoje, na Europa de Leste e na ex-Jugoslávia⁸⁹.

Como Scott assinala, há “uma espécie de pluralismo tolerante”⁹⁰ na perspectiva djilasiana do universo político da sua época, falando, não raras vezes, nos direitos políticos e civis dos jugoslavos como algo de necessário. Mas mais, a sua visão torna-se mesmo muito equilibrada e relembra hoje, tem aspetos de providência, mesmo quando inicialmente advogou a violência como maneira de mudar o estado da situação. Ou seja, Djilas advoga que um *capitalismo puro* e um *marxismo puro* não serão a solução para os problemas das sociedades humanas⁹¹.

Os factores económicos também se revelam para Djilas como pontos particularmente importantes na teorização, bem como na ação e realidade de um Estado comunista. É na diferença de visão da generalidade económica que todo o marxismo assenta. “Na origem, assim que o Estado mobiliza e requisita os meios de produção, é para praticar os investimentos necessários a uma industrialização rápida; mas, ao fim de contas, ele apropria-se de tudo no interesse da nova classe; e é por esta classe, no sentido da sua conservação e da sua extensão, que é orientada a própria expansão económica”⁹².

Elemento muito influente enquanto transmissor de imagem é a condição simbólica. Este torna-se de relevância assinalável no Estado comunista, “a seguir a uma revolução, mas antes que a nova classe tenha consolidado o seu monopólio cultural, as obras de arte de grande significado geralmente aparecem”⁹³. A nova classe exploradora que se instala no poder esforça-se por o manter, “invocando os desígnios ideais aos quais sacrifica sempre novas vítimas, reagatando ou santificando os seus próprios crimes contra o ideal”⁹⁴. Esta é mais uma das maneiras de perpetuar e continuar a ser a elite detentora de Poder Político. Esta renova-se em cada atuação — adaptando-se ao presente.

A nova classe não saiu do nada por ação do Verbo, mas ela teve a sua origem num grupo revolucionário que habilmente chegou à propriedade e ao poder absoluto. Paralelamente a esta evolução, os seus métodos (apesar da sua aparente continuidade) evoluíram, passando da revolta à tirania, da proteção dos fracos ao despotismo”⁹⁵.

Assim, Djilas fala como se a classe em designio não fosse diferente das realidades existentes antes da revolução comunista, mas apenas melhor camuflada.

88 DJILAS, 1957: 222.

89 SCOTT, 1992: 206.

90 SCOTT, 1992: 207.

91 SCOTT, 1992: 208.

92 DJILAS, 1957: 125.

93 DJILAS, 1957: 167.

94 DJILAS, 1957: 182.

95 DJILAS, 1957: 184.

Apesar da escrita da *Nova Classe Dirigente* ultrapassar já meio século, o estudo das elites mantém-se actual pela necessária análise das mesmas. Ainda que as elites venham mudando de forma e até de atuação, são parte integrante das sociedades humanas, em sociedades como a que Djilas descreve, mas também em sociedades com outras características. Semelhantemente às análises de Michels na sua *Lei de Ferro da Oligarquia*⁹⁶, há uma renovação de uma minoria organizada que se torna num fim em si mesmo em todas as sociedades conhecidas.

Outro aspeto que nos parece marcar definitivamente a obra de Djilas é a sua sagaz ironia. Esta é uma e comum, e assenta aqui numa faceta inteiramente politológica. Há um claro confronto constatado pelo autor e presente nas seguintes palavras, do que é o dever ser e a realidade, “os comunistas falam da ‘nova moral’ comunista, do ‘novo homem’ socialista (e outras inovações deste género), como se se tratassem de concepções e de realidades éticas extremamente elevadas”⁹⁷. A filosofia e a ideologia tornam-se demasiado distantes da prática comunista, esta última baseada em sentimentos e atos *meramente humanos e terrestres* como a *sede de poder*.

Em toda a parte o ponto de partida do movimento é a aspiração de uma sociedade ideal – e a sua atracção seduz e inspira os homens de bem e os espíritos distintos que estão, *para a maioria*, bem longínquos do carreirismo vulgar. Mas o comunismo, que é também um movimento internacional, gravita naturalmente em torno da sua secção mais forte, ou seja, a Rússia soviética; e é por isto que os comunistas dos outros países, mesmo não sendo membros do governo nem candidatos ao governo, logo deixam de ser o que eram no início e tomam de empréstimo a maioria dos traços dos detentores do novo poder⁹⁸.

Acrescenta-se ainda que toda a ideologia e teoria comunista é aplicada ao povo e nunca à elite governativa que deveria dar exemplo.

Comunidade de esforço, de pensamento e de desejo; esforços intensificados para realizar o mesmo modo de pensar e de sentir; descoberta da felicidade pessoal e construção do indivíduo através de uma completa devoção ao partido e à classe trabalhadora; sacrifício entusiasta pelo outro; cuidado e protecção para os jovens, e terno respeito pelos velhos – estas seriam as virtudes a que aspirariam os verdadeiros comunistas, quando o movimento estava ainda na sua pureza primeira⁹⁹.

Se os comunistas soubessem interpretar o mundo na sua realidade, “sem dúvida perderiam qualquer coisa como o partido; mas eles ganham muito como seres humanos e como membros da espécie humana”¹⁰⁰. Numa aceção respeitante ao futuro, Djilas afirma que com os membros desta classe dirigente, ou sem eles, o mundo acabará por mudar. Esta classe dirigente tem como fim último o progresso e a unidade humana que se veiculam numa maior liberdade para todos – idealmente é claro. “O poder da realidade e o da vida sempre foram mais fortes que toda a força brutal, e mais real que qualquer teoria”¹⁰¹.

Vaticínios interessantes, sobretudo passados que estão todos os factos que marcaram o comunismo e o socialismo desta época, passadas que estão as inúmeras contradições com que o território da ex-Jugoslávia se defrontou e se defronta. Zona onde com novos ou renovados movimentos tanta História se tem escrito – mesmo passados que estão todos estes anos após a redação deste livro.

96 MICHELS, 1962.

97 DJILAS, 1957: 185.

98 DJILAS, 1957: 186.

99 DJILAS, 1957: 187.

100 DJILAS, 1957: 262.

101 DJILAS, 1957: 262.

Bibliografia

- AAVV, 1993 – *The New Encyclopaedia Britannica*, vol. IV. USA: Encyclopaedia Britannica Inc.
- BALÃO, Sandra Rodrigues, 2001 – *A Fórmula do Poder*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- BESSA, António Marques, 1993 – *Quem Governa? Para uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- BESSA, António Marques, 2001 – *Elites e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- BESSA, António Marques, 2001 – *O Olhar de Leviathan. Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*. Lisboa: ISCS-P-UTL.
- BOBBIO, Norberto, 2000 – “Teoria das Elites” in *Dicionário de Política*, vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- DJILAS, Milovan, 1957 – *La Nouvelle Classe Dirigeante*. Paris: Plon.
- DRAGNICH, Alex N., 1958 – “The New Class: An Analysis of the Communist System by Milovan Djilas”. (Reviewed Work) *The American Political Science Review*. Vol. 52, n.º 2 (Jun., 1958), p. 543-545.
- HEYWOOD, Andrew, 1998 – *Politics*. Grã-Bretanha: Palgrave Foundations.
- KAHÁNOVA, R., 1974 – *O Partido Marxista-Leninista, Um Partido de Tipo Novo*. Lisboa: Minerva.
- KING, Lawrence; SZELÉNYI, Ivan, 2004 – *Theories of the New Class: Intellectuals and Power*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- MALTEZ, José Adelino, 1996 – *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENINE, Vladimir, 1975 – *Acerca do Partido*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MCADAMS, John, 1987 – “Testing the Theory of the New Class”. *The Sociological Quarterly*. Vol. 28, n.º 1 (Primavera 1987) p. 23-49.
- MICHELS, Robert, 1962 – *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchial Tendencies of Modern Democracy*. Nova Iorque: Free Press.
- MILLER, David (ed.), 1998 – *The Blackwell Encyclopaedia of Political Thought*. Oxford: Blackwell.
- MOREIRA, Adriano, 1989 – *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, Adriano, 1999 – “Elites” in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol. X. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- PARRY, Geraint, 1998 – “Elitism” in *The Blackwell Encyclopaedia of Political Thought*. Oxford: Blackwell.
- PRÉLOT Marcel; LESCUYER, Georges, 2001 – *História das Ideias Políticas*, vol. II. Lisboa: Editorial Presença.
- SCOTT, Joanna Vecchiarelli, 1992 – “A Dissident’s Progress: Milovan Djilas Redux”. *International Journal of Social Economics*. Vol. 19, números 7, 8, 9, p. 195-209.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de, 1986, – “Partidos Políticos” in *Enciclopédia Polis*, vol. IV. Lisboa: Editorial Verbo.
- TEIXEIRA, Conceição Pequito, 2000 – *Robert Michels – A Teoria e a Política da Democracia*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- VOSLENSKY, Michael, 1980 – *La Nomenclatura*. Paris: Ed. Pierre Belfond.

A União Europeia e a promoção da democracia nos Balcãs Ocidentais

Teresa Cierco Gomes

Introdução

Desde os Acordos de Dayton de 1995 (paz imposta pela comunidade internacional) que toda a região dos Balcãs Ocidentais se tem mantido numa situação de grande fragilidade política.

Ao contrário da Europa Central e de Leste, cuja transição para a democracia e economia de mercado começou na década de 1990, os países dos Balcãs Ocidentais iniciaram o seu processo de transição apenas no início do século XXI. Podemos assim afirmar que a democratização deste grupo de Estados, constituído pela Croácia, Ex-República Jugoslava da Macedónia, Sérvia, Montenegro, Bósnia-Herzegovina, Kosovo e Albânia, começou há relativamente poucos anos, o que explica a situação de atraso em que se encontram atualmente face à perspetiva de potencial adesão à União Europeia (UE). À exceção da Croácia, com data de adesão prevista para julho de 2013, todos os outros Estados encontram-se a aguardar o início das negociações tendo em vista a futura adesão.

Enquanto ator internacional, a política de alargamento da UE tem constituído o instrumento de maior sucesso na promoção da democracia nos países pós comunistas. Foi no início da década de 1992 que a promoção externa da democracia se tornou um objetivo explícito, formal e geral. No Tratado de Maastricht (1992), a UE declarou a consolidação da democracia como um objetivo da cooperação ao desenvolvimento (art. 130), definiu a sua Política Externa e de Segurança Comum (art. J.1), e o princípio da democracia foi introduzido em todos os seus acordos externos de cooperação e de comércio.

Neste artigo propomos focar a ação da UE na promoção da democracia nos Estados dos Balcãs Ocidentais. Nesta análise começamos por apresentar uma breve conceptualização de democracia e da sua promoção através da Europeização. Na segunda parte, referimos o difícil e lento processo de consolidação democrática destacando os obstáculos internos à sua concretização. Tratando-se de uma região tradicionalmente caracterizada por grande instabilidade, na terceira e última parte identificamos alguns dos problemas, de carácter bilateral e regional, que constituem também uma obstáculo à concretização da estabilidade e, consequentemente, da democratização nesta região. Procuramos desta forma contribuir para uma melhor compreensão da atual situação destes Estados relativamente ao seu processo de democratização e de aproximação à UE, tendo em vista a sua futura adesão.

A promoção da democracia

A promoção da democracia enquanto objetivo da política externa da União Europeia tem sido alvo de análise nos últimos anos. Após vários estudos sobre o impacto da política de alargamento no processo de

democratização dos novos Estados membros¹, artigos mais recentes focam a promoção da democracia em países com estatuto de candidato à UE e/ou potenciais candidatos² e, em Estados sem perspectivas de adesão, como aqueles que estão contemplados na Política Europeia de Vizinhança³.

A promoção da democracia compreende todas as atividades diretas, não-violentas de um Estado ou organização internacional que visam reforçar e apoiar a democracia num terceiro Estado⁴. Esta definição exclui o uso de coerção física assim como os efeitos indiretos e não intencionais, por exemplo, da demonstração de uma transição democrática de sucesso ou os potenciais efeitos positivos de interconexões internacionais sobre democracia.

“Democracia” é entendida de forma geral e simples como a responsabilização das autoridades públicas face à população. Os mecanismos de responsabilização compreendem, entre outros, a responsabilização da elite política através de processos eleitorais livres e a responsabilização do governo perante um parlamento. Qualquer atividade que vise reforçar a responsabilização, e também o envolvimento dos cidadãos, pode qualificar-se de promoção da democracia.

Na UE, o objetivo de promover e expandir a prática democrática, como uma importante dimensão implícita no processo de Europeização, está perfeitamente definido nos documentos fundadores da organização. Entendendo a democracia como a realização de eleições livres e respeito pelos princípios de boa governação, onde se destacam a responsabilidade política, a estabilidade governativa e a participação cívica como elementos fundamentais de um Estado democrático, podemos concluir que, no caso dos Estados da região dos Balcãs Ocidentais, esta ação tem tido alguns resultados positivos. No entanto, apesar do esforço gradual de democratização, continuam a ser muito os obstáculos à sua consolidação. Trata-se de um árduo processo com muitas limitações, tendo em conta a difícil realidade política, económica e social que ainda caracteriza a maior parte dos Estados desta região.

A Europeização é um conceito que implica o cumprimento de critérios impostos pela UE, tais como: o respeito por princípios democráticos, direitos humanos, estado de direito e economia de mercado (Conselho Europeu de Copenhaga, 1993). Consiste, basicamente, no conjunto de normas, valores, princípios que a UE protagoniza e visa promover através da democratização e da participação cívica. No entanto, requer também a socialização das normas europeias como pré-condição para que estes Estados se possam candidatar à adesão à UE. Como refere Morlino, a Europeização promove o “desenvolvimento de redes de interação entre os atores domésticos e supranacionais...” e a “gradual e indiferenciada difusão-penetração de valores, normas gerais e decisões específicas das instituições europeias, nos processos de tomada de decisão e nas políticas nacionais a diferentes níveis”⁵. É desta forma que se estabelece a relação entre a democratização e a adesão à UE.

A Europeização é entendida neste artigo como um processo de

construção, difusão e institucionalização de regras formais e informais, procedimentos, paradigmas, estilos, “formais de fazer as coisas” e partilha de normas que são, num primeiro momento, definidas e consolidadas no processo de decisão da UE e depois incorporadas na lógica do discurso interno, identidades, estruturas políticas e políticas públicas⁶.

Com a incorporação destas normas nas práticas nacionais (*acquis communautaire*) dos seus membros, atuais e futuros, a UE tem vindo a orientar e a apoiar os processos de transição para a democracia na sua

1 DIMITROVA, 2004: 91-112. Ver também: SHILMMELFENNIG, 2005 e SEDELMEIER, 2006.

2 CIERCO, 2009.

3 EMERSON, 2005.

4 LAVENEX, SCHIMMELFENNIG, 2011: 888.

5 MORLINO, 2002: 237-260.

6 RADAELLI, 2000.

vizinhança, constituindo, desta forma, um verdadeiro “modelo normativo” para os Estados desta e de outras regiões do mundo⁷.

No contexto da região dos Balcãs Ocidentais, a Europeização é entendida como o quadro conceptual que interliga os processos de transição e de integração. Adquire assim, um significado especial enquanto processo de transformação sistémica e estrutural extremamente difícil e exigente a nível nacional, impondo um conjunto de requisitos aos Estados que querem aderir à UE.

Com uma forte presença no terreno⁸ e massivo apoio financeiro,⁹ a UE tem vindo a condicionar as agendas internas destes Estados através de vários instrumentos, como a Política Europeia de Segurança e Defesa¹⁰, a política de cooperação ao desenvolvimento, a ajuda humanitária e a política comercial, combinando, simultaneamente, incentivos positivos com sanções negativas (política conhecida por “carrot and stick”).

A União exerce, neste sentido, uma poderosa influência na condução da vida política dos Estados dos Balcãs Ocidentais. Com a política de condicionalidade, a UE orienta e assegura que as reformas consideradas necessárias ao processo de transição são adotadas pela elite política¹¹.

As normas e valores protagonizados pela UE levam algum tempo a ser interiorizados e compreendidos pelas instituições e pela sociedade em geral. É um processo lento e gradual de aprendizagem. E, apesar de muitos destes princípios e normas já se encontrarem na constituição e legislação interna destes Estados, a sua implementação prática, constitui uma tarefa particularmente difícil, dado tratarem-se de sociedades sem tradição democrática ou cultura política.

Todo este processo de harmonização legislativa com a UE tem sido crucial na lenta e gradual democratização destes Estados. Contudo, é extremamente exigente, coercivo e impõe sacrifícios e dificuldades socioeconómicas às populações, levando muitas vezes à estagnação e ao retrocesso das reformas empreendidas.

O processo de Europeização é sentido de forma diversa pelo conjunto dos Estados dos Balcãs Ocidentais, já que trata-se de um conjunto bastante heterogêneo que comporta diferentes níveis de desenvolvimento, realidades geográficas e culturais, interesses estratégicos, e até mesmo, passado histórico. Daí resulta a coexistência de vários estádios de associação, aproximação e de integração na UE. Alguns Estados estão mais adiantados (o caso da Croácia) e outros mais atrasados (o caso da Albânia) na sua relação com a União. Deste maior ou menor atraso depende uma maior ou menor ajuda canalizada pela UE e, consequentemente, alguma rivalidade entre estes Estados no sentido de beneficiar mais desse apoio.

Ao longo desta década, os vários discursos oficiais e declarações do Conselho Europeu (Conselho Europeu de Salónica em 2003) afirmam a “possível e exequível” adesão à UE, o que serviu para incentivar e motivar a manutenção das reformas por parte das autoridades. Note-se, no entanto, que quanto mais lento for este processo de aproximação e de adesão à UE, maior é o desgaste e a impaciência da opinião pública, existindo

7 MANNERS, 2002: 235-258.

8 Uma série de atores da UE – o Representante Especial da UE, a Agência Europeia para a Reconstrução, a Presidência da UE, as Missões de Gestão de Crises, as Missões de Polícia, e as Missões de Monitorização – estão presentes em vários países dos Balcãs Ocidentais.

9 Em julho de 2006, foi adotado um novo Instrumento de Assistência para a Pré-Adesão (IPA) que prevê para o período de 2007-2013, um montante de 11468 milhões de euros. Visa dar assistência a candidatos e potenciais candidatos à adesão à UE. Substitui os cinco instrumentos que já existiam com este propósito (PHARE, ISPA, SAPARD, instrumento para a Turquia, e o CARDS) e cobre as seguintes áreas: o reforço das instituições democráticas e do estado de direito, a reforma da administração pública, economia, promoção de direitos humanos e das minorias, desenvolvimento da sociedade civil e cooperação regional, contribuir para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. Disponível em <<http://Europa.eu/scadplus/leg/en/vb/e55020.htm>> [consult. jan. 2011].

10 O projeto de desenvolver uma PESP independente foi lançado pelo Conselho Europeu de Colónia a 3-4 junho de 1999, com o objetivo de completar e reforçar a capacidade de UE em agir através do desenvolvimento de forças civis e militares na prevenção de conflitos e gestão de crises.

11 A condicionalidade tornou-se um pilar da política da UE através de uma decisão do Conselho Europeu do Luxemburgo em abril de 1997, quando a União declarou de que iria intensificar relações com países parceiros desde que eles agissem em conformidade com certos princípios políticos gerais e várias condições, tais como a realização de eleições livres e democráticas, o respeito pelo estado de direito, direitos humanos, direitos das minorias; e a adoção de reformas económicas que levariam à criação de uma economia de mercado (PIPPAN, 2004: 219-245).

sempre o perigo da procura de outras alternativas, como o apoio a alguns movimentos nacionalistas que continuam bem presentes nalguns destes Estados (caso da Sérvia, da Bósnia-Herzegovina e da Ex-República Jugoslava da Macedónia).

A difícil tarefa de consolidação da democracia

A consolidação da democracia depende de um complexo e mutuamente reforçado conjunto de fatores políticos, económicos e sociais, onde apenas uma pequena parte pode ser imputado ao governo. A aproximação à União tem permitido orientar com sucesso todo o processo de transformação empreendido por estes países. Attila Agh sublinha a integração europeia como o elemento mais importante do contexto externo, definindo-o como a força que está por detrás da democratização política desta região e que assegura a realização com êxito de todo o processo de transição¹². A integração nas instituições ocidentais é considerada desta forma uma força democrática externa.

Há diferentes critérios para avaliar o processo de transição. Um baseado na realização de eleições justas e competitivas, no apoio de direitos políticos e de liberdades civis, no respeito pelo estado de direito, num sistema legal e imparcial e em imprensa livre. E outro, cuja preocupação é o alcance e os benefícios do sistema democrático. A democracia e a democratização têm de provar a sua relevância para os cidadãos, promovendo segurança económica e social. Enquanto o Estado não for capaz de satisfazer estas necessidades, os regimes podem conceber procedimentos democráticos respeitando princípios básicos, mas continuaram a avançar pouco no que se refere à criação de uma cultura cívica. Torna-se por isso necessário assegurar a mudança nos dois sentidos (descendente e ascendente) para que a sociedade civil desempenhe um papel importante no aumento da transparência e da responsabilização das instituições e dos seus representantes, e na monitorização e acompanhamento da implementação e do progresso das políticas adotadas pelos respetivos governos.

A sociedade civil pode ter assim uma contribuição substancial na consolidação da democracia. Indivíduos que trabalham em conjunto para resolver problemas comuns ultrapassam mais facilmente diferenças de classe ou de caráter étnico. Esta situação é particularmente importante na região dos Balcãs Ocidentais, onde as sociedades são multiétnicas e onde há sempre potencial de conflito étnico. O nacionalismo exclusivo e agressivo é um dos fatores que impede a consolidação da democracia em vários destes Estados. Esta questão tem vindo a ser mais ou menos controlada pela UE com a promessa de uma eventual adesão à organização e a consequente irrelevância das fronteiras territoriais. No entanto, os confrontos étnicos continuam a ser uma realidade na região. Na Ex-República Jugoslava da Macedónia, os acontecimentos em 2001 e 2004 que opuseram a minoria albanesa às autoridades governamentais são disso um bom exemplo.

É mais fácil proceder à transição para a democracia do que consolidá-la. A consolidação da democracia é fluida, lenta e incerta. Segundo Geoffrey Pridham, a consolidação da democracia “pode levar uma geração ou mais de uma década a ser conseguida”¹³. Entendendo a consolidação da democracia como “um lento processo mas também como algo que envolve profundos e variados efeitos” e que implica “a completa institucionalização de um novo sistema, a adoção das suas regras e procedimentos e a disseminação de valores democráticos”¹⁴, considera-se que os países dos Balcãs Ocidentais ainda não são democracias consolidadas. A consolidação envolve fatores sociais e culturais, valores democráticos, atitudes, comportamentos e um

¹² AGH, 1998.

¹³ PRIDHAM, 2001: 2.

¹⁴ PRIDHAM, 2001: 19.

processo de modernização, de uma forma que a transição democrática não envolve. É um processo gradual, multidimensional, compreendendo questões políticas, económicas, sociais e psicológicas. Para Wolfgang Merkel, a consolidação democrática tem lugar a diferentes níveis simultaneamente. A nível institucional têm de estar criadas as instituições básicas necessárias ao funcionamento da democracia. A forma como as instituições – governo, separação de poderes, leis eleitorais – são criadas e funcionam, afeta, por sua vez, as estruturas e a estabilidade ao nível da representação (o sistema de partidos, a variedade de associações e a sua capacidade para defender os interesses da sociedade). Estes dois níveis designam o comportamento dos atores políticos e sociais, que tem de ser compatível com a democracia. Para consolidar a democracia com sucesso tem de existir, no mínimo, um consenso partilhado de princípios e procedimentos. As elites e a sociedade em geral têm de aderir a normas básicas definidas pelas instituições democráticas¹⁵.

A consolidação da democracia envolve, desta forma, mudanças no sentido descendente – a racionalização e a democratização das principais instituições do Estado – e mudanças no sentido ascendente – o reforço e diversificação da sociedade civil. Estas mudanças, que se processam nos dois sentidos, reforçam-se mutuamente¹⁶. Ora, na região dos Balcãs Ocidentais estas mudanças têm-se processado apenas no sentido descendente. Algumas reformas têm sido concretizadas e outras ainda estão em curso. As eleições parlamentares seguem as práticas democráticas, a proteção das minorias tem vindo a ser melhorada ao nível da legislação e as economias reestruturadas. Contudo, há padrões e deficiências estruturais comuns a este grupo de Estados que constituem profundos entraves à consolidação da democracia nesta região.

A nível político, a ineficiente administração pública, a fraca capacidade organizacional e experiência política, e a prevalência de elites autoritárias constituem alguns dos principais problemas. Todos estes Estados têm já processos eleitorais considerados “normais” por vários observadores internacionais (como é o caso da Organização de Segurança e Cooperação da Europa). Há já um enquadramento legal, que constitui a base para a condução democrática de todo o processo (reforma legal em curso), contudo, as reformas de legislação não são consideradas suficientes para que o processo eleitoral seja considerado transparente e isento de corrupção. A necessária descentralização tem sido um longo e penoso processo. A pressão da UE para descentralizar resultou numa grande distribuição de deveres e de responsabilidades, mas a falta de recursos torna difícil a sua implementação.

Nos processos eleitorais, é difícil conseguir a maioria, logo, os governos são o resultado de coligações nem sempre pacíficas (manobras inter e intra partidos). Esta situação provoca a frequente paralisia política, suspensão de reformas, emendas a atos legais e dificuldades na sua implementação.

Mas a grande dificuldade e desafio destes Estados concentra-se na área judicial e na corrupção que prolifera na sociedade e na vida política. Ter um sistema judicial eficiente e credível é o fundamento de um estado de direito. E, apesar de algum progresso na elaboração de regras, nomeadamente, ao nível da proteção dos direitos políticos, civis e humanos, e da igualdade perante a lei, a sua respetiva implementação é lenta, persistindo os problemas em termos de sub-representação das minorias na administração estatal, judicial e policial.

A parcialidade dos tribunais, a duração dos julgamentos, e a dificuldade em implementar as decisões judiciais, constituem uma ameaça à estabilidade das instituições democráticas e ao desenvolvimento económico nestes Estados.

¹⁵ MERKEL, 2001.

¹⁶ CAROTHERS, 1999: 87.

A nível social, o descontentamento social provocado pelas reformas económicas, a baixa participação da sociedade civil na vida política e a falta de coesão social e de novas estruturas sociais, juntamente com o aumento do crime organizado são alguns dos principais problemas à consolidação da democracia nesta região.

A participação da sociedade civil na definição e desenvolvimento das políticas públicas (condição essencial para ter instituições democráticas efetivas e legítimas) é ainda fraca. Para os cidadãos, existe corrupção ao mais alto nível, entre partidos políticos, governo e sistema judicial. Tal perceção reflete a falta de transparência e de responsabilização na administração pública, a ausência de códigos de conduta no setor público e privado, e a falta de confiança nas instituições.

Destacam-se ainda vários casos de violação sistemática dos Direitos Humanos, mesmo nos países com estatuto de candidato. Estes casos, denunciados pelas Organizações Não Governamentais que estão no terreno, referem-se, normalmente, às várias minorias existentes nestes Estados, com particular incidência nos Roma. A discriminação no acesso ao emprego (sobretudo no setor público), à educação, ao serviço de saúde, a existência de vários obstáculos à reintegração dos refugiados que regressam, e os graves problemas económicos e sociais que dificultam a relação com as minorias (alguns relatórios apontam para níveis de confiança e coesão social baixos), são alguns dos exemplos apontados pelos relatórios anuais da *Human Right Watch* e da Amnistia Internacional.

Importa ainda referir o aumento do crime organizado, que prolifera nos Estados com maior instabilidade política, económica e social. Do conjunto de Estados da região, destaca-se a situação particularmente grave do Kosovo, conotado habitualmente como o centro da máfia albanesa, responsável pelo tráfico ilegal de seres humanos provenientes de Leste, de armas, droga e de órgãos, e que constitui uma séria ameaça para os Estados membros da UE, sobretudo aqueles que estão geograficamente próximos.

Por fim, a nível económico, as dificuldades prendem-se com a tradição da intervenção do Estado na economia, a insuficiente infraestrutura, a dívida externa, a estagnação, a inflação, a inexperiência de uma economia de mercado livre e as elevadas taxas de desemprego. É certo que a mudança para uma economia de mercado é sempre difícil e complexa, mas as condições económicas estão longe de ser encorajadoras. As reformas económicas prosseguem de forma lenta e dolorosa (em grande parte como resultado da instabilidade política). O investimento direto estrangeiro, vital para o futuro crescimento e integração na economia europeia, é ainda baixo devido à corrupção, às reformas incompletas e ao não cumprimento ou incerteza legal.

Os efeitos negativos das reformas económicas (inflação, estagnação, elevado desemprego, baixo poder de compra) não ajudam a criar um ambiente de estabilidade e de consenso à volta das reformas que são necessárias empreender no sentido de consolidar a economia de mercado.

Os Balcãs Ocidentais foram também atingidos pela recessão económica mundial, se bem que, não ao mesmo nível que alguns Estados membros da União como a Lituânia. No entanto, quer a Sérvia, quer a Bósnia-Herzegovina foram obrigadas a recorrer ao Fundo Monetário Internacional para apoio de emergência. A atual conjuntura de crise económica e financeira internacional apanhou estes Estados em pleno processo de consolidação da economia de mercado. E, apesar de vários anos de elevadas taxas de crescimento, o Produto Nacional Bruto na Sérvia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina está ainda abaixo dos níveis que se verificaram em 1989.

As implicações políticas e sociais desta situação são preocupantes. É necessário prevenir a situação, ainda frágil da região, de eventuais retrocessos ao nível das reformas já adotadas. Uma das soluções que permitiria afastar cenários de alguma gravidade, seria acelerar o processo de adesão destes Estados à UE, mas será isso possível ou consensual na esfera europeia? Pelo menos a curto/médio prazo?

Neste contexto, a adesão da Croácia prevista para julho de 2013 constitui um sinal verdadeiramente positivo de que a UE continua fortemente comprometida em ajudar esta região. O sinal verde dado à Croácia para além de constituir um elemento de grande motivação junto das autoridades governamentais, permite que estas continuem a justificar junto da opinião pública, a adoção das exigentes reformas impostas pela União.

Obstáculos externos à estabilidade

A perspectiva de adesão à UE tem funcionado como motor dos processos de transição que, nalguns casos, e em algumas áreas tem funcionado bem (é o caso da Croácia no que respeita à absorção da legislação comunitária, comportando-se como “uma boa aluna”). Contudo, na maior parte das situações, para além dos problemas internos já mencionados, há ainda divergências externas que constituem igualmente verdadeiros entraves à estabilidade na região e que dificultam os respetivos processos de democratização. É de lembrar que algumas questões internas, como a corrupção e o crime organizado, constituem um permanente foco de instabilidade não só a nível interno, como também, a nível regional e, sobretudo, europeu.

Entre os obstáculos externos a uma maior estabilidade desta região, podemos identificar os seguintes:

- O problema fronteiriço entre a Eslovénia (Estado membro da EU) e a Croácia relativamente à criação de um corredor internacional por águas croatas que permita uma saída à Eslovénia. Este diferendo incidia na definição da fronteira na Golfo de Piran (nome esloveno) ou de Savudrija (nome croata), e foi entretanto desbloqueado quando a Croácia aceitou a oferta de arbitragem internacional proposta pela Comissão Europeia.
- O contencioso entre a Eslovénia e a Croácia relativamente: ao futuro da central nuclear de Krsko; o estatuto dos trabalhadores croatas na Eslovénia; e o problema do congelamento das poupanças de croatas no Ljubljanska Bank na Eslovénia no fim da ex-Jugoslávia.
- O veto por parte da Grécia à entrada da ex-República da Jugoslávia da Macedónia na Organização do Tratado do Atlântico Norte e na UE, tendo como fundamento a designação oficial do país.
- A rivalidade e competição entre os países que já têm estatuto de candidato (Croácia, Ex-República Jugoslava da Macedónia e Montenegro) e os que ainda não o têm (Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Kosovo, Albânia).
- Fricções no relacionamento da Sérvia com os Estados da região que reconheceram o Kosovo (à exceção da Bósnia-Herzegovina).
- A indefinição do estatuto oficial do Kosovo na comunidade internacional. O Kosovo mantém-se num limbo político e legal sob supervisão das instituições internacionais. Apenas 86 países do sistema internacional reconheceram o Kosovo como Estado de pleno direito. É de referir a este propósito que dentro da própria UE não há consenso nesta matéria. Apenas 22 dos 27 Estados reconheceram o Kosovo (os 5 que se recusam a fazê-lo são: Espanha, Grécia, Eslováquia, Chipre, Roménia).
- A resistência da minoria sérvia no Kosovo às autoridades albanesas do Kosovo que tem provocado tensão étnica e grande instabilidade sobretudo no norte do território.
- A manutenção dos Acordos de Dayton (com estatuto provisório), que dão cobertura a um governo rotativo na Bósnia-Herzegovina, mantendo desta forma uma situação de grande instabilidade política.
- O fenómeno de “enlargement fatigue” que tem provocado alguma desmotivação junto dos governos e da opinião pública nestes Estados e, conseqüente, estagnação e atraso na adoção das reformas consideradas indispensáveis à concretização do processo de democratização.
- A colaboração com o Tribunal Internacional Penal, condição imposta pela UE, que nem sempre é bem recebida pela sociedade civil em geral. A perceção negativa do Tribunal, por parte da opinião pública, cujas imposições são consideradas injustas e políticas, provoca alguma resistência e hesitação governamental em cumprir esta exigência. Um dos exemplos mais significativos a este respeito foi a recusa por parte das autoridades croatas em colaborar com o Tribunal. O processo de adesão foi travado quando, após a abertura das negociações com a UE em 2005, o Tribunal acusou a Croácia de não colaborar recusando-se a entregar documentação que ajudaria a construir o processo de acusação de generais croatas envolvidos em crimes de guerra. De acordo com a perceção croata, a sua participação na guerra teve um papel defensivo. Foi com consenso parlamentar que, em 2000, a Croácia adotou uma

Declaração Nacional que qualifica a sua ação na guerra como de “legítima defesa contra a agressão sérvia e necessária para a libertação do país”. Quando o tribunal começou a perseguir ex-comandantes croatas, considerados por muitos como heróis nacionais, como o General Ante Gotovina, criou um grande descontentamento junto da população.

Para concluir, podemos afirmar que, apesar de todo o esforço da UE em apoiar e ajudar à estabilização e democratização desta região, continuam a ser muitos os entraves históricos, políticos e étnicos à sua concretização.

Conclusão

A União Europeia tem sido o principal gerador de reforma, orientando, oferecendo assistência financeira à reconstrução e ao desenvolvimento, e ajudando ao sucesso dos processos de transição no grupo de Estados dos Balcãs Ocidentais. Neste caminho, a perspectiva de adesão, tem constituído o principal fator motivador do processo de transição e das profundas transformações institucionais. Funciona como uma recompensa e constitui um verdadeiro incentivo a uma melhor performance em termos democráticos e de proteção de direitos humanos. Contudo, o desenvolvimento tem sido limitado como vimos por constrangimentos de ordem interna e externa.

A UE tem procurado reforçar o seu papel internacional desenvolvendo relações externas com estes Estados que incluem um grande número de iniciativas económicas, comerciais, humanitárias, diplomáticas (*soft power*) que refletem os seus valores, princípios e normas (processo de Europeização). Atua enquanto ator externo de democratização, oferecendo incentivos à adoção das regras de boa governação. Mas, a falta de consenso continua a ser um problema na sua afirmação enquanto ator no sistema internacional.

O desenvolvimento económico promove um ambiente favorável à democracia, logo, a estabilidade interna depende de melhores condições económicas e sociais em toda esta região. Todos os fatores políticos, económicos e sociais estão intimamente relacionados no caminho destes Estados para a consolidação da democracia e economia de mercado.

Neste processo, a confiança dos cidadãos nas instituições (segurança legislativa, igualdade perante a lei, transparência, responsabilização) e a existência do estado de direito, são condições essenciais ao sucesso das reformas que vão sendo empreendidas.

No que respeita à situação de permanente instabilidade nos Balcãs Ocidentais, acreditamos que, qualquer tipo de mudança, seja ela política, económica ou social, não pode ser processada apenas por motivação externa. O envolvimento dos atores locais, da elite política, e dos cidadãos em geral é essencial para que a democracia seja uma realidade efetiva. Talvez seja este o compromisso que falta obter no caso dos Balcãs.

Bibliografia

- AGH, A., 1998 – *The Politics of Central Europe*. London: Sage.
- ANASTASAKIS, Othon, 2005 – “The Europeanization of the Balkans. *Brown Journal of World Affairs*. Vol. 12, n.º 1, p. 77-88.
- CAROTHERS, Thomas, 1999 – *Aiding Democracy Abroad: The Learning Curve*. Washington, D. C.: The Brookings Institution Press.
- CIERCO, Teresa, dez. 2008 – “A Democratização dos Balcãs. O caso da Macedónia”. *Revista de Relações Internacionais*. N.º 20, p. 69-83.
- CIERCO, Teresa, abr. 2009 – Europeanization: impact and effects on Croatia’s course to democracy. *Revista Nação e Defesa*. N.º 122, p. 173-201.
- DIMITROVA, A.; PRIDHAM, G., 2004 – “International Actors and Democracy Promotion in Central and Eastern Europe: The integration model and its limits”. *Democratization*. Vol. 11, n.º 5, p. 91-112.
- EMERSON, M., 2005 – *The reluctant debutant. The European Union as promoter of democracy in its neighbourhood*. Bruxelas: CEPS Working Document, n.º 233.
- JUNEMANN, Knodt, 2007 – *European External Democracy Promotion*. Baden-Baden: Nomos.
- LAVENEX, S.; SCHIMMELFENNIG, F., 2011 – “EU Democracy Promotion in the Neighbourhood: from leverage to governance?” *Democratization*. Vol. 18, n.º 4, p. 885-909.
- MANNERS, Ian, 2002 – “Normative Power Europe: A contradiction in Terms?” *Journal of Common Market Studies*. Vol. 40, n.º 2, p. 235-258.
- MERKEL, Wolfgang, 2001 – “Civil Society and Democratic Consolidation in East-Central Europe” in *Prospects for Democratic Consolidation in East-Central Europe*. Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press.
- MORLINO, Leonardo, 2002 – *The Europeanisation of Southern Europe in Southern Europe and the Making of the European Union 1945-1980*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- PIPPAN, Christian, 2004 – “The Rocky Road to Europe: The EU’s Stabilization and Association Process for the Western Balkans and the Principle of Conditionality”. *European Foreign Affairs Review*. Vol. 9, n.º 2, p. 219-245.
- PRIDHAM, Geoffrey; AGH, Attila, 2001 – *Prospects for Democratic Consolidation in East-Central Europe*. Manchester: Manchester University Press.
- RADAELLI, Claudio, 2000 – Whither Europeanization? Concept Stretching and Substantive Change. *European Integration online Papers (EloP)*. Vol. 4, n.º 8. Disponível em: <<http://eiop.or.at/eiop/pdf/2000-008.pdf>> [consult. 15 de fev. 2010].
- SHILMMELFENNIG, Sedelmeier, 2005 – *The Europeanization of Central and Eastern Europe*. Nova Iorque: Cornell University.
- SEDELMEIER, Ulrich, 2006 – “Europeanization in new member and candidate states”. Vol. 13. Disponível em: <www.livingreviews.org/lreg-2006-3> [consult. 15 de fev. 2010].

Sobre os autores

António Manuel Vilarinho MOURATO (antoniomanuelvilarinhomourato@hotmail.com)

Professor do Ensino Secundário na Escola Secundária da Maia e professor auxiliar da Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão. Investigador do CEPESE.

Publicações recentes: "João Baptista Ribeiro na Coleção de Pintura da Real Companhia Velha" in SOUSA, Fernando de (coord.) – *A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2008, p. 199-212; "Augusto Roquemont, retratista e pintor de costumes populares" in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa*. Porto: CEPESE, 2008, p. 21-31; *Francisco José Resende, [1825-1893], Figura do Porto Romântico*. Porto: Edições Afrontamento; CEPESE, Porto, 2007. "O pintor António José da Costa (1840-1929)". *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. Porto: FLUP, vol. V-VI, 2006-2007, p. 347-362.

Eva Sofia Trindade DIAS (eva_st_dias@hotmail.com)

Mestre em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutoranda em História da Arte Portuguesa na mesma Faculdade. Investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: "Treaties and detached decorative prints: the formation of an artist in the 18th century" in *IJUP'10 – 3rd meeting of young researchers at UP. Livro de Resumos*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2010, p. 71; "A obra de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça na igreja do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães" in *IV Seminário Internacional Luso-Brasileiro – A Encomenda. O Artista. A obra*. Bragança, 2009 (no prelo).

Francisco de Assis Portugal GUIMARÃES (fportuga@hotmail.com)

Diretor do Museu de Arte Sacra (MAS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Publicações recentes: "Heróis da Fé", trabalho apresentado ao VI Congresso do Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), Rio de Janeiro, 2009; "Obra Aberta": uma Pluralidade de Significantes", trabalho apresentado ao 18.º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, Salvador, Bahia, 2009; "Pintura Religiosa na Cidade de Salvador, Bahia: Séculos XVII, XVIII e XIX" in Livro do MAS, Salvador, Bahia, 2008; "Bases para a Revitalização das Unidades Museológicas Brasileiras" in *Relatório Programa de Formação e Capacitação em Museologia, Projeto Bahia, vinculado à Política Nacional de Museus*, 2005.

Maria Herminia Olivera HERNANDEZ (herminia234@yahoo.com.br)

Professora adjunta da Universidade Federal da Bahia, Escola de Belas Artes, Departamento História da Arte e Pintura.

Publicações recentes: "Territórios e Patrimônio: Acerca da relação entre os Mosteiros Beneditinos do Brasil e Portugal na administração dos bens temporais e espirituais" in *Anais do 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas – Anpap*. Salvador: Edufba, 2010; "Entre territórios" in MARTINS, Maria Virginia Gordilho; HERNÁNDEZ, Maria Herminia Olivera (org.) – *Anais do 19º Encontro Nacional da ANPAP*. Cachoeira: ANPAP, EDUFBA, 2010; *A administração dos bens temporais do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador: Edufba, 2009. "Ressignificações da arte na arte" in *Ruínas Fratelli Vita. Intervenções*. Salvador: Mameto, 2009; "Transversalidades nas Artes Visuais" in MARTINS, Maria Virginia Gordilho; HERNÁNDEZ, Maria Herminia Olivera (org.) – *Anais do 18º Encontro Nacional da ANPAP*. Salvador: ANPAP, EDUFBA, 2009.

Maria José GOULÃO (mjgoulao@sapo.pt)

Professora auxiliar da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto. Doutorada em História da Arte pela Universidade de Coimbra, com a tese *La puerta falsa de América – A influência artística portuguesa na região do Rio da Prata no período colonial*. Investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: *Arte portuguesa: da pré-história ao século XX*, vol. IV, *Expressões artísticas do universo medieval*. Lisboa: FUBU Editores, 2009.

Patricia FOGELMAN (pafogelman@yahoo.com.ar)

Investigadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, da Argentina, diretora do Grupo de Estudios sobre Religiosidad y Evangelización (GERE) e do Grupo de Estudios de Historia de Brasil y Portugal (GEHBP), na Universidad de Buenos Aires. Professora na Universidade de Buenos Aires e na Universidade Nacional de Luján.

Publicações recentes: *La Omnipotencia Suplicante: Devoción y agresiones a la Virgen en el Río de la Plata colonial*. Buenos Aires: Ed. Miño y Dávila (em publicação); *El culto mariano en Luján y San Nicolás. Religiosidad e Historia regional*. Buenos Aires (em colaboração) (em publicação); *Religiosidad, Cultura y Poder. Temas y problemas de la historiografía reciente*. Buenos Aires: Ediciones Lumiere, 2010.

Sofia Nunes Vechina (sofiaavr@gmail.com)

Doutoranda em História da Arte Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: "Manuel Soares de Almeida: Um mestre de obras no concelho de Ovar (c.1872-1956)". *Poligrafia*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2010; "Ensaio sobre pintura votiva. Os Ex-votos Ovarenses". *DUNAS*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2010; *Arte & Documentação da Antiquíssima Paróquia de Cortegaça*. Cortegaça: Paróquia de Cortegaça, 2010.

Inés CALDERÓN MEDINA (inescalderon1@hotmail.com)

Doutora em História pela Universidade de Valladolid, com a apresentação da tese *Cum magnatibu sregni mei. La nobleza y la monarquía leonesa durante los reinados de Fernando II y Alfonso IX de León*. Integra atualmente o programa de mobilidade pós doutoral do Ministério da Educação de Espanha, no CEPESE e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: *Cum magnatibus regni mei. La nobleza y la monarquía leonesa durante los reinados de Fernando II y Alfonso IX*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011; "La memoria de los reyes de León (1157-1230)" in MARTÍNEZ SOPENA, Pascual; RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana (coord.) – *La construcción medieval de la memoria regia*. Valencia: Publicaciones de la Universidad de Valencia, 2011, p.169-189; "Las arras de la reina Teresa, el tratado entre Sancho I de Portugal y Alfonso IX de León", in VAL VALDIVIELSO, Isabel del; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – *Castilla y la sociedad feudal. Homenaje al profesor D. Julio Valdeón Barúque*, Valladolid: Junta de Castilla y León; Consejería de Cultura y Turismo, 2009, vol. II, p. 443- 455; "La nobleza portuguesa al servicio de los reyes de León 1157-1187. Pero Pais de Maia y Vasco Fernandes de Soverosa" in JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco et al (ed.) – *Actas del IV Simposio Internacional de Jóvenes Medievalistas*, Murcia, 2008.

Paula Pinto COSTA (ppinto@letras.up.pt)

Professora associada com agregação da Faculdade de Letras do Porto. Investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: *D. Maria, a "Formosíssima" Maria*. Lisboa: Academia Portuguesa da História; Quid Novi, 2011; "The Papacy and the Crusade in Fifteenth Century Portugal" in BALARD, Michel (ed.) – *Crusades*. Ashgate, 2011, p. 141-154 (em colaboração); "Military Orders in the fifteenth century" in MATTOSO, José et al (ed.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. *A presença dos Hospitalários em Portugal*. Gavião: Ramiro Leão, 2010; *Os forais de Pinhel*. Pinhel: Câmara Municipal, 2010.

Maria Cristina PIMENTA (cristina_pimenta@sapo.pt)

Investigadora do CEPESE – *Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Programa Ciência 2007 da FCT)*.

Publicações recentes: *Santa Joana*. Lisboa: Academia Portuguesa da História; Quid Novi, 2011; *D. Isabel de Trastâmara*. Lisboa: Academia Portuguesa da História; Quid Novi, 2011; "As Ordens Militares de Avis e de Santiago e o Rei D. Manuel I (1495-1521): algumas notas de reflexão". *Revista de las Órdenes Militares*. Real Consejo de las Órdenes Militares, 6, 2010, p. 225-274; "The Papacy and the Crusade in Fifteenth Century Portugal" in BALARD, Michel (ed.) – *Crusades*. Ashgate, 2011, p. 141-154 (em colaboração).

Carla Patricia Silva RIBEIRO (carla_ribeiro2@sapo.pt)

Professora na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na Unidade Técnico-Científica de Estudos Culturais e Sociais. Investigadora do CEPESE. Doutoranda em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: "O cinema do SPN/SNI – o ideal de Ferro, a realidade de chumbo". *O Olho da História, Revista de Teoria, Cultura, Cinema e Sociedades*, n.º 15, 2010; "O 'heroico cinema português': 1930-1950". *História, Revista da FLUP*, IV série, vol. 1, 2011, p. 209-220.

Patrícia CALCA (patriciacalca@gmail.com)

Doutoranda em Ciência Política na Universidade de Lisboa.

Publicações recentes: "Image Management of Economic Policies and Annoucement of Political Decisions: the Bush and Obama administrations" in BELIM, Célia; CALCA, Patrícia (ed.) – *Image of U. S. Presidential Administrations: The cases of George W. Bush amd Barack Obama*. Maryland, Lexington Books (em publicação); *Kosovo: Jogo sem fim*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2012; "As clivagens políticas e os partidos: uma abordagem", *CIES e-Working Paper*, n.º 99/2010, Lisboa, CIES-IUL; "A Question of Perspective: How Portuguese Voters See and Act in European Elections", *CIES e-Working Papers* n.º 50/2008, Lisboa, CIES-ISCTE (em colaboração).

Teresa Cierco GOMES (tcierco@ubi.pt)

Professora auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior. Doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais. Investigadora do CEPESE.

Publicações recentes: "Kosovo: the Challengers to Democratization". *Review RI*, IPRIS, December 2011; "The Challenges to Tunisia Process" in PISANO, A. (ed.) – *Questioni Geopolitiche Mediterranee*. Naples: ESI, 2011, p. 321-348; "Croatia Difficult Path towards the European Union" in CAREY, Henry – *What effect do European Institutions have on Human Rights and Democracy in the EU Candidate Countries?* Washington: Lexington Books, 2011; "Human Rights Promotion in Serbia: a difficult task for the European Union". *Revista Brasileira de Política Internacional*. July 2011.

Resumos/Abstracts

The first part of the paper discusses the importance of the research and the objectives of the study. It highlights the need for a comprehensive understanding of the subject matter and the role of the researcher in this process. The second part of the paper presents the methodology used in the study, including the selection of participants, the data collection methods, and the analysis techniques. The third part of the paper discusses the results of the study and the conclusions drawn from the data. The final part of the paper provides a summary of the findings and discusses the implications of the study for future research and practice.

Resumos

António MOURATO

Breves apontamentos para a biografia do pintor João Eduardo Malheiro

João Eduardo Malheiro nasceu no Porto, a 24 de Junho de 1821. Frequentou o curso de Filosofia da Universidade de Coimbra mas foi nas cidades italianas de Roma e Veneza que adquiriu a sua formação artística.

Participou na exposição trienal da Academia Portuense de Belas Artes (1848) e no concurso para provimento do lugar de substituto da cadeira de Pintura Histórica da mesma Academia (1849), embora não tenha conseguido ser nomeado para o cargo.

Em 1852, empregou-se na Alfândega do Porto, como aspirante de segunda classe, passando a dedicar-se à pintura somente nos tempos livres.

Enviou os seus trabalhos às seguintes exposições: Exposição Industrial Portuense (1861); Exposição Internacional do Porto (1865); Exposição de Arqueologia e de Objetos Raros Naturais, Artísticos e Industriais (1867); Exposição Hortícola Internacional (1877).

A sua pintura foi muito influenciada pelos mestres do paisagismo barroco veneziano dos séculos XVII e XVIII.

Palavras-chave: Malheiro; pintura; paisagem; Itália; Porto

Eva Sofia Trindade DIAS

A tratadística italiana e francesa: a confluência de influências na obra de um artista português do século XVIII

A partir do século XVI, Portugal foi um dos países que absorveu uma quantidade significativa da produção dos principais centros europeus de edição. Com a internacionalização do gosto instaurado na corte de D. João V, no século XVIII, essa ação intensificou-se, conduzindo ao enriquecimento das coleções de informação veiculada pelo livro e pela estampa. Algumas destas fontes aportaram aos núcleos monásticos beneditinos do Entre Douro e Minho, pontos de passagem de frei José Vilaça, figura notável no panorama artístico bracarense. A sua biblioteca pessoal constitui um testemunho excecional, onde constam exemplares da tratadística italiana e francesa do início do século XVIII, fundamentais para a formação e informação do monge artista. Este soube interpretar as linguagens artísticas distintas, cruzá-las e plasmá-las de forma magistral nas obras criadas, evidenciando a excelência do seu génio criativo.

Palavras-chave: cultura artística; tratadística; congregação de S. Bento de Portugal; frei José Vilaça; arte da época moderna

Francisco de Assis Portugal GUIMARÃES

Proprium sanctorum: o culto a suas relíquias e a seus relicários

Este estudo visa entender o ideal da perfeição cristã primitiva por meio do culto dos santos mártires e a devoção a suas relíquias e relicários que marcou o cristianismo nos seus primórdios, ao buscar um modelo de santidade diferenciado dos cultos ditos pagãos. A Igreja orientava os fiéis a recorrerem pela oração a esses intercessores para a obtenção de graças. São considerados relíquias os corpos dos santos mártires, os objetos que lhes pertenceram ou tenham tocado seus restos mortais.

No Brasil, o culto às relíquias desenvolveu-se no contexto da reforma tridentina, sob a influência dos missionários portugueses dos séculos XVI e início do XVII e, em Salvador, Bahia, por meio de bustos-relicários, sobretudo expostos no Mosteiro de São Bento, na Igreja de São Francisco e na antiga Igreja dos Jesuítas. Conclui-se que o estudo dos santos, de suas relíquias e relicários é importante para a compreensão dos vínculos estabelecidos pela Igreja entre os universos material e espiritual.

Palavras-chave: Cristianismo; santo; mártir; relíquias; relicários

Maria Hermínia Olivera HERNANDEZ

Nossa Senhora de Monserrate: a arte de uma igreja, patrimônio beneditino em Salvador / Bahia – Brasil

A Igreja de Nossa Senhora de Monteserrat, pertencente ao patrimônio do Mosteiro de São Bento da Bahia, foi fundada pelos senhores da Torre de Garcia D'Ávila na segunda metade do século XVI, tendo como projetista o arquiteto italiano Baccio de Filicaya; foi doada aos monges beneditinos pelo governador geral do Brasil, D. Francisco de Sousa na segunda metade desse século. O imóvel constituiu uma das igrejas *anexas ou agregadas* que em número de duas deviam estar anexadas aos mosteiros da Ordem no Brasil, conforme resoluções capitulares. Contudo, estas igrejas no Brasil não tiveram o mesmo significado econômico que em Portugal, sendo tratadas por vezes, como residências. Através do presente estudo pretende-se elencar componentes da arte daquela capela que remete à planta típica de muitas capelas rurais baianas. Destacam-se os painéis de azulejos e o retábulo-mor, que integrados ao vocabulário decorativo dos espaços da nave e capela-mor configuraram a identidade do secular espaço religioso.

Palavras-chave: arte; beneditinos; igreja anexa, patrimônio; Salvador-Bahia

Maria José GOULÃO

As primeiras imagens do índio brasileiro no espaço europeu: a Adoração dos Reis Magos de Ulrich Apt o Antigo do retábulo de Santa Cruz de Augsburg

Os Descobrimentos implicaram o colapso de um mundo eurocêntrico e a construção de uma nova imagem da humanidade assente em diferentes concepções dos habitantes dos novos territórios.

A iconografia do índio brasileiro remete para uma visão contraditória ao situar os indígenas do Novo Mundo nos extremos da escala ontológica. Algumas das representações do índio revelam um discurso evangelizador, crente nas utopias religiosas e na reconstrução da Igreja primitiva, apresentando-o como um ser primitivo, inocente e puro, não contaminado pelos vícios da civilização ocidental. Outras, pelo contrário, descrevem o indígena como bárbaro e selvagem, filosofia necessária para legitimar o imperialismo civilizador europeu.

Ao contrário do que afirmam alguns autores, os relatos acerca do índio brasileiro tiveram repercussão na Europa. Entre outras, trataremos de uma obra de 1510 e conservada no Museu do Louvre, praticamente desconhecida, onde surge a figuração de um índio brasileiro como Rei Mago.

Palavras-chave: iconografia; índio brasileiro; Descobrimentos; século XVI; pintura alemã

Patricia FOGELMAN

“Son unas puerkas todas las imágenes y unos pedazos de palo”: Manuel de Coito, escultor portugués acusado por blasfemias ante el Santo Oficio de la Inquisición. Buenos Aires, siglo XVII

Este texto analiza la relación de la causa ante el Santo Oficio de la Inquisición contra el escultor portugués Manuel de Coito, que vivió en Buenos Aires en el siglo XVII. La fuente ha sido consultada en el Archivo Histórico de Madrid.

El artículo refiere al Tribunal del Santo Oficio ante la blasfemia y la herejía, señala a las blasfemias contra la Virgen como tópico especial de las afrentas a la religión y las proposiciones y blasfemias atribuidas a Manuel de Coito.

La presencia de artistas y artesanos de calidad en el espacio rioplatense fue escasa si la comparamos con las grandes ciudades y villas coloniales. Entre los más destacados artistas de Buenos Aires encontramos a este escultor oriundo de Porto, delatado por maltratar imágenes religiosas, lo que lo hizo sospechoso de judaísmo.

Más allá de la verosimilitud de las imputaciones, se percibe la importancia de ciertas ideas y preconceptos y las modulaciones de la relación con las imágenes religiosas dentro del imaginario colonial.

Palavras chave: escultura colonial; imágenes religiosas; Inquisición; herejía; blasfemia

Sofia Nunes VECHINA

O reflexo da arte internacional nos azulejos policromos de Válega

Iniciada a construção da Igreja Matriz de Válega em meados do século XVIII, só em 1779 se dá por concluída a nave do edifício, faltando ainda a capela-mor. Em 1787-1788, o templo é reduzido a cinzas, decorrendo obras de reconstrução já em 1813. É só no século XX que, sob o patrocínio de Antônio Maria Augusto da Silva, são adquiridos os vitrais, feitos em Madrid, e encomendado à Fábrica Aleluia (Aveiro) o azulejamento da fachada, nave e baptistério.

Este estudo incide essencialmente no revestimento azulejar (1958 a 1960), procurando responder a várias questões através da consulta da documentação, da leitura formal e das entrevistas efetuadas aos pintores intervenientes. Relativamente à documentação, destacam-se os desenhos inéditos realizados nas Oficinas de Escultura de Guilherme Ferreira-Thedim e na Fábrica Aleluia. Desta forma, foi possível constatar que a execução do esquema figurativo teve por base pinturas de artistas internacionais, sobretudo, italianos.

Palavras-chave: arte; artistas; azulejaria; Igreja Matriz de Válega; Ovar

Inés CALDERÓN MEDINA

Rodrigo Froilaz, esposo de Chamôa Gomes de Touges. Los fundadores de Santa Clara de Entre-os-Rios

Rodrigo Froilaz es casi un desconocido para la historiografía portuguesa, no obstante pertenece a los Flaínez, una de las principales familias nobles de León. Su dilatada carrera política sirve de ejemplo para analizar el comportamiento de una parte de la nobleza leonesa tras la llegada al trono de Fernando III en 1230. Inicialmente, se opuso a la unión de León y Castilla, aunque pronto y ante las expectativas de expansión hacia el sur, sirvió a la monarquía, lo que le permitió aumentar su poder y patrimonio en León y Castilla; además, su matrimonio con Chamôa Gomes, fue una plataforma para participar en la política portuguesa y conseguir un importante patrimonio en este reino. Don Rodrigo Froilaz fundó junto a su esposa, Chamôa Gomes de Touges, el primer monasterio de Clarisas de Portugal, Santa Clara de Entre-os-Rios.

Palavras chave: Rodrigo Froilaz; Chamôa Gomes de Touges; Fernando III de Castilla; Alfonso X de Castilla; Orden de Santa Clara

Paula Pinto COSTA

Maria Cristina PIMENTA

Veiros, uma localidade da Mesa Mestral da Ordem de Avis, objeto de uma sentença de D. João III (1531)

Neste artigo tivemos por objeto de estudo uma sentença outorgada por D. João III em 1531. O seu conteúdo versa uma questão jurisdicional em torno de Veiros. A mediação do rei era essencial no controlo das jurisdições senhoriais e concelhias, no caso concreto, num território que se encontrava sob a alçada da Ordem de Avis e do seu governador, D. Jorge. A nossa principal preocupação, para além de dar a conhecer os trâmites do processo, foi a de explicar a lógica da deliberação régia, influenciada pelo estatuto da localidade no âmbito da Ordem, pela cronologia do diferendo, altura em que as relações entre a coroa e as ordens militares se encaminhavam para um controlo total da monarquia, pela importância dos Mendonça de onde era originário o alcaide da fortaleza e pelo posicionamento geoestratégico de Veiros, o qual justifica a menção a questões militares. Este quadro de referências explica as razões pelas quais D. João III decide em favor do Mestrado e em detrimento do concelho.

Palavras-chave: monarquia; poder local; concelhos; jurisdição; Ordem de Avis

Carla Patrícia Silva RIBEIRO

Cultura popular em Portugal: de Almeida Garrett a António Ferro

Os fenómenos nacionalistas desde sempre revelaram a necessidade de formas de identificação coletiva. Esta (re)descoberta de uma identidade nacional pretendia apresentar a Nação como enraizada na mais remota antiguidade. Neste sentido, o culto dos costumes populares revelou-se de particular importância. Em grande parte dos Estados europeus, no período entre meados de Oitocentos e as décadas de vinte e trinta do século XX, verificou-se a mobilização do demótico através da via científica da etnografia, transformado em espelho da nacionalidade, conferindo-lhe um carácter único, singular, por um lado e, por outro, comprovando a antiguidade da Nação. Neste artigo, procurar-se-á mapear três períodos, no que concerne a esta relação entre nacionalismo e cultura popular, em Portugal, desde o século XIX, até ao Estado Novo, passando pela I República.

Palavras-chave: nacionalismo/identidade nacional; cultura popular; objetificação cultural; António Ferro; Henrique Galvão

Patrícia CALÇA

A elite vista de dentro – uma análise à Nova Classe Dirigente de Milovan Djilas

A partir do momento em que Milovan Djilas escreve *A Nova Classe Dirigente*, passa a ser encarado como um opositor do sistema comunista – este artigo faz a análise dessa obra, primeiramente à luz das teorias elitistas, depois escrutinando as suas palavras. A crítica do jugoslavo encontra alvo no espectro dos partidos políticos, sobretudo nos de cariz comunista. Para ele há nessa ideologia um alicerçar fundado na história do ser humano, isto no que à origem da propriedade privada e à divisão do trabalho concerne. Djilas acusa de degeneração a realidade prática do sistema comunista, tal acontece particularmente adentro da Ideologia de Partido. Com um tom irónico e sarcástico, afirma que os comunistas tendem mais a mudar o mundo para que este obedeça às suas próprias concepções, do que a interpretá-lo. A grande novidade desta obra é a crítica interna, vinda de um conhecedor da realidade praticada, que com a escrita destas palavras sofreu consequências políticas e outras.

Palavras-chave: teoria das elites; comunismo; ideologia; Milovan Djilas; Jugoslávia

Teresa Cierco GOMES

A União Europeia e a promoção da democracia nos Balcãs Ocidentais

Na última década a União Europeia tem-se afirmado como ator internacional na promoção da democracia na sua vizinhança. A estratégia de alargamento e a política de condicionalidade utilizadas numa primeira fase na Europa Central e de Leste e agora nos Balcãs Ocidentais são considerados meios eficazes dessa ação. A europeização implica o cumprimento de critérios, como o respeito pelos princípios democráticos, direitos humanos e economia de mercado, e tem orientado o processo de transição para a democracia empreendido pelos Estados dos Balcãs Ocidentais desde o início deste século. Contudo, para além de ser um processo difícil e complexo, são muitos os obstáculos que se lhe colocam. Neste artigo, propomos analisar as principais dificuldades internas e externas à consolidação da democracia nesta região, destacando as limitações da ação da União Europeia.

Palavras-chave: democracia; europeização; estabilidade; União Europeia; Balcãs Ocidentais

The first part of the paper discusses the importance of understanding the local context in which a project is implemented. This includes a thorough analysis of the social, economic, and cultural factors that may influence the project's success or failure. It is essential to engage with the local community from the outset, as their input and feedback are crucial for tailoring the project to their needs and expectations.

The second part of the paper explores the challenges faced by project managers in cross-cultural environments. These challenges often arise from differences in communication styles, decision-making processes, and work ethics. Effective project management requires a high degree of cultural sensitivity and the ability to adapt to diverse working styles.

The third part of the paper presents a case study of a project that successfully navigated these challenges. The project involved the implementation of a new technology in a developing country. The project manager employed a range of strategies to build trust and rapport with the local staff, including regular communication, transparency, and a willingness to listen to their concerns.

The final part of the paper offers conclusions and recommendations for future projects. It emphasizes the need for ongoing communication and collaboration throughout the project lifecycle. Project managers should also be encouraged to seek out local expertise and resources, as this can significantly enhance the project's impact and sustainability.

Abstracts

António MOURATO

An outline biography of the painter João Eduardo Malheiro

João Eduardo Malheiro was born in Porto, the 24th June 1821. He studied Philosophy at the University of Coimbra and then performed his artistic formation in Rome and Venice.

He participated in the triennial exhibition of the Academia Portuense de Belas Artes (1848) and applied to the place of substitute of Historical Painting (1849), without success.

In 1852, we find him as second class aspirant of Porto Customs and since then he practiced painting only in his free time.

He participated with some of his works in the following exhibitions: Exposição Industrial Portuense (1861); Exposição Internacional do Porto (1865); Exposição de Arqueologia e de Objectos Raros Naturais, Artísticos e Industriais (1867); Exposição Hortícola Internacional (1877).

His works were influenced by the 17th and 18th centuries baroque landscapes of the venetian masters.

Francisco José Resende wrote that João Eduardo Malheiro possessed the *soul of a true artist*.

Keywords: Malheiro; painting; landscape; Italy; Porto

Eva Sofia Trindade DIAS

The Italian and French learned treatises: the confluence of influence in the work of a Portuguese artist from the 18th century

Portugal was one of the countries that absorbed a significant amount of the production of the main European publishing centers since the 16th century. That action was intensified by the internationalization of the taste introduced in the court of D. João V, during the 18th century. It led to the enrichment of the collections of information conveyed by the book and the picture. Some of these sources were found in the Benedictine monastic cores of Entre Douro e Minho, a way travelled by the Friar José Vilaça, a prominent figure at the artistic scene of Braga. His personal library constitutes an extraordinary testimony, where it is possible to find copies of the Italian and French learned treatises from the early 18th century. These copies are fundamental for the training and information of the artist monk. He knew how to interpret the different artistic languages, cross and shape them masterfully, highlighting the excellence of his creative genius.

Keywords: artistic culture; learned treatises; Congregation of St. Benedict of Portugal; friar José Vilaça; art of the modern age

Francisco de Assis Portugal GUIMARÃES

Proprium sanctorum: *worshipping their relics and reliquaries*

The aim of this study is to understand the early Christian conception of perfection via martyred saints through the devotion to their relics and shrines. The worship of saints typified early Christianity in search of a model of sanctity different from those of heathen cults. The Church guided the faithful to pray to the saints to intercede on their behalf. Their remains, objects that belonged to them or had touched their mortal bodies, are considered to possess devotional and material value as relics.

In Brazil, the worship of relics developed after the Council of Trent, under the influence of Portuguese missionaries (16th and early 17th centuries), and in Salvador, Bahia, by means of reliquary busts, principally displayed in the Monastery of São Bento, in the Church of São Francisco, and in the old Church of the Jesuits. The study of the saints, of their sacred relics and reliquaries is important to understand the links the Church established between the material and spiritual worlds.

Keywords: Christianity; saint; martyr; relics; reliquaries

Maria Herminia Olivera HERNANDEZ

Our Lady of Montserrat: the art of a church, Benedictine heritage in Salvador, Bahia – Brazil

The Church of Our Lady of Montserrat, belonging to the Monastery of São Bento da Bahia, was founded by the lords of the Tower of Garcia D'Avila in the second half of the 16th century, having as designer the Italian architect Baccio Filicay. It was donated to Benedictine monks by the governor general of Brazil, D. Francisco de Sousa, in the second half of that century.

It was one of the two churches *attached* or *aggregated* that should be attached to the monasteries of the Order in Brazil, according to resolutions of the Chapter. However, these churches in Brazil did not have the same economic significance that had in Portugal, being treated sometimes as residences. The aim of this paper is to study components of art that refers to the plant chapel, typical of many rural chapels in Bahia. We highlight the tile panels and the altarpiece, which, integrating the decorative vocabulary of the spaces of the nave and the main chapel, shape the identity of the religious space.

Keywords: art; Benedictines; attached church; heritage; Salvador-Bahia

Maria José GOULÃO

The first images of the Brazilian Indian in Europe: Ulrich Apt the Elder's Adoration of the Magi for the altarpiece of the Heiligkreuzkirche in Augsburg

The Discoveries implied the collapse of a Eurocentric world and the building up of a new conception of humanity, creating new attitudes towards the inhabitants of the new territories.

The iconography of the Brazilian Indian shows a contradictory vision, by situating him at both extremes of the ontological scale. Some of those representations are marked by the belief in the possibility of evangelization, showing him as a primitive being, innocent and pure, untouched by the vices of Western civilization. On the opposite, other representations describe the indigenous as barbarian and wild, a philosophy that legitimated the European imperialism and its impulse to civilize.

Contrary to a common belief, we tend to think that the written reports about the Brazilian Indian had a repercussion in European art. Among other art works, we study a painting from 1510, kept at the Louvre Museum, almost unknown, where is perceived the representation of a Brazilian Indian as one of the three Magi.

Keywords: iconography; Brazilian Indian; Discoveries; 16th century; German painting

Patricia FOGELMAN

“They’re filthy all the images and pieces of sticks”: Manuel de Coito, Portuguese sculptor accused of blasphemy against the Holy Office of the Inquisition. Buenos Aires, 17th century

This paper studies the process in the Holy Office of the Inquisition against the Portuguese sculptor Manuel de Coito, who lived in Buenos Aires during the 17th century. The original documentation has been consulted in the Historical Archive of Madrid.

The article refers to the Holy Office Court against blasphemy and heresy, it points to the blasphemies against the Virgin as a special topic of the insults to religion, and the propositions and blasphemy attributed to Manuel de Coito.

The presence of artists and craftsmen of quality in the River Plate area was low when compared to large colonial cities and towns. Among the most prominent artists of Buenos Aires we found this sculptor born in Porto, betrayed by swearing and abusing religious images, which made him suspicious of Judaism.

Beyond the credibility of the allegations, we perceive the importance of certain ideas and preconceptions and the particular modulation of the relationship with religious imagery in the colonial imaginary.

Keywords: colonial sculpture; religious images; Inquisition; heresy; blasphemy

Sofia Nunes VECHINA

The influence of International Art on Válega Polychrome Tiles

Having commenced the construction of the Válega Mother Church in the mid-18th century, only in 1779 was the building's nave regarded as complete.

In 1787-1788 the virtually complete temple was reduced to ashes and new works were already underway in 1813.

Only in the 20th century the stained glass windows, made in Madrid, were acquired through António Maria Augusto da Silva for the main chapel and nave, having ordered the tiling of the façade, nave and baptistery from the Fábrica Aleluia (Aveiro).

This research essentially looks at tile lining from 1958 to 1960 and seeks to find the answer to various questions through documentation, formal reading and interviews with painters involved. Worthy of special mention are the unpublished drawings carried out at the Guilherme Ferreira-Thedim Sculpture Studios and at

the Fábrica Aleluia and the ascertainment that the implementation of the figurative representation was based upon paintings by international artists, in particular Italians.

Keywords: art; artists; tile work; Válega Mother Church; Ovar

Inés CALDERÓN MEDINA

Rodrigo Froilaz, husband of Chamôa Touges Gomes. The founders of Santa Clara of Entre-os-Rios

Rodrigo Froilaz has largely passed unnoticed among Portuguese historians although he came from one of the main noble families in León. His long political career may set an example to examine the behaviour of León's nobility after Ferdinand III ascended the throne. He first opposed the union of León and Castile but he chose to serve the monarchy soon after, because of the prospects of expansion southwards, which helped him to increase his power and possessions in León and Castile. Additionally, he used his marriage to Chamôa Gomes as a platform for getting involved in Portuguese politics in order to build up a large territorial domain in the kingdom. Rodrigo Froilaz and his wife, Chamôa Gomes de Touges, established the first Poor Clares monastery in Portugal, Santa Clara de Entre-os-Rios.

Keywords: Rodrigo Froilaz; Chamôa Gomes de Touges; Ferdinand III of Castille; Alphonse X of Castile; Order of Saint Claire

Paula Pinto COSTA

Maria Cristina PIMENTA

Veiros, a locality from the Mesa Mestral of the Order of Avis, subject for a sentence by the king John III (1531)

This paper aims to study a sentence from King John III, issued in 1531. The process guides us through a jurisdictional process about Veiros. The King's mediation regarding the control over seigniorial and council jurisdictions, in the present case, situated within a territory administrated by the Military Order of Avis and by its Governor, D. Jorge. Our fundamental aim, besides explaining the structure of the judicial process in itself, is to explain the logic behind the royal decision influenced by the status of the this locality, by the chronology of the dispute, when relations between the crown and the Military Orders were headed for total control of the monarchy, by the importance of Mendoza who provided the *alcaide* (warlord) for the fortress and by the geopolitical positioning of Veiros, which justifies the military matters. This frame of references explains why John III decided in favour of the Order and against the municipality.

Keywords: monarchy; local government; municipalities; jurisdiction; Order of Avis

Carla Patrícia Silva RIBEIRO

Folk Culture in Portugal: from Almeida Garrett to António Ferro

The nationalists phenomena have always revealed the need for forms of collective identification. This (re) discovery of a national identity intended to present the Nation as rooted in ancient times. In this regard, the

cult of popular customs proved to be of particular importance. In most European states, in the period between mid-nineteenth century and the twenties and thirties of the twentieth century, there was a mobilization of the demotic through ethnography, converted in an echo of nationality, granting it a unique, singular character, on one hand and, on the other, proving the antiquity of the Nation. In this paper we will seek to map three periods, with regard to the relationship between nationalism and folk culture in Portugal, since the nineteenth century until the New State, covering the First Republic.

Keywords: nationalism/national identity; folk culture; cultural objectification; António Ferro; Henrique Galvão

Patrícia CALÇA

The elite saw from within – an analysis of Milovan Djilas' The New Class

From the moment that Milovan Djilas wrote *The New Class*, he starts to be seen as an opposition to the system – this article makes the analysis of this work, firstly under the light of the elitist theories, then scrutinizing its words. The Yugoslav's critics find his main target in the political parties' spectrum, especially the communist ones. To the author the communist ideology is in the basis of human being's History, this is reflected in the origin of the private property and of labor's division. Djilas accuses of degeneration the communist system's practical reality that happens inside of Party's Ideology. With a sarcastic and ironic tone, he states that the communists have the tendency to change the world obeying to their own conceptions, more than to interpret it. The biggest novelty of this book is the presence of an internal critic, coming from a person that knew the reality in cause. With the writing of these words the author suffered several political consequences and others.

Keywords: elite's theory; communism; ideology; Yugoslavia; Milovan Djilas

Teresa Cierco GOMES

The European Union and the Promotion of Democracy in the Western Balkans

In the last decade, the European Union has been considered as an international actor in the promotion of democracy in its neighbourhood. The enlargement strategy and the conditionality policy, adopted in a first phase in the Central and East Europe, are now being used in the Western Balkans and are considered efficient tools in that action. The Europeanization implies the fulfilment of criteria such as the respect for democratic principles, human rights and market economy, and has being oriented the transition process towards democracy that the Western Balkans states embarked on since the beginning of this century. Nevertheless, there are still many constraints to this process. In this article, we propose to analyse the main internal and external difficulties to the democratic consolidation in this region, focusing the limitations of the European Union action.

Keywords: democracy; Europeanization; stability; European Union; Western Balkans

Notícias

The first part of the paper discusses the importance of understanding the local context in which a project is implemented. This includes a thorough analysis of the social, economic, and cultural factors that may influence the success or failure of the intervention. It is essential to engage with local stakeholders from the outset to ensure that the project is relevant and sustainable.

The second part of the paper focuses on the design and implementation of the project. This involves developing a clear set of objectives and a detailed plan of action. It is important to establish a strong monitoring and evaluation system to track progress and assess the impact of the intervention. Flexibility and adaptability are key to responding to unforeseen challenges and opportunities.

The third part of the paper discusses the importance of building local capacity and ownership. This involves providing training and support to local individuals and organizations to ensure they have the skills and resources to manage and sustain the project. It is also important to foster a sense of community and shared responsibility among the project participants.

The final part of the paper provides a conclusion and a summary of the key findings. It emphasizes the need for a holistic and integrated approach to development work, one that recognizes the interconnectedness of different sectors and the importance of long-term commitment and partnership.

Seminários Internacionais e Conferências

International workshop towards a new standard of regional history. Evaluation of the late medieval period and prospect of the early modern period of the Cuius Regio project

(Groningen, 25 e 27 de agosto de 2011 e Glasgow, 12 e 13 de abril de 2012)

No âmbito do Projeto *Cuius Regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces destining the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon* (Programa EUROCORECODE da *European Science Foundation*), realizaram-se em Groningen (Holanda), entre 25 e 27 de agosto de 2011, e em Glasgow (Escócia), em 12 e 13 de abril de 2012, dois *workshops* dedicados ao tema deste projeto. Ambos tiveram como principal objetivo a apresentação de textos elaborados a partir de análises comparativas entre parceiros dos diferentes países que integram o projeto, a par da organização de uma *business meeting* durante a qual os Investigadores Responsáveis de cada país agendaram as próximas realizações do *Cuius Regio*. Nos dois casos, Portugal fez-se representar pelo Doutor Luís Adão da Fonseca, coordenador da participação portuguesa.

Na reunião de Groningen, dedicada ao período da Baixa Idade Média e início da Época Moderna, o grupo português participou com duas intervenções, preparadas em colaboração com colegas da Dinamarca e da República Checa: *The Military Orders between territorialization and periphery (XIIIth-XVIth centuries). A comparative analysis of the Portuguese and Danish historical evolution* (Luís Adão da Fonseca, Cristina Pimenta, Paula Pinto Costa e Kurt Villads Jensen), e *The role of the towns in the regions of the Upper Lusatia and Portugal under the Habsburg rule in the Early Modern Era and its picture in the municipal historiography* (Pedro Cardim e Jan Zdichynec).

Na reunião de Glasgow, dedicada a aspectos da história religiosa no período moderno, o grupo português participou com uma intervenção: *The Inquisition as a "national" cohesive force in Portugal in the Early Modern Era* (Ana Isabel López-Salazar). É ainda de realçar a participação da doutora Mafalda Soares da Cunha na sessão do *Cuius Regio* da "9th European Social Science History conference" do International Institute for Social History (Glasgow University, Scotland, UK, 11-14 de abril 2012), com uma intervenção intitulada *The Role of the Nobility in Shaping the Regional Strategies in the Middle Ages and Early Modern Ages (The Comparative Cases of Transylvania and Portugal)*. Este seminário revestiu-se do maior interesse uma vez que nele participaram cada um dos grupos nacionais que integram este projeto. Ao inserir-se esta sessão num congresso internacional, a ela assistiram diversos congressistas de diferentes nacionalidades, o que constituiu uma excelente oportunidade de divulgação das investigações em curso. Finalmente, importa destacar que, para além do interesse imediato da temática abordada nestes dois *workshops*, foi muito útil a presença de observadores convidados, os quais comentaram, de forma construtiva, as diferentes intervenções feitas pelos membros dos sete países que integram o projeto.

Seminário Internacional Bragança, Uma Cidade Europeia

(Bragança, 29 e 30 de setembro de 2011)

Captar a cidade enquanto complexo social e político de encontro entre a comunidade e os indivíduos; apreender o que é plurissecular e sublinhar as ruturas operadas nos últimos dois séculos; dar conta da construção monumental, económica, social e individual do espaço urbano; chamar a atenção para as tradições que identificam a cidade de Bragança e refletir sobre a viabilidade de uma candidatura de Bragança-Zamora a património mundial, eis alguns dos objetivos que levaram o

CEPESE a realizar este Seminário Internacional, em colaboração com a Câmara Municipal de Bragança, no âmbito do projeto de investigação *Bragança na Época Contemporânea*.

Reunião do Management Committee Ação COST IS 1005 Medieval Europe – Medieval Cultures and Technological Resources

(Heidelberg, 3 a 5 de novembro de 2011)

Teve lugar em Heidelberg (Alemanha), entre 3 a 5 de novembro de 2011 a segunda reunião do Management Committee (MC) da Ação COST *Medieval Europe – Medieval Cultures and Technological Resources*. A doutora Maria Cristina Pimenta (coordenadora da representação portuguesa) e o professor Luís Adão da Fonseca (membro da equipe deste projeto) participaram nesta reunião, cuja agenda se desenvolveu em torno de duas grandes linhas temáticas. A primeira versou uma demorada apresentação de diferentes bases de dados já existentes, com o propósito de permitir uma reflexão sobre as possibilidades e as dificuldades em torno da sua interação tecnológica, respondendo, assim, a um dos grandes objetivos da Ação que visa a constituição de um *Virtual Center for Medieval Studies*. A segunda deu lugar à realização de reuniões simultâneas dos quatro Grupos de Trabalho que o projeto integra (1. Autores e textos; 2. Manuscritos e tradição textual; 3. Corpus de textos e ferramentas de leitura; 4. Conceção e organização da plataforma virtual), prevalecendo a troca de impressões direcionada para problemas específicos de cada grupo. Neste caso, a representação portuguesa esteve presente na reunião do Grupo 2 (Manuscritos e tradição textual), ao qual pertence, participando na apreciação e discussão do *Memorandum of Understanding* apresentado pelo coordenador do Grupo, Professor Matthew James Driscoll (Dinamarca), bem como na definição de parâmetros *standard* a estudar, caso a caso, para a conceção de bases de dados relacionadas com os objetivos do Grupo. Já em sessão plenária, os responsáveis pelos quatro Grupos referidos tiveram a oportunidade de apresentar os resultados das reuniões prévias que cada um coordenou. Por último, todos os membros do *Management Committee* presentes em Heidelberg tiveram, ainda, a possibilidade de colaborar numa sessão exclusivamente dedicada à gestão da Ação, onde ficaram definidas metas de realização para futuros *Workshops*, *Training Schools* e *Short Term Scientific Missions*.

VII Seminário Internacional sobre a (E)Imigração Portuguesa para o Brasil. De Colonos a Imigrantes

(São Paulo e Santos, 7 a 10 de Novembro de 2011)

Em 2011, teve lugar a sétima edição dos seminários que o CEPESE tem vindo a organizar anualmente, em parceria com instituições brasileiras, sobre a Emigração Portuguesa para o Brasil. Esta ação, que teve lugar nas instalações da Universidade de São Paulo, principal parceiro institucional da edição de 2011, reuniu mais de quarenta investigadores das mais diversas universidades e instituições portuguesas e brasileiras, incluindo uma dezena de investigadores do CEPESE. Os trabalhos apresentados organizaram-se em torno dos seguintes grandes temas: Questões Conceptuais; Identidades; Fontes e abordagens; Trajetórias; Aportes Culturais; Grande Imigração; Fluxos de Riqueza; Contextos Regionais.

V Seminário Internacional Luso-Brasileiro Os Franciscanos no Mundo Português II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco

(Rio de Janeiro, 8 a 10 de novembro de 2011)

Este evento, que contou com a participação de especialistas portugueses, brasileiros e espanhóis, realizou-se nas instalações da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, resultando de uma parceria entre o CEPESE, a PUC-Rio e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. O principal objetivo deste encontro científico foi o estudo do papel das Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco, já que estas constituem no panorama da História, da História da Arte, e da História da Cultura e das Mentalidades, um dos capítulos mais importantes das Épocas Moderna e Contemporânea no Mundo de Expressão Portuguesa. Desde a sua fundação até aos nossos dias, sempre acompanharam a vida das cidades e vilas onde estavam inseridas, desempenhando prioritariamente um papel assistencial. Esta ação, levada a cabo por leigos enquadrados pela Ordem de São Francisco, teve um profundo reflexo a nível social já que, integrando membros dos vários estratos sociais, exerceu uma função aglutinadora palpável nas festividades religiosas que se organizavam sob a sua égide ao longo do ano litúrgico. Simultaneamente, as Ordens Terceiras vão transformar-se em promotores de uma atividade artística, quase sempre notável, associada à construção de estruturas próprias para a sua organização (capela ou igreja, casa do Despacho e hospital) e apoiando de forma significativa as Ordens Primeiras, às quais estão ligadas.

OTAN: Novas Ameaças e Desafios

(Porto, 18 de Novembro de 2011)

Na sequência da aprovação, em Lisboa, do novo conceito estratégico, foram identificadas novas ameaças e desafios para os Estados-membros da OTAN, nomeadamente a pirataria, o tráfico de droga e os fluxos de imigração ilegal. Portugal, um país com uma das maiores ZEE da Europa, vê-se confrontado com todas estas ameaças. Por isso, o CEPESE, em conjunto com a Universidade Lusíada do Porto e com o Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, e com o patrocínio da OTAN, decidiu organizar esta conferência internacional onde foram debatidas questões como “O Mar como componente de segurança das nações da OTAN”, a “Estratégia marítima da OTAN”, a “Defesa antimísseis e sua implementação”, e “Crise financeira e a defesa inteligente”. Esta conferência reuniu especialistas de diferentes áreas: militares, diplomatas, políticos e académicos.

Workshop A New Standard for Regional Historical Research II

(Porto, FLUP, 19 de novembro de 2011)

Este *workshop* integrou-se nas atividades do Projeto Eurocore *Cuius Regio (An analysis of the cohesive and disruptive forces destined the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon [CURE])*. Destinado aos investigadores do grupo português deste mesmo projeto e aos investigadores associados do grupo galego, teve lugar no Porto (FLUP) e foi organizado por Luís Adão da Fonseca e por José Augusto de Sottomayor-Pizarro. Esteve presente em toda a reunião o coordenador-geral do projecto, Doutor Dick de Boer, da Universidade de Groningen, que inaugurou os trabalhos com a apresentação de um texto subordinado ao título *On the king of Portugal*. Ao longo do dia, foram apresentados e discutidos os diferentes esboços enviados por todos os participantes, tendo em vista o seu ulterior desenvolvimento, de acordo com um plano de textos a redigir apresentado pelos coordenadores do projeto.

Seminário Internacional Distant Regions – Equal Patterns?

(Budapeste, 28 e 29 de novembro de 2011)

Sob o alto patrocínio da European Science Foundation, teve lugar em Budapeste, nos dias 28 e 29 de Novembro de 2011, um *workshop* que congregava os três projetos do programa *EUROCORECODE Distant Regions – Equal Patterns?*, a saber:

- a) Symbols that bind and break communities: Saints’ cults as stimuli and expressions of local, regional, national and universalist identities (CULTICSYMBOLS);
- b) Unfamiliarity as signs of European times: scrutinising historical representations of otherness and contemporary daily practices in border regions (Unfamiliarity);
- c) Cuius Regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces destined the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon (CURE).

Portugal (FCT) estava representado no encontro pelo CEPESE, da Universidade do Porto, que patrocina a equipa que integra o projecto CUIUS REGIO. O encontro foi extremamente fecundo, uma vez que os dois dias de apresentação de temas específicos de cada projeto e os debates suscitados permitiram comparar metodologias e experiências diversas em torno de um tema geral comum, perspectivado a partir de três enfoques distintos, graças aos estudos levados a cabo por investigadores de dezassete universidades e uma academia.

Tendo como anfitriões a Central European University, de Budapeste, e a Academia das Ciências de Viena, o *workshop* contou com a apresentação de dezassete comunicações, distribuídas pelos seguintes temas: Region and Identity (no qual Pedro Cardim, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/CURE, apresentou o tema *Political Representation and the Interplay between Local, Regional and National (?) Identities. Portugal, 16th-17th centuries*); Defining and Perceiving Regions; Border-Regions/Region-Borders; Local Context and Interests; Differences/Tensions/Otherness (em que José Augusto de Sottomayor-Pizarro, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto-CEPESE/CURE, apresentou o tema *Role of the Dioceses in the Construction of the Differentiation/Identity Models in the Iberian Northwest until the 13th century*).

No final das apresentações e dos debates, os Investigadores Principais dos três projectos fizeram uma síntese sobre os temas e abordagens, bem como sobre as questões e problemas metodológicos discutidos, extremamente útil para a prossecução das pesquisas.

Encontro Portugal Medieval visto do Brasil. Diálogos entre medievalistas lusófonos

(Lisboa, Coimbra, Santa Maria da Feira, 12 a 14 de janeiro de 2012)

O encontro *Portugal Medieval visto do Brasil. Diálogos entre medievalistas lusófonos* resultou de uma iniciativa conjunta de diversos centros de investigação portugueses e brasileiros e a sua organização esteve a cargo do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa. Teve lugar em Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), Coimbra (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) e Santa Maria da Feira (Biblioteca Municipal) entre 12 e 14 de janeiro de 2012. Este evento insere-se num trabalho mais amplo de reflexão historiográfica que o Instituto de Estudos Medievais tem desenvolvido, de que resultou a publicação de um livro, intitulado *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*, em que participaram diversos investigadores do CEPESE. Do programa do encontro fez parte um Fórum de Investigação em História Medieval, em que estiveram presentes diversos centros de investigação científica. O CEPESE preparou materiais para a apresentação do Centro, em geral, e do seu Grupo de Investigação de História Medieval e do Renascimento, em particular, salientando os projetos de investigação realizados pelos investigadores deste grupo e a actividade editorial do mesmo.

Atelier de Fontes de Arquivo para a História Medieval de Portugal

(Lisboa, Torre do Tombo, 16 de janeiro de 2012)

Na sequência do encontro *Portugal Medieval visto do Brasil. Diálogos entre medievalistas lusófonos* (Lisboa, Coimbra, Santa Maria da Feira, de 12 a 14 de Janeiro de 2012), o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa organizou um *Atelier de Fontes de Arquivo para a História Medieval de Portugal*, que teve lugar na Torre do Tombo, no dia 16 de Janeiro, em que participaram Cristina Pimenta e Paula Pinto Costa com uma intervenção sobre as *Fontes Medievais das Ordens Militares*. O público-alvo deste *atelier* foi a comunidade científica brasileira.

Reunião anual do European Consortium for Humanities Institutes & Centres (ECHIC)

(Utreque, 28 de fevereiro a 1 de março de 2012)

O CEPESE esteve presente, entre 28 de fevereiro e 1 de março de 2012, na Universidade de Utreque, onde teve lugar a reunião anual do *European Consortium for Humanities Institutes & Centres (ECHIC)*, consórcio de que é membro fundador. A referida reunião, subordinada ao título *Grand Challenges for the Humanities?*, revestiu-se de grande interesse e importância para o CEPESE. Na verdade, são evidentes as vantagens que decorrem da sua integração neste consórcio europeu, num momento especialmente delicado como é o atual, em que se vislumbram grandes transformações na investigação das Humanidades a nível internacional, e são visíveis sinais crescentes de reformulações ao nível de I&D. Com efeito, debateram-se nesta reunião temas importantes que afetam a investigação na área das Humanidades, como é o caso do painel sobre *Humanidades Digitais*, que teve lugar na tarde do dia 28 de Fevereiro (daí a presença da doutora Maria Cristina Pimenta, tendo em vista a sua responsabilidade como coordenadora da equipa portuguesa no Projecto COST *Medieval Europe – Medieval Cultures and Technological Resources*, e membro do respectivo *Management Committee*) ou do debate realizado na manhã do dia 1 de Março, subordinado ao título *Bringing out the Best: Humanities Towards 2020*, com a presença de responsáveis de algumas das instituições europeias que, neste momento, maior importância têm no setor da investigação das Humanidades. Integrado no painel *Global Humanities*, o Presidente do Conselho Científico do CEPESE, doutor Luís Adão da Fonseca, apresentou um texto subordinado ao título *The Ethical and Civic Responsibility of the Historical Science as a Humanistic Discipline*. Finalmente, importa destacar que o CEPESE foi escolhido por unanimidade para organizar, no Porto, a reunião anual de 2014.

II Encontro da Rede BRASPOR

(Paraty, 1 a 4 de Abril de 2012)

O CEPESE participou no II Encontro da Rede BRASPOR, que teve lugar em Paraty, no Brasil, entre 1 e 4 de Abril de 2012, e que visou, entre outros aspetos, intensificar a colaboração entre os investigadores aderentes, por forma a consolidar a articulação entre as Ciências Exatas e Naturais e as Ciências Sociais e Humanas. No mesmo evento foi lançada a obra *Baía de Sepetiba: Estado da Arte*, com prefácio de Fernando de Sousa e dois capítulos da autoria de Rosário Bastos, respetivamente, coordenador e investigadora do CEPESE.

Seminário sobre O Estudo da Idade Média em Portugal: problemas e questões

(S. Paulo, UNIFESP, 2 de abril de 2012)

Um grupo de cinco investigadores portugueses do Grupo de Investigação de História Medieval e do Renascimento participou no seminário sobre *O Estudo da Idade Média em Portugal: problemas e questões*, destinado a estudantes de graduação e de pós-graduação da UNIFESP (2 de Abril de 2012). O objetivo deste seminário foi dar a conhecer a investigação feita em Portugal no âmbito do CEPESE e sensibilizar os estudantes brasileiros para a necessidade de aumento do intercâmbio e de permanência em instituições portuguesas, como ponto de partida do reforço da investigação e da produção bibliográfica sobre Idade Média.

Colóquio Luso-Brasileiro Monarquia e Ordens Militares: séculos XIV-XVI

(S. Paulo, UNIFESP – Brasil, 3 a 5 de abril de 2012)

No âmbito do protocolo assinado pelo CEPESE e pela UNIFESP, em Agosto de 2009, tem sido desenvolvido um projeto sobre *Ordens Militares e Honoríficas no Brasil e em Portugal* e estimulada a articulação científica entre os investigadores portugueses e brasileiros. No âmbito deste protocolo, deslocou-se ao Brasil um grupo de investigadores portugueses do Grupo de Investigação de História Medieval e do Renascimento que apresentou cinco comunicações no âmbito deste colóquio organizado em parceria com o CEPESE. Os trabalhos apresentados foram os seguintes: *Monarquia e dinâmicas de poder: objetivos e ação das Ordens Militares em Portugal nos séculos XII-XIV* (Paula Pinto Costa); *Monarquia e dinâmicas de poder: objetivos e ação das Ordens Militares em Portugal nos séculos XV-XVI* (Maria Cristina Pimenta); *Modelos e sociabilidades: Nobreza e Ordens Militares nos séculos XIV-XV* (António Pestana de Vasconcelos); *Historiografia e Memórias* (Luís Adão da Fonseca); *Comportamentos religiosos e espiritualidade: a Ordem de Cristo e o fazer da cura das almas* (Isabel Morgado Sousa e Silva).

Publicações

SOUSA, Fernando de; FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património. Porto: CEPESE, 2011.

Este trabalho dá a conhecer as origens e evolução da Misericórdia de Vila Real, bem como a sua ação assistencial e o seu valioso património arquitetónico e móvel, detetando e classificando influências e correntes artísticas. A primeira parte da obra diz respeito à História desta Misericórdia sob o ponto de vista institucional, as suas origens no contexto da fundação das primeiras misericórdias trasmontanas, organização institucional, constituição e gestão do património financeiro, procissões e festividades que realizou, o seu Hospital, e caracterização ao presente. Na segunda parte, relativa à arte e património que deteve e detém, é analisado o património imóvel, a sua construção, evolução e constituição atual, e inventariado o seu valioso património móvel. A obra é acompanhada de um DVD que, além da versão integral do livro em formato *e-book*, inclui ainda a reprodução de diversas fontes documentais.

LEAL, Catarina Mendes – Magrebe, Islamismo e a Relação Energética de Portugal. Parede: Tribuna da História, 2011.

O presente trabalho, desenvolvido por uma investigadora do CEPESE, que também apoiou a publicação, propõe-se observar, analisar e tentar compreender se o Islão político, em expansão no Magrebe, pode tornar-se num fator de risco para a segurança energética de Portugal. A sua Parte I centra-se nas “Dinâmicas e Riscos de Instabilidade no Magrebe”, cobrindo as dimensões político-institucionais, económico-demográficas e político-religiosas do Magrebe, sem esquecer as relações intermagrebins e regionais. A Parte II, dedicada à “Relação Energética de Portugal”, trata dos aspetos estratégico-institucionais do petróleo e do gás natural a nível mundial e das dimensões estratégico-institucionais a nível europeu, bem como da organização da cadeia de valor energética em Portugal, Marrocos, Argélia e Tunísia.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MENEZES, Lená; MATOS, Izilda; SARGES, Nazaré; SILVA, Susana (coord.) – Um Passaporte para a Terra Prometida. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011.

O movimento emigratório português para o Brasil constitui um tema que tem merecido a atenção do CEPESE nos últimos anos, reunindo uma vasta equipa de investigadores portugueses, brasileiros, italianos e espanhóis, que têm

apresentado diversos trabalhos sobre esta temática. Na presente obra, destacam-se como temas principais o discurso político referente à e/imigração emanado das autoridades competentes portuguesas e brasileiras; o enquadramento jurídico da e/imigração portuguesa para e no Brasil; a emigração portuguesa para o Brasil, quer do Continente, quer dos Açores; e a análise comparativa entre a emigração portuguesa e italiana para aquele destino, procurando detetar-se o contributo dessa presença estrangeira para a formação do Brasil contemporâneo.

AMANTE, Maria de Fátima (coord.) – *Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011.

Há uma verdadeira explosão discursiva nos últimos anos, em torno do conceito de identidade. Poucos aspetos da vida contemporânea têm suscitado tanta atenção por parte dos filósofos, historiadores e outros especialistas das ciências sociais e humanas. O reconhecimento da identidade, a identidade cultural, a identidade nacional, a construção e afirmação da identidade, a "territorialidade identitária", fonte de violências e reivindicações inultrapassáveis, a crise de identidade, eis alguns dos temas/problemas das Relações Internacionais, do Direito, da Cultura, da Política, da História e da Sociologia, que o presente livro aborda, com a colaboração de reputados especialistas portugueses e estrangeiros.

ARROTEIA, Jorge; GONÇALVES, Ortelinda; LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo (coord.) – *Migrações Ibéricas: Memória e Processo de Desenvolvimento. Polígonos. Revista de Geografía*. Leon: Universidad de Leon, 2011.

Esta publicação, editada pelas Universidades de León, Salamanca e Valladolid, em parceria com o CEPESE, resulta das comunicações apresentadas no Seminário organizado pelo CEPESE em colaboração com a Universidade de León, no campus daquela instituição de ensino espanhola. Reunindo trabalhos de investigadores de ambos os países, procura analisar as migrações ibéricas, isto é, a emigração de portugueses para Espanha e de espanhóis para Portugal, tanto no contexto histórico da sua evolução, como no que concerne à sua caracterização ao presente.

MOURATO, António – *Maria de Lourdes de Mattos Braamcamp. Vida e Obra*. Porto: Bertrand Editora, 2011.

Esta obra traça o perfil da pintora Maria de Lourdes de Mattos Braamcamp, um dos muitos vultos do panorama artístico português do século XX que ainda permanecem mergulhados no esquecimento. Artista com formação cosmopolita, a sua obra desenvolve-se em torno da pintura, do desenho e da ilustração, mas também de outras áreas como a escultura e a cerâmica. Com esta publicação, é-nos dada a conhecer uma figura que marcou o Porto dos anos 20 do século passado.

SOUSA, Fernando de (coord.) – *Memórias de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2012.

Em 1721, D. João V enviou uma carta ao Senado da Câmara de Bragança, ordenando que se remetessem à Academia Real da História Portuguesa todas as *notícias* que constassem do arquivo municipal. A fim de dar cumprimento a esta ordem, a Câmara nomeou José Cardoso Borges, sargento-mor de Bragança, escrivão da Câmara Municipal da mesma cidade e fidalgo da Casa Real, que recolheu no cartório do município a documentação relativa à história da cidade, recorrendo ainda a outras fontes locais e regionais. O seu labor, que se desenvolveu entre 1721 e 1724, acabou por dar origem a um conjunto de "notícias" sobre Bragança, as quais se publicam neste volume, precedidas de um texto introdutório produzido por uma equipa de investigadores do CEPESE, que chama a atenção para a sua relevância no contexto da época, para os principais temas abordados e para os aspetos mais importantes da Bragança setecentista.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de Freitas – *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI). Modernidades medievais*. Lisboa: Edições Alêtheia/CEPESE/UFP, 2012.

Este livro, numa perspetiva reflexiva, pretende fornecer os principais fatores explicativos da evolução das estruturas políticas e sociais do Portugal medieval aos alvares da Época Moderna, apontando as raízes da formação política do *Estado moderno*, conjugando na análise os factos, as ideias e as instituições. Partindo dos estudos mais actualizados, procede-se a um ensaio crítico da correlação de forças estabelecida entre o poder régio e a sociedade política de forma a comprovar que uma boa parte dos fenómenos relacionados com o aparecimento do Estado e a ideia política associada têm origem na Idade Média Tardia.

Protocolos

Universidade do Algarve

O CEPESE e a Universidade do Algarve assinaram em 2011 um protocolo de colaboração com o objetivo de promover o projeto de investigação *SIHER – Processos de Preenchimento Sedimentar e Evolução Holocénica do Sistema Lagunar da Ria Formosa*, desenvolvido pela Universidade do Algarve com a participação do CEPESE, onde se pretende analisar os processos físicos e geológicos naquele sistema lagunar, aos quais se adicionam os efeitos da atividade antrópica.

Universidade Federal Fluminense

O CEPESE e a Universidade Federal Fluminense, do Rio de Janeiro, assinaram, no passado ano de 2011, um acordo de cooperação académica com o objetivo de promover e estimular o intercâmbio de investigadores entre as duas instituições, o acolhimento de estudantes de graduação e pós-graduação, a colaboração em projetos de investigação conjuntos, a realização de conferências, seminários, e a organização de atividades conjuntas.

Universidade de Salamanca

Em Maio de 2011, foi assinado um protocolo de colaboração entre o CEPESE e a Universidade de Salamanca com o objetivo de realizar publicações conjuntas relativas a diferentes manifestações das culturas espanhola, portuguesa e brasileira, bem como promover a coorganização de eventos culturais e a promoção da investigação dirigida à criação e difusão de conhecimento tecnológico.

Ministério da Administração Interna e Direção Geral de Arquivos

O Ministério da Administração Interna, a DGARQ – Direção Geral de Arquivos e o CEPESE assinaram, em Janeiro de 2012, um protocolo de colaboração, cometendo ao CEPESE a missão de proceder a uma avaliação do património documental existente nos extintos governos civis de Portugal.

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

O CEPESE e o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa assinaram, em Fevereiro de 2012, um protocolo de colaboração no âmbito do projeto de investigação *Empreendedorismo emigrante português em Andorra, Londres, Nice e Mónaco*, coordenado por Ortelinda Barros e desenvolvido pelo CEPESE, tendo o ISCTE como instituição participante.

CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos

Reconhecendo as múltiplas vantagens de colaboração no âmbito das Relações Portugal-Brasil, particularmente no domínio das migrações entre ambos os países, o CEPESE e o CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Universidade de São Paulo) celebraram em Abril de 2012 um protocolo de colaboração pelo qual se comprometem a participar em iniciativas relevantes para a docência e a investigação, incluindo a participação em conferências e seminários, a organização de atividades conjuntas e o desenvolvimento de trabalhos de investigação de interesse comum.

CHAM – Centro de História de Além-Mar

O CEPESE celebrou, em Abril de 2012, um protocolo com o Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores), no sentido de promover a participação de investigadores de ambas as instituições em programas de responsabilidade conjunta, facilitando a utilização de meios materiais para a realização de projetos científicos e atividades culturais e sociais de interesse para as duas partes.

Projetos em curso

Envelhecimento e Saúde em Portugal. Políticas e Práticas

Este projeto, coordenado por Teresa Rodrigues, tem como objetivo estudar a relação entre o estado de saúde da população portuguesa e o expectável aumento dos seus níveis educacionais nas próximas décadas, avaliando o alcance e implicações desta correlação, através do cruzamento de técnicas de análise demográfica e econométrica, que possibilitem uma visão sistémica deste fenómeno de modo a sustentar a tomada de decisão no âmbito das políticas públicas de saúde.

Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)

O projeto em epígrafe, coordenado por Fernando de Sousa, Jaime Ferreira-Alves e Alexandre Rodrigues, propõe-se analisar a evolução administrativa e as estruturas demográficas, económicas, sociais e culturais daquela cidade, assim como a realidade política, o património e as transformações do espaço urbano, desde a revolução liberal de 1820 até ao presente. Não obstante a existência de vários trabalhos históricos sobre a cidade de Bragança, pretende-se agora elaborar uma História de Bragança de índole problematizante, que de forma consequente, sistemática e rigorosa apreenda a sua evolução no âmbito de um quadro nacional e urbano, percecionando a sua originalidade no domínio da história política, das instituições administrativas, das estruturas demográficas, sociais e económicas, das suas elites, das múltiplas funções exercidas pela cidade e das relações cidade/campo, bem como da evolução, renovação e construção do seu espaço urbano.

Bragança e Zamora a Património Mundial?

Este projeto, sob a coordenação de Luís Alexandre Rodrigues e Fernando de Sousa, apoiado pela Câmara Municipal de Bragança e pelo Ayuntamiento de Zamora, tem como objetivo a realização de um estudo que analise a viabilidade e as possibilidades de sucesso de um processo conjunto de candidatura para a inscrição daquelas duas cidades ou da região transfronteiriça na Lista do Património Mundial da UNESCO. A delimitação de fronteiras entre Espanha e Portugal contribuiu para ilustrar alguns dos factos mais relevantes na sua história. Terá ela existido, na realidade, sob o ponto de vista histórico-cultural, entre Zamora e Bragança? Provavelmente não. Estaremos perante uma realidade transfronteiriça, uma forma de povoamento/relacionamento entre gentes que sentem pertencer a um mesmo território. Para além do património arquitetónico e monumental, importa também estudar a possibilidade de estarmos perante um património intangível suscetível de classificação pela UNESCO, e que constituirá certamente um dos desafios a explorar no estudo de viabilidade.

As Relações Políticas, Diplomáticas e Económicas de Portugal com a Rússia (1779-1834)

Sob a coordenação de Fernando de Sousa e apoiado pela Real Companhia Velha, este projecto visa estudar as relações políticas, diplomáticas e económicas de Portugal com a Rússia, desde o início do estabelecimento das relações diplomáticas com a Rússia até à instauração definitiva do liberalismo em Portugal (1779-1834), um período durante o qual a Real Companhia Velha desempenhou um importante papel na abertura das relações económicas entre os dois países, no estabelecimento da Casa Portuguesa em São Petersburgo e na nomeação do primeiro cônsul português na Rússia. No âmbito deste projeto, encontra-se em publicação *A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)*, que integra um manuscrito inédito da maior importância para a história do império russo, e está em preparação a obra *A Rússia, Portugal e a Real Companhia Velha (1756-1834)*.

História da Agência Abreu (1840-2010)

Trata-se de um projeto coordenado por Fernando de Sousa e apoiado pela Agência Abreu, com o objetivo de produzir a história daquela que é a mais antiga agência de viagens de Portugal. Pretende-se com este trabalho estabelecer as origens da referida Empresa, fazer uma recolha exhaustiva de documentos relevantes sobre a atividade da Agência Abreu, nas suas diversas vertentes (lojas, emissão de vistos, navegação, aviação, comboios, hotelaria, etc.), como por exemplo carimbos, registos de embarque, registos notariais, contratos, bilhetes, itinerários, anúncios em jornais e cartazes. Com base nestes e noutros elementos, será redigida a história da Agência Abreu, enquadrada na história da emigração portuguesa para o Brasil, mas também do desenvolvimento do turismo de lazer e das viagens de negócios. O trabalho resultante deste projeto será um dos marcos centrais das comemorações dos 170 anos da Empresa.

A emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas Demográficas e Discurso Político

Este projeto de Investigação dá continuidade ao projeto *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, que uma equipa do CEPESE, coordenada por Fernando de Sousa, em conjunto com dezenas de investigadores portugueses e brasileiros,

tem vindo a desenvolver nos últimos anos, e cujos objetivos passam pela construção de uma base de dados que conta já com mais de 400 mil registos individuais de portugueses que emigraram para o Brasil, complementada com a legislação portuguesa e brasileira relativa à emigração/imigração entre 1835 e 1947; os arquivos e fundos documentais existentes em Portugal e no Brasil relativos à emigração portuguesa para este país; os estudos que forem desenvolvidos no âmbito deste tema, em formato digital; e um inventário exaustivo das fontes e bibliografia para o estudo da emigração.

Portugal – Uma Nova Era Energética? Energia e Ambiente como vetores de transformação das Relações Internacionais no século XXI

Este projeto, apoiado pelo Ministério da Defesa Nacional, coordenado por Teresa Rodrigues, pretende caracterizar as possíveis evoluções distintas da envolvente geoeconómica e geopolítica nas regiões potencialmente fornecedoras de petróleo e gás natural a Portugal, no horizonte temporal até 2025; avaliar as questões de segurança de abastecimento energético de Portugal tendo em conta os principais riscos decorrentes do ponto anterior; e proceder a um exercício de cenarização sobre possíveis estratégias de segurança energética nacional sob três ângulos: países fornecedores, alianças empresariais e opções tecnológicas.

Emigração Portuguesa e Italiana para o Brasil nos séculos XIX e XX. Aspetos Demográficos e Sociais

Este projeto, coordenado por Fernando de Sousa, resulta do convénio entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o *Consiglio Nazionale delle Ricerche*, contando com a colaboração de investigadores do *Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali*, e tem por objetivo estabelecer uma análise comparativa dos contingentes migratórios e da legislação relativa a este tema produzida em cada país, entre 1876 e 1974.

Os Presidentes do Parlamento Português (1821-2013)

Coordenado por Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira, este projeto tem como principal objetivo o estudo biográfico das personalidades que presidiram às diversas câmaras do Parlamento português, desde a institucionalização do regime parlamentar em Portugal, em 1821, até à atualidade, dando a conhecer a sua atividade política mais relevante, bem como as grandes questões que foram debatidas no Parlamento nas legislaturas em que exerceram tais funções.

Os Paços do Concelho do Porto

Este projeto, coordenado por Fernando de Sousa e Joaquim Jaime Ferreira-Alves, resulta do protocolo estabelecido entre o CEPESE e a Câmara Municipal do Porto e pretende apresentar a história dos vários edifícios que serviram como Paços do Concelho do Porto, desde a instauração do Liberalismo em Portugal, em 1820, até ao presente, as razões que explicam a sua construção e localização, a sua caracterização arquitetónica e artística, e a análise dos acontecimentos históricos que tiveram os Paços do Concelho do Porto como palco privilegiado.

Os Presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1834-2012)

Sob coordenação de Fernando de Sousa, este projeto tem por objetivo traçar as biografias dos Presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia entre 1834 e 2012, estudar a sua ação à frente do Município e apresentar a evolução do quadro legislativo relativo ao poder local no Portugal Contemporâneo, no âmbito do qual os diferentes Presidentes da Câmara de Vila Nova de Gaia exerceram as suas funções.

Os Presidentes da Câmara Municipal de Ponte de Lima (1822-2012)

O presente projeto, sob a coordenação de Fernando de Sousa e Maria do Rosário Bastos, propõe-se traçar as biografias dos Presidentes da Câmara Municipal de Ponte de Lima entre o início do Liberalismo em Portugal e a atualidade, apreender a sua ação à frente do Município e traçar a evolução do quadro legislativo relativo ao poder local no Portugal Contemporâneo, no âmbito do qual os diferentes Presidentes deste Município desempenharam a sua atividade autárquica.

EUROCORECODE – Cuius Regio, an analysis of the cohesive and disruptive forces destining the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon – CURE (EUROCORE-CODE/0001/2009 – Regiões 2010-2013)

Em 2010, foi aprovado pela Fundação Europeia da Ciência o projeto *EUROCORE Cuius Regio – an analysis of the cohesive and disruptive forces destining the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon (CURE)*. Com a participação de investigadores da República Checa, Dinamarca, Estónia, Holanda, Polónia, Portugal, Roménia e Espanha, a participação portuguesa é coordenada por Luís Adão da Fonseca. Este projeto,

com uma duração de três anos, visa sintetizar a análise histórica de um grupo considerável de regiões que representam uma variedade morfológica, tipológica e histórica de entidades territoriais, permitindo a comparação da dinâmica de coesão e de rutura de regiões ao longo de um período de cerca de nove séculos. As regiões estudadas são: Guelders-Baixo Reno, Portugal (como “região” Ibérica), Livónia, Transilvânia, Silesia-Lusatia superior, Boémia-Luxemburgo, Hainaut e o território fronteiriço Germano-Dinamarquês.

Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional (PTDC/HIS-HIS/102956/2008)

O objetivo deste projeto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e coordenado por Luís Adão da Fonseca, é estudar as comendas das Ordens Militares, nomeadamente as Comendas de Noudar, da Ordem de Avis, e de Vera Cruz de Marmelar, da Ordem do Hospital, no contexto nacional e internacional, enfatizando a sua conceção de fronteira e de projeção em diferentes espaços políticos. No âmbito deste projecto, durante o ano de 2011 foram preparados os dois *dossiers* documentais relativos às comendas de Noudar e de Marmelar.

O CEPESE no âmbito da COST ACTION IS1005 (Medieval Europe. Medieval Cultures and Technological Resources [Medioevo Europeo])

Esta ação foi aprovada pelo COST (Committee of Senior Officials) em dezembro de 2010, insere-se no *COST Domain – Individuals, Societies, Cultures & Health (ISCH)*, disponível em http://www.cost.esf.org/domains_actions/isch/Actions/IS1005. A duração prevista para esta ação é de março de 2011 a março de 2015. A organização conta com a participação de 22 países e a coordenação da participação do CEPESE é feita por Maria Cristina Pimenta. O principal objetivo é a criação de um Centro Virtual de Estudos Medievais, através do qual serão fornecidas informações provenientes de manuscritos digitalizados, listas de autenticidade de autores medievais e uma biblioteca de textos medievais. No âmbito deste projeto é de salientar a participação de Paula Bessa na *Short Term Scientific Mission* no Warburg Institute, da Universidade de Londres (10-14 de outubro de 2011).

Nobreza Medieval Hispânica: séculos VIII-XVI

Coordenado por José Augusto Sotomayor-Pizarro, este projecto visa a elaboração de um banco de dados que permita conhecer as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza a partir dos respetivos grupos nobiliárquicos, durante a Idade Média (séculos VIII-XVI). Ao abrigo deste conjunto de interesses, o CEPESE acolheu dois bolsiros de pós-doutoramento oriundos de Espanha: Pablo Santiago Otero Piñeyro Maseda, que estudou *El Exilio Gallego en Portugal (1369-1479)*, e Inés Calderón Medina, cujo trabalho versou *La Noblesza Leonesa entre la Expansión y la Crisis (1230-1312)*.

Ordens Militares e Honoríficas no Brasil e em Portugal

Este projeto em desenvolvimento nos anos de 2010-2012, no âmbito do protocolo assinado entre a UNIFESP e o CEPESE (Agosto 2009), deu origem à organização conjunta de um seminário que teve lugar na Universidade Federal de S. Paulo (3 a 5 de abril de 2012). A esta participação, acrescente-se o seminário sobre *O Estudo da Idade Média em Portugal: problemas e questões*, destinado a estudantes de graduação e de pós-graduação da UNIFESP (2 de Abril de 2012). No âmbito da deslocação de investigadores portugueses do Grupo de Investigação de História Medieval e do Renascimento do CEPESE, registe-se uma reunião com a equipa reitoral da UNIFESP (2 de Abril de 2012) e uma outra com a Direcção do LEME – Laboratório de Estudos Medievais (2 de Abril de 2012), com o objetivo de lograr um estreitamento da colaboração Portugal-Brasil, através do aprofundamento das relações científicas e do desenvolvimento de trabalho conjunto entre as duas academias.

CARMEN – Co-operative for the Advancement of Research through a Medieval European Network

A participação do CEPESE nesta rede é coordenada por Maria Cristina Pimenta, que faz, complementarmente, o acompanhamento e divulgação das ações publicitadas por este organismo. Pelo CEPESE, participaram cinco investigadores na reunião anual do CARMEN, que teve lugar em Madrid e Segóvia (9 e 10 de Setembro de 2011), no Centro de Ciencias Humanas y Sociales – CSIC, de Madrid, e na Universidade Instituto Empresa de Segóvia.

CEPESE associa-se a uma candidatura italiana apresentada ao European Research Council

Organizado pelo Consiglio Nazionale delle Ricerche, de Itália, um grande projeto sobre “Le comunità straniere a Roma: 1377-1870” começou a ser preparado em Julho de 2011, e foi finalmente apresentado à European Research Council, em Abril de 2012. O programa de trabalhos, dividido em quatro grupos, tem já a adesão de cerca de uma centena de investigadores de mais de uma dezena de países (Alemanha, Canadá, Croácia, Espanha, Holanda, Irlanda, Itália, Polónia,

Portugal, Roménia, Suécia, Suíça, UK, USA). Tendo sido o doutor Luís Adão da Fonseca convidado para coordenar, em conjunto com a doutora Anna Maria Oliva (do Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea/Consiglio Nazionale delle Ricerche), o grupo *Embassies and diplomatic relations, ambassadors and cultural intermediaries*, realizou-se em Roma, no dia 24 de Maio de 2012, uma primeira reunião preparatória do projeto, com a participação dos oito coordenadores.

Sociedade portuguesa e doenças do envelhecimento

O objetivo deste projeto, coordenado por Carlos Amaral Dias, é contribuir para o desenvolvimento de um Plano Nacional de Alzheimer que ainda está em falta em Portugal. Tal plano exige a prossecução de uma investigação científica no contexto da realidade da sociedade portuguesa a partir do ponto de vista das políticas sociais, custos económicos, acesso a medicamentos, diversidade de terapias, apoio psicológico de prestadores de cuidados, intervenção precoce, mudança cultural e relações entre os direitos da saúde e da informação democrática para a saúde.

Empreendedorismo emigrante português em Andorra, Londres, Nice e Mónaco

Este projeto de investigação, classificado como “excelente” pela FCT, coordenado por Ortelinda Barros Gonçalves, pretende identificar iniciativas de empreendedorismo de emigrantes portugueses em Andorra, Londres, Nice e Mónaco, avaliando a sua inserção nos contextos socioeconómicos, culturais e políticos locais, e simultaneamente, comparar esta inserção nos diversos territórios e situações em estudo, bem como identificar a sua presença nos media.

Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa (séculos XVI a XIX)

Na sequência do projeto *Artistas e Artífices do Norte de Portugal (séculos XII a XX)*, que resultou na publicação de vários trabalhos, incluindo um *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*, que apresenta um levantamento exaustivo dos artistas que exerceram a sua actividade no Norte de Portugal, este novo projeto coordenado por Natália Marinho Ferreira-Alves, agora com uma cronologia mais restrita, propõe-se alargar o âmbito geográfico, passando a abarcar não só outras regiões de Portugal, mas incluindo também o Brasil e outros países da América do Sul, como a Argentina e o Uruguai.

As Ordens Terceiras Franciscanas no Norte de Portugal

Coordenado por Natália Marinho Ferreira-Alves, este projeto pretende estudar a importância das Ordens Terceiras Franciscanas como promotoras de uma actividade artística, quase sempre notável, associada à construção de estruturas próprias para a sua organização (capela, casa do despacho e hospital), apoiando igualmente de forma significativa as Ordens Primeiras, às quais estão ligadas. Este projeto, iniciado em 2011, irá prolongar-se até 2013, estando previstas várias publicações no seu âmbito de pesquisa.

AZULEJAR – Conservação de Revestimentos Azulejares em Fachadas

A existência de uma tradição nacional no que se refere à utilização de azulejos para acabamento de exteriores está patente no número de edifícios que apresentam este material. Este projeto, liderado pela Universidade de Aveiro, conta com a participação do CEPESE. A sua coordenação está a cargo de Ana Velosa e visa a caracterização de elementos de fachada de diferentes edifícios a necessitarem de ações de conservação, envolvendo o seu conteúdo histórico, tendo em atenção os procedimentos de produção, a sua composição e os factores de degradação dos azulejos, além de procurar caracterizar as ações de conservação já postas em prática, verificando o seu impacto, quer nos azulejos, quer no próprio edifício.

A atividade dos mestres da Escola de Ferreirim desde os inícios da década de 40 até finais da década de 70 do século XVIII

Sob a responsabilidade de Carla Sofia Queirós – Programa Ciência – FCT (Pós-doutoramento), este projeto pretende estudar a atividade de diversos artistas importantes da região de Entre-Douro e Minho e a sua mobilidade interna, particularmente durante a segunda metade do século XVIII.

Artistas e encomendantes do noroeste de Portugal nos séculos XVII e XVIII – Dos centros de produção à mobilidade transfronteiriça

A cargo de Paula Cristina Machado Cardona (Investigadora a tempo Integral), este projeto pretende analisar o intercâmbio entre o Norte de Portugal e a Galiza, uma realidade comprovada pela existência de um grande número de artistas dos dois lados da fronteira, seguindo os caminhos de peregrinação para Santiago de Compostela.

Invariantes culturales en el estudio de la escultura de la eurrerregión Galicia-Norte de Portugal durante la Edad moderna. Préstamos, influencias e intercâmbios

Este projeto está a ser desenvolvido por Marica López Calderón (Doutorada em História da Arte – Universidade de Santiago de Compostela – Bolsa Barrié de la Maza) no âmbito do protocolo de cooperação científica entre o CEPESE e a Universidade de Santiago de Compostela, sendo uma investigação da maior importância para o conhecimento da realidade artística de ambos os países, designadamente da Galiza e do Norte de Portugal.

O estudo da talha desenvolvida no século XIX na cidade do Porto como estratégia para compreender as soluções encontradas para a talha da cidade do Rio de Janeiro no mesmo período

Este projeto foi desenvolvido entre 1 de Maio de 2011 e 30 de Abril de 2012 por Cybele Vidal Neto Fernandes (Professora Associada da Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e bolsista da CAPES) ao abrigo do protocolo de cooperação científica entre o CEPESE e a UFRJ. O trabalho realizado pela investigadora no referido período, e no âmbito do seu pós-doutoramento, revestiu-se do maior interesse, permitindo viabilizar uma análise científica consistente da realidade artística de Portugal e do Brasil, designadamente na área da talha.

Provas académicas de associados do CEPESE

Dissertações de Mestrado

Aida Helena Silva Neto – *As Casas de Brasileiros no concelho de Paredes*.

Provas realizadas no âmbito do Mestrado da História Arte Portuguesa, em 21 de novembro de 2011, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação da professora Lúcia Rosas.

Joana Pires Martins – *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1876-1879)*.

Provas realizadas no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto, em 26 de maio de 2012, sob orientação do professor Fernando de Sousa.

Teses de Doutoramento

Nuno Miguel de Resende Jorge Mendes – *Fervor e devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro. Séculos XVI a XVIII*.

Tese de doutoramento no Ramo de Conhecimento em História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 21 de Março de 2012, sob orientação da professora Lúcia Rosas.

Marcos António Carvalho – *Bebendo açaí, comendo bacalhau. Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX*.

Tese de doutoramento no Ramo de Conhecimento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no dia 27 de Abril de 2012, sob a orientação da professora Conceição Meireles Pereira.

António José de Oliveira – *Clientelas e Artistas em Guimarães nos Séculos XVII e XVIII*.

Tese de doutoramento no Ramo de Conhecimento em História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 9 de Maio de 2012, sob a orientação do professor Manuel Joaquim Moreira da Rocha.

Susana Matos Abreu – *Teoria e crítica na raiz do arquiteto de matriz vitruviana em Portugal (1521-1557). A questão das origens entre o desígnio e a matéria*.

Tese de doutoramento no Ramo de Conhecimento em História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 16 de Maio de 2012 sob a orientação do professor Agostinho Araújo.

Giovanni Battista Tedesco – *Nicolau Nasoni. Formação de um pintor e de um artista da arte efémera em Itália (1691-1723)*.

Tese de doutoramento no Ramo de Conhecimento em História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1 de Junho de 2012, com orientação da professora Lúcia Rosas.

Outras notícias

Rede Emigração Europa do Sul / América do Sul (REMESSAS)

Após uma década de pesquisas desenvolvidas por investigadores portugueses, brasileiros, espanhóis e italianos, o CEPESE decidiu criar uma rede digital que integre e articule os centros de investigação, instituições e investigadores das duas regiões em causa – América do Sul e Europa do Sul – focados no estudo das grandes migrações internacionais que ocorreram entre as duas regiões.

A construção desta rede procura, assim, criar um novo espaço de cooperação estreita, de reflexão e de intercâmbio de ideias, saberes e experiências, através das novas tecnologias, de forma a melhor se aprofundar, problematizar, inovar e divulgar a investigação científica numa área temática que se revela fundamental para a compreensão de uma herança cultural comum às duas regiões, matriz incontornável da sociedade, economia, cultura e mentalidade dos países da Europa do Sul e América do Sul ao presente.

Para a constituição desta rede, o CEPESE convidou, nesta fase inicial, as universidades, institutos e centros com os quais tem já estabelecido protocolos de colaboração, e ainda outras entidades que se preocupam com tal objetivo e que manifestaram a sua intenção de adesão e, finalmente, os investigadores que com ele têm colaborado ou pretendem vir a colaborar.

CEPESE Publicações

Está já em adiantada fase de execução a nova plataforma digital do CEPESE, intitulada CEPESE Publicações, prevendo-se o seu pleno funcionamento em meados de 2012. Esta plataforma irá disponibilizar a maior parte das obras editadas pelo CEPESE, umas em paralelo com a sua publicação em papel, enquanto outras estarão disponíveis exclusivamente em formato digital. Os livros serão oferecidos em formato *flash*, e-book e pdf, de modo a permitir a sua leitura em diferentes dispositivos, incluindo *tablets* e *smartphones*. Será possível consultar as obras on-line ou efetuar o *download* das mesmas, sendo ainda permitida a impressão e outras funcionalidades, como a introdução de marcadores e notas. Entre as funções avançadas que esta plataforma apresentará, destaca-se a ferramenta de pesquisa, através de título, autor, tema e conteúdo (por palavra ou expressão), encarregando-se a própria plataforma de apresentar sugestões de obras que partilhem o mesmo assunto do livro em consulta.

Emigrateca portuguesa

Trata-se de uma plataforma digital de divulgação de trabalhos essencialmente de natureza académica sobre a emigração portuguesa, sob a coordenação do professor Jorge Arroiteia, investigador do CEPESE, e que se encontra disponível em www.emigrateca.org. Os textos estão agrupados em quatro descritores principais:

- a) *Lusitanis in Diaspora*;
- b) Portugal e a Europa;
- c) Migrações Hispânicas, Mediterrânicas e Internacionais;
- d) Migrações: Contextos de Mobilidade e Desenvolvimento Humano.

Além dos textos já editados, a plataforma inclui ligações a diversas instituições que permitem completar o rol de fontes de informação primária sobre as migrações internacionais. A sua interligação digital com o CEPESE e a sua articulação com investigação e projetos deste Centro, bem como com outros *sites* oficiais, permitem a afirmação desta plataforma como um repositório científico especializado no domínio da emigração portuguesa.

Semana da Ciência e da Tecnologia 2011

Entre os dias 21 e 26 de Novembro, no âmbito da Semana da Ciência e da Tecnologia – uma iniciativa do Programa Ciência Viva promovida pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – o CEPESE acolheu pequenos grupos de alunos universitários numa ação que visou dar a conhecer a atividade desenvolvida por um centro de investigação em ciências sociais e humanas e sensibilizar os jovens para a investigação. Além das sessões de apresentação do CEPESE, foram oferecidas a todos os alunos publicações editadas por este Centro.

Bolsas de Iniciação à Investigação

Esta iniciativa, que visa o acolhimento em unidades de investigação de estudantes do ensino superior com bom desempenho escolar, com o objetivo de estimular e desenvolver o sentido crítico, a criatividade e a sua autonomia através da investigação, tem vindo a revelar-se um considerável sucesso, comprovado quer pelo número de candidaturas quer pela

qualidade das apresentações finais. Assim, o CEPESE, após ter acolhido dezasseis bolseiros no ano letivo de 2008-2009, e mais vinte bolseiros em 2009-2010, decidiu, em 2011, abrir um novo concurso para a concessão de Bolsas de Iniciação à Investigação, integrando cinco novos estudantes em projetos de investigação orientados por investigadores doutorados do CEPESE. A redução do número de vagas fica a dever-se ao facto de o CEPESE suportar integralmente os custos com as bolsas, dada a inexistência de qualquer do reforço do financiamento da FCT para este fim. Para o efeito, foram selecionados os bolseiros e iniciados os seus trabalhos, prevendo-se no final de 2012 a apresentação dos resultados da sua investigação em sessão pública. Além disso, ao longo do ano, serão realizadas várias reuniões gerais com estes jovens, onde serão abordadas questões relacionadas com a metodologia do trabalho científico nas ciências sociais.

Bolseiros de Iniciação à Investigação (2011-2012)

Daniela Madalena da Rocha Nogueira

João António Vieira Lopes Tavares

João Pedro Gomes Esteves

Maria João Carreira Laranjeiro

Raquel Dantas Demétrio de Medeiros

Acolhimento de bolseiros de doutoramento a estudantes de pós-doutoramento

O CEPESE recebeu como bolseiros de doutoramento Maria Alexandra S. Lage Dixo de Sousa, Mário Raul de Sousa Cunha, Nuno Miguel Resende Jorge Mendes, todos orientados pela professora Lúcia Rosas, e ainda a estudante de pós-doutoramento Carla Sofia Queirós, orientada pela professora Natália Marinho Ferreira-Alves.

Estágios de doutoramento e pós-doutoramento de alunos estrangeiros

O CEPESE acolheu, em 2011, o doutorando Giovanni Battista Tedesco cuja investigação se centrou no arquitecto Nicolau Nasoni, no âmbito do seu doutoramento em História da Arte, orientado pela professora Lúcia Rosas.

Igualmente em 2011, o CEPESE, no âmbito de pós-doutoramentos, acolheu as investigadoras Marica López Calderón, da Universidade de Santiago de Compostela e bolseira da Fundação Barrié de la Maza, que se encontra a desenvolver um trabalho sobre as *Invariantes culturales en el estudio de la escultura de la euronorregión Galicia-Norte de Portugal durante la Edad moderna. Préstamos, influencias e intercâmbios*, e Cybele Vidal Neto Fernandes, Professora Associada da Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolseira da CAPES, que realizou um trabalho sobre *O estudo da talha desenvolvida no século XIX na cidade do Porto como estratégia para compreender as soluções encontradas para a talha da cidade do Rio de Janeiro*, ambas sob a orientação da professora Natália Marinho Ferreira-Alves.

Cursos de Pós-graduação

Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves e Natália Marinho Ferreira-Alves participaram, a convite da Universidade Federal da Bahia (Programa de Pós-graduação em Artes Visuais/Mestrado em Artes Visuais – Escola de Belas-Artes) e do Museu da Arte da Bahia, no Curso *Arte Portuguesa. Contributos para o seu Estudo*, que se realizou nas instalações do Museu da Arte da Bahia (Salvador) de 16 a 18 de Novembro de 2011, tendo o primeiro ministrado um ciclo de cinco palestras subordinado ao tema *A Arquitectura Portuguesa dos séculos XVI ao XVIII. Evolução e especificidades*, e a segunda, um ciclo igualmente composto de cinco palestras sobre *A Escultura Portuguesa do Século XVI ao Século XVIII. Escolas e Artistas*.

Cursos Livres

Manuel Augusto Engrácia Antunes, conservador de Museus da Câmara Municipal do Porto e investigador do CEPESE, organizou um ciclo de visitas culturais temáticas bilingues intitulado *Museums and Neighbourhoods/ Musées et Quartiers*, em torno de dois Museus da Câmara Municipal do Porto: Casa Museu Guerra Junqueiro e Museu Romântico da Quinta da Macieirinha (Julho- Agosto de 2011).

Coordenação de Iniciativas Científicas

Maria do Carmo Marques Pires, doutoranda de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do CEPESE, foi responsável pela organização dos *[Re]encontros com a História das Artes*, iniciativa que teve lugar em Gondomar no Centro de Formação Júlio Resende, entre Junho e Dezembro de 2011.

Maria de Fátima dos Prazeres Eusébio, coordenadora de Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu e investigadora do CEPESE, fez parte da organização do *Congresso Internacional Ordem da Imaculada Conceição|500 anos*, que se realizou em Fátima, de 14 de Outubro de 2011.

Sofia Nunes Vechina, doutoranda de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do CEPESE, participou na organização das exposições: *Exposição Coletiva de Pintura* “Pintura na religião”, na Casa-Museu de Arte Sacra da Ordem Franciscana Secular de Ovar, patente ao público de 17 de Maio de 2011 a 25 de Setembro de 2011; “Januário Godinho (1910-1990). Arquitetura Pública e Religiosa no Concelho de Ovar. Construções com História”, realizada no Museu Etnográfico de Válega, entre 16 de Setembro de 2011 e 21 de Janeiro de 2012; e “António Borges. A arte de entalhar”, organizada na Casa-Museu de Arte Sacra da Ordem Franciscana Secular de Ovar, de 30 de Setembro de 2011 a 4 de Fevereiro de 2012.

Conferência Anual do CEPESE 2012

No dia 14 de Abril de 2012, teve lugar na Universidade Lusíada do Porto mais uma edição da Conferência Anual do CEPESE, que registou a maior adesão de sempre por parte dos associados e colaboradores deste Centro. Os trabalhos iniciaram-se com uma palestra proferida pelo professor doutor Darko Pandakovic, membro da Comissão Externa Permanente de Aconselhamento Científico do CEPESE, subordinada ao tema *La Cultura come “materia prima”*. Em seguida, os coordenadores dos Grupos de Investigação do CEPESE fizeram a apresentação da atividade científica desenvolvida em 2011 e da atividade prevista para 2012, no âmbito dos respetivos grupos. Na segunda parte da Conferência Anual foi apresentada pelo professor doutor Mariano Gago, antigo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, uma palestra sobre *A Política Científica Nacional e as Ciências Sociais*. Nota ainda para as intervenções finais dos professores Fernando de Sousa, coordenador científico do CEPESE, e Manuel Nazareth, presidente da Assembleia Geral, que moderou os trabalhos.

Presidente do CEPESE agraciado com o título de Benemérito do Real Gabinete Português de Leitura

O Real Gabinete Português de Leitura, instituição histórica fundada em 1837 por um grupo de emigrantes portugueses para promover a cultura entre a comunidade lusa do Rio de Janeiro, na solenidade comemorativa do seu 175.º aniversário, em Maio de 2012, decidiu outorgar o título de “Benemérito” e respetiva medalha ao Presidente do CEPESE, professor Fernando de Sousa, em reconhecimento do seu trabalho em prol das relações culturais e científicas entre Portugal e Brasil.

População e Sociedade – Objectivos e Perfil

A revista *População e Sociedade*, editada pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, em cujo *site* todos os volumes estão disponíveis online (<http://cepese.up.pt>), publica-se desde 1995 e observa uma periodicidade anual.

População e Sociedade é uma revista de História e Ciências Sociais afins, assumindo como objetivo principal a publicação de textos inéditos, de nível académico, nacionais e estrangeiros, em cinco línguas (português, inglês, espanhol, francês e italiano). Ainda, e em consonância com os propósitos da missão científica do CEPESE e sua Unidade de I&D, esta revista pretende criar um espaço de divulgação e debate relativos à produção dos seus investigadores, bem como das suas atividades e publicações.

Indexada nos sistemas internacionais de avaliação de periódicos científicos (ERIH, LATINDEX), esta revista pratica a arbitragem científica sob regime de anonimato, à qual submete todos os artigos a incluir na *Secção Temática* e na *Varia*, para as quais aceita colaborações nas condições referidas.

Instruções aos autores

- a. A revista *População e Sociedade* aceita artigos inéditos que podem ser apresentados em língua estrangeira (castelhano, inglês, francês e italiano). Os artigos em português devem observar o novo acordo ortográfico. Sendo uma revista com arbitragem científica, a publicação dos trabalhos, após apreciação da sua Direção, está dependente dos pareceres de dois especialistas externos e/ou internos.
- b. Cada artigo deverá ter a dimensão máxima de 60 000 caracteres (espaços incluídos), espaçamento de 1,5, letra Times New Roman corpo 12, margens 2,5 (superior e inferior) e 3 (esquerda e direita), excetuando ilustrações, quadros e gráficos, estes sempre em tons de cinzento.
- c. Os quadros e gráficos devem ser elaborados, a preto e branco, em formato *Microsoft Word* e *Excel*, respetivamente, e não em formato de imagem. Devem ser enviados em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- d. Os mapas e ilustrações devem ser enviados em formato de imagem (tiff, jpeg, com 300 dpis), em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- e. Os quadros, gráficos, mapas e figuras devem estar identificados por ordem numérica (exemplos: Gráfico n.º 1; Mapa n.º 3) seguidos de travessão e do título dos mesmos. Por baixo deve ser indicada a fonte em letra corpo 10.
- f. Quando as transcrições são superiores a 3 linhas de texto devem ser apresentadas sob a forma de citação recuada (letra corpo 11), entrada de 3 cm do resto do texto, com uma linha em branco em cima e em baixo.

- g. Cada artigo do *dossier* temático deve ser acompanhado de uma imagem alusiva ao tema do respetivo artigo, em tamanho A4, vertical, a ser publicada a preto e branco, para servir de separador, enviada em formato de imagem (tiff, jpeg, com resolução proporcional à dimensão).
- h. O artigo deverá ser enviado para o endereço electrónico revista@cepese.pt.
- i. Cada artigo deve ser acompanhado do título em inglês, de dois resumos, um na língua original e outro em inglês, entre 800 a 1000 caracteres (espaços incluídos) cada um, 5 palavras-chave (também na língua original e inglês) e identificação do autor (nome, instituição, cargo / categoria, e-mail e publicações recentes).
- j. As notas de rodapé devem ser identificadas por ordem numérica, sem ultrapassar 5 linhas.
- k. As provas tipográficas dos artigos serão enviadas aos autores, sempre que possível, por correio electrónico, para revisão, com fixação de prazo; se este não for cumprido, subentende-se que os autores prescindem dessa revisão.
- l. A cada autor serão oferecidos dois exemplares da revista *População e Sociedade* em que se encontra publicado o seu artigo, cedendo à revista o direito de publicação em suporte papel e on-line.
- m. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.
- n. Quaisquer imagens reproduzidas nos artigos são da responsabilidade do autor que deverá assegurar previamente a devida autorização.
- o. Visando-se a uniformidade nos princípios de citação documental e bibliográfica, deverão ser seguidos pelos autores os critérios que se seguem.

Critérios de citação documental e bibliográfica

- a. Nas notas de rodapé, as citações e referências de autores e obras (monografias e artigos de publicações periódicas ou de obras coletivas) deverão referir o apelido do autor, em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página ou páginas a que a citação se reporta. Se houver menções a mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, elas serão identificadas por uma letra minúscula a seguir à data. Quando o número de autores for superior a três, deve indicar-se o nome destes seguidos da indicação *et al* e quando se tratar de dois autores ou mais os seus nomes devem estar separados por ponto e vírgula (normas também aplicáveis à bibliografia). São exemplos:
SANTOS, 2006a: 75-76.
SANTOS; CRUZ; LOUSADA *et al*, 2006: 104.
(Todas as citações em nota deverão seguir este critério, excluindo-se, assim, menções como: *op. cit*; *ob.cit.*; *idem*; *Ibidem*).
- b. As citações de documentos deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie. É exemplo:
ANTT – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fols. 3v-4.
- c. Na bibliografia, os livros devem ser citados consoante os exemplos:
SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE.
SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.
- d. Na bibliografia, os artigos em publicações periódicas devem ser citados consoante o exemplo:
WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.

e. Na bibliografia, os artigos em obras coletivas devem ser citados consoante o exemplo:

MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)” in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.

f. Na bibliografia eletrônica devem seguir-se os critérios atrás referidos (autor, data título, quando existam) seguidos do sítio onde está disponível na Internet e data de consulta entre parênteses retos, como é exemplo o seguinte artigo de publicação em série eletrônica:

WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42. Disponível em: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [consult. 15 de abr. 2009].

População e Sociedade – Aims and Scope

The journal *População e Sociedade*, published by CEPESE – Centre for the Study of Population, Economy and Society, which displays all volumes available online on its website (<http://cepese.up.pt>), was founded in 1995 and has been published since then on an annual basis.

População e Sociedade is a scientific journal about History and related Social Sciences, having as main goal the publication of original papers of academic level, both Portuguese and foreigner, in five languages (Portuguese, English, Spanish, French and Italian). Furthermore, and following the principles of the scientific mission of CEPESE and its R&D Unit, this journal aims at creating a promotion and debate space for its researchers, as well as its activities and publications.

Indexed in the international systems of assessment of scientific journals (ERIH, LATINDEX), this magazine carries out a process of anonymous scientific peer review to which all articles to be included in *Secção Temática* and *Varia*, are submitted. Contributions under the mentioned conditions are accepted.

Instructions for the authors

- a. The journal *População e Sociedade* accepts original articles that can be submitted in foreign languages (Spanish, English, French and Italian). Articles written in Portuguese should note the new spelling agreement. As this is a journal with scientific refereeing, the publication of works, first screened by the board of directors, depends on the opinion of two internal and/or external experts.
- b. Each article must have the maximum size of 60 000 characters (spaces included), 1.5 spacing, Times New Roman Font, size 12, margins 2,5 (up/down) and 3 (right/left), except for images, tables and graphics, always with a grey shading.
- c. Tables and graphics must be drawn up in black and white, in *Microsoft Word* and *Excel* format, respectively, and not in image format. They must be sent in files separated from the text, without forgetting to mention the exact place where they must be inserted.
- d. Maps and images must be sent in image format (tiff, jpeg, with 300 dpis), in files separated from the text. Once again, reference should be made to the exact place where they are to be inserted.
- e. Tables, graphics and images must be numbered (Examples: Graphic nr. 1; Image nr. 3) followed by dash and their titles. Underneath, do not forget to indicate the source in font size 10.
- f. Transcriptions over three lines in length must be submitted in the form of indented quote (font size 11): have a blank line above and below and indented 3 cm from the other text.
- g. Each article of the thematic dossier should be accompanied by an image depicting the theme of the paper, A4 size, vertical, to be printed in black and white, to serve as a separator, sent in an image format (tiff, jpeg, with resolution proportional to its size).
- h. The article must be sent to the following email: revista@cepese.pt

- i. Each article must include its title in English, two abstracts, one in the original language and another one in English, 800/1000 characters (spaces included) each, 5 keywords (also in the mother tongue and in English) and the identification of the author (name, institution, position / category, email address and last publications).
- j. Footnotes must be numbered and should not exceed 5 lines.
- k. Proof sheets of the articles will be sent back to the authors, whenever possible, by email for revision with a deadline; if this deadline is not fulfilled it is understood that authors waive that proof-reading.
- l. Two copies of the journal *População e Sociedade* will be offered to each author, assigning to the magazine the copyright both in paper and online.
- m. The contents of the articles are of the full responsibility of the authors.
- n. Any image reproduced in the articles is of the responsibility of the author who, beforehand, must ensure its due authorization.
- o. In order to keep the consistency of the principles of documentary and bibliographic reference the following criteria must be followed by the authors.

Documentary and bibliographic reference principles

- a. Footnotes, quotes and references to authors and works (monographs and articles of periodic publications or collective works) must include the surname of the author, in uppercase, year of the publication of the work and page or pages when the reference can be found. If there is more than one reference to a title of the same author in the same year, they should be identified by a lowercase following the date. When the number of authors is more than three, one must write their names, followed by *et al* and when there are two authors or more their names must be separated by a semicolon (rules applicable to bibliography). For example:
SANTOS, 2006a: 75-76.
SANTOS; CRUZ; LOUSADA *et al*, 2006: 104.
(All references in footnote must follow this criteria, excluding notes such as: *op. cit*; *ob.cit.*; *idem*; *Ibidem*).
- b. Quoting of documents must include all necessary elements for a thorough identification of the source.
For example:
ANTT – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fols. 3v-4.
- c. In the bibliography section, the books must be referred as follows:
SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE.
SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.
- d. In the bibliography section, articles on periodic publications must be quoted as in the following example:
WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.
- e. In the bibliography section, articles in collective works must be quoted according to this example:
MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)” in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.
- f. In electronic bibliography the above-mentioned criteria must be followed (author, date, title, whenever possible), followed by the website where it is available on the internet and date of research between brackets, as exemplified in the following article of electronic publication:
WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42. Available in: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [accessed on 15th April 2009].

Catálogo das publicações do Cepese



População e Sociedade

(Revista do CEPESE)
19 números publicados
(10, 11 e 12 esgotados)



Colecção Economia e Sociedade

A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)
Fernando de Sousa
CEPESE, Ed. COSMOS
2001
esgotado



A População Portuguesa no Século XIX
Teresa Rodrigues
CEPESE, Edições Afrontamento
2004



História da População Portuguesa
Teresa Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



A Emigração na Freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)
Celeste Castro
CEPESE, Edições Afrontamento
2010



Colecção Militarium Ordinum

Analecta (últimos números)
A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI
Joel Silva Ferreira Mata
CEPESE, Fundação Eng. António de Almeida
2007



História das Inclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis
Paula Pinto Costa (coord.)
CEPESE, Fundação Eng. António de Almeida
2008



Comendas das Ordens Militares na Idade Média
Luís Adão da Fonseca
CEPESE
2009



Colecção Os Portugueses no Mundo

A Comunidade Lusitana em Joanesburgo
Paulo Bessa
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



Migrações e Desenvolvimento
Maria Ortelinda Barros Gonçalves
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2009
esgotado



As Relações Portugal-Brasil no século XX
Fernando de Sousa; Paula Santos;
Paulo Amorim (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil.
José Sacchetta Ramos Mendes
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



O Investimento das Empresas Portuguesas no Brasil - Uma experiência de diplomacia económica?
Catarina Mendes Leal
CEPESE, Fronteira do Caos
2012



Colecção Economia e Instituições
A Economia da Corrupção nas Sociedades Desenvolvidas Contemporâneas
Cristina de Abreu (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



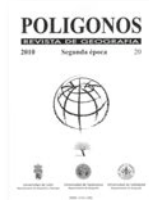
Relações Portugal-Espanha
Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2000
esgotado



Relações Portugal-Espanha: Uma História paralela, um destino comum?
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2002
esgotado



Relações Portugal-Espanha: O Vale do Douro no Âmbito das Regiões Europeias
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



Migrações Ibéricas: Memória e Processos de Desenvolvimento
Polígonos, Revista de Geografia, n.º 20
CEPESE, Universidades de León, Salamanca e Valladolid
2010



Douro e Real Companhia Velha
Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2000
esgotado



Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2003
esgotado



O Vinho do Porto em Gaia & Companhia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



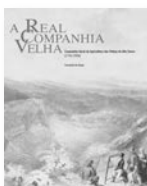
A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2003



O Património Cultural da Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2004



A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2006



O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha
Fernando de Sousa e
Conceição Pereira
CEPESE
2008



Arte e Património

Artistas e Artífices e a sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2005



O Património Histórico-Cultural da região de Bragança-Zamora
Luís Alexandre Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005
esgotado



Francisco José Resende (1825-1893)
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2008



Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2008



Espólio Fotográfico Português
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2008



O Património Cultural da região de Bragança-Zamora
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro
2008
esgotado



Os Franciscanos no Mundo Português: Artistas e Obras I
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2009
Esgotado



A Encomenda. O Artista. A Obra
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2010



A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2011



João Baptista Ribeiro, 1790-1868
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2011



Emigração Portuguesa para o Brasil

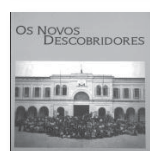
Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos
Ismênia de Lima Martins e
Fernando de Sousa (org.)
CEPESE, FAPERJ
2006



A Emigração Portuguesa para o Brasil
Fernando de Sousa;
Ismênia Martins;
Conceição Meireles (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses
Izilda Matos; Fernando de Sousa;
Alexandre Hecker (org.)
CEPESE, EDUSC
2008



Os Novos Descobridores
Fernando de Sousa e
Conceição Meireles Pereira (org.)
CEPESE
2008



Nas duas Margens: Os Portugueses no Brasil
Fernando de Sousa;
Ismênia Martins;
Izilda Matos (org.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



Entre Mares. O Brasil dos portugueses
Fernando de Sousa;
Nazaré Sarges; Izilda Matos;
Otaviano Vieira;
Cristina Cancela (org.)
CEPESE, Editora Paka Tatu
2010



Um Passaporte para a Terra Prometida

Fernando de Sousa,
Ismênia Martins, Lená Menezes,
Izilda Matos, Nazaré Sarges,
Susana Silva (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Magrebe, Islamismo e a Relação Energética de Portugal
Catarina Mendes Leal
CEPESE, Tribuna da História
2011



Relações Internacionais
Dicionário de Relações Internacionais

(2.ª edição)
Fernando de Sousa (dir.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



Publicações autónomas
Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico Figueiredo
Isabel Babo Lança (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005
esgotado



Desafios da Democratização no Mundo Global
Maria Raquel Freire (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2004
esgotado



História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes
Fernando de Sousa
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



A Instituição de Asilo na União Europeia
Teresa Cierco
CEPESE, Almedina
2010



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)
Fernando de Sousa (coord.),
2 vols.
CEPESE
2009



A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional
José Francisco Pavia (coord.)
CEPESE, Quid Juris?
2011



Ibéria: Quinhentos/Quatrocentos. Duas décadas de Cátedra. Homenagem a Luís Adão da Fonseca
Armando Luis de Carvalho Homem; José Augusto Pizarro; Paula Pinto Costa (ed.)
CEPESE, Livraria Civilização
2009



Moncorvo. Da Tradição à Modernidade
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática
Maria de Fátima Amante (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Olhares sobre o Mercurio Portuguez, 1663-1667
2 vols.
Eurico Gomes Dias
Imprensa Nacional -
Casa da Moeda, CEPESE
2010



Memórias de Bragança
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Câmara Municipal de
Bragança
2012



A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património
Fernando de Sousa,
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2011



Os Paços do Concelho do Porto
Fernando de Sousa e
Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2012



Governação de Organizações Públicas em Portugal: A Emergência de Modelos Diferenciados
Carlos Rodrigues
CEPESE, Edições Pedagogo
2011



O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)
Judite Gonçalves de Freitas
CEPESE, Alêtheia Editores
2011

SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS COLETIVOS E PATRONOS DE HONRA DO CEPES

Sócios Fundadores

Universidade do Porto

Fundação Eng. António de Almeida



Fundação Eng. António de Almeida

Sócios Coletivos

Banco Espírito Santo

CESPU – Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário

ISMT – Instituto Superior Miguel Torga

ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga

Fundação Manuel António da Mota

Real Companhia Velha

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNISLA

Universidade Lusíada do Porto

Universidade Lusófona do Porto



Patronos de Honra

Agência Abreu

Câmara Municipal de Bragança

Câmara Municipal de V. N. Gaia

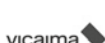
Câmara Municipal do Porto

Carnady – Comércio Internacional

Cordeiros Galeria

Douro Azul

Vicaima



Colaboraram neste número

António Mourão
Carla Patrícia Silva Ribeiro
Eva Sofia Trindade Dias
Francisco Portugal Guimarães
Inês Calderón Medina
Marta Cristina Pimenta
Marta Herminia Olivera Hernandez
Marta José Goulão
Patrícia Calça
Patrícia Fogelman
Paula Pinto Costa
Sofia Nunes Vachina
Teresa Clerco Gomes